

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL

Vol. XVIII



PETRÓPOLIS
1957

SUMÁRIO

A Ordem de Malta e o Brasil imperial – João Hermes Pereira de Araújo, **7**

Diário da Viagem do Imperador a Minas (1881) –
Notas de Hélio Viana, **67**

As duas visitas do príncipe Alfredo, duque de Edimburgo, ao Rio de Janeiro – Francisco Marques dos Santos, **119**

Ascendência e descendência de d. Arcângela, irmã do padre Correia –
Carlos Grandmasson Rheingantz, **127**

Noticiário, **179**

A ORDEM DE MALTA

E O

BRASIL IMPERIAL

Introdução

A gentileza constante das altas autoridades e dos funcionários do grão-mestrado da Soberana e Militar Ordem de Malta, aos quais desejo aqui consignar meus profundos agradecimentos, me proporcionou a possibilidade de pesquisar os arquivos da veneranda instituição ¹, abrindo-me, assim, um panorama inteiramente inesperado no que se refere às relações da soberana milícia com o Império do Brasil.

Sabia vagamente que alguns brasileiros tinham recebido, no século passado, a cruz de honra e devoção. Recordava-me que o primeiro imperador fora grão-prior do Crato. Vira em antigos almanaques da ordem os nomes de d. Pedro II e de d. Teresa Cristina. Nunca havia, porém, estabelecido um nexó histórico entre esses fatos, e, principalmente, não tinha conhecimento algum da missão que o conde Fe d'Ostiani recebera de tratar dos interesses da ordem na corte do Rio de Janeiro.

Foi a descoberta progressiva de documentos nos maços da correspondência ativa e passiva do grão-mestrado, nas pastas especiais destinadas ao priorado português e à correspondência de soberanos, que me possibilitou fazer um trabalho mais geral, ampliando a idéia inicial de restringir o estudo às relações da família de Bragança com a milícia jerosolimitana. Essas informações, quase completas, em vista da existência de grande número de minutas da correspondência ativa, nos arquivos de Malta, foram confirmadas por pesquisas no Arquivo Histórico do Itamarati ²,

1. Nos arquivos do Grão-mestrado da Ordem de Malta (a que faremos referência com a abreviatura AGM) guiamo-nos pelos livros de entrada e saída da correspondência, e consultamos os maços intitulados *Corrispondenza con i sovrani*, *Corrispondenza attiva*, *Corrispondenza passiva*, *Corrispondenza italiana e trancese*, *Brasile*, *Portogallo*, *Priorato Lombardo-Veneto*, *Piemonte-Genova*, *America e Miscellanea*. Compulsamos também os *Verballi del Sovrane Consiglio*, os *Processi del Cavaleri di Onore e Devozione*, *Processi dele Dame*. Servimo-nos igualmente dos diversos *Ruoli dos cavaleiros*, quer dos vários priorados, quer os gerais.

2. No Arquivo Histórico do Itamarati (AHI) consultamos os documentos da antiga legação do Brasil junto à Santa Sé, transferidos para o Ministério das Relações Exteriores, e o arquivo da Casa relacionado àquela legação.

nos maços relativos à nossa então Legação junto à Santa Sé. Do curioso episódio das patentes dos “oficiais da Ordenança da Sagrada Religião de Malta das Comendas da Corte e Cidade de Lisboa”, deu-me notícias meu professor e amigo, Américo Jacobina Lacombe, notícias confirmadas detalhadamente com a remessa gentil da cópia dos documentos, que me fez o dr. Alberto Iria, ilustre diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa ³.

As relações instáveis, é verdade, mas de inegável valor histórico e simbólico entre o Brasil e a Ordem de Malta no século XIX, apresentam-se sob três aspectos bastante nítidos: o natural reflexo das atividades e da vida da ordem na metrópole; o que se caracteriza pela atividade de diplomatas brasileiros e o que decorreu da designação de um representante da milícia na capital do Império.

Após estudar estes três aspectos da história da ordem no Brasil, procuraremos apresentar as relações da família imperial com a Milícia de S. João, sempre segundo os documentos existentes nos arquivos consultados.

Tentaremos organizar, então, uma lista dos brasileiros que até 1889 ingressaram na soberana instituição, esforçando-nos por precisar as datas das bulas respectivas.

3. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), obtivemos cópias do códice nº 183 do Conselho Ultramarino, fls. 135, v. 136, e dos documentos números 27.206-07, sob a rubrica Bahia.

CAPÍTULO I

As relações da Ordem de Malta com o
Império do Brasil

1. REFLEXOS DO PRIORADO DO CRATO

As relações da sagrada religião de S. João de Jerusalém com Portugal ⁴ datam da fundação do reino. Desde a época do conde d. Henrique (1095), ou mais precisamente desde a regência de sua esposa, d. Tareja (1122), cavaleiros portugueses começam a professar na ordem monástico-militar nascente. É significativo recordar que o décimo primeiro grão-mestre da milícia é um príncipe português, d. Afonso de Portugal, possivelmente filho de d. Afonso I que, por suas rígidas e austeras idéias de perfeição, foi obrigado a renunciar, morrendo tragicamente em lutas civis de seu país natal, a 1^o de março de 1207. ⁵

Segundo frei Bernardo Pais ⁶, d. Afonso Henriques visitara a ordem no seu berço, a recebera em seu reino, fazendo-lhe grandes doações. O fato é que a milícia se propagou grandemente em Portugal, onde, a pouco e pouco, se foram criando ricas comendas. Demonstração inequívoca do prestígio do priorado português está no fato de três de seus cavaleiros terem sido eleitos grão-mestres, além do infante d. Afonso: frei Luís Mendes de Vasconcelos (1622-1623), frei Antônio Manuel de Vilhena (1722 e 1736) e frei Manuel Pinto da Fonseca (1741-1773) ⁷.

4. Vide: FIGUEIREDO, José Anastácio de. *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores dela em Portugal*, 3 vol., Lisboa, 1800.

5. Cf. *Codice del Sacro Militare Ordine Gerosolimitano (detto di Rohan)*, Malta, 1682, pp. X e XI.

6. Discurso de saudação a d. João VI, pronunciado no paço de Bemposta, a 12 de janeiro de 1825 (AGM, *Portogallo*).

7. Vide: BOTTARELLI, Gottardo. *Storia politica e militare del Sovrano Ordine di S. Giovanni di Gerusalemme dente di Malta*, 2 vol., Milano, 1940.

As causas gerais da decadência da milícia que se acentuaram nos séculos XVII e XVIII tiveram naturalmente repercussão em Portugal, onde, no início do século XIX, o priorado do Crato, procurando, com toda a ordem, se refazer da perda da ilha de Malta, teve de lutar seriamente não só contra as novas idéias vitoriosas da Revolução Francesa, como também contra dificuldades internas ocasionadas principalmente pela perda do verdadeiro espírito religioso em grande parte dos cavaleiros ⁸.

É justamente nessa época de decadência e de dificuldades que começam a surgir as relações do priorado português com a então colônia do Brasil. Paralelamente porém, e graças à independência, o novo império começou a ter contatos diretos com a locotenência da ordem, o que vem explicar as relações verdadeiramente significativas (se nos lembrarmos das dificuldades de comunicação) que existiram entre o Brasil e a Ordem de Malta renascente.

Durante os três séculos do período colonial, nada houve de significativo no Brasil em relação à Ordem de S. João.

Nicolau Durand de Villegagnon era cavaleiro de Malta, mas este caráter do malogrado idealizador da França Antártica, nenhuma repercussão teve nas suas atividades no Brasil ⁹.

Igualmente, um ou outro cavaleiro português que aqui aportara, nenhuma contribuição trouxe ao estabelecimento da ordem entre nós, o que lhes poderia talvez parecer uma quimera. A única exceção honrosa que merece ser recordada é a do cavaleiro comendador frei dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, vice-almirante da Armada real que, desde 1807, por 14 anos, foi governador da capitania do Pará. O tio do famoso conde de Linhares, cuja família, como veremos, tanto se ligará à história de Malta no Brasil, foi a primeira pessoa a exercer um cargo efetivo da sua ordem no nosso país. Era ele o procurador do Grande Priorado de Portugal na corte do Rio de Janeiro e, nessa qualidade, tratou

8. *Ibidem*, parte II, caps. VI e VII.

9. Cf. THEVET, André. *Les singularités de la France Antartique Nouvelle*, édition avec notes et commentaires par Paul Gaffarel, Paris, 1878, p. 3.

A respeito da vida movimentada de Nicolau D. de Villegagnon como cavaleiro de Malta, vide ENGEL, Claire-Eliane. *L'ordre de Malte en Méditerranée*, Editions du Rocher, Mônaco, 1957, p. 31.



ARMAS DO GRANDE PRIORATO DE PORTUGAL
(Lista dos cavaleiros, freires, capelães, conventuais e
serventes d'armas do venerando priorato de Portugal,
Lisboa, 1800)

das questões do priorado distante, especialmente relativas ao preenchimento de comendas vacantes, tendo mesmo sido proposto pelo príncipe regente para a comenda de Vera Cruz ¹⁰.

Menção muito especial merece, porém, um fato curioso, um evidente abuso, introduzido no Brasil, nos fins do século XVIII e que originou pronta reação do governo português. Com a finalidade de se eximirem dos serviços públicos, gozando dos privilégios e isenções da “Sagrada Religião de Malta”, vários indivíduos conseguiram patentes de milícias daquela ordem. Assim surgiu, principalmente na capitania da Bahia, uma corte de capitães, ajudantes, alferes e sargentos do número, patentes que teoricamente correspondiam a companhias formadas nas diversas comendas do priorado português. A nova modalidade de obter privilégios e isenções era insólita. A propósito do abuso, “subiram à real presença do príncipe regente nosso senhor consultas da sereníssima Casa do Infantado e do Conselho Ultramarino, motivadas pelas representações de alguns governadores do Ultramar” ¹¹.

Resolveu o príncipe regente passar ao vice-rei e demais governadores do Estado do Brasil, uma circular em que mandava cassar as patentes de “oficiais de Malta”, “ficando, em consequência, nulos os privilégios supostos dos que as tinham, e estes sujeitos, como quaisquer outros vassallos, aos encargos públicos” ¹². Obedecendo a essa determinação, o governador Francisco da Cunha e Meneses oficiou ao secretário de Estado, remetendo as patentes de ordenança da Sagrada Religião de Malta concedidas aos indivíduos residentes na capitania da Bahia. O número desses pseudoprivilegiados não era insignificante: 51 capitães, 5 ajudantes, 8 alferes e um sargento do número. Essas cifras não incluíam todos os oficiais. O próprio documento precisava que “além desses oficiais há mais alguns providos e com patentes registradas nos livros da secretaria deste governo, que se não remetem nessa ocasião por se acharem os providos nas vilas da Cachoeira e Santo Amaro, e no Rio Grande e outros nessa Corte de Lisboa e na cidade do Porto” ¹³.

¹⁰. Cf. vários docs. datados do Rio de Janeiro (1800-1816), AGM. *Portogallo*.

¹¹. Circular do secretário de Estado, visconde de Anadia, para os governadores do Brasil, de 26 de janeiro de 1805. AHU, códice nº 183 do Conselho Ultramarino, fls. 135 v., 136.

¹². *Ibidem*.

¹³. Nota ao ofício de d. Francisco da Cunha Meneses, de 31 de maio de 1805, ao visconde de Anadia. AHU, *Bahia*, docs. 27.206-07.

As razões invocadas pelo governo real eram evidentes:

1^a) no Brasil “não há comendas da Sagrada Religião de Malta”;

2^a) a única finalidade das patentes é eximir os oficiais do “serviço público, cujo maior peso, naturalmente recai sobre outros indivíduos que, ou por falta de indústria, ou por carência de outros meios não têm granjeado o mesmo abusivo salvo-conduto”¹⁴. Terminou assim esse desagradável episódio que, aliás, só vinha demonstrar a decadência em que se achavam as comendas do priorado do Crato, pois a preocupação de eximir-se de obrigações é vício muito generalizado em todas as épocas...

Com a família real, aportaram ao Brasil alguns cavaleiros jerosolimitanos de devoção, como se dizia então. Continuaram a viver tranquilamente gozando de seus direitos até a proclamação da Independência.

Entretanto, em vista da obrigação prescrita pelo governo imperial da apresentação dos documentos comprobatórios de honorificências, com condição de uso, apresentaram as respectivas bulas os poucos cavaleiros de Malta residentes no Brasil. Um deles, porém, português de nascimento, perdera o diploma ao embarcar apressadamente para o Brasil, com o príncipe regente, em 1808. Isto o levou a recorrer ao grão-mestrado solicitando uma segunda via da bula que lhe fora concedida.

Neste sentido, o interessado, Antônio Pereira do Lago Falcão, dirigiu a 8 de março de 1823 um requerimento ao lugar-tenente magistral¹⁵. Historiou a sua situação, explicitando que fora feito cavaleiro de devoção em 1798 e que em vista do alto apreço em que tinha a ordem e da antiga nobreza da sua família, vinha requerer nova bula. Ao requerimento anexou curioso atestado firmado pelo barão de Karcoinski, camarista do rei da Baviera e cavaleiro da ordem, e por Pedro Machado de Miranda Malheiros, chanceler-mor do Império do Brasil. Ambos apuseram ao documento seus selos de armas em obreia.

Segundo o atestado, o requerente, Antônio Pereira do Lago Falcão, solteiro, natural da província do Minho, era filho legítimo de João Bernardo Pereira Peixoto Falcão, moço fidalgo da casa real e de sua mulher, d. Eusébia Maria Pereira do Lago, neto

14. Circular acima referida.

15. AGM. *Portogallo*, 1815-1825.



ANTÔNIO TELES DA SILVA, MARQUÊS DE RESENDE
Litogravura de M. L. da Costa
(Coleção do embaixador Orlando Guerreiro de Castro)

paterno de João Manuel da Rocha Pereira Peixoto da Silva, moço fidalgo com exercício, e de d. Cecília Maria de Castro e Sousa, e neto materno de Francisco Diogo Gomes Pereira de Berredo, fidalgo da Casa Real, e de d. Ventura Teixeira Salgado, bisneto paterno de Gonçalo Pereira Peixoto da Silva, moço fidalgo com exercício, donatário do Reguengo (?) da Penha, fiel de Sousa e senhor dos direitos reais dele, comendador de S. Martinho de Logares, do conselho de Sua Majestade Fidelíssima, bisneto materno de Paulo Pereira do Lago, fidalgo da casa real, senhor de Angrela na província do Minho e na mesma coudel-mor e de d. Luísa Clara de Berredo.

Infelizmente não pudemos averiguar como se resolveu o primeiro “caso” da Ordem de Malta no Brasil imperial.

2. Diplomatas brasileiros e a Ordem de Malta

Era natural que os diplomatas brasileiros acreditados junto a cortes européias tomassem conhecimento da Ordem de Malta cujo prestígio, apesar das vicissitudes por que passava, era incontestável. Este conhecimento, que tinha como consequência ou o desejo de ingressar na veneranda instituição ou de a ela agregar parentes ou, como se deu com o marquês de Resende, de propagá-la na pátria, originou uma série de relações entre nosso corpo diplomático e a Ordem de Malta.

Deve-se justamente ao marquês de Resende, então ministro em Viena, o primeiro movimento em prol da propagação da Ordem de Malta entre nós ¹⁶. Oriundo de nobilíssima família portuguesa, Antônio Teles da Silva cedo ingressou na milícia jerosolimitana, a exemplo, aliás de seus maiores, entre os quais se encontra, além de vários cavaleiros, o prior do Crato frei João de Meneses, conde de Tarouca, designado em 1526 para aquela dignidade prioral.

O primeiro documento do ministro brasileiro existente nos arquivos do grão-mestrado é uma recomendação de dois candidatos. Em carta de 12 de novembro de 1827, Resende dirigia-se ao então lugar-tenente do grão-mestrado, comendador frei Antônio Busca (1821-1834), solicitando-lhe “diante de recomendações que lhe foram dirigidas da corte do Rio de Janeiro”, a cruz de “graça”

16. Os documentos relativos ao marquês de Resende encontram-se em AGM: *Portogallo*, 1815-1825; *Documenti del Consiglio Ordinario*, 1826-1827; *Corrispondenza italiana e francese*, 1827, vol. XXXIV, nº 133, p. 174 e vol. XXXV nº 134, p. 19.

[sic] da “nossa muito ilustre Ordem de S. João de Jerusalém [...] para os senhores Veríssimo Máximo de Almeida e José [?] Carlos de Almeida Santo Amaro, filho do marquês de Santo Amaro”. Além dos títulos e da posição paterna do segundo candidato, nosso diplomata se referiu “à proteção que esses senhores invocaram e obtiveram”, chamando a atenção de Busca para as recordações que o nome “d’Almeida” traz e “que se encontram honrosamente autenticadas nos anais da história de Portugal e mesmo nos da nossa ordem”. De Ferrara, onde se alojava então o convento magistral, respondeu Busca a Resende, a 23 do mesmo mês. Prometia apresentar ao soberano conselho, na primeira oportunidade, a proposta que lhe dirigira, mas estava certo de que seus companheiros “participarão do interesse da corte do Brasil e dele [Resende] para aumentar os laços que unem a família d’Almeida à ordem”.

Reunido o soberano conselho, foram aceitas as propostas do ministro brasileiro, e as respectivas bulas remetidas a Viena.

Entretanto, a ambigüidade da carta de Resende, na qual o aposto “fils du marquis de Santo Amaro” poderia se referir aos dois candidatos ou ao último deles, provocou um equívoco nos documentos. Nosso ministro apressou-se a pedir a retificação. Veríssimo Máximo de Almeida, apesar de ter o mesmo apelido de José Carlos, não era filho daquele titular, o seu nome completo era Veríssimo Máximo de Almeida Nogueira da Gama, filho de Leonardo Antônio Nogueira da Gama e sobrinho do marquês de Baependi.

Na interessante missiva em que prestou esses esclarecimentos, Teles da Silva agradeceu naturalmente as graças concedidas a seus dois apresentados e, afirmando que se apressará a comunicar a seu governo a maneira delicada com que foi atendido, não hesitou em avançar “os agradecimentos que o imperador, meu augusto senhor, me encarregará de dirigir a vossa excelência”¹⁷.

Estabelecendo, então, pela primeira vez, uma relação entre a Ordem de Malta, o Brasil e o imperador, assim prosseguiu nosso diplomata: “Seria próprio à Ordem de S. João de Jerusalém, depois de ter ilustrado e defendido as monarquias européias, ornar e apoiar o princípio monárquico na posição que ocupa no Novo Mundo. O imperador, meu senhor, usando do título de Prior do

17. Carta de Resende a Busca, 28 de dezembro de 1827, AGM, *Portogallo*, 1815-1825



JOÃO CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA, VISCONDE SANTO AMARO
(Coleção do autor).

Crato, pode justamente ser considerado como o fundador do primeiro trono da América meridional: sua coragem e todas as suas grandes virtudes seriam suficientes (ainda que os fastos de nossa ordem não fossem, como o são, tão ricos de belos exemplos) para guiar os jovens nobres brasileiros que vossa excelência acaba de associar à nossa ilustre Ordem.”

O lugar-tenente via também com grandes esperanças as possibilidades que se abriam à ordem, com o ingresso dos dois brasileiros: “Queira Deus que a nova associação à nossa ordem desses dois gentis-homens brasileiros seja feliz auspício aos futuros destinos deste instituto mesmo no Novo Mundo, se as circunstâncias o permitirem. Temos razão para tudo esperar da augusta família de Bragança e das virtudes e méritos de S. M. o Imperador d. Pedro, e considero como circunstância muito feliz para mim a que vossa excelência me ofereceu de dar à sua augusta corte e a si um fraco testemunho de nosso respeito.”¹⁸

Entretanto, estas palavras não eram somente resposta à carta de Resende, mas ainda a um seu projeto mais vasto que verbalmente apresentara ao convento de Ferrara, quando de sua estada na Itália. Não conhecemos esse projeto. Dele só conseguimos informações indiretas. Não lhe poderemos negar, entretanto, o seu valor simbólico de ter sido a primeira tentativa de propagar a ordem no Império do Brasil. Da correspondência da locotenência com o cavaleiro Neuhans representante da ordem em Viena, podemos aferir que “era um projeto muito vago”, tendente a “associar a ordem à nobreza brasileira”, possivelmente “de utilidade recíproca”, mas que não poderia ser posto em prática senão depois do restabelecimento da ordem, dependendo do modo de sua reorganização¹⁹.

Compreende-se a posição prudente do grão-mestrado. A instituição estava ainda desorientada com a perda de seu território (1798). Depois dos insucessos das negociações entabuladas nos congressos de Viena (1815) e de Verona (1818), e nas vésperas da grande desilusão sofrida pelo próprio bailio Busca no congresso de Verona (1832), não era possível à ordem expandir-se, antes de se reorganizar. Uns após outros fracassavam os planos mais ou menos utópicos de restauração da soberania territorial. Com

¹⁸. Carta de Busca a Resende, 9 de janeiro de 1828, AGM, *Corrispondenza italiana e francese*, 1828, vol. XXXV, nº 134, p. 6.

¹⁹. Cartas do comendador Vella ao cav. Neubans, 9 de janeiro de 1828, *ibidem*, p. 677; e de Busca a Neubans, 23 de janeiro de 1828, *ibidem*, p. 19.

grande senso da realidade, Busca empenhava-se em seu trabalho de reorganização, quando foi procurado por Resende. Julgando, com razão, imprópria a permanência do convento magistral em território do reino das Duas Sicílias, o lugar-tenente solicitou, com êxito, de Leão XII autorização para se transferir aos Estados Pontifícios, onde haveria maior facilidade de comunicação com os governos e com os priorados. Em agosto de 1826 instalaram-se Busca e os demais membros do soberano conselho no mosteiro dos Celestinos, em Ferrara. Aí foi ter, em 1827, o nosso ministro em Viena ²⁰.

A ida para os Estados da Igreja era o primeiro passo para a restauração da milícia em novas bases: era necessário restabelecer à instituição uma finalidade precípua que justificasse sua sobrevivência. “Incapaz de realizar tarefas militares para a defesa da fé, privada de suas fortalezas, de sua artilharia, de suas galeras, a ordem, continuando soberana, apesar das espoliações, fiel ao pensamento dos seus fundadores, se orienta para as obras sociais e a diplomacia.” ²¹ Foi esta demonstração de sabedoria política que preservou a ordem do desaparecimento. Retornando à sua mais antiga tradição hospitalar e caritativa, a milícia de Malta, adaptando-se às novas circunstâncias, foi pouco a pouco retomando sua posição internacional. As dificuldades eram muitas, e trabalho de tal envergadura não se poderia realizar da noite para o dia. Coube ao grande bailio Ceschi di Santa Croce recolher, com inteligência e energia, os frutos do trabalho constante de seus antecessores.

Entretanto, na impossibilidade de se propagar a ordem no Brasil durante o primeiro reinado, como desejava o marquês de Resende, poucas foram as relações entre nosso país e a milícia jerosolimitana até a chegada do conde Alessandro Fe d’Ostiani à corte do Rio de Janeiro.

Não devemos esquecer, porém, as relações diplomáticas existentes entre a nossa legação imperial e a legação da ordem junto à Santa Sé. O mais antigo documento que, a respeito, encontramos, data de 1828. Ausente monsenhor Francisco Correia Vidigal, foi nomeado encarregado de negócios Luís

20. A propósito, vide BOTTARELLI, G. *Op. cit.*, tomo II, cap. X, pp. 231 e segs.

21. DUCAUD-BOURGET, François. *La spiritualité de l’Ordre de Malte – 1099-1955*, Cidade do Vaticano, 1955, p. 30.



O ENTÃO LUGAR TENENTE FREI G. B. CESCHI DI SANTA CROCE
Conferiu a grã-cruz de honra e devoção à imperatriz d. Teresa Cristina em 1878.
(Galeria do Palácio Magistral da S. M. O. M.)

Moutinho de Lima Álvares da Silva que, por tantos anos, deveria permanecer em Roma. Ao tomar posse de suas funções, passou ao corpo diplomático a nota de praxe. Ao ministro da Ordem de Malta escreveu a 12 de maio, comunicando que “acabara de apresentar ao cardeal secretário de Estado de Sua Santidade, e que ele aceitara, as cartas credenciais que o acreditavam junto ao mesmo secretário de Estado e da Santa Sé na qualidade de encarregado de negócios de S. M. o Imperador do Brasil”²².

Monsenhor Vidigal, nosso primeiro representante diplomático junto ao Santo Padre, apresentara suas credenciais ao Papa Leão XII em 23 de janeiro de 1826. Em 1829 foram-lhe renovadas cartas credenciais junto a Pio VIII, de tão curto reinado (1829-1831). Eleito Gregório XVI, impunha-se um novo documento que acreditasse nosso ministro. Tendo-o apresentado ao novo pontífice, comunicou monsenhor Vidigal o fato a seus colegas do corpo diplomático, inclusive, naturalmente, ao ministro da Ordem de Malta. Parece que a nota não se restringiu às fórmulas frias da correspondência diplomática, pois o ministro maltês se apressou a solicitar ao vice-chanceler da ordem fizesse chegar ao lugar-tenente Busca as expressões do representante brasileiro. Foi o que fez Ciccolini, segundo ele mesmo afirmou a Busca: “Não deixo de levar ao conhecimento do ex.^{mo} senhor lugar-tenente a participação que vossa excelência teve a gentileza de me fazer com relação a mons. Vidigal, ministro do Brasil, por já ter o mesmo apresentado suas novas credenciais a Sua Santidade, e é com prazer que acrescento ter o citado ministro aproveitado esta oportunidade para continuar as mesmas relações diplomáticas com a nossa ordem.”²³

A essa correspondência, seguiu-se toda uma série de comunicações de posse ou morte de lugares-tenentes e de apresentações de credenciais de representantes diplomáticos do Brasil e da ordem junto ao Vaticano. Apesar do pouco interesse dessas notas diplomáticas, evidenciam elas as boas e normais relações sempre existentes entre as duas legações²⁴.

Maiores contatos teve nossa legação com o grão-mestrado em 1846 e em 1878 e 1879, épocas do ingresso de Suas Majestades Imperiais na milícia de S. João de Jerusalém.

22. AGM, *Corrispondenza diplomatica*, 1828.

23. *Ibidem*, 1829.

24. *Ibidem*.

Por outro lado, também, vários de nossos diplomatas solicitaram para si ou para pessoas amigas a Cruz de Malta. Depois dos dois candidatos do marquês de Resende, secretários da nossa legação em Viena, foi o próprio ministro junto à Santa Sé, Luís Moutinho que ingressava na ordem (27 de agosto de 1836)²⁵. Em 1843 é esse nosso diplomata que, com êxito, sugere a concessão da cruz de devoção ao então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o poderoso Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro visconde com grandeza de Sepetiba (17 de março de 1843)²⁶.

Dez anos mais tarde, a 21 de maio de 1853, o futuro conde de Carapebus, Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, ingressava na ordem.

José Bernardo de Figueiredo que, por tantos anos exercera, com proficiência, as funções de ministro junto à Santa Sé, granjeando a estima de Pio IX por o ter acompanhado a Gaeta nos tempestuosos dias da revolução de 1849, não era cavaleiro de Malta. Valeu-se, entretanto, da sua posição para advogar o ingresso de seu irmão Carlos Honório de Figueiredo, cuja bula de cavaleiro de devoção foi expedida a 29 de janeiro de 1855²⁷. Em 1860, o mesmo futuro barão de Alhandra voltou a apresentar um candidato ao grão-mestrado. Tratava-se, dessa vez, de Marcelino José Coelho. Após certas dificuldades, contornadas pelas explicações de Figueiredo, consideradas satisfatórias, recebia nosso ministro na legação do Brasil, no Palácio Savorelli, a bula de seu candidato, a 24 de março²⁸.

Em 1861, a 1^o de maio, era a viscondessa de Santo Amaro que ingressava na ordem da qual seu marido era, há tantos anos, cavaleiro. D. Ana Constança Caldeira Brant Pontes Pereira de Almeida, filha do marquês de Barbacena, foi das poucas brasileiras a figurarem no catálogo das damas de honra e devoção²⁹.

25. Na ausência de documentos, nos baseamos nos *Verbali del S. Consiglio* e no *Ruolo General del Sovrano Ordine Gerosolimitano*, 1871.

26. Nota de fr. Carlo Candido a Moutinho, 24 de março de 1843, AGM, *Corrispondenza italiana e francese*, 1843.

27. Nota do comendador Spada a José Bernardo de Figueiredo. 31 de janeiro de 1855, *ibidem*, 1855.

28. Notas de Figueiredo a Colloredo, 26 de março de 1860, AGM, *ibidem*, 1860 e de Spada a Figueiredo, 27 e 28 de março de 1860, *ibidem*.

29. Vide: *Ruolo General e Verbali del S. Consiglio*.



ANTÔNIO DIAS COELHO NETO DOS REIS, CONDE DE CARAPEBUS
(Gentileza da exma. sra. d. Francisca de Carapebus).

Poucos dias depois, a 17 de maio, era expedida, em favor do padre Pedro Celestino de Alcântara Pacheco, uma bula de capelão de obediência magistral. Com esse sacerdote, mais tarde reitor do Seminário Episcopal S. José e monsenhor da Capela Imperial, deu-se um incidente curioso. Dirigia ele o Colégio S. Pedro Apóstolo, em Botafogo, em 1864. Tendo falecido em 1863 o bispo do Rio de Janeiro, d. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá, governava a diocese, *sede vacante*, um vigário capitular, rigoroso e pouco simpático ao nosso capelão de obediência magistral. Como o fizera até então, perante as autoridades eclesiásticas e civis, o sacerdote continuou a usar o hábito próprio dos prelados da ordem, “feito, por sinal, em Roma”. Entretanto o novo vigário capitular se insurgiu contra o uso daquelas vestes e insígnias, para ele desconhecidas. Foi além. Chegou a perguntar “qual a jurisdição e competência da autoridade que me concedeu tais títulos, recusando-se a prestar fé na sua legalidade, acoimando-os de falsos e de indevida a designação de bula atribuída ao documento” que lhe fora apresentado. “Para acalmar a extrema susceptibilidade do vigário capitular” e para terminar com “esses ataques que o fazem cair no ridículo e o atormentam”, resolveu Pacheco escrever ao grão-mestrado, a 17 de agosto de 1864. Historiou as dificuldades que lhe fazia aquela autoridade, solicitando informações sobre quatro pontos essenciais: legitimidade dos títulos e jurisdição da autoridade que os concedeu; cor e detalhes do hábito e, se possível, um figurino; privilégios e isenções dos capelães de obediência magistral; e as fontes onde pudessem ser confirmadas as informações. As autoridades da ordem procuraram ajudar o capelão distante e aflito, e, nesse sentido, recorreram à Secretaria de Estado de Sua Santidade. Esta prometeu enviar instruções ao internúncio no Rio de Janeiro a fim de que o auxiliasse ³⁰.

Em 1863, recebia a cruz de devoção da ordem, outro diplomata brasileiro, José Marques Lisboa, que era nosso ministro em Londres ³¹.

O barão de Penedo, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, por duas vezes esteve em Roma, em missão especial: em 1857, para entabular negociações para a assinatura de uma concordata,

³⁰. Vide: pedido de admissão, in *Verbali del S. Consiglio*, sessione del 29 aprile 1861, nº 1, parágrafo 5º; carta de Pacheco ao lugar-tenente, 17 de agosto de 1864; e carta de Bentivoglio a Pacheco, 26 de janeiro de 1865, in AGM, *Brasile*.

³¹. Vide: *Ruolo General e Verbali del S. Consiglio*.

o que não se chegou a efetuar; e em 1873, quando da Questão Religiosa. Nessas duas ocasiões, conheceu Penedo, mais de perto, a Ordem de Malta e desejou-a para seus filhos. O mais velho, Francisco, foi feito, sem maiores provas, cavaleiro de honra e devoção a 20 de dezembro de 1864. Em 1878, Penedo resolveu solicitar a mesma honra para o segundo filho, Artur, então secretário da legação em Berlim. Como, entretanto, nenhum documento comprobatório da nobreza de Francisco fora encontrado nos arquivos magistrals, não bastou, como esperava o barão, um simples certificado de que eram irmãos do mesmo leite. Já organizada, a ordem exigia então os documentos normalmente previstos nos estatutos. Assim foi necessário ao candidato apresentá-los. Antes de mais nada o requerimento firmado por Penedo, e datado de Londres, 18 de novembro de 1878. Era ele acompanhado de uma interessante árvore de costado do candidato; da sua certidão de batismo; de um certificado, passado pelo nosso ministro em Roma, barão de Javari, segundo o qual as famílias Carvalho Moreira, Almeida e Silva Aguiar “eram notoriamente da antiga nobreza brasileira”; e de um certificado de boa conduta, assinado pelo barão de Jauru, ministro em Berlim, no qual se declara ser o candidato “católico apostólico romano, pessoa de reconhecida honestidade, ótimo caráter e excelentes costumes”. Os documentos foram considerados satisfatórios e a bula foi expedida a 20 de dezembro de 1878 ³².

Em 1870, a 20 de dezembro, era o conhecido monsenhor Joaquim Pinto de Campos que ingressava na milícia jerosolimitana. Fora feito capelão conventual, o único brasileiro que recebeu esta dignidade ³³.

3. O conde Alessandro Fe d’Ostiani

É indubitável que as relações mais estáveis da ordem com o Império do Brasil se iniciaram com a nomeação do conde Alessandro Fe d’Ostiani para representar o reino da Sardenha no Rio de Janeiro. Anteriormente, verificaram-se reflexos naturais do priorado do Crato, principalmente através da Casa de Bragança. Como tivemos ocasião de assinalar, houve também

³². Vide AGM. *Processi del Cavalieri di Onore e Devozione*, nº 52 e *Verbali del S. Consiglio*, 1878, sessão de 20 de dezembro, nº 3.800, p. 167.

³³. Vide: *Ruolo General e Verballi del S. Consiglio*.



MONSENHOR JOAQUIM PINTO DE CAMPOS
(Gravura de Audibran que ocorre na obra *A Índia Christan ou Cartas Bíblicas*
de frei Pedro Gual, traduzidas por Joaquim Pinto de Campos, Paris, 1882).

um desejo vago de diplomatas brasileiros que, conhecendo no exterior a veneranda instituição, a ela procuraram ligar seus patrícios. Essas relações, entretanto, foram esporádicas e sem conseqüências. É bem verdade que o imperador recebera a bula de bailio grã-cruz de honra e devoção em 1846, mas a nenhuma repercussão do fato e o laconismo quase indelicado do agradecimento são as melhores demonstrações do desconhecimento da milícia jerosolimitana entre nós.

Foi o conde Fe que, nas várias vezes em que serviu no Rio de Janeiro, pôs em contato a aristocracia brasileira com a ordem. Se pouco ou nada subsistiu do trabalho do diplomata italiano, deve-se essa falência a longo prazo à situação em que se encontrava o grã-mestrado no fim do século passado, e ao acúmulo de problemas e preocupações que assoberbaram o representante piemontês durante as suas quatro estadas no Brasil. Foi ele, entretanto, que revestido da missão oficial de representar a ordem e de defender seus interesses, promoveu a admissão de grande número de brasileiros, tendo também tido a oportunidade de sugerir a concessão da grã-cruz de honra e devoção à imperatriz Teresa Cristina.

Sua vida de diplomata e político, tão estreitamente ligada ao Brasil, bem merece um estudo mais aprofundado ³⁴.

Nascido em Brescia, em 1825, Alessandro era filho do conde Giulio Fe d'Ostiani (1794-1871) e da condessa Paola Fenaroli (1800-1867). A família, de antiga nobreza, era tradicionalmente ligada à Ordem de S. João, contendo entre seus membros vários cavaleiros. O conde Giulio recebera a cruz de devoção a 26 de maio de 1838 e, de seus 18 filhos, todos os varões seguiram o exemplo paterno ingressando na mesma milícia.

Vivendo uma época de grande turbulência política, Alessandro cedo demonstrou entusiasmo pelo *Risorgimento* que se expandia por toda a Itália. Nascera em território do reino

34. Para os dados biográficos de Fe d'Ostiani, servimo-nos: a) de documentos pertencentes ao seu arquivo, atualmente no Museo Nazionale del Risorgimento Italiano, em Turim; b) de um exemplar de artigo de finalidades eleitorais, existente no mesmo museu, publicado em Brescia, pelo engenheiro cavaleiro C. Bonini, a 15 de abril de 1860; c) de um necrológio publicado na *Illustrazione Italiana*, de 18 de julho de 1905; d) de notas existentes na *Enciclopedia Storico-Nobiliare Italiana* de Vittorio Spreti, Milão, v. III, 1930, p. 105; e) de documentos do AGM nos maços: *Brasile, Priorato Lombardo Veneto, Corrispondenza del Sovrani, Piemonte-Genova, Corrispondenza attiva e passivo, Miscellanea* e nos *Verbali del S. Consiglio*. Muito nos valeram as informações prestadas gentilmente pela condessa Camila Calini, sobrinha de Fe; pelo conde Alessandro Fe d'Ostiani, primo do biografado, e pelo dr. Carlos Grandmasson Rheingantz.

Lombardo-Veneto que, em benefício da Áustria, substituíra o reino napoleônico da Itália, em consequência do Tratado de Viena. Sua família, desejosa de lhe dar educação esmerada, o enviou a Viena, para fazer seus estudos de direito. Ali se encontrava em 1848, quando rebentou a revolução de 13 de março. Se a retirada de Metternich e a convocação de uma assembléia constituinte conseguiram serenar os ânimos no território austríaco, o mesmo não se deu ao sul dos Alpes, onde a insurreição se generalizou. Alessandro tomou parte na revolução de Viena e, principalmente, na dissolução da guarda nobre italiana, da qual fazia parte. Acompanhou, então, o embaixador sardo, marquês Ricci que, em vista das novas circunstâncias, fora chamado a Turim. Participou da gloriosa e infeliz guerra de independência que terminaria tristemente, nesse período inicial, com o Armistício de Salasco. O governo provisório de Milão resolvera encarregá-lo de missão especial no campo piemontês, nas vizinhanças de Verona, desempenhando com proficiência o cargo de secretário da legação lombarda no quartel-general do rei Carlos Alberto ³⁵.

Como voluntário na carreira diplomática e, pouco depois, ³⁶ secretário de legação de 2ª classe permaneceu no Piemonte até novembro de 1849. Transferido para o Rio de Janeiro, serviu sob as ordens do ministro sardo barão Picolet até a retirada deste, passando então a dirigir a legação e o consulado de sua pátria até 1853. Desempenhou-se com brilho desta missão e soube granjear a simpatia e a admiração de seus compatriotas e da sociedade brasileira. Por um artigo publicado na *Gazzetta di Savoia*, ³⁷ quando de sua partida do Rio, bem se pode avaliar como era considerado por seus patrícios. Depois de frases laudatórias, o artigo recorda fatos curiosos que justificam o apreço que lhe dedicavam: “desde o princípio da epidemia de febre amarela, da qual pouco faltou ser ele próprio vítima, sempre se prestou, com a maior solícitude, a fazer curar tanto os habitantes da terra como os marinheiros, fornecendo-lhes meios de subsistência, uma vez livres do flagelo.”

Entretanto, segundo a mesma fonte, “não é só em terra que o senhor conde velou pela segurança dos seus concidadãos e pelos seus interesses. Mais de uma vez arriscou seus dias no mar para

35. Cf. BONINI (Ing. Cav. C.), art. cit.

36. Decr. de 20 de março de 1849.

37. Transcrito in BONINI, *ibidem*.



O CONDE ALESSANDRO FE D'OSTIANI
(Além de outras condecorações, traz as insígnias de cavaleiro de devoção da S. M.
O. M., a cruz de profissão da mesma ordem, e as insígnias de grande
dignitário da Imperial Ordem da Rosa).

Gentileza da exma. sra. condessa Camilla Calini.

salvar navios em perigo, os quais, por falta de cuidado, teriam soçobrado, não fossem os esforços que desenvolveu e a presteza com que trazia em socorro barcos a vapor. Citarei somente o brigue *Bettina* que, vindo do Pacífico, foi atirado pela tempestade entre os escolhos da fortaleza de Villegagnon, nos dias 12 e 13 de agosto de 1852; bem como o brigue *Carolina* que partiu do Rio a 26 de fevereiro passado, com vento favorável, mas ameaçado de naufragar entre os escolhos da fortaleza de Santa Cruz, onde fora atirado pela maré, com a cessação repentina do vento. O senhor Fe passou dois dias a bordo do primeiro navio, em meio a muitos perigos, e sem sua presença e seus cuidados, o barco a vapor que conduzia em socorro do *Carolina* não teria chegado a tempo, e o navio teria naufragado irremediavelmente”.

A atividade do diplomata não se limitou à proteção de seus patrícios. O movimento contra o tráfico dos negros mereceu todo o seu apoio, tanto assim que o artigo citado acrescenta: “O senhor conde Fe merece uma página na história do Brasil e o reconhecimento de todos os homens de coração pela sua ativíssima cooperação na repressão do infame tráfico de carne humana.” Quem imaginaria que, dentro de poucos anos, o casamento o viria a unir a mais poderosa família de importadores de escravos?

Promovido a secretário de legação de 1ª classe a 3 de agosto de 1854, retornou Fe ao Brasil, aí permanecendo até 1857.

Foi durante essa segunda estada que iniciou seus trabalhos em prol da Ordem de Malta na qual fora admitido como cavaleiro de devoção a 15 de fevereiro de 1850, durante sua primeira permanência na Corte imperial ³⁸. Em atenção aos serviços prestados por sua família, a ordem o isentou do pagamento da “passagem” ³⁹, sujeitando-o somente aos direitos de chancelaria.

A 6 de novembro de 1854 ⁴⁰ escrevia Fe d’Ostiani sua primeira carta ao grão-mestrado, oferecendo seus serviços no Rio de Janeiro. Dirigindo-se ao então lugar-tenente, frei Filipe de Colloredo, informou-o que, sendo dos raros cavaleiros de Malta no Brasil, fora consultado por várias pessoas “distintas pela nobreza, fortuna e posição” a respeito das condições necessárias para

38. Carta de Garofalo a Colloredo, de 7 de fevereiro de 1850, AGM, *Corrispondenza passiva*, 1848-49-50; e carta de Colloredo a Ferretti, de 15 de fevereiro de 1850, *ibidem*, *Corrispondenza attiva*, 1848-49-50.

39. Taxa de ingresso na ordem.

40. In pasta Alessandro Fe d’Ostiani, A. G. M., *Miscellanea*.

ingressar na ordem. Invocou, então, a sua condição de cavaleiro de devoção e de membro de uma família tradicionalmente ligada à ordem, oferecendo-se para trabalhar pela instituição no Império do Brasil. Pedia, portanto, ao lugar-tenente a necessária aprovação e apontava o conde Ferretti como capaz de prestar informações sobre sua pessoa e sobre sua família.

Causou ótima impressão o oferecimento do jovem diplomata. O lugar-tenente e o soberano conselho aceitaram com prazer a possibilidade que lhes era oferecida de expandir a ordem no grande Império do Novo Mundo. Foi o que Colloredo, a 28 de dezembro ⁴¹, comunicou ao conde Fe. Ficava este autorizado a apresentar os candidatos que, “por nascimento e posição social julgar dignos de serem admitidos”. Para poder prestar informações precisas, lhe é remetido um impresso com todas as condições estatutárias para se receber a cruz de devoção, “às quais deseja que se atenha, para boa aplicação das leis da ordem”. Recordava o lugar-tenente que, segundo os estatutos, os cavaleiros portugueses, e conseqüentemente os brasileiros, deviam provar nobreza generosa de cem anos, uma variante que se deverá introduzir nas normas impressas. Referia-se finalmente à grã-cruz conferida ao imperador, apontando esse fato como mais uma razão para que só se aceite a candidatura de pessoas dignas sob todos os aspectos. Não poderia Colloredo manifestar maior interesse pela missão de Fe no Rio de Janeiro, pois lhe solicitou que indicasse um substituto quando fosse transferido da capital do Império.

Respondendo ao lugar-tenente em 27 de fevereiro de 1855 ⁴² o conde Alessandro se mostrava animado e esperançoso. Depois de manifestar seu agradecimento pelas expressões gentis e pela honrosa incumbência que lhe fora conferida, afirmava que “o princípio monárquico no Brasil se vai sempre consolidando e a generalizada veneração pelo imperador d. Pedro II era seguro penhor de próspero futuro”. A respeito da nobreza brasileira ponderava que se a coroa, “em seu início, fora pródiga na distribuição de títulos, a fim de criar uma nobreza em torno do trono, atualmente é muito rigorosa e só os concede para premiar verdadeiros méritos”. A respeito da não hereditariedade das mercês assim se manifestava: “Sendo os títulos, por lei, não

41. *Ibidem.*

42. *Ibidem.*



O CONDE ALESSANDRO FE D'OSTIANI
(Quadro existente no Museu Nazionale del Resorgimento Italiano, em Turim).

hereditários no Brasil, é necessário que cada geração se torne digna das graças soberanas a fim de que possa gozar, além da nobreza hereditária, dos títulos de seus antepassados.”

Referindo-se à processualística burocrática da admissão de cavaleiros, sugeriu Fe que “se arquivassem os documentos originais em especial arquivo daquela real legação a seu cargo, ou onde lhe fosse indicado, fazendo-se somente um simples resumo verídico e jurado a ser expedido por meio postal comum”. Em favor dessa sua idéia, invocava “infinitas despesas”, se fosse necessária a remessa imediata dos documentos de provas, bem como o exemplo seguido, com vantagens, pela legação em suas comunicações com o próprio governo.

Na mesma missiva, apresentou Fe os seus primeiros quatro candidatos, todos julgados dignos de pertencer à ordem. Como, porém, o lugar-tenente afirmara estar pronto a sacrificar interesses financeiros em vista do decoro da instituição, achou o diplomata italiano que era o momento de obter, para seus recomendados, um abatimento de metade, nas taxas de passagem.

Eram esses quatro candidatos: Alexandre Vieira de Carvalho, barão de Lajes, e seu irmão João Vieira de Carvalho, filhos do marquês de Lajes, marechal do Império; João Gomes de Oliveira e Silva Bandeira de Melo; e José Garcês Pinto de Madureira. Os documentos de provas dos dois últimos seguiam em anexo; os dos dois primeiros seriam pessoalmente apresentados em Roma por João Vieira de Carvalho, com viagem marcada para a Europa. Nenhuma referência posterior encontramos a respeito dos filhos do marquês de Lajes, o que nos leva a crer não tenham os mesmos ingressado na ordem. Quanto aos dois segundos, suas provas foram aceitas, apesar de incompletas, e suas bulas assinadas a 15 de dezembro de 1855.

Parece que havia, de fato, interesse pela ordem no Brasil. As perguntas feitas pelo nosso diplomata o demonstram. Fe desejava saber em que circunstâncias poderia apresentar candidatos para os graus superiores; como poderiam ser estabelecidas comendas; quais os graus a que poderiam aspirar sacerdotes ou se estes teriam necessariamente de fazer profissão. Informava-se ainda sobre questões de contabilidade ⁴³.

43. Carta de Fe a Colloredo, de 27 de fevereiro de 1855, *ibidem*.

A esse verdadeiro questionário, Colloredo se apressou a responder ⁴⁴, em carta de 25 de maio. Agradecia muito o zelo com que o conde estava tratando dos interesses da ordem no Brasil, aguardando uma oportunidade para demonstrar que seu reconhecimento não se reduzia a “estéreis palavras”. Aprovava plenamente o que fora proposto a respeito do arquivo e da remessa dos resumos dos documentos de provas. Quanto às disposições generosas, não deixaria de usá-las, em bem da ordem. Ponderava, entretanto, que os dizeres da bula de um cavaleiro dispensado da “passagem” são diferentes. Por outro lado, não lhe era possível satisfazer ao pedido de redução de taxas, não só porque os dois ou três brasileiros condecorados há pouco poderiam, com razão, reclamar, como também porque o sistema de reduções tornaria o ingresso na ordem um verdadeiro mercado.

Antes de responder à pergunta relativa à possibilidade de ereção de novas comendas, o lugar-tenente achou oportuno informar-se se as leis do Império reconheceriam o patrimônio das mesmas como inalienável e indivisível, e se permitia, no caso da extinção da família que a tivesse criado, a devolução total dos bens à ordem, condição *sine qua non* para a fundação de comendas. Segundo o parecer de Colloredo, e apesar de não conhecer nossa legislação, ela não deveria prever ou permitir estes institutos patrimoniais. Se a pergunta de Fe era simplesmente baseada na sua curiosidade ou se alguém desejasse realmente criar no Brasil uma comenda de Malta, não nos foi possível averiguar.

Quanto ao ingresso de sacerdotes, os mesmos, desde que de família nobre, poderiam ser admitidos como cavaleiros de devoção, dentro das mesmas condições existentes para os leigos. Referindo-se aos graus da ordem, o lugar-tenente explicitou que não existia senão um grau superior, o de bailios grã-cruzes, tanto na ordem dos cavaleiros professos, como na dos cavaleiros de devoção. Estes eram, em geral, pessoas de elevada posição, soberanos, príncipes de sangue que, ao ingressarem, estavam sujeitos simplesmente aos 129 escudos romanos, correspondentes aos direitos de chancelaria. Com referência ao título de comendador, não representava ele um grau na ordem, mas significava que seu detentor gozava de uma comenda de justiça ou de direito patronal.

44. Minuta, *ibidem*.



D. RITA MARIA DE SOUSA BREVES, CON-
DESSA FE D'OSTIANI
(Coleção da exma. sra. Regina Bello Ottoni Gatti).

Relativamente às questões de contabilidade, o despacho esclarecia que as importâncias relativas à “passagem” e aos direitos de chancelaria poderiam ser remetidos a Londres ou Paris.

Este minucioso documento iria encontrar Alessandro em situação crítica. Primeiro uma oftalmia o prendera ao leito. Fora depois acometido da cólera-morbo que o obrigou a ir se convalescer “neste lugar chamado Tijuca, sobre os montes, a poucas léguas do Rio de Janeiro”. De lá, respondeu finalmente ao comendador Spada, a 30 de outubro ⁴⁵. Desculpou-se do atraso, invocando as enfermidades que o acometeram. Com elegância não fez referência alguma ao clima e às condições insalubres do Rio de Janeiro de então... Achou, porém, oportuno pedir uma graça ao lugar-tenente: a admissão de seu irmão Jerônimo, com isenção da “passagem”, no que foi prontamente atendido. O grande magistério entusiasmava-se com as possibilidades que se abriam à ordem no Brasil.

Em 1856, escrevia ⁴⁶ ao chanceler Averardo de Medici. Estava em S. João do Príncipe, a “25 léguas do Rio de Janeiro”, onde passara 20 dias de repouso. Era um lugar agradável, situado “sobre uma das mais altas montanhas do litoral do Brasil”. A estada lhe fizera bem, e ele, em breve, retornaria ao Rio.

Entretanto, com a morosidade das comunicações, o tempo passava antes que pudesse apresentar à ordem novos candidatos. Ainda não estava concluído o processo de admissão dos dois primeiros, e o casamento veio dirigir a atenção do diplomata para outros assuntos. Conhecendo a filha do comendador Joaquim José de Sousa Breves senhor de dezenas de fazendas e de milhares de escravos, desejou esposá-la, celebrando-se na bela chácara de S. Cristóvão a cerimônia nupcial. Uniu-se assim Alessandro a Rita Maria de Sousa Breves, que não teria vida muito longa. Pedindo licença por motivos de família (6 de abril de 1857), Fe embarcou, no mesmo ano, para a Europa no navio sardo *Conde Lavour* que os levou a Gênova. Já do Brasil escrevera ao grão-mestrado solicitando a inclusão do nome de sua esposa entre as damas de honra e devoção. Remetera um resumo genealógico da mesma, no qual ressaltara o fato de ser ela neta do barão do Pirai, José Gonçalves de Moraes, que, por ser grande

⁴⁵. Fe a Spada, 30 de outubro de 1855, *ibidem*.

⁴⁶. 17 de março de 1856, *ibidem*.

do Império, tinha nobreza hereditária. A certidão de casamento, levou-a consigo e, pessoalmente, ultimou o processo conseguindo, com facilidade, o seu intento. Rita Breves foi certamente a primeira brasileira a ingressar na soberana milícia ⁴⁷.

Fe d'Ostiani e sua mulher permaneceram algum tempo em Brescia, no palácio da família, onde, no ano seguinte nasceu, a filha única do casal, Paolina.

A promessa de oferecer à ordem um trabalho seu sobre a nobreza brasileira, feita em 1855, ainda não fora cumprida. Achan-do-se em Roma, em 1858, realizou aquele seu antigo desejo. A 4 de maio escreveu a Colloredo. Sempre otimista e entusiasta do Brasil, afirmava que “desde que s. ex.^a rv^{ma}. associou à Sacra Ordem Jerosolimitana S. M. o Imperador do Brasil e se dignou conceder graciosamente a cruz de cavaleiro a alguns súditos brasileiros, posso dizer que a Sacra e Militar Ordem por v. ex.^a rv^{ma}. com tanto zelo governada, renascendo naquelas longínquas paragens da cristandade, adquiriu um território mais vasto do que aquele que fora tomado à ordem no princípio deste século”. Referindo-se ao que pudera fazer durante sua permanência no Rio de Janeiro, colocava-se, de novo, à disposição da ordem agora que se avizinhava “o meu retorno àquele país”. Ofereceu, então, ao arquivo do grão-mestrado curioso manuscrito de sua autoria a respeito da nobreza brasileira.

Ressentindo-se, é verdade, de um aparato científico, falho absolutamente no que se refere às fontes legislativas de suas afirmações, o manuscrito de Fe d'Ostiani é, entretanto, de indiscutível interesse por evidenciar os princípios vigentes no Brasil imperial a respeito de nobiliarquia, de ordens honoríficas, de heráldica, do problema dos nomes ou apelidos e dos cargos de corte. A sua finalidade evidente foi possibilitar ao grão-mestrado um conhecimento, ainda que superficial, da situação do Império do Brasil ⁴⁸.

Tendo exercido missão especial junto à corte persa (decreto de 23 de fevereiro de 1861), depois de prolongada licença por motivos de saúde, foi designado para as funções de primeiro-secretário na legação de Paris (26 de fevereiro de 1861). No ano seguinte, conseguiu voltar ao Brasil, ao qual o prendiam laços

47. Carta de Spada a Fe, de 14 de novembro de 1857, AGM. *Priorato Lombardo Veneto*.

48. Original manuscrito. AGM, *Brasile*.



PALÁCIO DE FE D'OSTIANI EM BRESCIA
(Obra do arquiteto Manfredi, século XVIII)

de família, muitas amizades, grandes interesses e o carinho dos sogros pela pequena Paolina. Como encarregado de negócios junto à corte imperial, partiu em 1862 para o Rio de Janeiro. A 5 de maio foi encarregado de missão ordinária e, depois de 1º de fevereiro de 1865, ali serviu como ministro residente até 1867.

Sua missão no Brasil continuou ativa e brilhante. Com o início da imigração italiana, avolumaram-se os problemas. Fe não descurava o interesse de seus patrícios. Em agosto de 1862 dirigiu-se ao então ministro dos Negócios Estrangeiros, solicitando a aplicação da lei de 10 de setembro de 1860 aos filhos de italianos. O governo imperial, sob reciprocidade, concordou com a proposta. Entretanto, foi vão o interesse do ministro italiano, pois o Supremo Tribunal, considerando inconstitucional o decreto nº 1.096, de 10 de setembro, não o aplicou, o que tornava sem efeito o primeiro ato internacional assinado entre a Itália e o Brasil ⁴⁹.

A 28 de fevereiro de 1866 falecia prematuramente a condessa Rita, iniciando-se, então, grave pendência entre Fe e seu sogro, por desejarem ambos ter a guarda da filha única do casal. A instâncias do imperador, o diplomata acabou cedendo, ficando Paolina com sua família materna até a maioridade.

Esta questão de família não impediu, porém, que os primos de Rita Maria recorressem ao seu viúvo, em 1867, para ingressar na Ordem de Malta. Os quatro irmãos Oliveira Roxo, José Gonçalves, Augusto César, Frederico Gustavo e Raimundo Breves, prepararam com este intento seus documentos, cujos resumos autenticados foram remetidos ao grão-mestrado. Como acentuou Fe d'Ostiani, não era necessário apresentar provas da nobreza materna dos candidatos, pois sendo primos-irmãos de sua defunta mulher, para eles valiam os mesmos documentos, pois descendiam, no mesmo grau, do barão com grandeza de Piraí. Quanto ao ramo paterno, eram filhos de Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, barão de Vargem Alegre; netos de João Gonçalves de Oliveira Roxo, que já figurava no século XVIII como oficial superior do Exército português e, portanto, com direito à nobreza hereditária; bisnetos de Matias Gonçalves Roxo e terceiros netos de Paulo Gonçalves Roxo. Possuíam todos foros grandes de cavaleiros fidalgos e já tinham recebido do imperador várias honorificências ⁵⁰.

49. Cf. *Código das Relações Exteriores do Brasil*, anexo ao Relatório do Ministério das Relações Exteriores, parte II, p. 167.

50. Vide *Dommenti del S. Consiglio*, 1867.

Apoiadas por alguns membros do soberano Conselho, as quatro candidaturas foram aceitas. A propósito, ponderou-se, com razão, que “pela natureza e condições especiais do país em que nasceram, não era possível apresentar regularíssimas provas de nobreza, como na Europa”, acentuando-se, porém, constarem “informações fidedignas tanto a respeito da nobreza de linhagem das mesmas famílias, como da conspícua situação social que desfrutam”⁵¹.

A 4 de setembro de 1867 eram expedidas as quatro bulas. Era mais um contingente de cavaleiros brasileiros que devia seu ingresso a Fe d’Ostiani.

Viajara, entretanto, o diplomata para a pátria, em maio de 1867. Em sua cidade natal, assistiu em 12 de agosto ao falecimento da condessa sua mãe, atingida pela cólera-morbo. Ainda em Florença demonstrou mais uma vez seu interesse pela missão que recebera da ordem. Tendo falecido Colloredo, julgava Alessandro que estavam caducas as faculdades que dele recebera e, nesse sentido, escreveu ao comendador Spada⁵². Este se apressou a transmitir ao novo lugar-tenente, frei Alessandro Borgia, as dúvidas de Fe. Por proposta do próprio lugar-tenente, o soberano conselho anuiu à renovação do mandato que outorgara Colloredo, e, nesse sentido, prometeu se pronunciar oficialmente. Como mais uma demonstração de apreço, foi concedida aos irmãos de Alessandro, Pedro e Paulo, a cruz de devoção, com isenção da “passagem”. Foi o que, particularmente, Bentivoglio comunicou a Fe a 12 de setembro⁵³.

O bailio Borgia, em breve, confirmou oficialmente o que adiantara o chanceler. Em despacho de 18 de novembro de 1867, o lugar-tenente referiu-se ao documento de 28 de dezembro de 1854, com que seu antecessor encarregara Fe de tratar dos negócios da ordem no Rio de Janeiro, com o direito de apresentar candidatos que satisfizessem as exigências estatutárias. Para facilitar o conhecimento e a aplicação dos estatutos da ordem, era enviado, em anexo, um impresso com todas as prescrições vigentes. A única diferença residia no aumento da taxa de chancelaria para os candidatos dispensados da “passagem”. Borgia não poupou

51. Memória do secretário da chancelaria, cavaleiro Cannileri, *ibidem*.

52. 4 de outubro de 1865, AGM, *Piemonte-Genova*.

53. *Ibidem*.



AUGUSTO CÉSAR DE OLIVEIRA ROXO
(Gentileza da exma. sra. d. Vera Roxo Delgado de Carvalho).

elogios ao trabalho e à dedicação de Fe d'Ostiani afirmando que tantas provas de devotamento o levaram a confirmar o honroso encargo que lhe confiara Colloredo. Era assim o diplomata sardo encarregado, pela segunda vez, de representar a Ordem de Malta no Brasil. Nessa missiva, voltou o lugar-tenente a solicitar que Alessandro indicasse um substituto quando fosse transferido do Rio, o que certamente nunca foi feito ⁵⁴.

Ainda na Itália, a 5 de fevereiro de 1868, Fe d'Ostiani desejou fazer mais uma proposta ao grão-mestrado, ou melhor, insistir na sua idéia de que deveriam ser condecorados os esposos das princesas brasileiras, o conde d'Eu e o duque de Saxe ⁵⁵. Inexplicavelmente nada foi feito nesse sentido, nem sobre o assunto encontramos qualquer posterior documento.

Sua carreira diplomática continuava. Depois de lhe ter sido concedida por um ano (15 de abril de 1869) uma licença, foi designado, em missão especial, para a China e o Japão, a 24 de dezembro do mesmo ano. Pouco depois, um decreto de 7 de março de 1870 transformava em ordinária sua missão no Oriente. Aí, teve ocasião de patentear, outra vez, seu devotamento à ordem. Na sua legação em Tóquio resolveu erigir uma capela, a primeira a funcionar naquele bairro da capital japonesa. Desejou, entretanto, ligar a pia fundação à ordem jerosolimitana e, com esse fim, solicitou do grão-mestrado uma imagem do santo patrono, pois a nova capela seria dedicada a S. João Batista. Conseguindo seu intento, foi o templo solenemente inaugurado a 24 de junho de 1875 ⁵⁶. Retornando do posto, desejou viajar por terra, com uma caravana, trilhando os caminhos percorridos por Marco Polo.

Colocado à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Fe permaneceu em Roma até 1877, quando, a 25 de novembro, foi nomeado ministro residente no Rio de Janeiro.

Antes de partir, o novo ministro procurou o grão-mestrado de Malta, e expôs seu desejo de trabalhar pela ordem no Brasil, como o fizera de outras vezes em que servira na corte imperial. Já não vivia Borgia. Em seu lugar fora eleito o bailio frei Giovanni Batista Ceschi di Santa Croce. Era amigo de Alessandro.

Coube-lhe, assim, conceder ao ministro italiano as mesmas faculdades que lhe conferiram seus antecessores em 1854 e 1867.

⁵⁴. *Ibidem*.

⁵⁵. Carta de Fe a Bentivoglio, de 5 de fevereiro de 1858, AGM, *Piemonte-Genova*.

⁵⁶. Vide pasta Alessandro Fe d'Ostiani, in *Miscellanea*.

Foi o que, em despacho de 14 de dezembro de 1877 ⁵⁷, comunicou a Fe d'Ostiani. Causara-lhe a melhor impressão o seu relato verbal, em que expressava o desejo de prestar serviços à ordem no Brasil, para onde partia. Esta satisfação era tanto maior quanto estava a par da eficácia com que satisfizera anteriormente os encargos que lhe foram dados. Assim, com satisfação, lhe comunicava que “ouvido o soberano conselho, lhe é de novo concedida a faculdade de patrocinar os interesses da ordem no Brasil, tendo presentes os estatutos para a recepção dos candidatos”. As esperanças eram grandes. Não hesitou Ceschi em expressá-las: “Nutro firme esperança que, mercê da elevada posição que vossa excelência, senhor conde, vai ocupar no Império do Brasil, não lhe será difícil promover eficazmente o interesse pela nossa secular instituição entre a nobreza daquele país, e de dar, assim, a este grão-mestrado, provas ulteriores daquela nobre dedicação que, em todas as circunstâncias, tem demonstrado pela ordem jerosolimitana. Com tal certeza, é-me muito grato muni-lo da presente autorização.”

No Rio de Janeiro, continuou Fe a desenvolver sua atividade diplomática e social, mantendo um alto nível de vida que impressionava agradavelmente a sociedade brasileira, bastante burguesa em seus hábitos.

Os problemas decorrentes da imigração italiana cresciam. Questões de nacionalidade, de heranças, de casamentos o atormentavam. Em 1879 assinou dois atos internacionais com o governo imperial: um, a 2 de junho, visando à comunicação das sentenças penais; outro, a 14 do mesmo mês, para o cum-primento das declarações ou sentenças de habilitação ou reconhecimento de herdeiros e legatários ⁵⁸.

Em 1878 resolveu empreender um grande movimento em bem da Ordem de Malta. Achou que não poderia inaugurá-lo de melhor maneira do que oferecendo a grã-cruz de honra e devoção à imperatriz. Obtendo do imperador autorização para que se condecorasse “sua augusta esposa” ⁵⁹, comunicou a boa nova ao lugar-tenente, a 16 de abril, ⁶⁰ acrescentando, em carta particular

57. *Ibidem*.

58. *Código das Relações Exteriores*, p. 174 e segs.

59. Vide *Corrispondenza del Sovrani*, nº 10 e “Processi delle Dame di Onore e Devozione”, 1878-79.

60. Carta de Fe a Ceschi, de 16 de abril de 1878, AGM. *Corrispondenza del Sovrani*, nº 10, doc. nº 1.



FREDERICO GUSTAVO DE OLIVEIRA ROXO E SEUS FILHOS
(Gentileza da exma. sra. d. Vera Roxo Delgado de Carvalho).

e reservada, que achava oportuno ser a condecoração imperial acompanhada de cruces destinadas às damas de maior projeção na corte e no governo. Na impossibilidade de se distinguir a “única dama em serviço efetivo quotidiano”, a baronesa de Fonseca Costa, por ser solteira, voltou Fe d’Ostiani suas vistas para a esposa do mordomo, a então baronesa de Nogueira da Gama, e para a esposa do ministro dos Negócios Estrangeiros, a baronesa de Vila Bela ⁶¹. Lembrou-se, depois, de d. Valéria Vogeler de Sinimbu, esposa do presidente do Conselho, e sugeriu que fosse também condecorada.

O efeito produzido na corte do Rio de Janeiro foi grande. A imperatriz passou a usar as insígnias da ordem nas grandes solenidades. As três novas damas o faziam igualmente. Fe achava que seria a oportunidade de se pensar na fundação de uma associação nos moldes da Renana-Westfálica ⁶². De maneira entusiasta se manifestou a Ceschi ⁶³. Considerava as concessões como “o primeiro luminoso sinal de expansão da ordem jerosolimitana no Brasil, uma vez que havia já 30 anos que o imperador fora inscrito entre os baileiros grã-cruzes. Depois disto, poucos brasileiros foram condecorados. Destes, muitos residiam no exterior”, e prosseguia esperançoso: “Agora que a Cruz de Malta fez esta aparição no Império, não é fora de propósito esperar que, nestas circunstâncias, fossem constituídas comissões para ambulâncias e hospitais.” Para fortalecer seu plano, referiu-se às possibilidades que oferecia a aristocracia brasileira, insistindo: “Os títulos gentilícios não são hereditários, mas o é o estado nobre, mediante pedido de inscrição para cada geração. Diversas famílias, nobilitadas no tempo da Independência, já se encontram na quarta geração. Estas poderiam fornecer à ordem um primeiro contingente, sem contar as famílias portuguesas transplantadas da mãe-pátria, já com grau de nobreza.” Já podia oferecer, por outro lado, uma demonstração tangível do interesse despertado pela Ordem de Malta, em seus aspectos benéficos: a senhora d. Maria Carolina da Piedade Pereira Bahia, filha dos barões de Meriti, viúva do marquês de Abrantes, e esposa do dr. Joaquim Antônio de Araújo e Silva, barão com grandeza do Catete e visconde de Silva, espontaneamente remeteu um valioso óbolo

61. Carta de Fe a Ferretti de 1º de outubro de 1876, *ibidem*. Doc. 13.

62. 31 de dezembro de 1878, *ibidem*.

63. *Ibidem*, doc. nº 20.

“incondicionado” ao grão-mestrado: uma soma equivalente a “pouco menos de cinco mil francos ouro”⁶⁴.

Entretanto, não foi possível aproveitar o entusiasmo suscitado no Rio de Janeiro em 1879. Antes de mais nada, a presença de Fe no Brasil não foi muito prolongada. Por outro lado, as dificuldades internas de reorganização prendiam a atenção dos dirigentes da ordem, especialmente de Ceschi. Foi o grande momento da ressurreição da milícia, simbolizada na confirmação do título de grão-mestre, por parte de Leão XIII em favor do lugar-tenente. O Brasil estava distante. As comunicações eram difíceis e a presença do representante da ordem no Rio não seria muito prolongada.

Colocado à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros a 14 de outubro de 1879, Fe d’Ostiani foi pouco depois, a 19 de dezembro de 1880, nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Berna. Transferido para Bruxelas em 1881, ali também demonstrou seu interesse pela milícia de Malta, tratando de seu reconhecimento por parte do governo real⁶⁵.

Retornando à Suíça, em 1882, chefiou a legação em Berna até 1886. Foi nesse posto que apresentou, pela última vez, um candidato brasileiro ao governo magistral. Tratava-se de um dos primos de sua defunta esposa, Luís Otávio de Oliveira Roxo, o futuro segundo barão e visconde de Vargem Alegre, cujos irmãos ingressaram na ordem em 1867. Esse fato dispensaria nova apresentação de provas. Ainda assim, Fe remeteu ao grão-mestre uma árvore de costados do candidato. A 31 de maio de 1882 era assinada a bula de cavaleiro de devoção em favor de Luís de Oliveira Roxo⁶⁶.

Encarregado de missão extraordinária no Chile, por decreto de 27 de maio de 1886, certamente esteve no Brasil, a caminho de Santiago. Seria a última vez. Transferido de Berna para Atenas, em 1887, teve oportunidade de representar seu soberano, na qualidade de embaixador em missão extraordinária, no casamento do príncipe herdeiro da Grécia.

64. Carta de Fe a Ferretti, de 23 de outubro de 1878, *ibidem*, doc. nº 15.

65. Vide cartas de Fe a Ceschi, de 24 de abril e de 12 de maio de 1881, AGM. *Miscellanea*.

66. *Processi del Cavaliere di Onore e Devozione*, 1882; e *Verbali del S. Consiglio*, 1882, sessão de 17 de março, p. 39, nº 4.535.



RAIMUNDO BREVES DE OLIVEIRA ROXO
(Gentileza da exma. sra. d. Vera Roxo Delgado de Carvalho).



D. Valéria Vogeller de Sinimbu, viscondessa de Sinimbu
(*Coleção do Museu Imperial*)

Em 4 de dezembro de 1890 foi nomeado senador do reino. Era mais uma demonstração de que seu governo lhe desejava patentear seu apreço. Esta distinção se unia às outras honorificências, raras e ambicionadas, que lhe outorgara o governo real: as grã-cruzes da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro e da Ordem Civil de Savóia. Do governo imperial do Brasil, recebera a grande dignatária da Ordem da Rosa. A Ordem de Malta lhe deu inúmeras demonstrações de seu reconhecimento. Todos os seus irmãos foram isentos do pagamento de “passagem”. Por seu retrato, aqui publicado, vê-se que a milícia jerosolimitana ofereceu-lhe ainda uma distinção raríssima: o privilégio da cruz de profissão. A respeito, porém, não nos foi possível encontrar qualquer documento.

Aposentado, a pedido, por tempo de serviço e razões de idade a 24 de março de 1894, foi ainda, a 10 de junho, colocado à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 25 de fevereiro de 1895, nomeado conselheiro do contencioso diplomático, cargo que lhe foi confirmado a 15 de abril de 1900.

Alquebrado pela idade, dividia seu tempo entre Roma e sua cidade natal, onde habitava o belo palácio de família. A 11 de julho de 1905, falecia na Cidade Eterna, deixando sua única filha Paolina, já viúva do conde Tristan de Montholon Semonville.



LUIS OTÁVIO DE OLIVEIRA ROXO, VISCONDE DE
VARGEM ALEGRE

(Gentileza da exma. sra. d. Maria Amália Roxo Maia)



(Prato do serviço do 2º barão e visconde de Vargem Alegre, Luís Otávio de Oliveira Roxo. Vê-se o escudo do titular repousando na cruz (insígnia) da Ordem de Malta.

(Coleção do Museu Imperial)

CAPÍTULO II

A Ordem de Malta e a família imperial

1. Antecedentes em Portugal

Vimos as relações iniciais entre a Ordem de S. João de Jerusalém e a primeira dinastia que lhe deu mesmo um grão-mestre. Sob os primeiros reis, a milícia se expandiu em Portugal, ao mesmo tempo que cresciam as vocações monástico-cavaleirescas.

Com a dinastia de Avis, as relações começaram a ser mais íntimas, se bem que a razão do incremento deste contato nem sempre favorecesse aos ideais iniciais da ordem. Com efeito, a riqueza e o poderio que alcançara o priorado português foi aos poucos incentivando a ambição dos monarcas que desejavam para seus parentes próximos os benefícios e as rendas da instituição. O fenómeno não era, aliás, novo, e a derrocada dos templários influenciava constantemente os soberanos que se iam tornando absolutos. O fato de possuir a ordem uma personalidade internacional reconhecida, um território sobre o qual exercia governo incontestável e uma página brilhante e ainda atual de serviços militares de interesse para a cristandade a preservou da aniquilação que atingiu suas congêneres, quer com a supressão total e violenta, como no caso dos templários em França, quer com a incorporação das mesmas às diversas coroas nacionais, como se deu com a mesma ordem em Portugal. Essas circunstâncias especialíssimas mitigavam, até certo ponto, a ambição real. Em verdade, até o fim do século XVIII, os reis de Portugal, se almejavam para seus infantes o priorado do Crato, submetiam-se a recorrer em cada caso ao Sumo Pontífice e ao grão-mestrado, a fim de lhes pedirem a expedição das bulas necessárias. Só mais tarde é que, com o enfraquecimento da ordem, se pensou em secularizar e incorporar para sempre como um dos apanágios da casa real o priorado, a exemplo, aliás, do que se fazia noutros estados.

Reinando a dinastia de Avis, por várias vezes, príncipes da Casa Real ocuparam a sede prioral do Crato. O primeiro grão-prior fora d. Luís de Portugal, filho do Venturoso, que obteve a dignidade prioral por instâncias do irmão, d. João III, junto ao Papa Adriano VI. Ainda em vida do pai, seu filho d. Antônio, que passaria à história como prior do Crato, obteve da Santa Sé a sua nomeação como coadjutor de d. Luís, com direito à sucessão.

Sob a dinastia de Bragança, entretanto, as relações se tornaram permanentes. Em 1743 d. João V pediu à Santa Sé, para seu filho segundo d. Pedro, futuro d. Pedro III, a dignidade prioral, com a dispensa dos votos. Este se interessou muitíssimo pelo priorado e deu constantes provas de veneração pela ordem.⁶⁷

Coube ao poderoso ministro dos Negócios Estrangeiros da rainha d. Maria I, José de Seabra da Silva, sugerir, pela primeira vez, a incorporação do grão-priorado do Crato, secularizado, à Casa do Infantado, patrimônio do segundogênito real⁶⁸. Era necessário recorrer à Santa Sé, para obter uma bula de união. O Papa Pio VI, entretanto, não se mostrou favorável ao projeto e avisou ao grão-mestre de Rohan (1775-1797). Este obteve a intercessão da França. A recusa do Santo Padre, as ponderações dos governos francês e magistral, sustaram, ao menos por um momento, o projeto ambicioso. “Não quis mais a rainha que se tratasse do assunto, contentando-se que seus infantes reais recebessem, como antes, esta dignidade, com bula do convento.”

A acreditarmos no testemunho de Silva Ribeiro, Seabra não perdeu as esperanças de realizar seu antigo plano. Segundo a mesma fonte, o ministro “sempre procurou a queda de todas as ordens religiosas e militares, especialmente a nossa, onde nem ele, nem os seus seriam admitidos como cavaleiros de justiça”. Valendo-se do novo embaixador junto à Santa Sé, d. João d’Almeida de Melo e Castro, que lhe devia a nomeação, obteve seu intento. Ao despedir-se da rainha fidelíssima, este diplomata tocou no assunto, mas sua majestade respondeu prontamente que não era do desejo do Santo Padre. Chegando a Roma, entretanto, usou de um estratagema que deu resultado. “Fingindo cumprir ordens, voltou à carga e ameaçou o papa: ou ele assinaria a bula ou a rainha secularizaria todo o priorado de Portugal...”⁶⁹

67. Vide a propósito, FIGUEIREDO, José Anastácio, *op. cit.*

68. Carta do cavaleiro conventual Silva Ribeiro ao lugar-tenente Carlo Candida, de 9 de novembro de 1819, A. G. M., *Portogallo* (1815-1825).

69. *Ibidem.*

O fato é que a 24 de novembro de 1789,⁷⁰ o Papa Pio VI publicou um breve, em que expôs o princípio *expedit quam maxime*, roborado pela competente carta da rainha de 31 de janeiro de 1790, pelos quais se ordenou que ficasse unido e incorporado para sempre ao patrimônio da Casa do Infantado em Portugal, a administração do grão-priorado do Crato com “todas as rendas, pertences, prerrogativas, graças e indultos que por qualquer modo lhe tenham competido ou possam vir a pertencer”. Um precedente próximo foi referido, como para explicar a cobiça da corte de Lisboa: com a bula *Ea semper*, de 17 de agosto de 1784, o priorado de Castela e Leão, secularizado, foi perpetuamente unido ao infante de Espanha, d. Gabriel e seus sucessores e herdeiros.

Assim, “sempre aquele que administrar a dita Casa e Estado (do Infantado), será igualmente grão-prior, sem dependência de alguma nova concessão. Se não tiver um segundogênito, ficarão em administração tanto a casa como o priorado. Se casarem e tiverem descendentes estes filhos segundos, passarão a seus primogênitos, mas se os não tiverem, os sucederão os filhos segundos do monarca reinante”.

O primeiro a se beneficiar desta união foi o príncipe d. João que já sucedera a seu pai, d. Pedro III, no grão-priorado, mas que mesmo como príncipe herdeiro e depois príncipe regente e rei ainda administrou o infantado e o priorado.

Durante seu longo governo (1792-1826), d. João manifestou constantemente sua afeição pela Ordem de S. João, seguindo, aliás, a tradição paterna. Nos arquivos do grão-mestrado, encontram-se referências a inúmeras manifestações nesse sentido. Parecem-nos mais significativos os fatos que referiremos⁷¹.

Ainda no Rio de Janeiro, o príncipe regente dirigiu aos cavaleiros portugueses uma carta régia, a 9 de abril de 1810, na qual lhes agradecia “o zelo, fidelidade e amor à religião, na feliz restauração do reino”. Por carta régia de 9 de dezembro de 1819, resolveu d. João confirmar todos os privilégios conferidos à Ordem de Malta por d. Maria I a 25 de julho de 1777.

Quando do retorno a Lisboa da família real, os cavaleiros portugueses foram solenemente recebidos por Sua Majestade a

⁷⁰ Cf. FIGUEIREDO, J. A., *op. cit.*, tomo III, pp. 202 e seguintes.

⁷¹ Vide documentos in AGM, *Portogallo*.

25 de julho de 1821. Ao discurso de saudação, o rei respondeu com palavras de verdadeira simpatia.

Mais significativo, entretanto, é o seguinte episódio ⁷²: em 1824, o convento magistral resolveu conceder ao infante dom Miguel a grã-cruz de devoção. Quando o cavaleiro Manuel Pais de Sá e Meneses comunicou essa decisão ao marquês de Palmela, então ministro dos Negócios Estrangeiros, percebeu que o titular estranhara não ter sido lembrado também o rei. Prometeu, entretanto, pedir a Sua Majestade a necessária autorização para que se condecorasse o infante. A Palmela já explicara o representante do priorado que nenhum esquecimento houvera. Simplesmente, como d. João VI “nascera grão-prior era grã-cruz nato”. Entretanto, Palmela pressentira a reação do soberano, que foi violenta. “S. M. não gostou de se ter mandado a grã-cruz ao infante seu filho, nenhum caso se fazendo dele. Replicou mesmo: É verdade que sou o grão-prior, mas nunca usei da cruz nem da grã-cruz porque nunca m’a ofereceram e nem mesmo nunca se me mandou o diploma. Portanto não me parece bem que o infante a tenha sem título, sendo eu o grão-prior e não usando dela. Basta que o príncipe a use”.

O convento magistral tratou de resolver a questão criada por inabilidade ou esquecimento e mandou sustar a entrega da grã-cruz ao infante até à chegada da bula de S. Majestade. Esta chegou no princípio do ano seguinte a Lisboa e, solenemente, no paço de Bemposta, a 12 de janeiro de 1825, foi entregue a d. João VI que, a 18 do mesmo mês, escreveu ao lugar-tenente Busca, agradecendo-lhe a concessão.

As tendências políticas de d. Miguel o faziam aproximar-se de tudo o que se relacionasse à tradição, não sendo pois de estranhar as relações estreitas que o uniram ao priorado português do qual, aliás, era, de direito, há muito, o grão-prior, apesar de d. João conservar a administração e d. Pedro o título.

A Ordem de Malta, entretanto, sabiamente, não se prendeu de maneira comprometedora ao miguelismo absolutista. Apesar das dificuldades fundamentais que lhes criou o liberalismo nascente, o Convento Magistral prestigiou sempre o princípio monárquico encarnado nos herdeiros e sucessores de d. Pedro IV. Assim é que, depois do período difícil de constitucionalização do

⁷². Vide carta do comendador Manuel Pais de Sá e Meneses ao lugar-tenente, de 7 de abril de 1824, *ibidem*.

Litt. 16.

Venerando Balio Frei Antonio Busca, Lugar Tenente do
Grão-Mestrado da Sagrada Ordem Militar de São João de
Jerusalém. Eu Dom João por graça de Deus, Rei do Rei-
no Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, d'aquem e d'além
Mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e
Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc. vos envio
muito saudar, como aquelle que muito Amo e Heia Recabi com
especial complacencia, e alto apreço, a Grão Cruz da Sagrada
Ordem de São João de Jerusalem, que vos me transmittistes, e que
me foi apresentada com a vossa Carta, e a competente Bulla
pelo Recebedor e Procurador geral da mesma Sagrada Ordem
no Priorado deste Reino, e sendo grato á vossa lembrança podis
estar bem persuadido que sempre continuarei a conceder, como até
agora tenho feito, a Minha Soberana Protecção aos Cavalleiros
pertencentes ao mesmo Priorado, que me prezo de ver unido
á Minha Real Casa de Infantado. Venerando Balio
Frei Antonio Busca, Nosso Senhor faça a vossa Pappa em
sua Santa Guarda. Escrita no Palacio do Alente aos 18 de
Janeiro de 1825.

Rey

Carta com que d. João VI agradeceu ao lugar-tenente Busca a grã-cruz que
lhe fora conferida.

país, receberam a grã-cruz de honra e devoção, o rei d. Luís I (1881), o futuro rei d. Carlos I (1887), os príncipes d. Luís Filipe (1902) e d. Afonso, duque do Porto (1905), e o rei d. Manuel II (1907) ⁷³.

2. D. Pedro, grão-prior do Crato

Na opinião de José Anastácio de Figueiredo ⁷⁴, o príncipe regente d. João só seria substituído no grão-priorado do Crato quando realmente sucedesse na coroa, momento em que “uma e outra administração (a do infantado e a do grão-priorado) há que passar ao seu segundogênito legítimo”. Tal entretanto não se deu. Vivendo ainda a rainha d. Maria I, foi o infante dom Pedro feito grão-prior do Crato a 14 de novembro de 1799, com apenas um ano de idade ⁷⁵. Isto porque, nessa época, vivia ainda o herdeiro, d. Antônio, príncipe da Beira (1795-1801). Entretanto, mesmo após o falecimento deste, continuou d. Pedro com o título prioral, dignidade que haveria de conservar até 1825.

Muito poucos documentos encontramos, entretanto, relativos ao nosso imperador, o que se explica pelas circunstâncias de sua vida movimentada e, principalmente, pelo fato de conservar seu pai por muito tempo a administração dos apanágios do infante real. Deixando, ainda menino, a pátria, premido com a família pelas hostes de Junot, e a ela só retornando em dias difíceis, às vésperas da morte, pouco contato direto teve d. Pedro com seu priorado. Entretanto, todas as reuniões deste se faziam “com licença do sereníssimo senhor infante d. Pedro, grão-prior do Crato”.

O curioso é que, com as dificuldades políticas do início do século XIX, não se seguiu à risca o breve de Pio VI e a carta régia de d. Maria I. Complicava ainda a questão o fato de ser d. João até 1816 príncipe regente, viva ainda a rainha fidelíssima. É verdade que d. Miguel, o infante, a quem deveria caber o priorado, era ainda menor. Entretanto, em novembro de 1819, a situação era ainda a seguinte: “o rei tem a tutela; o príncipe real, d. Pedro, tem ainda o título; mas o infante é que terá o priorado e o infantado...” ⁷⁶

⁷³. Vide *Corrispondenza del Sovrani*.

⁷⁴. *Op. cit., ibidem*.

⁷⁵. Vide: *Lista dos cavaleiros, freires capelães conventuais e serventes de armas do venerando priorado de Portugal*, Lisboa, 1800.

⁷⁶. Carta de Silva Ribeiro a Candida, de 9 de novembro de 1819, AGM, *Portogallo*.

Mesmo depois da Independência, continuava com o nosso primeiro imperador o título prioral. Num “extrato do corrente Registro das Deliberações do Venerando Priorado de Portugal a fls. 159, verso”, lê-se o seguinte: “Nos paços de Bemposta desta cidade de Lisboa. Em o dia 28 de maio de 1825. Com licença de Sua Majestade e de Sua Alteza Real o sereníssimo príncipe e senhor d. Pedro, grão-prior do Crato...”. Explica-se esse fato por continuar a ser o imperador o príncipe real de Portugal.

A verdade é que a situação era confusa, pois, como vimos, talvez por conservar a sua administração, em 1824, d. João VI ainda se dizia grão-prior.

De qualquer forma, d. Pedro demonstrou sempre uma afeição especial pela Ordem de Malta, como o prova o uso constante que fazia da cruz octogonal de S. João de Jerusalém. Desde a gravura de Aguilar, publicada em 1800 na *Lista dos Cavaleiros, Freires, Capelães e Serventes d’Armas do Venerando Priorado de Portugal*, em que o grão-prior traz além da cruz a véstia de bailio da ordem, até os retratos pintados já no fim do reinado brasileiro, a maioria dos documentos iconográficos de d. Pedro I mostra o uso constante que o mesmo fazia, sob as insígnias da Ordem do Tosão de Ouro, do “hábito pendente de Malta”.

3. D. Carlota e d. Leopoldina

Em vista das adversas circunstâncias que a reforma liberal vinha criando ao priorado no princípio do século XIX, era necessário empregar todos os meios para salvar o que fosse possível. Grande batalhador, nesse sentido, foi o então secretário e arquivista, o conventual comendador frei Antônio Pedro da Silva Ribeiro, cuja interessante e volumosa correspondência com o Convento Magistral nos possibilitou conhecer, com minúcias, as circunstâncias nas quais foram concedidas à rainha d. Carlota Joaquina e à princesa real, d. Leopoldina, a grã-cruz de S. João de Jerusalém ⁷⁷.

Já em 1816 trabalhava Silva Ribeiro para obter a proteção das princesas da casa real. Em vésperas dos casamentos das duas infantas portuguesas com o rei de Espanha Fernando VII e com seu irmão, sugeria o diligente secretário ao grão-mestrado: “Creio

⁷⁷. Docs. in AGM. *Portogallo*.



O - SERENISSIMO
SENHOR INFANTE
DOM PEDRO
GRAO' - PRIOR DO-CRATO
NASCEO EM LISBOA A 12 DE-OUTUBRO
DE
J798

O FUTURO IMPERADOR D. PEDRO I
(Gravura de Aguilar, in *Lista dos Cavaleiros, Freires, Capelães,
Conventuais e Serventes d'Armas do Venerando Priorato
de Portugal*, Lisboa, 1800).

(Biblioteca do Grão-Mestrado da S. M. O. M.)



O IMPERADOR D. PEDRO I

Gravura de Edwardo [sic] Smith, Liverpool, 1827, sobre pintura
de Simplício Roiz de Sá

(Coleção do autor)

que para tanto (defender a ordem em Portugal) é necessário unir a todas as demais lícitas diligências, a de procurar a proteção das princesas reais, e excitar em seu espírito a devoção pela nossa ordem. Assim vejo que será de grande utilidade para nossa gratíssima causa que o sr. lugar-tenente e o Sagrado Conselho ofereçam a S. M. C. Fernando VII a grã-cruz de devoção para a infanta de Portugal, sua futura esposa, e para a outra infanta noiva de seu irmão...”⁷⁸.

A sugestão foi aceita e, a 7 de setembro de 1816, dois dias depois de seu casamento em pessoa, recebia Fernando VII as duas grã-cruzes destinadas à rainha d. Maria Isabel Francisca de Bragança e Bourbon e à sua cunhada d. Maria Francisca de Assis, casada no mesmo dia com o infante de Espanha d. Carlos.

Em 1817, com a notícia das negociações do casamento do príncipe real e grão-prior do Crato, d. Pedro, com a arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina, filha do imperador Francisco I, da Áustria, nova oportunidade se apresentava a Silva Ribeiro, para levar avante seu plano de obter a simpatia das princesas pela causa da ordem.

Apressou-se, pois, a comunicar a nova sugestão ao lugar-tenente⁷⁹. “Eu já me devia eximir de projetos, mas, em suma, é de minha obrigação lembrar quanto me parecer bem para obter grandes proteções. Que mal faria à nossa causa aferrar bem à devoção da ordem a atual rainha fidelíssima, d. Carlota Joaquina? Que mal faria a proteção da arquiduquesa Leopoldina, futura esposa do príncipe d. Pedro, grão-prior de Portugal? E para estas duas senhoras, não seria muito própria a grã-cruz da nossa ordem? Nós não temos outras riquezas que oferecer!”. Precedentes honrosos poderiam ser invocados, com a concessão da grã-cruz à imperatriz da Rússia e às grã-duquesas, para não recordar a recente concessão, em situação análoga, às duas infantas portuguesas. O bailio Litta fizera belíssima figura em São Petersburgo, condecorando “as senhoras imperiais”. O *modus faciendi* seria, pois, encarregar o bailio Miari, ministro da ordem em Viena, de entregar a cruz e a bula à noiva arquiduquesa “e esta senhora podia depois enfeitar com outra grã-cruz a rainha fidelíssima na corte do Brasil”. “Conforme as atuais circunstâncias em que

78. Carta de Silva Ribeiro ao lugar-tenente, de 6 de março de 1816.

79. *Idem*, de 4 de abril de 1817.

se acha aquele superior (o lugar-tenente) e convento, não podia de outro modo publicar a sua demonstração senão encarregando o venerando bailio Miari, residente perante S. M. I. apostólica, como plenipotenciário de nossa ordem, de apresentar reverente àquela arquiduquesa a grã-cruz de devoção da mesma ordem, com outra para nossa rainha fidelíssima”⁸⁰.

Por mais que se apressasse, entretanto, o grão-mestrado, não foi possível enviar a tempo para Viena as bulas e as grã-cruzes e ainda as cruzes de brilhantes que desejavam oferecer os membros do priorado de Portugal. A 13 de maio realizava-se naquela capital o casamento principesco por procuração, e pouco depois d. Leopoldina e sua comitiva embarcavam em Livorno com destino ao Rio de Janeiro. “A impossibilidade que houve de se poder efetuar com a viagem de S. A. fez que de outro modo, e não menos decente, se preenchesse aquele respeito e obséquio.”⁸¹

Lembrou-se o secretário-arquivista de sugerir como intermediária das mercês magistras a poderosa camareira-mor da princesa real, a condessa viúva de Linhares, d. Gabriela Asinari de San Marsano, que acompanhara as infantas da corte do Rio de Janeiro à Espanha em 1816, e que acabava de receber instruções do príncipe regente de ir ao encontro da arquiduquesa, incorporando-se ao seu séquito. Em Madri recebera a cruz de devoção jerosolimitana, a instâncias do próprio Silva Ribeiro, que assim se referia ao assunto: “A mais, a *Grand Maitresse* (que em Espanha e Portugal se denomina camareira-mor), que virá do Brasil acompanhando as princesas, é a viúva condessa de Linhares. D. Gabriela Asinari de San Marsano, piemontesa, de família bem conhecida, e antiga na nossa ordem, irmã de San Marsano que foi, no Congresso de Viena, plenipotenciário do rei da Sardenha, e esta senhora, com toda aquela família Sousa, do seu defunto marido, é da minha maior e antiga amizade. Será portanto necessário agradar as camareiras-mores das referidas princesas, tanto a portuguesa San Marsano, como a espanhola que lhes é destinada, com a pequena cruz de ouro de devoção.”⁸²

O interesse demonstrado pela condessa de Linhares pelos negócios da ordem se evidencia na volumosa correspondência mantida, por essa época, com Silva Ribeiro que, cuidadosamente,

80. Carta de Silva Ribeiro à condessa de Linhares, de 20 de janeiro de 1818.

81. *Ibidem*.

82. Carta de Silva Ribeiro ao lugar-tenente, de 6 de março de 1816.



O LUGAR-TENENTE FREI ANDREA DI GIOVANNI
Conferiu a grã-cruz de honra e devoção à imperatriz d. Leopoldina em 1817
(Galeria do Palácio Magistral da S. M. O. M.)



A IMPERATRIZ D. LEOPOLDINA

Miniatura de Jean-Baptiste Isabey feita no Castelo de Luxemburgo, na Áustria, e oferecida pela então princesa real à irmã, Maria Luisa, duque de Parma, em 1817

(Coleção do autor)

a referia ao lugar-tenente. Assuntos os mais importantes, tanto referentes a questões internas da ordem, como aos problemas internacionais, então em plena efervescência, eram minuciosamente tratados. Era, pois, natural que, num momento como este, fosse lembrado o nome da “nossa grande protetora condessa de Linhares, que parte para o Brasil no dia 13 ou 14 de julho em uma fragata de guerra com as damas e *demoiselles* destinadas anteriormente a ir a Livorno esperar a princesa, acompanhando-a e permanecendo no Brasil a seu serviço.”⁸³

Aceita a sugestão, dirigiu-se Silva Ribeiro à condessa: “Resolveu-se portanto, o mesmo superior e convento, de encarregar v. ex.^a, deste ato de respeito e felicitação, remetendo-lhe as bulas e grã-cruzes, para que v. ex.^a, como respeitável dama de devoção de nossa ordem, as apresente a Sua dita Majestade e Alteza e solicite a sua proteção, conservando-se na religiosa e constante devoção à mesma ordem... Este encargo, em poucas palavras, se exprime na carta do sr. lugar-tenente, com que, da parte do sacro conselho lhe dirige as bulas e grã-cruzes mencionadas que a brevidade com que parte este navio me priva de remeter a v. ex.^a, e, por isso, nesta ocasião lhe remeto a anexa cópia.”⁸⁴

Poderia parecer a muitos, principalmente aos desafetos da condessa, que eram numerosos, descabido aquele encargo, uma vez que no Rio de Janeiro se encontravam o príncipe regente, antigo grão-prior, o príncipe d. Pedro, atual prior, e o procurador do priorado, o cavaleiro comendador frei d. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, aliás tio por afinidade de d. Gabriela. Qualquer destes dignitários poderia, com mais autoridade, fazer entrega das insígnias à rainha e à princesa. Acautelou-se Silva Ribeiro e procurou prevenir qualquer possível indiscrição da própria interessada: “Pareceu-me acertado que não devia ocultar a v. ex.^a a notícia desta honrosa missão, e preveni-la para um tão respeitável encargo, mas ao mesmo tempo entendo que vossa ex.^a nada deve declarar antes de receber tudo acima mencionado, para o que não fizemos entre nós senão algumas particulares conferências e demoramos a convocação do priorado, por escrito (segundo o costume), na persuasão de maior acerto até que se efetue esta comissão, todos lembrados e escandalizados da triste inveja e da malignidade praticada contra a sua viagem a Livorno,

⁸³. *Idem*, de 10 de setembro de 1817.

⁸⁴. 20 de janeiro de 1818.

e por isso nos acautelamos aqui, a fim de que, vindo-se a saber serem dirigidas por V. Ex.^a as mencionadas coisas, não venha suspeitar-se, e a ser invejado o aparatoso ato com que v. ex.^a satisfará aquele brilhante encargo, o qual, de razão, tocava a v. ex.^a como assaz digna dama de devoção da ordem e descendente de família de tanta consideração.”⁸⁵

Entretanto, reunido afinal o priorado, a 7 de março de 1818, para se inteirar do assunto, dava Silva Ribeiro a seus confrades, sobre o mesmo, explicações bem diferentes. Embora concedesse que a idéia fora sua, assegurou que tudo fizera com o consenso dos superiores. A escolha da condessa de Linhares para portadora das insígnias, explicou-a por razões de cerimonial, com fundamento em fato recente. Não nos foi possível averiguar a reação dos comendadores portugueses diante deste fato consumado, mas é certo que o secretário e arquivista julgou prudente fazer suas declarações por escrito, copiadas *ipsis verbis* na ata remetida, em cópia, ao Convento de Catânia: “Animado por esses relevantes motivos (de procurar o bem do priorado), e sempre de acordo com o nosso superior religioso, com o vice-chanceler interino, e não menos com o venerando bailio Miari, incessantemente diligenciando a geral utilidade da ordem, e promovendo sempre os mais prudentes meios de fazer-se permanente a proteção do rei e de toda a sua augusta família, particularmente tomei a resolução de propor que o venerando senhor lugar-tenente do mestrado e sacro conselho oferecessem, e nos dirigissem, as grã-cruzes de devoção para a rainha fidelíssima e para a augusta princesa Leopoldina, e que, para lhas apresentar e pôr no peito desse comissão e encargo à condessa de Linhares, a qual já o cavaleiro comendador Pais de Castelo Branco tinha pessoalmente entregado na corte de Madri, no ano de 1816, a bula de dama de devoção que eu lhe tinha dirigido, tendo ouvido em Malta que o venerando bailio Litta não pôs no peito as grã-cruzes de devoção à imperatriz e às grã-duquesas da Rússia, mas sim o imperador, por não haver em Petersburgo damas de devoção até aquele tempo. Anuiu aquele superior e convento, com geral aplauso, a esta proposta; mas os poucos meios para a segura condução das grã-cruzes, e para as acompanhar com dois hábitos fez que se resolvesse, de inteligência comigo, de remeter-me as bulas das grã-cruzes com a carta de comissão e encargo para a dita condessa camareira-mor, incum-

85. *Ibidem*.



D. GABRIELA ASINARI DI MARSANO PINTANDO
O RETRATO DE SEU MARIDO O PRIMEIRO CONDE DE LINHARES
(Óleo de Domingos Sequeira)

Coleção do exmo. sr. conde de Linhares.

bindo-me de tudo o mais que tive a honra de expor nesta veneranda coleta, parecendo-me que executei o melhor possível esta comissão.”⁸⁶

Entretanto, não ficara aí a participação de Silva Ribeiro. Projetara a concessão das duas grã-cruzes, sugerira encarregar-se a condessa de Linhares de fazê-las chegar a suas destinatárias, recebera as bulas e as cruzes de pano do Convento Magistral. Desejou, entretanto, a elas acrescentar uma homenagem tangível do priorado português: “Nestes termos era necessário que, ao respeitoso tributo geral da ordem, oferecendo esta à nossa augusta rainha e a S.A.R. a princesa Leopoldina as costumadas grã-cruzes de devoção, este venerando priorado, composto de religiosos vassallos portugueses, também humildemente unisse algum sinal do seu contentamento conforme aquele reverente obséquio do nosso superior religioso, e, nesta consideração, rogasse, como muito e muito roga a v. ex.^a de anexar às grã-cruzes do convento as duas cruzes pendentes que também, segundo as nossas circunstâncias, unicamente servirão de manifestarmos expressamente a nossa união à mãe comum, declarando juntamente o prazer e honra que temos neste obsequioso tributo dirigido pela nossa sagrada ordem a Sua Majestade e à nossa real princesa Leopoldina.”⁸⁷

Imaginou o secretário arquivista unir às bulas e às cruzes de pano duas cruzes de brilhantes. Por felicidade, havia duas destas jóias no cofre da recebedoria da ordem em Lisboa. “... Passo agora a informá-lo (recebedor do grão-mestrado) de que, indo avante meu projeto das grã-cruzes para a rainha fidelíssima e para a princesa Leopoldina, e me tendo sido entregues as duas bulas do convento, com uma carta do sr. lugar-tenente para a senhora condessa de Linhares, procurei acompanhá-las com duas cruzes de brilhantes (como havia projetado e declarado com antecedência ao nosso Vella), as quais se conservam nessa recebedoria. Uma era do espólio do bailio de Leça, Sousa Coutinho, e a outra do bailio de Leça, Gurjão, verdadeiramente belas e capazes de serem oferecidas sem vergonha, se bem que não tanto ricas para aquelas senhoras. Contudo, porém, os diamantes de ambas não valem menos de dez mil cruzados, de moeda portuguesa.”⁸⁸

86. Extrato da *Collecta* de 7 de março de 1818.

87. Carta de Silva Ribeiro à condessa de Linhares, de 20 de janeiro de 1818.

88. Carta de Silva Ribeiro ao bailio recebedor da ordem, cav. Lomellino, de 24 de janeiro de 1818.

Estas informações não agradaram o recebedor do priorado de Lisboa, pois não as achou conformes à verdade, tanto no que respeita à proveniência das cruzes quanto ao valor das mesmas. Isso nos possibilitou ter informações mais precisas, pois Silva Ribeiro se apressou a comunicá-las ao vice-chanceler Vella: “Contando ao nosso recebedor o que lhe disse, ou antes, lendo-lhe a carta, ele não ficou muito satisfeito temendo uma contradição entre a minha descrição e a dele, tanto em relação ao espólio de onde provêm, como à sua avaliação: nós dois tínhamos dito a verdade, pois a cruz menor entrou no espólio do bailio de Leça, Almeida, a seu tempo, mas isso depois de ter entrado no espólio do bailio Gurjão, que a mandou fazer. Quanto ao preço, este está em relação à avaliação e essa foi feita de maneira a contentar a todos. O bailio de Acre, Mendonça, sabe que a cruz grande foi feita sob encomenda do defunto bailio de Leça, d. Raimundo de Sousa da Silva, e que custou seis mil cruzados, assim paga, e dada de presente pelo defunto bailio recebedor Sousa Coutinho. Esta é a maior das duas. A outra custou a Gurjão muito mais de mil cruzados, se bem que, segundo a avaliação, o defunto bailio Almeida a teria pago por um preço menor. Como quer que seja, são ambas um limpo presente e servem à nossa bela causa: de outro modo, aonde paráramos?”⁸⁹.

Motivo de homenagem era não somente unir tangivelmente o priorado de Portugal às concessões do Convento Magistral, mas também evitar uma possível crítica de que o presente fora feito pela metade. Com efeito, era uso, em relação às ordens militares do reino, unir às grã-cruzes de pano uma jóia a que se chamava hábito pendente. Era pois possível que a corte criticasse a chegada ao Rio de Janeiro das bulas acompanhadas simplesmente das cruzes de fazenda a serem usadas como sobrevestes ou como emblemas aplicados às vestes comuns. “Foi motivo de unirmos às costumadas cruzes do convento as duas cruzes pendentes, o sistema praticado nas outras ordens de cavalaria que não religiosas como a nossa, a saber-se que ao diploma da grã-cruz se costume unir uma medalha correspondente à ordem.”⁹⁰

Na declaração escrita apresentada à *coleta* de 7 de março, da mesma forma se exprimiu o conventual secretário: “Para o que conjuntamente convém declarar respectivamente às duas cruzes de

89. Carta de Silva Ribeiro ao cav. Vella, de 9 de fevereiro de 1818.

90. Carta de Silva Ribeiro à condessa de Linhares, de 20 de janeiro de 1818.

diamantes que debaixo de muito plausível pretexto (de que se lembra o venerando presidente da coleta) na sábia consideração de que alguém poderia notar, como falta nossa, não irem com as bulas, e que em Portugal se costuma remeter aos novos grã-cruzes das ordens militares do reino juntamente a medalha correspondente, vacante pelo falecimento de outro grã-cruz; portanto o mesmo venerando bailio, em qualidade de procurador do venerando comum tesouro, convidou os cavaleiros procuradores do venerando priorado, para que se achassem a certo tempo na recebedoria da ordem e ali com ele e com o cavaleiro com. Pais, recebedor e procurador-geral da mesma ordem, examinassem as duas cruzes de diamantes conservadas no respectivo cofre, e à vista delas observassem se estavam de modo que não fossem indecentes de se oferecerem da parte do nosso venerando priorado...”⁹¹.

Tudo resolvido, esmerou-se Silva Ribeiro na confecção de estojos que pudessem conter todos os objetos destinados ao Rio de Janeiro e na mesma *coleta* de 7 de março apresentou a seus confrades “quatro caixas cobertas de veludo carmesim, forradas de cetim branco, agaloadas por fora e por dentro, em todos os lados e contornos, de fino galão de ouro com fechaduras e dobradiças de metal dourado, dentro saquinhos de seda verde com fitas da mesma cor; tudo isto estava dentro de outra caixa de madeira escura, de fora do reino, com boas dobradiças, também de metal dourado, bela fechadura e chave muito bem trabalhada; e dentro das duas caixas ou conservas maiores de veludo, acima declaradas, estavam (em cada uma delas) dois peitilhos de lhama, uma de ouro, outra de prata, com botõezinhos da mesma lhama, e presilhinhas de prata e de ouro, nos quais peitilhos estavam cosidos e muito bem assentes as grã-cruzes de tela de linho branco à maneira usada nas sobrevestes dos nossos bailios, de modo que vinham a conter estas maiores caixinhas ou conservas quatro peitilhos, cada um com a sua grã-cruz cosida sobre a lhama, e juntamente outras grã-cruzes de tela de linho, avulsas, para se poderem coser e assentar em outros peitilhos ou nos vestidos, de diferentes cores. Dentro das outras duas caixinhas de veludo estavam duas cruzes de diamantes, cada uma delas com seu laço de fita preta sendo essas duas menores caixinhas forradas de cetim branco, na tampa pela parte de dentro, e no fundo de veludo preto, para fazer brilhar muito mais os diamantes daquelas cruzes ou

91. Extrato da ref. *Collecta*.

hábitos pendentes: e além disso havia um saquinho de seda carmesim com as competentes bulas do convento, e com as cartas para a condessa de Linhares”⁹². Assim foram remetidas para o Rio de Janeiro, endereçadas à camareira-mor, as grã-cruzes destinadas à rainha fidelíssima e à futura imperatriz.

Pouco antes, podia Silva Ribeiro dar ao grão-mestrado as primeiras boas notícias da chegada da arquiduquesa ao Rio de Janeiro, a 5 de novembro, de sua festiva acolhida, a 6, e da boa impressão que causara. É com o orgulho de quem vê os fatos confirmarem suas previsões que ele transcreve as notícias mandadas pela condessa à família: “Nossa nova senhora não só possui as eminentes qualidades que Miari me referira (com o retrato que respeitoso conservo e que me parece assemelhar-se ao arquiduque Ferdinando que muito me honrou em Milão e Monza), mas ainda temos a felicidade de ter ela tomado posse dos corações de toda a augusta família portuguesa, com o do nosso príncipe real, sem dúvida, a ela já ligado pelos laços do matrimônio. Estas notícias foram referidas pela nossa ótima condessa de Linhares, camareira-mor da princesa real. A essa [senhora] perguntou o príncipe que tal lhe parecia sua esposa e, tendo respondido: ‘muitíssimo bem’, aquele lhe retrucou: ‘e a mim muitíssimo e muitíssimo mais’. Quando o rei acompanhou a princesa ao apartamento que lhe fora destinado, onde fora colocado um retrato do seu pai, e ela, tendo-o visto, enterneceu-se tanto que, de seus olhos se pôde conhecer a sua filial ternura, e Sua Majestade, também, segundo virtuosos impulsos, comoveu-se até às lágrimas, como a princesa. E quando o rei a conduziu ao próprio apartamento, onde estava o seu retrato, havia ali dois livros que lhe ofereceu, dizendo-lhe ser um oferecimento feito a uma princesa tão dedicada à leitura (continham aqueles livros os retratos de toda a sua imperial família). Então ela humildemente lhe beijou a mão reconhecida por estes sinais de cordialidade”⁹³.

Não poderiam ser melhores as perspectivas. Era evidente o prestígio de que gozava a condessa de Linhares. Silva Ribeiro não escondia seu entusiasmo: “Em resumo, é, como Miari me declarou, a nossa felicidade. [...] A nossa condessa é a primeira pessoa da Corte, temos nela todas as boas esperanças, e eu a vejo triunfante não só do novo ministério, mas também dos pouquíssimos

92. *Ibidem*.

93. Carta de Silva Ribeiro a Vella, de 9 de fevereiro de 1818.

invejosos [...] desejo a nós todos todas as felicidades.” E para completar a ladainha de boas notícias, anuncia a possibilidade de um novo casamento real, desta vez não realizado: “A mais bela infanta nossa, a que pela idade segue imediatamente as que se encontram na Espanha, se casa com o filho primogênito do imperador francês.”⁹⁴

Da chegada das grã-cruzes ao Rio de Janeiro e da solenidade da imposição, deu o comendador Pais de Sá notícia ao vice-chanceler da ordem: “Chegando o navio em que iam as ditas grã-cruzes, felizmente, fazendo uma jornada muito breve, chegaram antes de S. João, que era todo o nosso empenho, para servirem naquele dia, por devoção ao nosso S. João, e por ser dia de grande gala na corte. Sabendo Sua Majestade e Alteza da oferta das grã-cruzes feita pelo ex.^{mo} sr. lugar-tenente e Sacro Conselho, logo mostraram a maior satisfação, designando o dia de S. João para lhes pôr a senhora condessa de Linhares, nossa dama de devoção, o que se executou no dito dia, mostrando a maior satisfação. A sra. condessa de Linhares ainda não pôde escrever oficialmente narrando tudo circunstanciadamente, mas por não demorar mais uma tão agradável notícia o mandou dizer a sua família acrescentando que Sua Majestade e Alteza faziam tenção de responder às cartas que acompanhavam as ditas grã-cruzes...”⁹⁵

Infelizmente não nos foi possível encontrar o ofício da camareira-mor e o agradecimento das reais agraciadas. Certamente se perderam, como muitos outros documentos, durante as mudanças do Convento Magistral até sua instalação em Roma.

4. D. Pedro II⁹⁶

A 2 de setembro de 1846, nosso ministro “junto à Santa Sé e às cortes de Florença, Parma e Turim”, Luís Moutinho de Lima Álvares da Silva, comunicava ao lugar-tenente do grão-mestrado de Malta, bailio frei Filipe de Colloredo, que “tendo transmitido a seu governo o desejo que lhe testemunhou de enviar a Sua

⁹⁴. *Ibidem*. O projeto de casamento do rei de Roma com a princesa Isabel Maria, a futura regente, não foi adiante.

⁹⁵. Carta de 9 de setembro de 1818.

⁹⁶. Os documentos a que faremos referência encontram-se em AGM. *Corrispondenza del Sovrani*, nº 1, 1846; *Corrispondenza Italiana*, 1846; in A. H. I., maços relativos à legação junto à Santa Sé, 1846.

Majestade o Imperador a grã-cruz e o título de Grande Comendador [sic]” acabara de receber despacho do ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 7 de maio último pelo qual se comunicava ter Sua Majestade aceito a sugestão ⁹⁷.

Não nos foi possível encontrar nenhum documento anterior a esta nota, o que nos impede de avaliar as circunstâncias nas quais foi feito o oferecimento do grão-mestrado e os termos com que foi o mesmo transmitido por Moutinho ao Rio de Janeiro.

De posse da aceitação do ministro brasileiro, tratou o lugar-tenente de tomar as providências para que fosse expedida a bula destinada ao imperador. A 10 de setembro, o chanceler interino recebia ordem de prepará-la. A concessão era naturalmente *motu proprio*.

Entretanto, somente a 1º de outubro pôde a locotenência remeter a Moutinho a bula e uma carta dirigida ao nosso ministro dos Negócios Estrangeiros. A este pedia o bailio Colloredo colocar “aos pés do trono” o documento magistral com seus agradecimentos pela “contribuição tão poderosa para o interesse e o brilho da ordem que, sob a proteção de Sua Majestade e de muitos outros soberanos da Europa, poderá retomar igualmente o antigo lugar que lhe compete entre as mais instituições da Cristandade” ⁹⁸.

Não ficou, entretanto, satisfeito o nosso representante diplomático. Segundo sua opinião, a bula deveria ter sido acompanhada de uma cópia destinada ao ministro secretário de Estado, uso consagrado na correspondência de chefes de Estado, e, principalmente, o decepcionara a ausência das insígnias que acreditava deversem acompanhar o documento. Não escondeu Moutinho o seu desapontamento e, com termos secos, protestou junto ao lugar-tenente em carta de 7 do mesmo mês. A decepção fora grande. Ainda assim, remeteria o envelope a seu país ⁹⁹.

Surpreso com a acolhida que recebera na legação imperial aquele ato de deferência ao imperador, principalmente por ter suposto que o ministro, cavaleiro de devoção desde 1836, estivesse a par dos usos da milícia que presidia, Colloredo apressou-se a prestar as mais amplas explicações. Segundo ele, a bula não fora

⁹⁷. *Corrispondenza del Sovrani*, doc. nº 1.

⁹⁸. *Corrispondenza Italiana*, VII. L. 154, p. 231.

⁹⁹. *Corrispondenza del Sovrani*, *ibidem*.



O LUGAR TENENTE FREI FILIPPO DI COLLOREDO
Conferiu a grã-cruz de honra e devoção ao imperador d. Pedro II em 1846
(Galeria do Palácio Magistral da S. M. O. M.)



Livourne ce 2 Septembre 1846.

Confidentielle

Le Souverain, envoyé Extraordi-
naire et Ministre Plénipoten-
tiaire de S. M. l'Em-
pereur du Brésil par le
S. Siège et les Cours de
Rome, Avignon, et Turin,
a l'honneur de s'adresser
à Son Excellence Monsieur
le Vénérable Bailli Coloredo
Lieutenant du Magistère
de l'insigne ordre de
S. Jean de Jérusalem, pour
lui annoncer qu'ayant
transmis à son Gouverne-
ment le désir que S. M.
avait bien voulu lui
faire signifier d'envoyer à
Sa Majesté l'Empereur
du Brésil son Auguste
Souverain la Grande
Croix du susdit ordre,
et de titre de Grand Com-
mandeur, avec les

Son Excellence
Monsieur le Bailli Coloredo
Lieutenant du Magistère
de l'insigne ordre Sacer-
dotal et Militaire de S. Jean
de Jérusalem

x x x Rome

CARTA CONFIDENCIAL DE MOUTINHO AO LUGAR
TENENTE COLLOREDO

(A. G. M., Corrispondenza dei Sovrani, nº 1, doc. 1)

faubli' au' p'cedens, Sa
Majesté Imperiale par
Brevet de son Ministre
& Secrétaire d'Etat des
Affaires Etrangères en date
du 7 Mai dernier, a
daigné faire savoir
qu'elle agissait des
égards dont sa dite
Majesté Imperiale est
l'objet de la part de
son Excellence Monsieur
le Bailli Colorado.

Le Souffigné ayant
la satisfaction de faire
cette participation à son
Excellence, a l'honneur
de lui offrir l'assurance
de sa haute considération.

J. Moutinho

CONTINUAÇÃO DA CARTA DE MOUTINHO AO LUGAR
TENENTE COLOREDO

acompanhada de cópia por ter ido aberta, possibilitando assim o ministro a dela tomar conhecimento. Quanto às insígnias, não foram elas remetidas por ser este o uso da ordem que, em situações idênticas, não costumava oferecer a jóia, salvo raras exceções. Entretanto, se isso fosse agradável a Moutinho, estaria ele pronto a quebrar o velho costume. Não contente com tão amplas e gentis explicações, o bailio lugar-tenente desejava ainda prestar esclarecimentos pessoais ao ministro. Foi o que certamente fez ¹⁰⁰.

O fato é que, no ano seguinte, a 9 de março, Moutinho remetia a Colloredo os agradecimentos do governo imperial. Foram eles os mais lacônicos, talvez pelas mesmas razões que motivaram o protesto do nosso diplomata. O barão de Cairu, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, limitou-se a acusar recebimento da bula e da carta que a acompanhava, comunicando que “Sua Majestade me ordenou agradecer, em seu nome, essa solícita remessa”. Sua carta traz a data de 31 de dezembro de 1846 ¹⁰¹. Certamente não se desejou adiar os agradecimentos para o ano seguinte.

O incidente acima referido e a coincidência de não possuir atualmente a família imperial, entre as condecorações do segundo imperador, a cruz de S. João de Jerusalém, poderiam levar a crer que d. Pedro II não tenha jamais usado as insígnias de bailio grã-cruz, e que nem mesmo as possuísse.

Examinando-se, porém, atentamente o célebre retrato pintado por Raimundo Augusto Quinsac de Monvoisin em 1847, nota-se que a gravata de rendas do uniforme imperial é presa por uma cruz de brilhantes que claramente se assemelha à de Malta. Apesar de pender sobre a mesma uma miniatura do Tosão de Ouro, não está ela desfigurada.

J. W. Rodrigues, em seu artigo *Fardas do Reino Unido e do Império*, ¹⁰² ao tratar da chamada “veste de cavaleiro”, diz que o imperador prendia a gravata de rendas com uma cruz de brilhantes que, no retrato de Monvoisin, “é substituída pela comenda da Ordem do Cruzeiro”.

Para aceitarmos esta afirmação, teríamos de reconhecer um erro do pintor, uma vez que o Cruzeiro tem dez pontas e não oito

¹⁰⁰. *Corrispondenza Italiana*, Colloredo, 15 de outubro de 1846, Vol. L, nº 154, p. 241.

¹⁰¹. *Corrispondenza del Sovrani*, *ibidem*.

¹⁰². In *Anuário do Museu Imperial*, vol. XI, p. 20.

como facilmente se pode depreender da pintura. Os equívocos de pintores e desenhistas em matéria de condecorações são muito frequentes, e portanto a suposição seria perfeitamente aceitável se não fossem várias coincidências.

Antes de mais nada: o retrato de Monvoisin foi o primeiro feito depois que d. Pedro II ingressou na Ordem de S. João. É muito possível que a grande tradição da soberana milícia e as recordações que lhe traziam quase todos os retratos paternos tivessem levado o imperador a usar a cruz branca de Malta.

Que, já nessa época, existisse entre as jóias da coroa uma cruz de Malta, em brilhantes, é fato perfeitamente defensável, pois poderia ela ter sido de d. Pedro I, remetida para o Rio de Janeiro, por d. Amélia ou por d. Maria II, depois da morte do primeiro imperador, juntamente com outras lembranças; ou, o que é mais provável, seria ela a cruz de brilhantes oferecida a d. Leopoldina em 1817.

O certo é que no *Inventário das jóias dos imperadores*, feito em 1887,¹⁰³ justamente com as “jóias da coroa”, junto, portanto, das peças usadas com as vestes imperiais, figuram um “hábito de Malta” e uma “cruz de Malta”, ambos em brilhantes. Uma delas poderia pertencer à imperatriz, mas a outra certamente estaria em palácio desde o Primeiro Reinado.

Além disso, com a “veste de cavaleiro”, o imperador costumava usar a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro. Isso faz supor que ele não repetiria a mesma insígnia *en sautoir*.

Esses argumentos nos levam a crer que, depois de 1846, d. Pedro II, com a “veste de cavaleiro” usou sempre a cruz da Ordem de Malta de brilhantes, muito provavelmente servindo-se da insígnia que pertencera à primeira imperatriz.

5. D. Teresa Cristina

Como vimos, o conde Alessandro Fe d’Ostiani fora designado em 1877 para a legação real da Itália no Rio de Janeiro. Antes de partir, oferecera ao grão-mestrado de Malta os seus préstimos, tendo seu oferecimento sido aceito, com entusiasmo, como das outras vezes.

¹⁰³. *Ibidem*, vol. IV, p. 259.



D. PEDRO II
Detalhe do retrato de Monvoisin
(Coleção do príncipe d. João de Orleans e Bragança)



A IMPERATRIZ D. TERESA CRISTINA
(Coleção do autor)

Pouco depois de sua chegada ao Rio, a 16 de abril de 1878, já podia o novo ministro residente da Itália dar ao lugar-tenente, frei Giovanni Batista Ceschi di Santa Croce, mais uma prova de dedicação à milícia de Malta. Das outras vezes em que estivera na corte imperial, contribuíra para a recepção de muitos brasileiros. Desta vez, suas vistas se voltaram para a imperatriz ¹⁰⁴.

Tendo sido recebido pelo imperador em Petrópolis, em audiência privada, transmitiu a Sua Majestade as homenagens do lugar-tenente e, conversando sobre a ordem, perguntou-lhe se consentiria que sua augusta esposa recebesse a grã-cruz de Malta. D. Pedro acolheu com satisfação a proposta e autorizou Fe a comunicar ao lugar-tenente que teria muito prazer em que a imperatriz fosse contada entre as damas da ordem ¹⁰⁵.

A esta comunicação oficial, quis o ministro italiano acrescentar certos pormenores, valendo-se da carta particular e reservada que, no mesmo dia, escreveu ao bailio Ferretti. Laborando em equívoco, afirmou que, quando fora condecorado o imperador em 1846, tinham sido enviadas cruces de devoção ao ministro dos Negócios Estrangeiros e, talvez mesmo, a outros personagens. Certamente a confusão nasceu do fato de ser o visconde de Sepetiba, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, ex-ministro, cavaleiro de Malta, mas ele fora agraciado em 1843, e o imperador três anos depois, quando regia a pasta dos Negócios Estrangeiros o segundo Cairu que, segundo nos consta, não recebeu a cruz de devoção. Partindo deste precedente, no caso inexistente, mas perfeitamente defensável, em princípio, o ministro da Itália sugeriu ser a grã-cruz da imperatriz acompanhada de hábitos para outras damas. Lembrou-se da única dama da imperatriz em serviço quotidiano, d. Josefina da Fonseca Costa, baronesa de Fonseca Costa. Acontecia porém que, sendo solteira “apesar de contar mais de 50 anos” não poderia ser feita dama de Malta por o proibirem os estatutos. Sugeriu, então, os nomes das esposas do mordomo da Casa Imperial e do ministro dos Negócios Estrangeiros, d. Francisca Calmon Nogueira da Gama, baronesa de Nogueira da Gama, e d. Ângela Magarinos de Sousa Leão, baronesa de Vila Bela.

104. Os documentos a que faremos referência encontram-se em AGM, *Corrispondenza dei Sovrani*, nº 10; e em AHI, maços relativos à legação junto à Santa Sé, 1878-79.

105. Carta de Fe a Ceschi, de 16 de abril de 1878, AGM, *Corrispondenza dei Sovrani*, doc. 1.

106. Doc. nº 2.

Esqueceu-se o diligente diplomata de que em um regime mais ou menos parlamentar era indelicado condecorar a esposa de um ministro, sem agraciar também a esposa do presidente do Conselho, como se dizia entre nós. Felizmente recordou-se a tempo, ou *motu proprio*, ou mais certamente por sugestão do próprio Vila Bela, implicado diretamente no assunto e, a 7 de julho, lembrava ao grão-mestrado o nome de d. Valéria Vogeler de Sinimbu. Era medida de gentileza e... de prudência ¹⁰⁷.

Ao pedir a concessão das cruzes de devoção para as damas brasileiras, Fe d'Ostiani recordava que, em 1850, só conhecia duas senhoras brasileiras que possuíam a Ordem de Malta, a viscondessa de Santo Amaro, d. Ana Constança Caldeira Brant, casada com nosso ministro em Turim, e a marquesa de Santos que, segundo sua opinião, fora condecorada pela Espanha, ambas já falecidas. Pouco depois veio a saber que a viscondessa de Santo Amaro vivia ainda em Florença, o que comunicou logo a Colloredo ¹⁰⁸, pois este fato em nada diminuía a importância da sua iniciativa. Para a ordem no Brasil, pouco importava que a esposa de um diplomata, sempre distante do país, fosse condecorada. Muito menos interessava que a favorita do primeiro imperador tivesse obtido a cruz de devoção de um ramo da ordem que desde 1802 fora incorporado à coroa do rei católico.

O importante era a atual ocasião em que seriam condecoradas a imperatriz e três figuras de grande projeção na corte.

Quanto à cerimônia da entrega das bulas e das cruzes, não pudera Fe falar ao imperador, pois a sua aceitação à proposta fora tão incisiva que cortara o assunto. Sugerira, entretanto, que se encarregasse da imposição o internúncio apostólico. A posição da ordem em face da Santa Sé e do internúncio em relação à corte daria cunho muito especial e solenidade invulgar à cerimônia. Por outro lado, o prelado, apresentando-se quase em missão diplomática da ordem, realizaria um ato público internacional, que seria magnífico precedente ¹⁰⁹.

As sugestões para a concessão da grã-cruz à imperatriz e das cruzes de devoção às três damas foram aceitas pelo Soberano Conselho reunido a 27 de maio de 1878. É o que consta no

107. Doc. nº 10.

108. *Ibidem*.

109. Doc. nº 2.

Vico Januario 16 Aprile 1878

Ceschi

Nell'udienza privata alle quale
ebbe l'onore di trovarmi l'11 corrente
presso S. M. l'Imperatore nelle sue
ville estive di Petropolis, ebbe oppor-
tuna occasione di presentarsi a S. M.
gli omaggi dei quali V. E. mi aveva
incaricato. Quindi seguendo l'ordine
sull'ordine di S. M. mi feci interpete
del Magistero degnamente presieduto
da V. E., per interpellare l'Imperatore
su accensate che alle sue Auguste

A. S. E.
St. Bati Barone Ceschi S. Croce
Suggerente del Ministero
del S. M. e P. M. M.
Roma

CARTA DE FE D'OSTIANI AO LUGAR TENENTE CESCHI
(A. G. M., *Corrispondeza dei Sovrani*, n. 10, doc. 5)

Sposi venissero, offerte le insegne
dell'ordine predetto.

S. M. l'Imperatore D. Pedro
accogliendo favorevolmente le mie
parole mi ha autorizzato a far
conoscere a V. E. il suo aggrade-
mento pel caso che l'Imperatrice
venge assente all'Alto delle
Dami Decorete delle Grandi Melle.

Mei faccio un dovere di
cio informarla, Signor Bebi,
cogliendo quest'occasione per
spare all'E. V. i suoi. Del mio
profondo ossequio.

Dev. Servo.
Alejo de Aguiar

CONTINUAÇÃO DA CARTA DE FE D'OSTIANI
AO LUGAR TENENTE CESCHI



D. ANA CONSTANÇA CALDEIRA BRANT PEREIRA DE ALMEIDA,
VISCONDESSA DE SANTO AMARO

(Coleção do autor)

*Libro del verbali del S. Consiglio, Anno 1878*¹¹⁰: “O ex.^{mo} e venerando grão-mestre anuncia ao Conselho que, segundo uma comunicação de 16 de abril do corrente ano, enviada pelo cavaleiro de devoção conde Alessandro Fe d’Ostiani, ministro plenipotenciário da real corte da Itália junto do imperador do Brasil, Sua Majestade d. Pedro II acolhendo benevolmente as espontâneas insinuações do mesmo conde Fe, o autorizou a manifestar ao grão-mestrado a sua soberana satisfação no caso de ser Sua Majestade a Imperatriz, sua augusta esposa, inscrita entre as damas de devoção e honra da ordem.

“O mesmo ex.^{mo} senhor e o Conselho, imbuídos do mais sincero reconhecimento pela nova insigne honra que Sua Majestade o Imperador do Brasil se dignou conceder à ordem, deliberaram, por unanimidade, que a referida Imperatriz do Brasil seja inscrita no rol das damas grã-cruzes de honra e devoção *in gremio Religionis*.”

Entretanto, não aceitou o grão-mestrado a sugestão de se encarregar o internúncio no Rio de Janeiro de fazer a entrega solene das insígnias. O próprio Soberano Conselho determinou que a “bula, juntamente com as respectivas insígnias será remetida ao seu destino por meio do ministro do Brasil junto à Santa Sé”. Foi o que o bailio Ceschi comunicou a Fe, acrescentando que, “naquele mesmo dia, uma delegação do grão-mestrado entregaria ao visconde de Araguaia as insígnias e a bula destinadas à imperatriz”¹¹¹. Para presidir a delegação, o grão-mestrado teve a gentil idéia de designar o representante do grão-priorado das Duas Sicílias, o bailio frei Frederico Quarante.

Este entregou a Domingos José Gonçalves de Magalhães, com uma carta do lugar-tenente, a bula de concessão, as insígnias¹¹² e cópias dos documentos. Desta vez não poderiam surgir reclamações. Parece que a chancelaria da ordem consultou o arquivo e satisfez, de antemão, a todas as exigências diplomáticas e protocolares que em 1846 tinham sido objeto do protesto de Luís Moutinho.

¹¹⁰. Nº 3.694, Rep. Gen., conforme cópia autenticada pelo barão Gabriel Apor, chanceler da ordem.

¹¹¹. Carta de Ceschi a Fe, de 27 de junho de 1878, doc. nº 4.

¹¹². A jóia oferecida à imperatriz foi feita em Viena, no famoso C. F. Rothe, joalheiro da Casa Imperial e Real da Áustria-Hungria. Trazia ela a “diferença de Jerusalém”. Infelizmente não nos foi possível saber o que se entendia então por esta expressão.

Na carta ao então ministro junto a Sua Santidade, o lugar-tenente acenou à aceitação prévia do imperador, em nome da imperatriz, comunicou a concessão e lhe pediu fazer chegar à sua alta destinatária a bula, as insígnias e a carta dirigida a d. Teresa Cristina, pelo que muito lhe agradecia ¹¹³.

A carta de Ceschi à imperatriz é um exemplo típico do gosto epistolar da época. Vale ser transcrita: ¹¹⁴

“Majesté. Votre Auguste Epoux, que l’Ordre Souverain da Malte est heureux de compter depuis plus de trente ans parmi ses Grands-Dignitaires, a gracieusement daigné nous autoriser à Vous offrir, Madame, les insignes de notre Grand-Croix d’Honneur et de Dévotion.

“Ce n’est que dans cette précieuse autorisation impériale, qui en nous comblant de joie nous a pénétrés de la plus profonde reconnaissance, et dans les souvenirs glorieux de notre Ordre même, que nous puisons le courage pour prier respectueusement Votre Majesté de bien vouloir consentir à S’associer en qualité de Dame Grand’Croix à notre séculaire Institution.

“Que Votre Majesté veuille bien nous permettre de Lui exprimer d’avance nos plus humbles remerciements pour l’insigne faveur, que’Elle daignera nous procurer en agréant avec bienveillance cette marque de notre respectueuse vénération, et de rappeler dans cette circonstance, que c’est à l’auguste nom de feu Sa Majesté le Roi Ferdinand II des Deux-Sicules, Son auguste Frère, que se rattache pour notre Ordre l’impérissable souvenir de son rétablissement dans le Royaume de Naples.

“Moi en particulier je me félicite d’autant plus de pouvoir, comme Chef d’Ordre, présenter aujourd’hui très-respectueusement à Votre Majesté la bulle de nomination et les insignes de Son grade, que cette honorable mission me fournit la précieuse occasion de Vous renouveler, Madame, les sentiments de très-humble dévouement, dont j’ai eu l’enviable privilège de Vous assurer verbalement, au nom de l’Ordre entier, lors de Votre dernier séjour à Rome.

“Je Vous supplie donc, Madame, de vouloir accueillir de nouveau avec bonté les plus profonds hommages de vénération et de respect, avec lesquels j’ai l’honneur d’être de Votre Majesté

113. Doc. nº 6.

114. Cópia existente no AHI, correspondência da legação na S. Sé, 1879.

Impériale le très-humble, très obéissant Serviteur – *Bailli Fra G. B. Ceschi di S. Croce* – Grand-Maître de l’Ordre de Malte. Rome, le 24 juin 1878.”

A tanta gentileza, o Ministério dos Negócios Estrangeiros achou suficiente responder verbalmente, por intermédio do ministro junto à Santa Sé, como se depreende do ofício nº 8, de 13 de agosto de 1878, pelo qual o barão de Vila Bela, ao acusar recebimento da bula e das insígnias destinadas à imperatriz, pediu a Araguaia “transmitir à pessoa competente os agradecimentos de Sua Majestade” ¹¹⁵.

Como, ao receber a delegação magistral, naturalmente lhe havia dirigido algumas palavras de agradecimento, sentiu-se o visconde desobrigado de renová-los, o que naturalmente causou estranheza ao mestrado de Malta. Em carta confidencial de 26 de novembro de 1878, o bailio Ferretti transmitia a Fe d’Ostiani a surpresa geral, ante o simples e lacônico agradecimento verbal do nosso ministro, e recordava precedentes de soberanos que, agraciados pela ordem, agradeceram com autógrafos ou notas de seus ministros dos Negócios Estrangeiros, como aconteceu com o próprio imperador em 1846. Isto sem falar em retribuições com ordens honoríficas... ¹¹⁶

Um tanto desapontado, procurou Fe explicar a desagradável situação pondo a culpa no visconde de Araguaia. Para tirar qualquer dúvida a respeito da satisfação com que a imperatriz recebera a grã-cruz contou que “nas duas solenidades de gala (isto é, a 2 de dezembro, aniversário de nascimento do imperador, e a 15 do corrente [dezembro] para a abertura do Parlamento), a imperatriz, nessas ocasiões, trazia a banda coletiva das ordens brasileiras, a Ordem de Malta e a do Santo Sepulcro, e não outras, enquanto bem sabes que normalmente usa a cruz Estrelada, e as insígnias de outras ordens de damas da Espanha, Portugal e Baviera” ¹¹⁷.

Entretanto, não ficou aí o trabalho de Fe. Fez ver ao Ministério dos Estrangeiros a necessidade de uma retribuição. O caminho estava aplainado com as concessões às esposas do presidente do Conselho e do ministro. Em pouco tempo tudo se conseguiu.

115. *Ibidem*.

116. *Corrispondenza dei Sovrani*, doc. nº 18.

117. Doc. nº 19.

A 12 de janeiro de 1879, anunciou Fe o resultado de seus esforços. O governo imperial compreendera a necessidade de retribuir a tantas gentilezas. Em carta a Ferretti preanunciou a concessão da grã-cruz da Ordem Militar de Cristo ao recém-nomeado grão-mestre. Historiou a secular milícia, relacionando-a à Ordem dos Templários e à própria Ordem de S. João de Jerusalém. Na sua opinião, era a condecoração mais indicada para “o nosso Ceschi”. O próprio Araguaia seria encarregado de apresentar as insígnias, apesar de não ter sido por ele provocada a concessão. Não perdoava o nosso diplomata “que, a meu ver, não soube brilhar nas suas relações entre a ordem e seu soberano”. E, com seis palavras, tirou do pescoço do nosso primeiro poeta romântico a cruz de devoção que, certamente, lhe seria conferida: “por ora, não merece a cruz” ¹¹⁸.

Entretanto, nosso ministro cumpriu sua missão, entregando ao grão-mestre o diploma e as insígnias da grã-cruz de Cristo.

À gentil carta do próprio Sinimbu, datada de 15 de novembro de 1878, ¹¹⁹ em que renovava os agradecimentos feitos por Araguaia, afirmava a satisfação experimentada pela imperatriz e comunicava a concessão da vênere imperial, o grão-mestre respondeu por carta de 4 de abril de 1879. Depois de expressar sua gratidão pela “alegre surpresa”, Ceschi rememorou as relações entre as duas ordens, e sua origem comum, e pediu a Sinimbu que aceitasse e transmitisse ao imperador os seus profundos agradecimentos ¹²⁰.

Roma, 1956

João Hermes Pereira de Araújo

118. Doc. nº 22.

119. Cópia existente no AGM. *Corrispondenza dei Sovrani*, doc. nº 21.

120. Doc. 23.

Lista dos brasileiros que pertenceram à Ordem de Malta ¹²¹

(1822-1889)

Grão-prior do Crato

S. M. o Imperador d. Pedro I: 14 de dezembro de 1799.

Bailio grã-cruz de honra e devoção

S. M. o Imperador d. Pedro II: 1 de outubro de 1846.

Damas grã-cruzes de honra e devoção

S. M. a Imperatriz d. Leopoldina: abril de 1817.

S. M. a Imperatriz d. Teresa Cristina: 27 de maio de 1878.

Cavaleiros de honra e devoção

Antônio Teles da Silva, marquês de Resende: antes de 1822.

D. Francisco Afonso Maurício de Sousa Coutinho, marquês de Maceió:
antes de 1822.

José Egídio Álvares de Almeida, marquês de Santo Amaro: ?

João Carlos Pereira de Almeida, visconde de Santo Amaro: 9 de janeiro
de 1828.

Veríssimo Máximo de Almeida Nogueira da Gama: 9 de janeiro de 1828.

Luís Moutinho de Lima Álvares da Silva: 27 de agosto de 1836.

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba: 17 de
março de 1843.

Carlos Honório de Figueiredo: 29 de janeiro de 1855.

José Garcês Pinto de Madureira, visconde de Garcês: 15 de dezembro de
1855.

João Gomes de Oliveira e Silva Bandeira de Melo: 15 de dezembro de
1855.

121. Para organizar esta lista, valemo-nos dos documentos já referidos, dos *Verbali del S. Consiglio* e dos *Ruoli Generali del Sovrano Ordine Gerosolimitano*.

Marcelino José Coelho: 24 de março de 1860.
José Marques de Sousa Lisboa: 20 de julho de 1863.
Francisco de Carvalho Moreira: 20 de dezembro de 1864.
José Gonçalves de Oliveira Roxo, barão de Guanabara: 4 de setembro de 1864.
Augusto César de Oliveira Roxo: 4 de setembro de 1867.
Frederico Gustavo de Oliveira Roxo: 4 de setembro de 1867.
Raimundo Breves de Oliveira Roxo: 4 de setembro de 1867.
Luís Otávio de Oliveira Roxo, visconde de Vargem Alegre: 31 dezembro de 1882.
Artur de Carvalho Moreira: 20 de dezembro de 1878.

Damas de honra e devoção

D. Rita Maria de Sousa Breves, condessa Fe d'Ostiani: ? de 1857.
D. Ana Constança Caldeira Brant Pereira de Almeida, viscondessa de Santo Amaro: 1º maio de 1861.
D. Francisca Calmon Nogueira da Gama, viscondessa de Nogueira da Gama: 27 de maio de 1878.
D. Ângela Magarinos de Sousa Leão, baronesa de Vila Bela: 3 de setembro de 1878.
D. Valéria Vogeler de Sinimbu, viscondessa de Sinimbu: 3 de setembro de 1878.

Capelão conventual

Monsenhor Joaquim Pinto de Campos: 2 de agosto de 1870.

Capelão de obediência magistral

Padre Pedro Celestino de Alcântara Pacheco: 17 de maio de 1861.

Obras consultadas

LIVROS

- BOTTARELLI, Gotardo, *Storia politica e militare del Sovrano Ordine di S. Giovanni di Gerusalemme, detto di Malta*, 2 vol., Milão, 1940.
- Codice del Sacro Militare Ordine Gerosolimitano (detto di Rohan)*, Malta, 1682.
- Código das Relações Exteriores*, anexo ao *Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, 1900, parte II.
- COSTARELLA, Mário. *I Cavalieri di Malta nella Tradizione e nelle Opere*, Roma, 1952.
- DUCAUD-BOURGET, François. *La spiritualité de l'ordre de Malte*, 1099-1955, Cidade do Vaticano, 1955.
- ENGEL, Claire-Eliane, *L'ordre de Malte en Méditerranée*, Editions du Rocher, Mônaco, 1957.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de. *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores dela em Portugal*, 3 vol., Lisboa, 1800.
- LIRA, Heitor. *História de D. Pedro II*, 3 vol. Brasiliana vols. 133, 133A e 133B, Rio de Janeiro 1940.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano Biográfico Brasileiro*, 3 vol., Rio de Janeiro, 1876.
- MAGALHÃES DE AZEREDO, Carlos. *O Reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé*, Roma, 1932.
- OLIVEIRA LIMA. D. *João VI no Brasil*, 2ª ed., 3 vol., Rio de Janeiro, 1945.
- PIERREDON, M. de. *Histoire Politique de l'Ordre Souverain de Malte depuis la chute de Malte jusqu'à nos jours*, Paris, 1926.
- SACRAMENTO BLAKE. Augusto Vitorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 7 vol., Rio de Janeiro, 1895.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*, 3 vols., Rio de Janeiro 1952.
- SPRETI, Vittorio. *Enciclopedia Storico Nobiliare Italiana*, Milão, 1930.
- THEVET, André. *Les singularités de la France Antartique*, Nouvelle édition avec notes et commentaires par Paul Gaffarel, Paris, 1878.

- VASCONCELOS, barão de... e barão Smith de Vasconcelos. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, Lausanne, 1918.
- VIDAL, Frederico Gavazo Perry. *Descendência de S. M. El-rei o senhor Dom João VI*, Lisboa, 1923.
- WANDERLEY PINHO. *Salões e Damas do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro, 1943.

ARTIGOS

- BASTOS, Haydée Di Tommaso. “Contribuição para o Estudo da Ourivesaria no Brasil”, no *Anuário do Museu Imperial*, vol. IV, 1943, pp. 239 a 269.
- LACOMBE, Américo Jacobina. “Nobreza Brasileira”, *ibidem*, vol. I, 1940, pp. 50 a 150.
- RODRIGUES, J. Wash. “Fardas do Reino Unido e do Império”, *ibidem*, vol. XI, 1950, pp. 5 a 52.

**DIÁRIO DA VIAGEM DO
IMPERADOR A MINAS**

1881

Introdução

Guarda o arquivo do Museu Imperial, por doação da família imperial brasileira, numerosos diários e cadernetas de notas de viagens de d. Pedro II, conforme arrolamento que tivemos ocasião de fazer e foi publicado no vol. XV deste *Anuário*.

Duas dessas cadernetas, as de números 24 e 25, foram dedicadas ao registro de notas diárias da viagem que à província de Minas Gerais realizou o imperador, acompanhado da imperatriz d. Teresa Cristina, de 26 de março a 30 de abril de 1881. Como de costume, tratam-se de simples apontamentos, sem quaisquer preocupações estilísticas, redigidos durante o transcorrer da excursão, a lápis, provavelmente depois de longos percursos ferroviários ou a cavalo, em seguida a estafantes visitas e cerimônias, etc. Daí decorre pronunciado descuido de redação, que atinge a própria pontuação, uso de maiúsculas, etc.

Não é, portanto, como documento literário que merece ser lido o relato da viagem imperial. Serve, entretanto, esse diário de viagem do grande monarca, para mais uma vez atestar o profundo interesse com que visitava as províncias de seu Império, tendo chegado a conhecer quase todas, apesar das dificuldades vigentes em sua época. Aqui poderá ser observada, mais uma vez, a meticulosidade com que fiscalizava os serviços públicos. Além disso, a curiosos registros psicológicos serão acrescentados dados úteis às ciências naturais, à geografia e história econômica e política das regiões percorridas. Note-se, por exemplo, seu cuidado em confrontar o que via com o que fora anotado, seis decênios antes, em seus livros, pelo naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire.

Ver-se-á, enfim, como cumpriu d. Pedro II o programa da viagem, na antevéspera da partida assim explicado em carta dirigida à condessa de Barral e de Pedra Branca:

“Hei de falar-lhe do mais importante da viagem, que promete ser interessante pelo rio das Velhas, navegável até o São Francisco;

mineração de ouro, e exame das grutas onde o sábio dinamarquês dr. Lund, que morreu junto a Lagoa Santa, perto delas descobriu muitos fósseis, entre os quais um crânio humano. Hei de também visitar os lugares dos sucessos da conspiração do Tiradentes e celebrados pelos versos de Gonzaga na sua *Marília de Dirceu*, e de Cláudio Manuel da Costa em seu poema de *Vila Rica*.”¹

As notas de pé de página, que esclarecem o texto ou identificam os nomes próprios abreviadamente mencionados pelo imperador, são do abaixo-assinado. A redação foi respeitada, com todas as suas características de pressa e despreensão literária. Apenas, para maior clareza, foram desdobradas as abreviaturas e abertos alguns parágrafos imprescindíveis.

Com a publicação da “Viagem à Província de Minas Gerais em 1881”, de d. Pedro II, esperamos que outras excursões do imperador a diferentes pontos do território brasileiro e ao estrangeiro, descritas em seus diários guardados no arquivo do Museu Imperial, venham a ser também conhecidas. Continuar-se-á, assim, a série iniciada por Alcindo Sodré, com a divulgação neste *Anuário*, vol. X, de 1949, da “Visita de D. Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso”; e por Guilherme Auler, com a publicação, na *Revista do Arquivo Público*, do Recife, vol. 7-8, de 1950-1951, e em separata, da “Viagem a Pernambuco”, de 1859.

Hélio Viana

1. Alcindo Sodré, *Abrindo um Cofre*, Cartas de D. Pedro II à condessa de Barral, Rio, 1956, p. 330.

Diário da viagem do imperador a Minas *

26 de março de 1881 (sábado) – Partida da estação de S. Cristóvão às 6h da manhã. Almoço na Barra do Piraí. Retiram-se os ministros Saraiva, Dantas e Homem de Melo assim como Martinho presidente do Rio ¹ com quem conversara longamente. Observei bem a estrada na subida da Mantiqueira tendo passado por uma galeria atrás do trem.

Chegada à Barbacena às 4 ¼. Quiseram que eu viesse até casa ² debaixo de pólio. Escusei-me por não ser a primeira vez que visito Barbacena. Segui devagar em carro.

Cuidam de encanar água para a cidade. Pouco pude informar-me até agora. Deputação de chefe de polícia ³ e outros empregados vindos por parte do vice-presidente ⁴ que se desculpa com incômodo que o priva de montar a cavalo. Não sei quanto tempo ficaram esses empregados ausentes de seus lugares. Ouvi em conversa que dava muito bem café em Itabira ⁵. Recebi visita das 7 às 9. A Câmara Municipal convidou-me para assistir amanhã ao assentamento da pedra fundamental de uma penitenciária que deve ser, segundo a lei, do sistema de Filadélfia *modificado*. Não há plano nem orçamento.

27 (domingo) – A noite foi muito fresca. Dormi bem. 7h. Ida ao alto do Monte Mário onde se chegou às 7h 35. Havia nuvens no horizonte, porém descobri a serra de S. José, morro de S. João Del Rei, monte de Prados para o lado O e do S os serros de Ibitipoca, de cujo cimo disse-me mr. Lepage que se descobrem com óculo as montanhas de Petrópolis ⁶. 11h. Missa conventual – Misericórdia. Não teve melhoramentos. Carece

* Maço 37 - Doc. 1057, Diário n. 24.

1. Conselheiros José Antônio Saraiva, chefe do governo e ministro da Fazenda; Manuel Pinto de Sousa Dantas, ministro da Justiça; Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (depois barão Homem de Melo), ministro do Império; Martinho Álvares da Silva Campos, presidente da província do Rio de Janeiro.

2. Suas Majestades, o imperador e a imperatriz hospedaram-se em Barbacena no palacete do presidente da Câmara dos Deputados, visconde de Prados, dr. Camilo Maria Ferreira Armond (1815-1882), pouco depois elevado a conde do mesmo título.

3. Era chefe de polícia da província de Minas Gerais o bacharel Carlos Honório Benedito Ottoni.

4. Dr. José Francisco Neto (1827-1886), médico, pouco depois barão de Coromandel, era o vice-presidente da província, em exercício da província.

5. Itabira do Campo, hoje Itabirito.

6. Evidente exagero do farmacêutico de Barbacena.

de água corrente em abundância. Pedra fundamental da penitenciária da província no antigo morro da forca – que diferença de épocas! Discurso curto e bem feito do presidente da Câmara dr. Sá Forte ⁷. Aulas de meninos onde vi como mestra a filha do Castro ⁸, que tem plantação de vinha de que faz vinho, e de meninas cuja mestra é a mulher do Castro. A casa não é má. Não gostei em geral do adiantamento na instrução, sobretudo religiosa. Colégio do dr. Abílio ⁹ (antigo Perseverança – agradou-me) e de d. Isabel de meninas ainda mais.

Câmara Municipal – o primeiro andar desagradou-me – o térreo foi limpamente arranjado para fórum. O secretário ¹⁰ não guarda com cuidado os padrões métricos. Deu-me informações menos exatas sobre os fundos de que pode dispor a Câmara para o encanamento de água. Na praça da Câmara fizeram o jardim mas cuja grade de pau é feita por ora enquanto não crescerem as trepadeiras. Cadeia muito ruim. Carcereiro inválido quase. Livros mal escriturados. Laboratório Lepage. Tem novos preparados de plantas indígenas.

Escritório das obras da estrada de ferro ¹¹. Tudo muito em ordem. Pequeno observatório astronômico e meteorológico – espécie de mangrulho. Hipólito Aché industria os empregados da estrada nas observações. Pedi uma informação do que se tem feito. O desenhista Mayschek, sobretudo em topografia, é habilíssimo.

Jantar às 5 ½. Recepção até 9. Teatrinho muito ruim onde representou a família Escudero. Tomei chá e deitei-me perto de meia-noite.

28 (2^a f^a) – Partida à 6 ¼ por pequena demora das liteiras ¹² e montaria. Comera alguma coisa às 5 ½. Cheguei à 1 ½ ao sítio do Gentil ¹³ para cá do Carandaí. Fui pelo leito da estrada de ferro primeiro a cavalo e depois em besta. Caminho de trole. As nuvens formam cômodo chapéu de sol. Andei 36 km. A estrada parece ter sido mal estudada e malfeita que pude ver passando. O viaduto da Boa Vista ao sair de Barbacena tem a cabeça do lado oposto e está rachado, segundo disse-me Ewbank ¹⁴. Há aterros, e consideráveis, onde podem ir o leito de nível, a pouca distância, exigindo a má direção revestimentos de pedra dispendiosos. Aterros abatidos e um deles de tal forma que exige que o leito tome outra direção ao lado.

7. Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes.

8. Dr. João Batista Castro.

9. Abílio César Borges (1824-1891), poucos depois barão de Macaúbas, notável educador baiano, biografado pelo professor Isaías Alves. No Colégio Abílio recitou e tocou piano durante a visita imperial, o menino Belisário Pena, filho do barão, depois visconde de Carandaí, futuro sanitarista, diretor da Saúde Pública e ministro da Educação e Saúde.

10. Cristóvão Colombo era o seu nome.

11. A Estrada de Ferro D. Pedro II (hoje Central do Brasil) terminava então, em Barbacena, mas trabalhava-se no respectivo prolongamento rumo ao rio das Velhas.

12. A imperatriz d. Teresa Cristina daí por diante viajou em liteira. Acompanhava-a sua dama d. Maria Cândida de Araújo Viana de Figueiredo, filha do falecido marquês de Sapucaí.

13. Coronel Gentil José de Castro, assassinado no Rio de Janeiro em 1897, por republicanos exaltados com a notícia da derrota do coronel Moreira César em Canudos.

14. Engenheiro Ewbank da Câmara.



CONDE DE PRADOS

Era visconde e presidente da Câmara dos Deputados quando, em 1881, hospedou o imperador d. Pedro II, em seu palacete em Barbacena.

(Fotografia de Alberto Henschek, 1886. Col. do Museu Imperial).

Talvez alguns túneis houvessem poupado bastante despesa. Não me agradou o que vi embora Ewbank prevenisse às vezes meus reparos. Há muitíssimos cortes e alguns imensos só para suprimento de terra. Não observei nenhuma cultura. Plantas selvagens que vi no Paraná. Só na fazenda da Costa da Mina – lugar da estação de *Ressaquinha* – cuja casa de vivenda data mais de cem anos – é que descobri pequenos grupos de pinheiros como os do Paraná. O ponto mais elevado sobre o mar de toda a estrada de ferro do Rio a Macaúbas é o da *Garganta da Porteira Caiada*, que vai chamar-se, segundo indicação de Batis-ta Caetano, *Ibaté* (1.179m. – O túnel do Ouro Branco tem 1.132m).

O sr. Gentil tem na sala uma litografia do retrato de Afonso Celso ¹⁵. Parece inteligente. É empresário da navegação do Jequitinhonha de Canavieiras a Panelas e de estrada de ferro ao largo das cachoeiras, continuando a navegação até Araçuaí. Sugeriu-se à vista do mapa que seria mais conveniente a estrada do Porto de Sta. Cruz na costa até Panelas, são mais 12 léguas ao todo 30 (18 aproveitando a navegação do baixo Jequitinhonha). Diz já ter formado uma comandita para 2.400 contos (20 contos cada km de bitola de metro). Disse-me que plantou aqui para gasto doméstico. O terreno nada dá no descampado. A 1 légua começa a mata até o Pomba. No que ainda tem capões produz os cereais da terra e excelentes batatas. Bom pasto para vacas de 14 garrafas por dia de excelente leite. O Gentil criou belos capados. O carneiro engorda muito e referiu-me que mandando vir um de longe morreu em caminho de cansaço por causa da gordura.

Depois de jantar dei um passeio até o alto do morro fronteiro onde a vista deste arraialzinho do Gentil e seus trabalhadores da empreitada de obras da estrada de ferro é bonitinha. O lugar chama-se Rincão por causa de dois riachos que se reúnem. Iluminação bem arranjada. Conversa com Ewbank que chamou minha atenção para o telégrafo provincial de Carandaí até Ouro Preto.

29 (*terça-feira*) – Dormi bem. Saída às 6h. 7h Carandaí na distância de 6 km. 2 ½ pelo leito da estrada de ferro. A povoação tem já bastantes casas e uma capelinha no morro. Vi passando duas boticas. Começa o meu caminho; mas agora muito transitável. Conversei em caminho com um Coimbra homem de boa cara que já tem por ano 50 crias muares, os jumentos e as éguas são da província. Deu-me diversas informações a respeito da criação. Vende mula de primeiro serviço a 70 ou 80\$000. O capim melado é o melhor pasto. Alto das Taipas às 9h. Bela vista para o lado de Barbacena do alto do Mandú para a esquerda aonde fui. À direita há um morro de cujo cimo descobre-se Barbacena. Antes de subir a serra das Taipas há bastantes árvores junto ao ribeirão desse nome. A fazenda foi do tio do Lima Duarte ¹⁶. A estrada de ferro procura uma quebrada – para leste direita da serra das Taipas. Antes de chegar a esta ficam à

15. Conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo (1837-1912), depois visconde de Ouro Preto.

16. Conselheiro José Rodrigues de Lima Duarte (1827-1896), que, como ministro da Marinha, acompanhava o imperador. Foi depois visconde de Lima Duarte.

esquerda águas do rio Grande e por detrás de montanhas à direita as origens do Piranga afluente do Doce¹⁷. Antes de chegar à casa de Filipe (Engenho), vi um arrozal; há também milharais. Às 11 ao montar soltou-se a mola do estribo e caí; pôs-se outro. O chapéu de sol embaraçou-se nos ramos de uma árvore, o cavalo algum tanto arisco empinou-se, porém pude segurar-me bem. Contudo passei para uma besta.

O engenho que deu lugar ao lugar [*sic*] fica a pouca distância, é ou era de um Pedro Tavares e de cana que dá bem nas encostas onde não cai geada. A vista ao descer para o Filipe é muito bela. Descobre-se ao longe a serra do Ouro Branco. Esqueceu-me de dizer que o Coimbra referiu-me que só em mulas de cruzamento de jumento com égua vi algumas emprenhar; também poucas vezes o cavalo cobre a jumenta. Um jumento cobre 60 éguas durante alguns meses do ano. Encontramos carros de 8 juntas de bois que vinham de Sto. Amaro e Ouro Preto. Cobra cada um de Barbacena a Ouro Preto de 80 a 120\$000. Gastam 7 a 8 dias. O sal depois da estrada de ferro tem baixado muito de preço. Subiram-se bastante montes altos. O caminho para liteira é mesmo perigoso em poucos lugares. O ribeirão do Inferno assim chamado por causa dos atoleiros pelos tropeiros está agora muito transitável. Do alto da Bandeirinha já se avistam casas de Queluz. Parou-se em alguns lugares por causa da liteira. O tempo das pequenas paradas e o do almoço andariam por menos de duas horas. O coronel Pereira¹⁸ apontou-me suas terras do ribeirão do Inferno e Queluz. Possui outras fazendas que dão-lhe 50 crias de mulas e 100 de poldros ao ano. Antes de Queluz atravessa-se o ribeirão das Bananeiras onde não vi nenhuma. Ouvi falar também do alto da Paraopeba de onde se goza de vista extensa e bela e da ponte deste rio que ainda não é navegável para canoas nessa altura. A várzea por onde serpeia o Bananeiras é bonita assim como a entrada em Queluz por um novo caminho que se fez seguindo o alto do morro. No fundo da cidade e fim de uma subida está a igreja de Sto. Antônio e no fundo alteia-se a serra do Ouro Branco coroada de nuvens douradas pelo sol que se punha do lado oposto. O aspecto da cidade é mais pitoresco que o de Barbacena.

Descansei um pouco conversando com a família de Washington¹⁹ filho do coronel Pereira, e saí para ver aulas que são duas – agradando-me a de meninos, cadeia bom edifício por acabar internamente; porém onde falta quase tudo, não tendo os soldados da polícia nem baionetas nem sabres-baionetas. Câmara Municipal que se acabou de arranjar hoje – bonita fachada a que não corresponde o resto – puseram as armas do Brasil dentro do antigo escudo português que quiseram aproveitar – e voltei para casa. Apareceu o violeiro – fazem-se aqui muitas violas – a que veio tinha caixa de pinho e braço de jacarandá, sendo os embutidos de cabiúna. O rapaz tocou bem viola e melhor violão também feito aqui. As ruas de Queluz não são de fácil trânsito sobretudo de noite. Antes de ouvir o violeiro

17. Os rios Piranga e Chopotó formam o rio Doce.

18. Coronel Antônio Rodrigues Pereira, barão de Pouso Alegre a 15 de junho de 1881, falecido em 1883, ano em que foi chefe do governo seu filho o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

19. Washington Rodrigues Pereira, bacharel em Direito.



CONSELHEIRO JOSÉ RODRIGUES DE LIMA DUARTE
Ministro da Marinha, que acompanhou Sua Majestade o
Imperador na viagem a Minas Gerais, depois visconde
de Lima Duarte.
(Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do
Museu Imperial).

houve o Te-Déum na matriz ²⁰. Arranjaram-no sofrivelmente. Na capela-mor há pinturas que talvez não sejam más, porém a falta de luz não me permitiu vê-las bem. Conversei com a mulher do Washington Pereira filha de Luiz Antônio Barbosa ²¹, que lembrou-me tê-la eu interrogado num colégio de Niterói. Parece-me excelente senhora e muito inteligente. Recolhi-me depois das 9.

30 (4^a f^o) – Partida às 6h. Carreiras – bonita posição de vasto horizonte para leste e sobretudo oeste. Encosta a uma tranqueira estava uma linda rapariga [*sic*] com sua saia e camisa revelando formas elegantes. Dava-lhe muita graça o lenço branco de pontas pendentes atado na cabeça. O caminho é bom porém muito montanhoso. Passam-se diversos ribeirões, havendo uma ponte solidamente construída, todas as águas do Paraopeba. Varginha. Casa onde se reuniram os inconfidentes. Pertencia então a um pedreiro de nome João da Costa. Vi a mesa e banco corridos, de encosto onde se assentavam. São de maçaranduba e estão colocados na varanda ²². Reparando que não houvessem conversado no interior da casa disse-me o dono dela que havia vendetas para avisá-los. Atravessada a ponte do ribeirão da Varginha entra-se no município de Ouro Preto. Chegada à casa do Sperling ²³ cuja mulher é sobrinha do Sepetiba (Aureliano) ²⁴ perto do arraial de Ouro Branco às 10h. Vieram encontrar-me a caminho Gorceix ²⁵ e outros. Gorceix já está um verdadeiro mineiro e fala corretamente português. Almoço onde conversei sobretudo com Gorceix ²⁶ que já conhece as principais pessoas de Minas, e segui às 11. Chuva forte, segundo dissera Gorceix, consultando o seu aneróide, que traz como relógio, desde o arraial do Ouro Branco que é pequeno com sua igreja que não parece feia de fora até mesmo depois de galgada a serra, que tem belos pontos de vista. Gorceix ia-me mostrando as diversas rochas quase todas de xistos micáceos e cuja inclinação é NNO. Conversamos muito de geologia e mineralogia. A descida da serra do Ouro Branco é mais pitoresca do que a subida. Ao chegar ao cimo formava-se escura trovoadas do lado da subida. Aproximando-se do arraial do Itatiaia vi uma papuda. Monsenhor José Augusto ²⁷

20. Do adro da Matriz de Queluz (hoje Conselheiro Lafayette) dirigiu o rebelde coronel Antônio Nunes Galvão o combate aí travado na revolta liberal de 1842.

21. Conselheiro Luís Antônio Barbosa, magistrado, ministro da Justiça em 1853, antigo presidente e deputado por Minas Gerais, falecido em 1860, quando já escolhido senador.

22. A *Revista Ilustrada* do Rio de Janeiro, de Ângelo Agostini, em seu nº 244 de 09/04/1881 reproduziu, em desenho, a mesa e um dos bancos da antiga estalagem da Varginha.

23. Bruno von Sperling, engenheiro do 1º distrito de Obras Públicas da província.

24. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba (1800-1855). Publicamos sua biografia em *Centenário de Petrópolis - Trabalhos da Comissão*, vol. VII (Petrópolis, 1943), e em nossos *Estudos de História Imperial* (São Paulo, 1950).

25. Dr. Henri-Claude Gorceix, engenheiro francês, oficial da Academia Francesa, primeiro diretor e professor de mineralogia, geologia, física e química da escola de minas de Ouro Preto, fundada em 1875.

26. Segundo o repórter J. Tinoco, do *Jornal do Commercio*, Gorceix “falava pelos cotovelos”. (*Viagem Imperial à Província de Minas Gerais*, relato extraído daquele jornal e publicado na *Folhinha Imperial de Laemmert para 1882* (Rio, 1881), p. 27).

27. Monsenhor José Augusto Ferreira da Silva.

contou-me que na freguesia do Jacaré de que foi vigário até as crianças nasciam de papo, que chamam *pescoço* – reparando em quem não tem *pescoço*. Também me disse que indo pregar, um raio matou-lhe a besta deixando desaccordado e depois 8 dias sem poder articular palavra e com um sinal numa das fontes onde sentira como uma pancada o qual durou-lhe 2 anos. A subida do Itatiaia com penhascos é muito pitoresca. O caminho para lá do alto também agradou-me bastante. Às 4 chegava a Falcão onde havia uma caleça onde entrei e troles. A descida para Ouro Preto parece a de Petrópolis. Vieram muitos cavaleiros a meu encontro e entre eles Pedro de Alcântara Feu, afilhado meu que batizei em 1840 ou 41, filho do Feu do 1º de cavalaria ²⁸. Às 4h 20' passava por defronte da casa de d. Felicidade ²⁹ e às 5 ½ chegada a Ouro Preto cuja vista encantou-me. Apareceu-me na imaginação como Edimburgo. A estrada que margeia o ribeirão do Carmo que atravessa em parte uma espécie de túnel é lindíssima. A caleça custou-lhe a subir por estas ruas de aspecto tão original, e temia que se pisasse alguém pois havia imenso povo e cordialíssimo acolhimento. Enfim alcancei o alto do palácio, mas tive de apear-me e subir ainda um pouco. Aí encontrei vice-presidente e bispo ³⁰. O palácio é de construção muito característica. Parece uma fortaleza e até tem guaritas. Defronte levanta-se a bela cadeia, cuja iluminação de copos de cores e luz elétrica logo que anoiteceu era lindíssima ^{30A}. Jantar. Recebi algumas pessoas das 7 às 9 no belo salão do palácio que tem excelentes acomodações. Recolhi-me às 9 e pouco li. Desde ontem que vejo Congonha do campo e colhi um ramo florido. Vi hoje a canela-de-ema, planta que se acende a modo de vela.

31 (5ª fª) – Ontem houve fogo de artifício que não foi brilhante e soltaram um balão defronte do palácio.

Esta manhã tomei um bom banho frio num banheiro de pedra bem arranjado no fundo do palácio. Quis ler a inscrição mas só pude distinguir – Palmensis Comes 1812 ³¹. Cerca de 7 ½ saí. Dei uma volta pela cidade entrando nas igrejas – do Carmo de cujo interior gostei, havendo na sacristia um lavatório de pedra um pouco azulada cuja escultura revela talento ³², e sobre a porta escultura do mesmo gênero que não me agradam tanto – e da matriz cuja forma parece antes do teatro e onde conversei com o cura Sta. Ana ³⁴ cuja fisionomia predispôs-me em seu

28. Da família do historiador mineiro Teófilo Feu de Carvalho, falecido em 1946.

29. No "lugar denominado Felicidade", registrou o repórter do *Jornal do Commercio* (folheto cit., p. 25).

30. D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (1836-1896), oitavo bispo de Mariana.

30A. O antigo palácio dos governadores da capitania e presidentes da província é hoje sede da Escola de Minas de Ouro Preto. A cadeia, ex-casa da Câmara e depois penitenciária, é agora o Museu da Inconfidência, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

31. Refere-se ao conde de Palma, d. Francisco de Assis Mascarenhas, que governou a capitania das Minas Gerais de 1810 a 1814.

32. Trata-se do famoso lavabo da sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, obra atribuída a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

33. Conselheiro cônego José Joaquim de Santana (1814-1890), vigário de Ouro Preto, ex-vice-presidente da província, várias vezes em exercício.



Escola de Minas (engenharia), de Minas Gerais, antigo palácio do governo de Minas Gerais, ao tempo em que Ouro Preto era capital da província.

favor. Do adro do Carmo a vista para o lado das Cabeças é muito pitoresca. As ladeiras são íngremes e mal calçadas. 9 ½ Escola de Minas. Arco original com forma de martinete e instrumentos de mineiro. Gorceix deu sua lição durante uma hora fazendo 2 estudantes Luís Barbosa e Paulo reconhecer rochas que estavam sobre a mesa, mostrando ambos sobretudo muita aptidão. Percorri a escola que parece-me muito bem montada. Às 10 ½ voltei para almoçar. Por causa da demora da segunda liteira só muito depois do meio-dia estava na matriz para o Te-Déum. A música não foi muito ruim. O cônego Ottoni ³⁴ pregou bem embora metesse alguma literatura profana no sermão e parece-me ouvir-lhe falar dos *carvalhos* sob os quais balançavam-se os caboclos nas suas redes. Daí fomos ao Rosário, que só se distingue por sua arquitetura externa. Corpo da igreja oval; Carmo onde disseram-me que o lavatório era obra do Aleijadinho e já com chuva de trovoada a S. Francisco de Assis cuja escultura do santo em êxtase sobre a porta, púlpitos – principalmente o baixo-relevo da tempestade do lago de Tiberíades – e figuras do teto da capela-mor – tudo obra do Aleijadinho – são notáveis. O teto do corpo da igreja foi pintado pelo tenente-coronel Ataíde ³⁵ amigo do Paula Cândido ³⁶. Não pensava que fosse capaz de tanto, pois a pintura revela bastante talento no grupamento das figuras. Referiram-me que Ataíde fora discípulo da Academia de Belas-Artes ³⁷. De um dos lados da igreja descobre-se no vale a casa de Marília de Dirceu. Fui depois à polícia onde falta de estatística criminal e da legislação desde 1878. Há um telefone que se comunica com a cadeia e o palácio. Aí morou o ouvidor Tomás Gonzaga e de uma das janelas vêem-se muito bem ao longe as da casa de Marília. Disseram-me que Gonzaga costumava passear até perto de uma igreja no alto de uma ladeira onde se deitava a contemplar a casa de Marília. Enfim estive na casa da Câmara que é a melhor que tenho visto em minhas viagens. Reparei somente que não guardam com cuidado os padrões de pesos e medidas. Prometi dar uma bomba de incêndio à municipalidade comprometendo-se o presidente Domingos Magalhães de organizar uma companhia de bombeiros. Nunca se pensou nisso. Jantar às 5. Conferência de Gorceix no salão da Assembléia, que ficou cheio. Gorceix expôs com talento as riquezas de Minas, sobretudo a do ferro, cuja quantidade calculou em 81 mil milhões de toneladas podendo a província tornar-se a fornecedora de aço ao resto do mundo se por meio de linhito de que se encontram vários depósitos em Minas se conseguir aceitar diretamente o seu ferro. Gostei de ouvir a exposição de idéias tão civilizadoras a 80 léguas do Rio de Janeiro de onde felizmente já começou a irradiar-me o progresso a todo o Brasil. Recebi até 9. Conversei bastante com o velho Quintiliano ³⁸ e o juiz de direito Guimarães ³⁹ que não me deram

34. Honório Benedito Ottoni, vigário de Carandaí.

35. Manuel da Costa Ataíde (1762-1837). Biografado por Salomão de Vasconcelos em *Ataíde - Pintor mineiro do século XVIII* (Belo Horizonte, 1941).

36. Francisco de Paula Cândido (1804-1864), ilustre médico mineiro.

37. Não é exato, pois já em 1818 era professor de desenho em Mariana e requeria a d. João VI a criação dessa cadeira.

38. Conselheiro Quintiliano José da Silva, desembargador, ex-presidente da província, falecido em 1889.

39. José Inácio Gomes Guimarães.

informações satisfatórias do foro de Ouro Preto. A mãe do deputado Lemos ⁴⁰ é uma senhora idosa de fisionomia distinta. Li na cama os jornais do Rio até 29. Já deviam ter chegado os de 30 se o correio é diário como anunciaram e preveniu-me o Buarque ⁴¹.

1^o de abril (6^a f^o) – 6h banho. Leitura até 7. Visita à cadeia. Edifício bem construído, porém as prisões inferiores sobretudo uma de galés, verdadeira enxovia; não me agradaram. Livros em regra. Disse aos presos que mandassem suas petições à presidência. O chefe de polícia disse que um deles está preso inocentemente conforme a declaração de que existe certidão do culpado. Aula na cadeia, mas o ensino não é obrigatório. Os alunos são os mais morigerados e apenas 36, quando há mais de 300 ⁴². Prisões que não hão de ficar às escuras fechadas as portas das janelas ou inabitáveis por ventania ou chuva que entrará pelas grades. Lembrei que pusessem vidraças.

9 – Lição de Bovet ⁴³ sobre a mineração do ouro. Morro Velho perde 25% do ouro da mina, e Pari 40%. Foi muito interessante a lição. Pedi-lhe notas para minha visita a Morro Velho. Gorceix explicou-me a sua quase crença de que o diamante forma-se em veios onde há fluoretos dentro dos quartzitos. Mostrou-me pedras que parecem provar isto. Examinei as coleções de diamantes, ouro, ferro, linhito e grafite, escrevendo com um pedaço deste ⁴⁴. As provas agradaram-me sobretudo as de Augusto Barbosa da Silva que é o melhor estudante de matemática. Gorceix trabalhou com bateia em cuja fica ouro que ele me mandará.

11h ¼. Depois do almoço tornei a sair, mas a cavalo. Liceu. Casa pequena. Os alunos interrogados agradaram-me. Escola normal. Casinha bonita. Não me desagradou. A professora pareceu-me inteligente. Aula primária mista casa acanhada. Não me agradou. Há outras aulas que não pude visitar, porque de uma, ao menos, os alunos retiraram-se à hora habitual. Perto do liceu está a escola de farmácia. Poderá ser boa somente pelos professores que são três – física e botânica – as duas químicas – matéria médica e terapêutica. Tesouraria provincial – má casa – onde está também a biblioteca provincial que tem boas obras, porém em geral já antigas e faltando as periódicas em dia – e geral, antiga casa dos contos. Bem construída. Aí também está o correio mal acomodado. Vi o lugar da bala do revólver que disparou contra o gerente do Monte Socorro o tesoureiro comprometido por um desfalque de um conto, mas que havia roubado diversas associações. A tesouraria geral carece de alguns reparos e parte do edifício é muito úmida. Fui ver a casa de Marília de Dirceu onde se conservam uma

40. Dr. Manuel Joaquim de Lemos.

41. Conselheiro Manuel Buarque de Macedo (1837-1881) que, como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, acompanhava o imperador em viagem.

42. Trezentos e oitenta e um, inclusive 10 mulheres, de acordo com a reportagem do *Jornal do Commercio* (folheto cit., p. 30).

43. Engenheiro de minas Armand de Bovet, professor de exploração de minas, metalurgia e docimasia da Escola de Minas.

44. Escreveu: “Muito me tem agradado a Escola de Minas criada por Gorceix – 01/04/1881 – Pedro” (*Viagem Imperial* cit., p. 31).



CONSELHEIRO MANUEL BUARQUE DE MACEDO
Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que
participou da viagem imperial a Minas Gerais.
(Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do Museu Imperial).

cadeira e o cabide na alcova em que dormia. Cortaram os pinheiros que havia no fundo da pequena chácara. A capela em ruínas junto à qual se reclinava Gonzaga para contemplar a casa de Marília tem a invocação das Dores. De uma janela do fundo desta casa descobre-se a casa da ouvidoria. Assentei-me perto dela. Voltando entrei na igreja matriz de Antônio Dias tem belas proporções internas.

Igreja de S. Francisco de Paula – Lindíssima vista do adro para a banda da cidade e da ladeira das Cabeças. Creio que foi deste lugar que se pintou o quadro que possuo ⁴⁵. Antes de ter ido lá visitei o quartel de polícia. Casa boa porém até os soldados dormem em casa de pessoas da família. Hospital da Misericórdia. Pequeno, em parte mal situado, porém pareceu bem tratado. Jantar e recepção. Entreguei 3 cartas de alforria a 3 mulheres por intermédio do monsenhor José Augusto e do cura Sta. Ana, e soube que a baronesa ⁴⁶ que veio com a família alforriou seus escravos que têm servido na liteira da imperatriz.

2 (*sábado*) – 6h. Partida. Entrada na Igreja de Antônio Dias. Esculturas em pedra sobre a porta. A rua que aí conduz chama-se do *Alvarenga*. Bela vista para o lado da cidade ao aproximar-se do antigo Jardim Botânico. Lá fui. Abandonado. Belas jaboticabeiras. Ainda há pés de chá. Guardam na casa a pólvora – 20 barricas. O Estado vendeu por 5 contos a prazos esta propriedade tão aproveitável. Teria ficado talvez melhor aí que no *Seramenha* a escola agrícola. Subida da serra que divide águas do rio Doce de águas do rio das Velhas. *Alto da pedra de amolar*. Vasta e bela vista. O caminho é todo muito pitoresco. Descobri ao longe o rio das Velhas. Chafariz do tempo do governo de d. Rodrigo de Meneses 1722 creio eu ⁴⁷. Arraialzinho dos Taboões com ponte. 11 Cachoeira do Campo arraial de muitas casas. Almocei; fui orar à igreja que tem dois altares laterais que muito me agradaram por seus labores de talha. Visitei só a coudelaria ⁴⁸. Casa arrumadíssima. O arrendatário fulano Castro

45. Ainda é hoje o adro de São Francisco de Paula um dos pontos prediletos para as vistas fotográficas de conjunto – sempre parciais – de Ouro Preto. O quadro a que se referiu o imperador será, provavelmente, a bela vista da antiga capital mineira, pintada em 1821 pelo francês Armand Julien Pallière, que do leilão do Paço de São Cristóvão passou a alguém que a ofereceu ao dr. Antônio Felício dos Santos. Depois de pertencer aos colecionadores Newton Carneiro, de Curitiba, e Francisco Marques dos Santos, encontra-se hoje no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

46. Baronesa, depois viúva viscondessa de Camargos, d. Maria Leonor Teixeira de Magalhães.

47. Não é de 1722 pois d. Rodrigo de Meneses governou de 1780 a 1783.

48. Instalada no antigo quartel do Regimento de Dragões de Minas Gerais, em 1779, transformado em corpo regular de cavalaria pelo governador Antônio de Noronha. Em 29/07/1819 uma carta-régia mandou estabelecer uma coudelaria para o melhoramento da raça cavalari em Cachoeira do Carmo. A 25 de outubro do mesmo ano outra carta-régia mandou executar minucioso regimento organizado para o estabelecimento das manadas reais da capitania das Minas Gerais. A coudelaria foi no Império dependente da Mordomia da Casa Imperial, conforme os respectivos livros do Arquivo Nacional. D. Pedro II dela fez doação à província. Em 1893 o estado de Minas cedeu-a aos padres salesianos, para que aí instalassem o Colégio D. Bosco, ainda existente (Cf. J. P. Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, Ouro Preto, 1897, vols. III e IV, pp. 169 e 111).

não quis responder-me claramente sobre a extensão das terras e as cabeças de gado por causa de pequena renda que paga e assim mesmo sem tê-lo feito pontualmente. A terra da coudelaria é só de meu usufruto mas a fazenda do buraco igualmente arrendada ao mesmo é minha propriedade. Pensarei em aproveitá-las para colonos. Voltei à casa onde vi uma cadeira de forma antiga onde meu pai se assentou e um Murta de 88 anos que lhe cuidava dos animais de viagem ⁴⁹. Entreguei as duas cartas de alforria dadas pelo dr. Fernandes Torres ^{49A} a dois cônjuges ao marido estando ausente a mulher. O arrendatário das duas fazendas disse-me que cada alqueire já produziu 8 carros de mantimentos. Fui ver as aulas de meninos e de meninas. Casas acanhadas. Naquela os alunos estavam ausentes, porém nesta achei meninas interrogando a uma e a professora irmã de um Modestino discípulo de preparatórios da escola de Minas pareceu-me muito inteligente. Partida às 1 ½ e chegada à Casa Branca às 4. Caminho sempre belo. Vi bem a Serra de Capanema e sua garganta. Foi por aí que nasceu o barão de Capanema ⁵⁰. Orei na igreja. Jantar. Concerto, leitura dos diários do Rio de 30 – última data. Deitar às 9 h.

3 (domingo) – Missa dita pelo monsenhor pouco antes das 5h. Partida às 6h 20'. Manhã fresca, com belíssima, linda paisagem. Atravesso mato de capoeira. 7 ½. Ponte de Ana de Sá sobre o rio das Velhas pouco largo e raso com pedras. Alto do Peres. Pico de Itabira com suas duas pontas. Na ponte de Ana de Sá atirei um raminho no rio. Conversei quase todo o tempo com o Gorceix sobre geologia e geognosia. Chegada ao bonitinho arroio do rio das Pedras com suas duas capelas e palmeiras às 9h. Almoço. Seguimos às 10. O caminho continua pitoresco e vi ainda ao longe do lado direito o vale de uma mina de S. Vicente cuja igreja avistara antes de chegar a rio das Pedras ⁵¹. Atravessaram-se diversos córregos até chegar às 2 ¼ ao pequeno arraial de Sto. Antônio ⁵² tendo observado pouco antes bonitas plantações de café todo carregado de fruto ainda verde, e de feijão. Atravessa-se uma ponte maior ao entrar no arraial de onde segui deixando atrás as liteiras às 2 ½. O caminho margeia o rio das Velhas que já faz vista aí, e pode ser atravessado por canoas. Sítio de d. Florisbela do lado oposto do rio muito bonito com suas altas macaúbas. O coco desta palmeira dá azeite fazendo-se da polpa sabão e das folhas excelentes cordas. Esse sítio parece uma ilha de verdura. Antes de Sto. Antônio vieram ao encontro dois empregados de Morro Velho. Na longa ponte de Sta. Rita que atravessa o rio estava o diretor de Morro Velho ⁵³ e muita gente. Ia

49. Ao repórter do *Jornal do Commercio* declarou Manuel de Neves Murta ter sido companheiro de caçada de d. Pedro I, numa das vezes que este visitou Minas (1822 e 1830-1831) (*Viagem Imperial* cit., p. 33).

49A. Trata-se de um dos filhos do falecido senador José Joaquim Fernandes Torres: o desembargador do mesmo nome, ou seu irmão José Fernandes Torres formado em Direito no Recife em 1876 (Cf. cônego R. Trindade, *Velhos Troncos Mineiros*, S. Paulo, 1955, vol. I, pp. 33-34).

50. Seu pai, o austríaco Roque Schüch, bibliotecário da imperatriz d. Leopoldina, aí esteve em trabalhos mineralógicos e botânicos em 1824.

51. Onde existe, atualmente, uma das represas destinadas ao fornecimento de energia elétrica a Belo Horizonte.

52. Santo Antônio de Rio Acima.

53. Pearson Morrisson.

olhando distraído, diversas mulheres correram para mim e espantando-se o cavalo caí dele ⁵⁴. Não foi nada, montei noutro oferecido pelo diretor de Morro Velho e continuei a andar. Tomei à esquerda para a lavra de Assis Jardim ⁵⁵. Fui até o engenho 6 pilões, couros sobre que passa a água com o pé do minério, e bateias que agitadas circularmente pela mão fazem depositar o ouro que se lavou dos couros. A água que por eles passou vai depositar mais longe o pó do minério que ainda se aproveitar [*sic*] pelo mesmo processo. Tiram 4 a 6 oitavas de tonelada de minério. Por curiosidade trabalhei um pouco de bateia. Um filho de Jardim é o único que faz este trabalho. A mina segundo me disse Gorceix é a céu aberto com 300 metros de extensão e 1 ½ de largura. Ainda apanhei as liteiras pouco adiante da ponte de Sta. Rita. Vim conversando com o diretor de Morro Velho. Passei pelo arraial de Congonhas do Sabará ⁵⁶ e cheguei à casa de residência do diretor ainda com bastante luz. A vista do alto de onde se desce para o arraial é muito bela. Muita gente reunida. Só de homens empregados pela companhia há 6.000 ⁵⁷. Tomei um banho morno tendo antes visto da varanda o fogo de artifício; jantei às 7 1/5 e pouco depois deitei-me. Amanhã é que hei de colher informações sobre a mina. O diretor já me deu algumas. Contratou a iluminação pela eletricidade produzida na máquina Gramme. Diz que o recurso está a extinguir-se. Dá 6 a 8 oitavas por tonelada pilando por dia 250. Ao chegar vi ao lado do caminho um depósito de pó que já fora aproveitado, mas ainda contém ouro de talvez 120.000 toneladas.

4 (2^a f^o) – Acordei às 5 ½. Banho frio. Vai começar a tarefa do dia. Antes do almoço às 11 ½ – Amalgamação – O ouro talvez não esteja todo puro sem combinação química que impeça em parte a liga com o mercúrio. O minério é quartzito de piritas, uma delas muito arsenical. Por isso, segundo alegaram deixaram de prosseguir num ensaio de hostulação [?]. Tiram só de 3 a 4 oitavas em tonelada. As mesas sobre que corre a água com o pó são prismáticos triangulares. Depois de correr a água 15m viram-nas, e a face que despejar a água e sobre que houve o depósito, levam-na com uma manga de bomba, e essa água é que vai pôr a amalgamação,

54. O repórter Tinoco, do *Jornal do Commercio*, assim narrou, com maiores minúcias, o pequeno acidente: “Depois que Sua Majestade se despediu do sr. Morrison chicoteou o cavalo, e instantes depois, quando subia uma pequena elevação, olhou para trás como que para chamar alguém. Nessa ocasião o cavalo em que ia montado espantou-se com os vestidos de umas mulheres que tinham ido postar-se em um barranco para verem passar os augustos viajantes, e S. M. o Imperador, perdendo o equilíbrio por causa do brusco movimento do animal, caiu de costas no chão.” Socorrido por um homem que se achava no local, como pelo conselheiro Lima Duarte e Morrison, registrou ainda o jornalista que Sua Majestade ficou extremamente pálido. A *Revista Ilustrada*, em seus números 243 e 244, de 9 e 12 de abril de 1881, glosou, em caricaturas de Ângelo Agostini, o tombo imperial.

55. Tenente-coronel, segundo o cit. noticiário do *Jornal do Commercio*, p. 34.

56. Posteriormente Vila Nova de Lima, hoje cidade de Nova Lima.

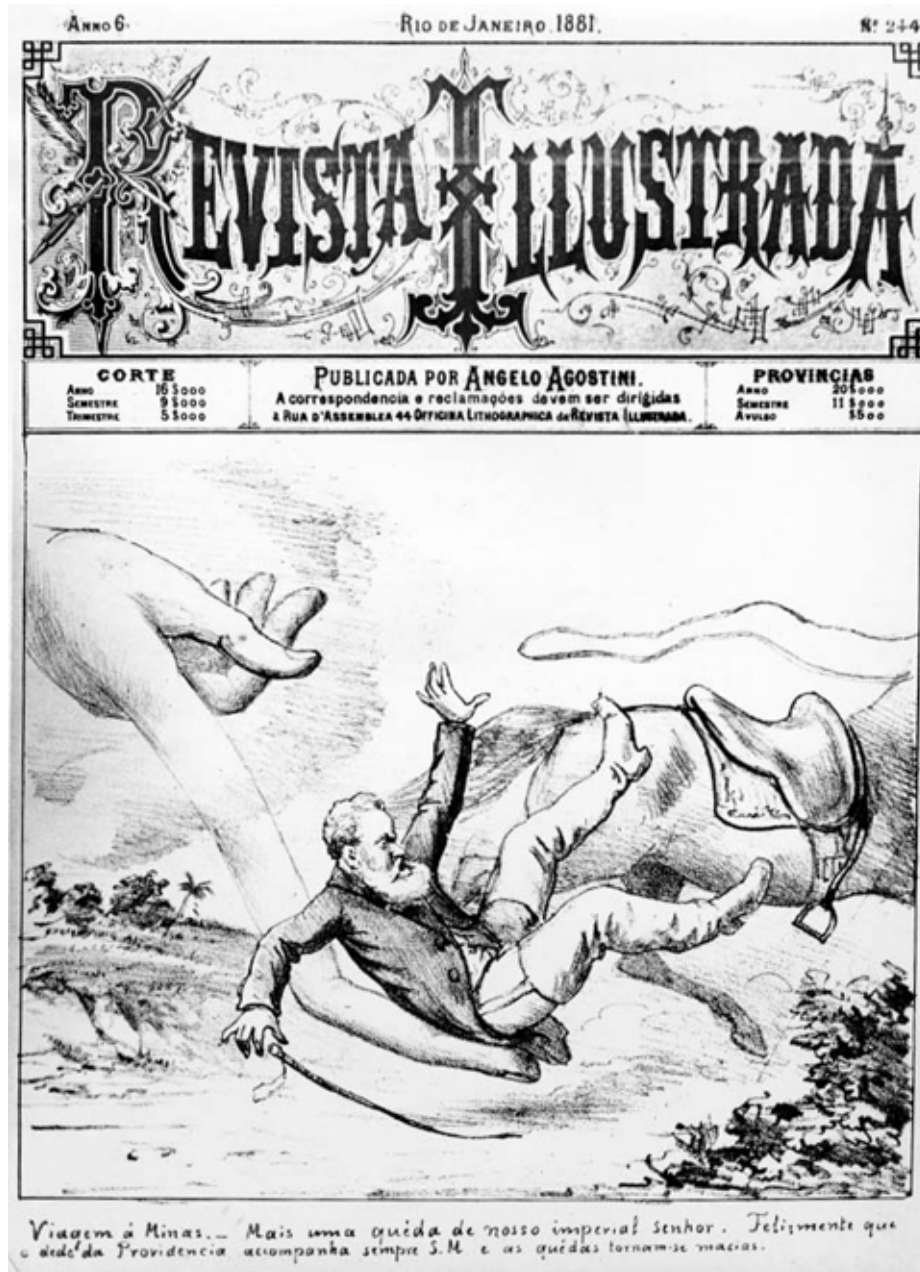
57. Deve haver exagero na informação, pois o repórter Tinoco anotou o seguinte: “A companhia tem no Morro Velho 14 empregados de categoria superior, 57 mineiros, 15 ferreiros, 12 carpinteiros, 6 empregados na redução do ouro, todos ingleses; 400 brocadores, 45 carpinteiros, 23 pedreiros e 45 ferreiros e 329 operários, brasileiros, mulheres e homens de cor, e talvez 400 escravos” (*Viagem Imperial*, cit., p. 37).

onde depois de misturada com metade quase de mercúrio é bem agitada na água, e a massa que fica espremida através de um saco de camurça para que saia o mercúrio livre. Forma-se um bolo que vai ao forno sublimando-se o mercúrio, que apesar de condensado depois perde-se quase na razão da metade. Pilões cento e tantos sistemas ordinários, e duas mãos chamadas de elefante que fazem o trabalho de 25 pilões. Mesas de percussão em que a água com o pó se divide em três porções de diferente concentração. A água que escorre das mesas cai sobre uma espécie de bateia grande emborcada e sobre cuja parede fique [sic] pó com pouca água. O que não se aproveita vai para o que chamam praia. Como já disse retificando já há aí 150.000 toneladas onde o ouro acha-se quase na mesma proporção, porque há diversos motivos para que as águas de resíduo cheguem à praia com a mesma ou quase a mesma condensação do princípio.

Gorceix tomou notas de tudo. A pedra vem da mina por trilhos e em vagonetes que são puxados pela força de uma turbina, atravessam pequenos túneis. Antes do minério ir para os pilões, elefante e arrastos que são como galgas onde são arrastados por cadeias grandes pedras, é quebrada numa máquina que trabalha com duas queixadas de ferro cuja força muscular [ilegível] da turbina [sic]... Olhei de cima do precipício os estragos da mina que se incendiou, diz o diretor que por malefício. Na volta para casa entrei na biblioteca. Possui boas obras inglesas sobretudo as de viagens modernas na América do Sul e interior da África.

Saída de novo a 1 ½. Hospital está bem arranjado. As latrinas ficam inodoras pela queda de carvão ou terra produzida pelo movimento. Lançam-se depois longe e num buraco as matérias excrementícias. Capela católica. É grande porém pouco cuidada. Às 3 estava à boca da mina. Vesti-me como mineiro⁵⁸ com minha vela pregada com argila ao chapéu. Começou a descida no ascensor às 3 ½. Movimento muito suave. Muita água escorria das paredes do poço. Em um ¼ tocávamos o fundo a 457 metros. Há outro andar inferior que vi bem dos poços, estando o fundo bem alumiado com estopa queimada, velas, magnésio, etc. O diretor queixa-se de que o veio vai a terminar porém a qualidade e disposição das rochas parece indicar o contrário. Tem revestido o interior da mina com madeiras enormes e um deles ficou achatado em pouco tempo como um chapéu de pasta. De algum tempo começaram a não escavar tudo, conservando partes da rocha como pilares, o que parece ser mais razoável, embora não o tivesse feito para tirarem mais ouro. Demorei dentro da mina mais de 1 ½. Arreentaram minas que pareciam ruído de terremoto e agitavam o ar dentro de espessas paredes de pedra. A subida fez-se igualmente bem. Antes das 6 já tomara eu banho morno. O diretor disse-me que os empregados e operários contribuem com 1\$000 por mês para acudir aos que não podem trabalhar. É grande partidário dos trabalhadores chins. Antes do banho fui com o diretor ver, posto que de longe, os 3 canos que formam um sifão conduzindo a água para movimento das máquinas. A água vem da

58. "Suas Majestades vestiram sobre a roupa costumes de brim-lona e puseram chapéus de couro duro, tendo uma vela de sebo espetada na copa." *A Revista Ilustrada*, em suplemento ao nº 246 de 7 de maio, apresentou assim os imperadores, em desenho de Ângelo Agostini.



Capa da *Revista Ilustrada*, do Rio de Janeiro, com desenho de Ângelo Agostini, alusivo à queda do cavalo, sofrida por d. Pedro II a 3 de abril de 1881, perto de Santo Antônio de Rio Acima, Minas Gerais.



D. Pedro II e d. Teresa Cristina, em trajes especiais para visita à mina de ouro do Morro Velho. Desenho de Angelo Agostini na *Revista Ilustrada*, do Rio de Janeiro, de 7 de maio de 1881, n. 244.

do Curral. A extensão de todos os regos é de cerca de 9 léguas. O jantar foi às 7 ¼ e depois conversamos até perto das 10. Noite belíssima. O diretor mostrou lindos cristais de rocha achados na mina. Alguns contêm piritas que se irisam. O maior salário de empregado nos trabalhos da mina é de 15 ££ por mês. Trabalham dia e noite em três turmas que se revezam. As brocas são pagas por empreitadas e alguns abrem-nas 3 horas. A melhor madeira empregada é baraúna. Não vi a capela protestante. Há escola para os meninos filhos dos trabalhadores e empregados. Na botica do hospital aviam-se receita dos trabalhadores e empregados e de todos os que têm relações domésticas com eles.

5 (3^a f^o) – Banho, leve refeição e partida às 6h. Conversei muito com o diretor de Morro Vermelho, até perto de Sabará. Segui primeiro o bom caminho que serve de passeio ao diretor e sua família, até pouco além de um dos 2 pontos de dinamite. Bela vista do lado da serra do Curral, avistando-se ao longe pontas da serra da Piedade. Garoa forte. 180 brocas – cada uma de 3 palmos de fundo e menos de polegada de diâmetro cheia de 1 a 3 cartuchos de dinamite dão a 2 toneladas de explosão de mina 360 toneladas de minério por dia. Escolhem pelo peso o minério. Os pilões etc. moem 250 por dia. Fazem a aparição do ouro de 9 em 9 dias e uma barra de ouro de 1600 oitavas é o resultado da do trabalho de 9 dias. Cada mineiro inglês dirige o trabalho de 13 a 15 brocadores. Não admitem trabalhadores – homens só – senão de 12 anos para cima. Tem 400 animais de carga sobretudo para condução de carvão que fazem da árvore *candeia*. A madeira vem do lado de Jaguarão e Caeté. Esqueci-me de dizer que a maior parte das mesas são fixas, e com couros como as vi no Assis Jardim, e de que assisti ontem a copulação que prova uma perda de ouro de 27% segundo disse o diretor. Chegada ao Arraial Velho onde foi o antigo Sabará. Estavam aí o deputado Assis Martins ⁵⁹ e outros. O rio das Velhas já foi navegado por vapor pequeno desde pouco abaixo do Arraial Velho ⁶⁰. A chegada a Sabará é bonita. Entro na casa onde hospedou-se meu pai às 9 ½. Pouco antes da cidade na margem oposta vê-se um sobrado onde nasceu o Paulo Barbosa ⁶¹. Almoço às 10 ½. Saí ao meio-dia. Liceu com internato para poucos na casa que foi do barão de Curvelo ⁶². O aluno de latim traduziu bem Tito-Lívio. Os de francês não têm má pronúncia. O de geometria desagradou-me assim como os de geografia. A casa não é boa. Quatro aulas duas de meninos e duas de meninas. Quase todas más casas. Só me agradou uma das aulas de meninas. Visitei a Igreja do Carmo que nada tem de notável, e a casa onde nasceu o Sapucaí ⁶³ e foi vendida ao desembargador José Lopes da Silva Viana. Tem

59. Deputado Inácio Antônio de Assis Martins (1839-1903), depois senador do Império e visconde de Assis Martins.

60. Pelo vapor *Mata Machado*, que há alguns decênios ainda navegava nos rios São Francisco e Correntes, na Bahia.

61. Engano, pois o primeiro mordomo de d. Pedro II, conselheiro Paulo Barbosa da Silva (1794-1868) nasceu em Matosinhos de Sabará, não em Sabará, onde aliás residiram seus pais.

62. Joaquim José Meireles Freire, barão de Curvelo, falecido em 1877.

63. Novo engano, pois Cândido José de Araújo Viana, visconde e marquês de Sapucaí (1793-1875), nasceu em Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima), não em Sabará.

jardim maltratado com um chafariz. Colhi um ramo de uma mangueira que dizem ter sido plantada pelo Sapucaí de caroço de manga trazida de Alagoas ⁶⁴. A vista para ambos lados – serra do Curral e da Piedade que vi alumiada pelo sol uma parte penhascosa são bonitas. Hospital da Misericórdia. Mal situado. Estava limpo. Na sala do consistório estão os retratos do fundador do vínculo da Jaguará ⁶⁵ de onde provém a renda do hospital do finado barão de Sabará ⁶⁶ que tem excelente fisionomia e de mais dois padres benfeitores. Esperam aumentar a renda com o resto da liquidação do vínculo. Pensam em fundar casa para lázaros, mas lembrei que era melhor empregar o dinheiro no hospital geral e que no Rio de Janeiro havia muito lugar para lázaros. Tenho visto muitos papos também aqui. O diretor do Morro Velho disse-me que a mulher só de beber água num lugar começou a criar papo ⁶⁷ operando-se dele na Inglaterra, do que lhe ficou apenas pequena cicatriz. Jantar às 5 ½. Te-Déum no Carmo. Ruim música. O vigário irmão do cônego Roussin pregou bem. Depois recebi. As ruas têm ladeiras e são calçadas de pedras que espetam os pés.

6 (4^a f^{ta}). Acordei às 5h. 6h ¼. Começo a navegar o rio das Velhas ⁶⁸ 1 braça de fundo de areia. 6h 35' Capela arruinada de Sto. Antônio da Roça Grande ⁶⁹. Margens com mais ou menos árvores formando muitas vezes matos espessos. O patrão Antônio Moreira disse que tinha ido à barra do rio das Velhas em um mês por causa da demora de 8 dias para conserto da barca. O rio começa a baixar em abril e a encher de 7bro por diante. De Maquiné para baixo há pedras. Até lá areia. De Sabará ao córrego do Malheiro 1h ¾ percorrido em 1h ¼ – 8h 20'. Fazenda do finado barão de Sabará na margem esquerda. 8 h 40' Antônio do Bosque; alarga bastante o rio – 9h Temperatura – da água 19° ¾ – do ar 20° – 9h ½ José Correia margem esquerda. Bonito lugar. O rio é bastante largo de 150 m talvez. 9h 50' Bicas. Tem-se visto algumas plantações de milho e muitas macaúbas. – 10 h. Temperatura da água 25° – do ar 21° ¾. A 1m de profundidade 21°. 10h. Avista-se a igreja de Sta. Luzia à margem direita no alto de uma montanha ⁷⁰. O rio tem sempre

64. Foi presidente da província de Alagoas em 1828.

65. O capitão Antônio de Abreu Guimarães vinculou em 1787 diversos bens sítios nas Minas Gerais, tendo em vista o estabelecimento e subsistência de duas casas de educação e um hospital na capitania.

66. Manuel Antônio Pacheco, falecido em 1862.

67. Ainda não havia sido descoberta ao tempo a origem da papeira ou bócio endêmico.

68. Partiu na barcaça *Cônego Santana*. A embarcação aparece em desenho do suplemento da *Revista Ilustrada* nº 246 de 7 de maio, junto à Ponte Grande do rio das Velhas, ao chegar a comitiva a Santa Luzia.

69. Hoje estação da Estrada de Ferro Central do Brasil entre Sabará e General Carneiro. Consta ter sido este o primeiro arraial da região aurífera do rio das Velhas, nele tendo residido Manuel de Borba Gato (Cf. Edelweiss Teixeira, "Roça Grande e o povoamento do Rio das Velhas", na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. II, Belo Horizonte, 1946, p. 114).

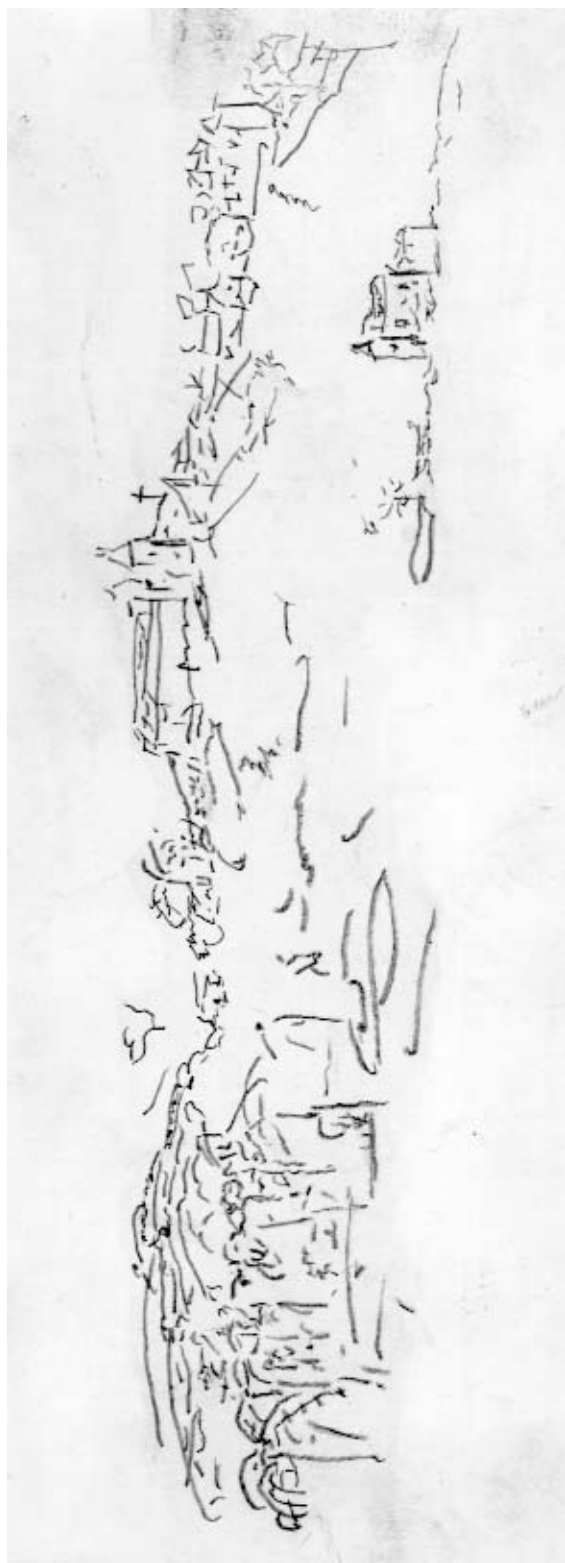
70. Nesta caderneta de notas de viagem do imperador, nº 24, do conjunto de documentos nº 1057, catálogo B do arquivo da família imperial, no Museu Imperial de Petrópolis, encontra-se uma vista de Santa Luzia, tomada do rio das Velhas, a lápis, desenho do próprio d. Pedro II.



INÁCIO ANTÔNIO DE ASSIS MARTINS

Deputado geral por Minas Gerais, depois senador do Império
e visconde de Assis Martins. Encontrou-se com
d. Pedro II, em Sabará, a 5 de abril de 1881.

(Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do Museu Imperial).



Vista de Santa Luzia do rio das Velhas, desenhada a lápis pelo imperador d. Pedro II, na caderneta n. 24. Diário de sua viagem à província de Minas Gerais, em 1881.

apresentado quase que o mesmo fundo e de areia. Há bastante espriados e vi gado vindo das margens até quase metade do rio, que é menos largo que o Jacuí. 11h 5'. Vê-se a ponte. Chegamos às 11 ¼. Almoço e pouco depois conversei com o dr. Modestino Franco ⁷¹ que julga que a estrada de ferro deve ir até a foz do Paraúna. Partida às 12 ½. 1h 5'. Lugar das estacas resto de trabalhos de mineração. Vamos devagar porque o barco pode bater. Fica perto do lugar chamado *Carreira-Comprida*. 1h 25'. Defronte casa da fazenda da *Carreira-Comprida* ⁷². 1 ½ acabou a estacada. 2h 12'. Ponta de areia que se adianta da margem esquerda no lugar Taquaras – 2h 4'. Passou-se a ilha das Taquaras que tem seu comprimento – 2 ¾. Margem direita fazenda de Joaquim Moreira *das pedras*. O rio é aqui bastante fundo. 3h 5'. Ribeirão da Mata. 3h. Muitas macaúbas (acrocomia selerocarpa Mat. St. Hilaire – *Voyages dans les provinces de Rio* etc., 1^{ère} partie vol. 2 p. 377) ⁷³. 3h 35'. Passamos por defronte da casa do engenho de cana do major Frederico Dolabella, *Encerra-Bodes*, irmão do dr. Modestino de Sta. Luzia. 4h. Avista-se a serra da Piedade do lado para onde o rio corre. 4h 26'. Fazenda *Pinhões* – de cana na margem direita. As canas têm aparecido bonitas. Pedimos algumas que nos atiraram para bordo. 5h. Grande montanha onde se vê uma que se me afigura parede de pedra calcária na margem esquerda. Mais de perto parece-me rocha xistosa. 5h 10'. Rio Vermelho à direita. Já avistei a casa do estabelecimento que é grande. Grande volta Sarilho na margem esquerda que serviu para embarque de madeira. 5 ½ – Chegada ao porto de Macaúbas. 6 ½. Fui ver a igreja – nada tem de notável – colégio 32 meninas cujas respostas satisfizeram, tocando duas piano a 4 mãos e sendo as escritas bonitas como as dos colégios das irmãs de Caridade – e recolhimento 39 recolhidos – que é extenso. A renda para tudo é de 11 contos. O diretor padre Lana ⁷⁴, mineiro pagou 40 contos da dívida. Tem um pequeno engenho de cana que não trabalha. Não possui escravos. Permitiu a edificação de casas de vivenda de que os moradores só têm usufruto. Talvez devessem dividir as terras e vendê-las em lotes onde se cultivaria a cana que o engenho reduziria a açúcar. Deitei-me às 9 pouco depois do jantar.

7 (5^a f^a) – Acordei às 5. Chegaram ontem diários do Rio de 3. Saída às 5 ¾ até o embarque. Passagem do rio na barca. Partida a cavalo da margem oposta a 6h 20'. Bom e lindo caminho. A vista de um alto

71. Dr. Modestino Carlos da Rocha Franco, médico, chefe do partido liberal em Santa Luzia, falecido em 1894. Filho do primeiro casamento do capitão-mor Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco, 2º barão de Santa Luzia, adiante citado.

72. Pertenceu no início do século XIX ao tenente-coronel Antônio da Fonseca Ferreira, cavaleiro da Ordem de Cristo falecido em 1815, tetravô de quem escreve estas notas. É hoje sede da Frimisa, grande frigorífico.

73. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, de Augusto de Saint-Hilaire, 2 tomos (Paris, 1830); traduzida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa (S. Paulo, 1938).

74. Padre Joaquim José de Oliveira Lana, ordenado em 1850 e falecido em 1886, durante 36 anos capelão do recolhimento de Macaúbas, cargo que já haviam exercido outros sacerdotes de sua família (Cf. cônego Raimundo Trindade, *Velhos Troncos Mineiros*, S. Paulo, 1955, tomo I, p. 339-344).

descobre largo horizonte: serra do Curral, pico de Itabira⁷⁵; serra da Piedade. Vim me informando de diversas árvores. O chapadão parece pelo solo e arvoredo o de S. Francisco saindo de Piranhas. *Pequi* fruto de caroço espinhoso que deve comer-se com cuidado para não ferir a boca e a língua. *Barbatimão* que contém muito taininho; *Pau-terra* casca adstringente boa para a diarreia; *Bolsa-de-pastor* de casca boa para hidropisia. Depois vi a *lobeira* de linda flor, e apanharam-se 2 araticuns num só ramo. Há-os maiores. Esquecia-me dizer que até o embarque conversei com o padre João Batista Caldeira que está ajudando o padre Lana muito doente de pericardite. Disse-me que o Instituto de Macaúbas tem 600 alqueires de terra. Num lugar chamado *Retiro* plantam cana, milho, etc. Vi outro padre Castro de guedelhas pretas cuja fisionomia revela hipocrisia e mais um que esteve em Petrópolis e missiona. Às 8 ½ avistei a Lagoa Santa do alto de um morro. Lembrei-me do lago de Nicéia, cujo aspecto é contudo mais pitoresco, ainda que mais risonho e da Lagoa. Já antes tinha descoberto uma parte desta. Vieram pessoas a meu encontro e entre elas o dr. Inácio e o barão do Rio das Velhas⁷⁶ que muito se parece com o dr. Bonifácio de Abreu⁷⁷. É irmão do deputado Fonseca Viana⁷⁸ que já morreu. Monsenhor José Augusto disse-me ter já visto 2 seriemas perto de Queluz. Neste caminho aparecem muitas assim como emas, estas sobretudo do lado do *Retiro* de Macaúbas. A lagoa só não corre em meses de seca que são sobretudo os de julho e agosto. Atravessei o desaguadouro ao chegar ao povoado. As águas correm agora e vão ter ao rio das Velhas 4 ou 5 léguas abaixo de Macaúbas. A entrada da povoação foi por entre hastes e ramos de bananeiras, e outras plantas algumas floridas que produzem aprazível efeito. Almoço às 10h. Saída às 11h. Igreja – insignificante edificada há 80 anos. Casa do Lund. Percorri-a toda vendo o quarto onde ele morreu de uma constipação depois de bastante tempo de doente com mais de 80 anos. Falei com Nereu⁷⁹ que Lund protegeu desde menino, sendo o pai deste a quem pedi também informações leitor de português de Lund; e P. V. Roepstorff cand. fil. secretário dele desde 1876. Lund vinha em 1827 para a ilha da Reunião por tísico em segundo grau; porém tendo de passagem melhorado de saúde no Rio-Janeiro [*sic*], só tornou em 1830 à Dinamarca. Piorou de saúde e voltou em 1832 ao Brasil viajando até Goiás por Uberaba. Fixou-se na Lagoa Santa em 1834 de onde não saiu mais. Todos dizem ser lugar muito

75. Engano, pois o pico de Itabira não pode ser visto de Macaúbas.

76. Francisco de Paula Fonseca Viana (1815-1895), comendador da Ordem de Cristo, depois visconde do Rio das Velhas, fazendeiro na região, fundador da Companhia Industrial Sabarense.

77. Barão da Vila da Barra (1819-1887), médico, poeta e tradutor da *Divina Comédia*.

78. Dr. Antônio da Fonseca Viana (1816-1871), médico, deputado provincial em 1858-1861 e geral em 1861-1868. Foi quem influenciou para a permanência do dr. Pedro Guilherme Lund em Lagoa Santa. Era, como o barão e visconde do Rio das Velhas, filho do tenente José de Sousa Viana, revolucionário de 1842, e de Maria Cândida de Assunção, esta filha do tenente-coronel Antônio da Fonseca Ferreira, da Fazenda da Carreira Comprida, supracitado.

79. Nereu Cecílio dos Santos.



FRANCISCO DE PAULA FONSECA VIANA, BARÃO E VISCONDE
DO RIO DAS VELHAS

sadio havendo muitos centenários, um de 137 tendo morrido há pouco tempo conforme refere o barão do Rio das Velhas. Lund vivia muito retirado e quase que não lia nos seus últimos anos. Anteriormente gostava da companhia de senhoras e de música, cujos preceitos ensinou ao Nereu. Este foi seu herdeiro dos bens do Brasil, tendo deixado em Copenhague mais de 200 contos francos. Escrevia freqüentemente ao professor Reinhart, mas sua correspondência e todos os manuscritos foram remetidos para Copenhague. Nereu deu-me notas escritas a respeito de Lund e prometeu-me cópia do testamento de Lund em dinamarquês e de suas últimas disposições ^{79A}. O jardim tem muitas plantas que Lund plantou e removeram para uma casinha que aí está a sua biblioteca. Não é pequena e compõem-se de obras importantes em anos atrasados sobretudo relativos às ciências que ele cultivava. Perguntei muito se tinha deixado filho ou criara alguma relação afetuosa neste lugar. Responderam-me positivamente que não. Era de proceder castíssimo e muito esmoler. O pai de Nereu contou que lendo a Lund as *Meditações* do conselheiro Bastos ⁸⁰ e chegando a uma passagem em que estava S. Gregório ele o mandara parar assim como noutra lugar que pareceu-me referir-se à doutrina religiosa. Parece que Lund só tinha a religião natural. Também o pai do Nereu lhe lera com muito prazer dele *Paulo e Virgínia*.

Duas escolas ambas em edifícios acanhados tendo a de meninas 103! Agradou-me algum tanto a professora, contudo apesar de ser irmã do cura as meninas não sabem explicar doutrina. Aproveitei a ocasião para repetir que a doutrina religiosa deve-se ensinar somente na casa paterna e na igreja ou templo quando se possa ensinar aí; o que não sucede ainda no Brasil. São 2 vou navegar a lagoa. Dizem-me que há 3 anos nos meses de julho, agosto e setembro, sobretudo, e de 8 em 8 dias, às vezes sentiam-se estrondos e abalos da terra, às vezes só com intervalo de 8' – os estrondos que pareciam partir de N.E. e se ouviam em Lagoa Santa e mais longe, e os abalos no lugar da Quinta do Sumidouro e em sentido horizontal batendo as vidraças e quebrando-se garrafas. A lagoa tem em alguns lugares bastante fundo, e referem que para o lado do sul surde uma mina que dá água à lagoa de que não há notícia que não existisse. Não pude ver a edificação que está no fundo da lagoa para o lado do povoado porque há bastante água agora e o céu não estava claro. Na volta do passeio da lagoa que é muito piscosa ⁸¹, não pegando contudo peixe nos anzóis durante as paradas do barco mandei que se dirigissem para a banda do escoamento que não pude ver por causa do juncal. Dizem ter $\frac{3}{4}$ de légua de comprimento. Chegada à casa às 4. O Nereu deu-me em casa do Lund apontamentos que devem ser exatos. Logo que cheguei à Lagoa Santa recebi carta de Gorceix dando-me informações sobre o que tenho de ver amanhã e depois. Descanso até o jantar às 6 h, porém mesmo deitado pensarei e escrevo a respeito da viagem. O barão do Rio das Velhas acha fácil a navegação

^{79A}. Existem no arquivo do Museu Imperial vários documentos sobre Lund, inclusive seu testamento em dinamarquês (M. 186, Doc. 8454).

⁸⁰. José Joaquim Rodrigues de Bastos – *Meditações ou discursos religiosos* (Lisboa, 1842).

⁸¹. De acordo com anedotário local (ouvimo-lo do professor Carlos Góis), consta ter o imperador perguntado a um caipira “se a lagoa era piscosa”, recebendo a seguinte resposta: “Home, Majestade, quando chove ela pisca muito, sim senhor!”

de Macaúbas para baixo e contudo nesse trecho é que há as corredeiras onde Liais correu risco. Da foz do Paraúna para baixo ninguém aponta dificuldades e dizem todos que o terreno às margens do rio é fácil para o leito da estrada de ferro. Assim não me pareceu do rio, nem de Macaúbas até Lagoa Santa; verei na volta para Sabará quanto se pode julgar andando pela estrada ordinária. O tempo tem estado quente desde a descida de Ouro Preto para a bacia do S. Francisco à exceção das primeiras horas da navegação do Rio das Velhas. Ouvi ainda sobre Lund que no momento de ir-lhe ler os diários o pai do Nereu achou sobre a mesa diversos óculos ⁸². Perguntou a Lund para que estavam ali e respondendo-lhe este que talvez precisasse de algum para ler-lhe o que verificou logo pelo clarear das letras dos diários encheram-se-lhe os olhos de lágrimas ou por gratidão ou pelo desgosto da fraqueza da vista. O mesmo pai do Nereu avisou Lund de que um criado deste de nome Toulon de nacionalidade francesa o furtava, Lund não quis acreditar; mas por fim declarou que com efeito via-se obrigado a despedir o Toulon, que lhe furtara talvez 5 contos. Lund constituiu a Nereu uma pensão vitalícia com sobrevivência de 60\$000 mensais à mulher que principiou a gozar ainda na vida daquele e deixou-lhe no testamento o que possuía no Brasil: dinheiro e duas casas na Lagoa Santa. Depois do jantar conversei. Veio Nereu com seu violão sendo acompanhado pela irmã e mulher. Ele toca com seu gosto e a irmã tem voz agradável e bem afinada. A mulher também cantou agradavelmente o lundum mineiro – *quero me casar, quero me casar*. Amanhã tenho de partir para a lapa da Aldeia às 5h da madrugada. Vou tomar chá e dormir. São 9h.

8 (6^a f^{ta}) – 5 h. Saída para a gruta da Aldeia. Chapadão de bela vista de madrugada. Engenho Fidalgo ⁸³; Lapinha pequena, povoação onde se explora uma gruta e bem situada; Poção engenho de cana; Mocambo id. uma das 5 do vínculo de Jaguará ⁸⁴. O caminho tinha sido preparado e estava bom. Quase sempre havia mais ou menos sombra antes de Mocambo e depois ainda; pois o caminho atravessava capoeiras mais ou menos espessas. Passa-se junto ou pouco longe de 5 ou 6 depósitos de água das chuvas que disse-me meu guia Antônio Fonseca Viana ⁸⁵ secam depressa. Cheguei à gruta às 11. Bonito mato a precede. Desce-se até defronte do rochedo de calcário pouco cristalino entremeado de finas camadas de areia. A parte fronteira semelha um magnífico arco ou pórtico, com púlpito externo e um buraco parecendo uma *rosaça*. Raízes ou trepadeiras que parecem cordas pendem dessa fachada de igreja gótica, e insinuam-se por entre as falhas da rocha. Estes cipós estão cheios de sal que sobre eles deposita a água, creio que nitrato de potassa, porque ele abunda no interior destas grutas onde o apanham. À direita fica a entrada da gruta que cobre uma espécie de *chapéu* de chaminé. Belos estalactites na primeira sala semelhando uma imensa juba

82. Guarda-se no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro um dos óculos do dr. Lund.

83. No Alto do Fidalgo ocorreu em 1682 o assassinato do administrador das minas, d. Rodrigo de Castel-Branco, por Martinho Dias, subordinado do bandeirante vicentino Manuel de Borba Gato.

84. A fazenda do Mocambo pertenceu também ao visconde do Rio das Velhas.

85. Sobrinho do visconde do Rio das Velhas, filho de sua irmã Bernarda Viana e de Antônio Ribeiro da Fonseca.



Carta imperial elevando o barão do Rio das Velhas, Francisco de Paula Fonseca Viana, a visconde do mesmo título. O então barão do Rio das Velhas, foi um dos hospedeiros do imperador d. Pedro II, por ocasião da sua viagem a Minas Gerais, em 1881.

e outros bambinelas; passagem reptante para a segunda sala que é grande. Há uma parte nesta onde o teto tem cor esverdeada originada por protococos. Sobre a sala grande há um andar e penso que também outro inferior. Gorceix mandou abrir um buraco no fundo da sala grande, porém nada encontrou senão a entrada provável do andar inferior. Na noite passada já tinha um pequeno osso que eu trouxe. Estive na gruta 2 horas tendo almoçado antes fora dela debaixo das árvores. A água era salitrosa. Encontrei aí um Manuel Simão dos Reis que disse-me como Lund em companhia encontrara [?] o esqueleto na gruta da Escrevania. Simão tirava salitre e depois de achar os dedos dos pés e o resto do esqueleto procurando mais dera com o crânio. A camada de salitre é relativamente moderna. 2 h 10'. Volta de certa altura seguiu-se outro caminho pelo lado do Sumidouro que vi ao longe à direita assim como a quinta do mesmo nome num desbarrancado. Chegada às 8h 20'. Comi alguma coisa. São perto de 10h.

9 (sábado) – 6h. Partimos para Sta. Luzia. Esqueceu-me falar de algodoais bonitos que vi. Do junco que cresce às margens da Lagoa Nova fazem diversas obras em que comerciam. Nereu mandou-me as obras de Lund que pôs a parte em sua livraria [sic]. Hei de levá-las para mandar traduzir as que tratam de fósseis enviando cópia ao Gorceix. Dois dos repórteres ⁸⁶ foram ver as grutas mais próximas, porém penso que as acharam cheias de água. Gorceix voltou à Lagoa Santa às 10 da noite. É preciso subir escada para entrar na gruta da varanda de onde extraem salitre com a terra de que ele viu separar nitrato por meio da água em coadouro. O barão do Rio das Velhas ao sair da casa onde pousa caiu da escada de pedra de grande altura. Feriu bastante a testa ⁸⁷ e contundiu fortemente o olho esquerdo. Tem vomitado. Fui vê-lo antes de sair. O caminho é por chapadão descendo-se todavia para passar o ribeirão da Mata, e o Córrego Sujo ⁸⁸ e outros poucos lugares até a grande descida para a ponte de Sta. Luzia. Desse alto onde Gorceix mostrou massas anfibólicas a vista é belíssima, descobrindo-se ao longe a cidade de Sta. [sic] sobre uma montanha. Aí cheguei às 10 ½. Almoço. 12h. Igreja Matriz, as duas aulas em salas estreitas agradando-me somente a de meninos ⁸⁹. Câmara e cadeia de

86. Tenente José Carlos de Carvalho, oficial de marinha, por algum tempo dela retirado, representante da *Gazeta de Notícias*; J. Tinoco, repórter do *Jornal do Commercio*; J. de Vasconcelos, do *Cruzeiro*, diários da corte – acompanharam a viagem imperial.

87. “S. M. o Imperador, sabendo antes que o barão do Rio das Velhas caíra, às 4 horas da madrugada de uma escada ferindo o rosto, foi visitá-lo, encarregando o senhor barão de Maceió de prestar-lhe os socorros que carecesse. O barão de Maceió julgou grave o estado do enfermo, pois hoje pela manhã já apresentava ligeiros sintomas de congestão cerebral” (*Viagem Imperial*, cit., pp. 43-44). O barão de Maceió, dr. Antônio Teixeira da Rocha, era o médico da Imperial Câmara que acompanhava Suas Majestades. Conservou o visconde do Rio das Velhas na testa a marca daquele ferimento, conforme pode ser visto em sua fotografia.

88. Córrego Sujo, com as fazendas dos Angicos e de Nossa Senhora do Rosário do Vale dos Maçaricos, foi dada em dote a d. Maria Cândida da Assunção, por seu pai, o tenente-coronel Antônio da Fonseca Ferreira, quando de seu casamento em 1813 com o tenente José de Sousa Viana.

89. Achando o imperador muito atrasados os alunos de Santa Luzia, justificou-os um dos presentes, conservador intransigente, dizendo: “Governo de liberais, Majestade!”

alçapão na mesma casa ruim. Padrões métricos mal-conservados. Soldados de espingarda mas sem baioneta nem sabre. Misericórdia em mesquinha casa fundada pela baronesa de Sta. Luzia com apólices que o marido deixou por testamento ⁹⁰. Fiquei em excelente casa que foi dos barões de Sta. Luzia ⁹¹ e agora pertence à filha do segundo barão ⁹² casada com o deputado Frederico de Almeida. Recebeu-me o tio desembargador aposentado Antônio Roberto de Almeida sua mulher e família. O dr. Modestino é filho do segundo barão.

Saí às 2 pouco conversando com Roberto de Almeida, Modestino presidente da Câmara e João Alves tio de José Alves dos Santos ⁹³ que vi em Mogi Mirim. A renda da Câmara é de menos de 2 contos por ano! João Alves disse-me que o melhor é levar a estrada de ferro até a barra do rio das Velhas. Gorceix disse-me em caminho que 50 litros de milho compram-se de 2 a 4\$000 quando as estradas estão más e que em Araçuaí 80 litros vendem-se por 800 réis. Tenho notado a grande diferença entre a forma do solo e vegetação das duas margens. A esquerda de chapadões e árvores pequenas e a direita muito acidentada e com árvores grandes e de muito maior viço. O caminho até descer para Sabará tem aspectos belíssimos de um lado até às serras do lado do Serro e Diamantina e de outros a serra da Piedade com seu morro recortado de itabirito como o Donner Kugel que se vê das montanhas que dominam o lago Hallstatt e a serra do Curral avistando a povoação de Curral Del Rei ⁹⁴. A cidade de Sta. Luzia avista-se até menos de 2 léguas do Sabará. A trovoada e diversas mangas de água do lado da serra do Curral, destacando-se do grosso das nuvens fiapos destas, com formas extravagantes e os raios de sol dando às montanhas, por entre as nuvens, cores variadíssimas, tornavam a paisagem encantadora. Ao descer para Sabará começou a cair chuva. O sol transformava num monte de ouro o [ilegível] da capela creio que do Bom Jesus. Desabou por fim uma trovoada de água açoutada fortemente pelo vento. Cheguei molhado como um pinto à casa do coronel Jacinto ⁹⁵ pouco antes das 6h. Recebi cartas de Saraiva e de Dantas ambas do dia 3. Jantar. Vou daqui a pouco a um teatrinho particular. Veio um fulano Viana ⁹⁶ da parte do diretor do Morro Velho para acompanhar-me à mina de Cuiabá

90. Em 1840 fundou Manuel Ribeiro Viana, pouco depois 1º barão de Santa Luzia (1767-1844), o hospital de São João de Deus, instalado em 1845 e ainda existente. (*Efemérides Mineiras*, de João Pedro Xavier da Veiga, vol. IV, Ouro Preto, 1897, p. 260).

91. Ainda existente.

92. Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco (1778-1854), 2º barão de Santa Luzia em 1846, depois de casado com a viúva do 1º barão do mesmo título, Maria Alexandrina de Almeida. Não se trata aqui do sistema italiano de concessão do uso de títulos nobiliárquicos *maritali nomine*.

93. João Alves dos Santos Viana.

94. Depois transformada em Belo Horizonte, de onde, do Alto do Cruzeiro, avista-se a quatro léguas de distância, Santa Luzia.

95. Solar Jacinto Dias, ainda existente em Sabará, por seu valor arquitetônico tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura.

96. Trata-se do comendador adiante citado.



BARONESA DE SANTA LUZIA
Retrato no hospital de S. João de
Deus, Santa Luzia.



MANUEL RIBEIRO VIANNA,
1º BARÃO DE SANTA LUZIA
Retrato no hospital S. João de
Deus, Santa Luzia.



RESIDÊNCIA DA BARONESA DE SANTA LUZIA, NA CIDADE
MINEIRA DO MESMO NOME.
Nela esteve d. Pedro II, a 9 de abril de 1881,



Câmara de Sabará (Solar Jacinto Dias, ex-residência do 1º barão de Cata Altas). Aí se hospedou d. Pedro II, a 9 e 10 de abril de 1881.

da mesma companhia. O professor primário de Sabará tem também aula noturna percebendo 25\$000 de gratificação por mês ⁹⁷.

Ontem à noite quando eu voltava para a Lagoa Santa fuzilava do lado do sul, de onde veio igualmente a trovoada desta tarde. No caminho de Sta. Luzia para cá vimos granito alterado. Na margem oposta do rio das Velhas segundo Gorceix não se observa granito. Nos terrenos de granitóides ou grés decompostos crescem as maiores e mais viçosas árvores. A imperatriz disse-me ter-lhe falado uma francesa que parece ser Mme. Foulon que se fez de conhecida por ter pertencido à companhia dramática francesa que representou no *S. Januário*.

O teatrinho não é feio e muito melhor que o de Barbacena. Representaram duas peças de 2 e 1 ato e sofrivelmente para curiosos. Faltam 25' para a meia-noite.

10 (*domingo*) – 4 ½ Acordei. Vou ouvir missa no oratório da casa ⁹⁸ e sair às 6 h. Fui à casa onde morava habitualmente mons. José Augusto. Pertence-lhe assim como outras ao pé. Queria mostrar uma imagem da Sra. das Dores de seu oratório. É grande porém nada tem de notável. Na sala retratos de Saldanha Marinho ⁹⁹, bispo do Ceará hoje arcebispo da Bahia ¹⁰⁰, Ferreira Lajes [*sic*] ¹⁰¹, marquês de Barbacena, Gordon e creio que mais outros, rede para a sesta. Segui para a matriz. A mais bonita igreja internamente que tenho visto. Duas galerias laterais com arcos a que correspondem os altares. Coro elegante. Obra de talha dourada de bom gosto. Quadros na sacristia de que o melhor é o da ressurreição. Penso que são os que St. Hilaire elogia ¹⁰². Continuei para Cuiabá. Atravessam-se os rios Gaia e Cuiabá onde não há ponte e com a cheia serão intransitáveis. No caminho o comendador Viana mandado pelo Morisson disse-me que pedras de calçada ao sair de Sabará tinham 75% de ferro, que uma mina de ouro perto desse ponto consumiu 1.000 contos a uma companhia sem proveito e que havia pés de café de 100 anos, dando até 70 a 80 barris de vinho um vinhedo da casa de um italiano porque passamos, tem uva branca

97. Era professor em Sabará o notável educador mineiro mestre Caetano de Azeredo Coutinho, de quem ouvimos narrar, em aula, a passagem do imperador por sua cidade.

98. Ainda existente, apesar do edifício ser utilizado como sede da Câmara Municipal de Sabará.

99. Joaquim Saldanha Marinho, o líder maçônico cujo retrato figurava na sala citada, quando presidente de Minas, em 1865-1867, mandou construir a ponte de Sabará, de madeira, sobre o rio das Velhas, hoje substituída por outra de cimento armado. Construiu-a o engenheiro Henrique Dumont, pai de Santos-Dumont.

100. D. Luís Antônio dos Santos (1817-1891), marquês do Monte Pascoal.

101. Mariano Procópio Ferreira Laje (1821-1872), construtor da Rodovia União e Indústria entre Petrópolis e Juiz de Fora, pelo imperador inaugurada em 1861, conforme outra de suas cadernetas de notas de viagens, guardada no Museu Imperial, cujo conteúdo será publicado futuramente, neste *Anuário*.

102. Saint-Hilaire elogia a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Sabará não na obra antes mencionada pelo imperador, mas na viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil, à p. 133, da tradução brasileira, de Leonam de Azeredo Pena. Tanto o viajante francês como d. Pedro II omitiram em suas observações os curiosos desenhos chineses, provavelmente vindos de Macau, aí existentes na porta da sacristia.

e preta muito boas. Às 8 pequeno arraial quase abandonado de *Pompeu* onde houve mina de ouro. 8 $\frac{3}{4}$. Cuiabá onde me esperava Morrison. Almoço. Pouco antes das 10 fui ver a turbina de queda de água de 50 pés correndo 350 pés cúbicos por minuto com a força de 55 cavalos que comprime o ar que move as brocas do túnel. Passei pelos pilões sistema antigo. A mina dá por hora 2 $\frac{1}{2}$ oitavas ou menos por tonelada. O sistema é o antigo. Está assentando 20 pilões de novo sistema. Entrei no túnel a que falta ainda 200 a 300 br. até chegar ao veeiro, tendo já 400 br. de comprimento e boa largura e altura. Vi trabalhar duas brocas. Podem trabalhar 4. Fura cada uma polegada por minuto ou pouco mais de minuto, 250 pancadas por minuto. Num mês abrem-se 13 a 15 braças de túnel. A pedra do túnel é xistosa. O chão do túnel fica a 45 metros se não me engano, inferior ao alto da montanha. O veeiro corre NO SE. Às 11 segui viagem. Há logo grande subida. Bela vista, terreno muito montanhoso. Despediu-se Morrison. Vista da serra da Piedade com o cimo dentado. Cobriam-no em parte as nuvens. Bastante calor que ameaçava chuva sendo indício de tempo incerto e nublamento do cimo da Piedade. Encontro de caetenses. Conversei largamente com o coronel Agostinho Santos casado com uma irmã do finado dr. João Pinto Moreira ¹⁰³ sobrinho do visconde de Caeté ¹⁰⁴. Esta região é mineira e criadora. Não vejo agora o capim gordura (Tristígios glutinosa – antes – *Melinis minutiflora*) que abundava no terreno que atravessei para ir à gruta da Aldeia. Na volta para Sabará à tarde descobri o pico de Itabira. Viu-se por fim em parte a matriz de Caeté numa depressão do terreno e descendo aí cheguei às 2h 6'. Vi no alto da serra da Piedade a capela e indicaram-me em posição inferior o asilo fundado pelo vigário de Caeté Domingos José Evangelista de quem o coronel Santos diz muito bem assim como do juiz municipal Melo de Pernambuco. O coronel tem 2 filhos no seminário de Mariana Carlindo de tal Santos e Santos de tal Santos ¹⁰⁵. Às 3 $\frac{1}{4}$ Matriz. É grande e elegante externa e internamente. Duas colunas que sustentam o coro e as pias são de serpentina das circunvizinhanças segundo ouvi Gorceix. Aulas de meninos regida por professora casada e de meninas. Casas muito acanhadas. Agradou-me mais a de meninas. A casa da Câmara é decente. Os padrões não se guardam aí! Cadeia em parte de alçapão, porém melhor que a de Sta. Luzia. Livros escritos irregularmente e falta o dos termos de visita. Guardas com clavina. O serviço da polícia na província é muito mal-feito. Gorceix disse-me ter trazido pedras de sua excursão quando o deixei em Sabará. Logo que cheguei a Caeté falei com o vigário aposentado Jacinto. Homem muito inteligente e dado às boas letras. Pregou aqui por ocasião de minha coroação e recebeu meu pai. Tomei um banho morno e às 6 $\frac{1}{2}$ jantarei. Tenho me esquecido de dizer que me falam de mangabeiras desde que deixei Sabará, porém ainda não vi nenhuma. Já exportam da província borracha da mangabeira segundo ouvi o monsenhor. Vi bons papos também aqui e o vigário tem princípio dele. Aparecem sobretudo em gente de cor

103. Bacharel, deputado provincial e geral (1836-1876).

104. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (1767-1838), 1º presidente de Minas depois da Inconfidência, senador do Império, barão e visconde de Caeté.

105. Ainda hoje usam-se na região sobrenomes como prenomes.

talvez pela comida ¹⁰⁶. Em Cuiabá, mina que estava abandonada começaram os trabalhos que visitei só há 3 anos. Visitaram-me 3 das asiladas da serra da Piedade com a diretora. São 39 pobres e 10 que pagam alguma coisa. Também falei a Lott e não Lothis e a outro sócio português. Disse-me que o Descoberto dá pouco ouro por ora. Lott está no Brasil desde 1835 e é casado com brasileira ¹⁰⁷. O vigário aposentado deu-me a cópia da memória de uma décima em português e em latim do senador Gomide ¹⁰⁸. Estava com muito sono e custou-me a chegar às 9h.

11 (2^a f^o) – 5h acordei. Tomei banho frio na banheira. Ontem li St. Hilaire as pinturas que ele elogia da Matriz do Sabará são do coro e não as da sacristia que aliás pareceram-me melhores. O vigário do Caeté ontem ao jantar disse que uma tia dele tinha sido amiga da irmã Germana milagrosa de que fala St. Hilaire ¹⁰⁹. O vigário apesar de inteligente parece-me crendeiro. Às 6h parto para o Caraça. O vigário dá-me cópia da inscrição da matriz. Lenda do vigário Henrique Pereira que a ela se refere e vem publicada no almanaque mineiro ¹¹⁰. Em Caeté há um chafariz de pedra de 1800. A capela do alto da serra da Piedade não foi feita por esforços do vigário mas sim há mais de século. Ao sair da cidade de Caeté apreciei a vista que é bonita. Casa do barão de Catas-Altas João Batista Coutinho ¹¹¹ duas vezes cunhado de S. João Marcos por suas mulheres ¹¹². Dono do Gongo-Soco que talvez desse 300.000 contos de ouro. Era pródigo atirando moedas ao povo. Belo mato. Lavra abandonada de Luís Soares ¹¹³ marido de Barbara Horta Barbosa irmã mais velha de d. Antônia ¹¹⁴.

106. Realmente, evita-se hoje o bócio pela iodetação do sal de cozinha.

107. Edward William Jacobson Lott, inglês, casado com Maria Teresa Caldeira Brant, neta de Felisberto Caldeira Brant, o contratador dos diamantes. Avô do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, ministro da Guerra nos governos Café Filho e Juscelino Kubitschek de Oliveira.

108. Antônio Gonçalves Gomide (1770-1835), médico, senador do Império por Minas Gerais.

109. Na cit. *Viagem pelo distrito dos diamantes* etc., pp. 117-123.

110. *Almanaque Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, de A. de Assis e J. Marques de Oliveira (Ouro Preto, 1864-1874). A lenda refere-se a sacerdote caluniado por moça e que prometeu e conseguiu construir o templo, quando provada sua inocência.

111. Capitão-mor e guarda-roupa honorário da Casa Imperial João Batista Ferreira de Sousa Azeredo Coutinho, 1^o barão de Catas-Altas, cujo título, contrariando divulgada anedota, não foi concedido por d. Pedro I como compensação a uma pilhéria (“Maior o nome que a pessoa”), mas a pedido do marquês de Queluz a um ministro, conforme o documento sem data (mas de 1829), nº 409, maço VIII, catálogo B, do arquivo da família imperial no Museu Imperial. Casou-se sucessivamente, com duas filhas de seu cunhado, guarda-mor das minas José Alves da Cunha. Riquíssimo, mas perdulário, o barão morreu pobre em 1839.

112. O marquês de São João Marcos, Pedro Dias Paes Leme (1772-1868), descendente do bandeirante vicentino Fernão Dias Paes Leme, foi casado com Rita Ricardina de Sousa Coutinho da Cunha Porto e com Mariana Carolina de Sousa Coutinho da Cunha Porto, ambas filhas de José Alves da Cunha Porto e de Mariana Perpétua de Sousa Coutinho.

113. Luís Soares de Gouveia.

114. Bárbara Rodrigues Horta, mãe de Bárbara Soares de Gouveia Horta, segunda mulher do senador José Joaquim Fernandes Torres (1795-1869). D. Antônia, citada pelo imperador, poderá ser Antônia Joaquina Fernandes Torres, sobrinha e terceira mulher do mesmo senador (Cf. cônego R. Trindade, *Velhos Troncos Mineiros*, vol. I, São Paulo, 1955, p. 77 e 32-33).

Mulher caçadora de veados e que se vestiu de militar para fingir que prendia o oficial legalista André Saturnino da Costa Pereira em nome de José Feliciano ¹¹⁵. Aí também ia o Barbacena ¹¹⁶ e monsenhor José Augusto que me contou histórias da irmã Germana ¹¹⁷ nascida na Roça Nova e que depois da morte seu diretor espiritual o padre José Gonçalves recolheu-se a Macaúbas. Aí a visitou mons. com o bispo Viçoso ¹¹⁸. José Augusto trocou seu traje de padre com o de outrem e a irmã Germana só deixou a rigidez cataléptica ao contato das mãos de José Augusto, não recebendo o mesmo com o vestido de padre. Referiu-me casos de aparente adivinhação de uma afilhada sua muito nervosa, que vive em S. João Del Rei curada com banhos de mar. Ficou de me apresentar, assim como dar o parecer do dr. Gomide sobre a irmã Germana que era tida por santa, o que fez com que o povo se fizesse levantar contra Gomide por causa do parecer. Edifícios estragados do Gongo-Soco. Lugar curioso por causa das escavações antes de chegar àqueles e à *Casa Grande* que julgo ter sido a do engenho do Gongo-Soco. Caminhos sobre a ganga terra argilosa misturada com itabirito – que é composta de quartzo, óxidos de ferro e de manganês e às vezes argila branca indício de ser aurífera. A jacutinga é a itabirite friável. Antes do lugar de Luís Soares passei por junto da casa João Soares do Pari. Há nesta casa bonitos trabalhos de junco formando os tetos dos aposentos ¹¹⁹ segundo o mons. Na conversa com Gorceix aprendi bastante que ele reputa os quartzitos com outro de grãos diminutíssimos em sua massa de formação mais antiga que os de grãos grossos tendo-se o ouro depositado na massa dos primeiros quartzitos – ou itabirito – por dessulfurização produzida pelo calor podendo a causa de termo ser substituída pela distância da origem do calor. Hei de ler o trabalho de Pessis – *Les soulèvements au Brésil* ^{119A} – publicado nas *Memórias de Ciências* ¹²⁰. Gorceix também explicou-me porque não havia árvores frondosas em terreno de salitre; o terreno é aí pouco permeável às raízes. Cheguei ao lindo campo onde serpeia o ribeirão do

115. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, presidente revolucionário de Minas em 1842, barão de Cocais em 1855 e falecido em 1869.

116. O 2º visconde de Barbacena (1802-1906), Felisberto Caldeira Brant Pontes, filho do marquês de Barbacena.

117. Sobre a chamada “irmã Germana”, em 1814 publicou no Rio de Janeiro o futuro senador Antônio Gonçalves Gomide o folheto intitulado: *Impugnação analítica do exame feito pelos clínicos Antônio Pedro de Sousa e Manuel Quintino da Silva em uma rapariga que julgaram santa, na capela de Nossa Senhora da Piedade da Serra, próximo a Vila Nova da Rainha do Caeté, comarca de Sabará*. O assunto também foi abordado por J. P. Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, cit. vol. I, pp. 253-259.

118. D. Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), conde da Conceição, 7º bispo de Mariana.

119. Esteiras de taquara pintada conservam-se nos tetos de velhas casas da região, como no solar dos barões de Santa Luzia e na fazenda dos Angicos, que pertenceu ao tenente José de Sousa Viana, pai do barão e visconde do Rio das Velhas.

119A. Aimé Pissis, “Memoires sur la position geologique des terrains de la partie australe du Brésil et sur les soulèvement qui a diverses époques, ont changés et le relief de cette contrée”.

120. *Memórias da Academia de Ciências* de Paris.

Socorro que vai desaguar engrossando no Piracicaba afluente do Doce. Tenho visto bastante capim-gordura. Parei aí no lugar chamado Ilha porque o rodeiam o ribeirão e um riacho afluente dele. Queria ver o sistema primitivo de separar o ferro do minério. Botam carvão, acendem-no em uma espécie de buraco de fogão de alvenaria e depois camadas alternadas de jacutinga e carvão até encherem o vão. Depois de 4h tiram a lapa de ferro separando com martelo a borra. O ventilador é de água que também o monjolo martinete que bate o ferro e [sic] serve de laminador por esse modo. Disse-me o neto de um fulano Marques ¹²¹ dono agora do estabelecimento que separa até 12 arrobas de ferro por dia. Gorceix disse-me que se vende nas circunstâncias de 2 a 3\$000 por tonelada e no Ouro Preto por 12. O carvão também chega a 40 e tantos mil réis no Ouro Preto por tonelada, custando 12, se não me esqueço perto dos lugares onde o fazem em *covas* ou *caieiras* ou *medas* (meules) preferindo o primeiro sistema para o sistema primitivo. A ganga por sua porosidade é preferida para os fornos catalães. A forja que visitei pareceu-me a de Tubalkain. Custou-me a apanhar a liteira apesar de trotar bastante. Diversos cavaleiros entre eles Afonso Pena ¹²² vieram a meu encontro. A caravana entrou reunida de novo em S. João do Morro Grande pouco depois de 11 ½. A igreja é pelo risco da de Caeté. St. Hilaire teve razão de falar dela ¹²³. Almocei e falei a diversas pessoas, às filhas de um irmão do barão de Catas-Altas e viúva de outro irmão João Alves de Sousa Coutinho que com ela casou aos 80 anos e procurou-me em S. Cristóvão com um pedido de comenda tendo sido da guarda de honra e acompanhado meu pai nesta província; do barão de Cocais ¹²⁴ casado com uma prima, a viúva mãe do Modesto da Aninha; o juiz municipal de Sta. Bárbara de Salvador Albuquerque do Pau Amarelo [sic]; um representante da mina de Cocais que não dá agora nem 3% de ouro em tonelada; a Câmara Municipal de Sta. Bárbara e outras pessoas. Em caminho depois de sair de Caeté conversei com o engenheiro da mina do *Descoberto*, cujo nome souu-me como Geech. Diz ele que espera que a mina renderá muito. Pareceu-me inteligente. Esteve empregado em diversas minas do Oriente. Julgo ter-lhe ouvido que estão abrindo túnel para encontrarem o veeiro. Partida de S. João à 1 ½. O caminho margeia o rio. Ponte da barra do Caeté perto de onde se encontram os rios S. João continuação do Socorro, e outro que vem do lado do Caeté. Depois margeia-se o rio de Brumado. Escavações curiosas de explorações antigas de ouro. A povoação do Brumado tem suas casas, sendo a principal a que pertenceu a Sebastião Pena avô do deputado. Aí parou meu pai. Disse-me o deputado que havia na casa bonitas pinturas. Pouco adiante despediu-se ele depois de dizer-me que a principal indústria atual destas várzeas é a

121. Manuel Martins Marques.

122. Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909), então deputado geral, de 1882 a 1885 ministro da Guerra, Agricultura e Justiça, depois presidente de Minas e da República.

123. A seu respeito diz o naturalista francês na *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*: “uma das mais belas igrejas que vi na província de Minas”. A Igreja de São João do Morro Grande está devidamente tombada pelo IPHAN.

124. O supracitado José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.

criação de muares. No município de Sta. Bárbara o número de crias anual é de 2 a 3000. Avistam-se elevadas e pitorescas montanhas de formas pouco comuns de rocha mas que não contem ferro. Desde que se começa a subir a serra do Caraça cresce a beleza da paisagem, e do alto descobre-se vastíssimo horizonte e depois uma das mais belas cascatas que eu conheço que forma lençóis e tanque e corre depois em fundo vale estreitado pelas montanhas de que já falei. Nunca admirei lugar mais grandiosamente pitoresco do que este. O caminho passa por cima da cascata que parece sumir-se de repente ¹²⁵. Continuei como anteriormente por dentro da mata e por cima de pedras. Felizmente o belo luar sempre deixa ver um pouco o lugar por onde se anda mesmo debaixo das árvores, e num lugar de grandes lagos, perigoso para liteira alumiaava a lua com todo o seu esplendor. O cruzeiro fulgurava em nossa frente e à esquerda Vênus faiscava quase sobre a montanha. Não posso descrever tanta beleza. Por fim dobrando uma ponta do morro aparece de repente o edifício do Caraça iluminado e de que descem pela encosta duas longas filas de luzes. Altíssimos rochedos em anfiteatro formavam o fundo do quadro. Era belíssimo, mas a lua e as estrelas elevam-me os olhos a maior altura. Apeei-me e subi com as filas das luzes. Passei pela capela que constroem, e cuja arquitetura agradou-me ¹²⁶. Tomei meu meio-banho, depois de conversar um pouco com o superior Clavelin ¹²⁷ e diversos professores, sobretudo com o nascido em Constantinopla de família grega ¹²⁸. Jantar às 7 ³/₄. Depois informei-me dos estudos com o superior. Tenho muito que fazer amanhã. Vi no caminho muitas flores e árvores de madeira de lei como tatajuba e óleo vermelho.

12 (terça-feira) – Acordei às 6h. Fui tomar banho no rio. De volta admirei as montanhas por detrás da casa entre as quais a chamada *Carapuça*. Esqueci-me de falar ontem da bonita aldeola do Sumidouro antes de subir a serra. As casas pequenas com seus quintais floridos estavam caiadas de novo, e tudo respirava alegria. O nome de *Caraça* provém ou da forma de caraça de uma das montanhas ou de um português que morou perto da serra a que davam a alcunha de *Caraça*. Assim ouvi ao padre Clavelin. Referiu-me ele que se supunha que fr. Lourenço, terceiro de S. Francisco, e fundador do Caraça pertencia à família Távora e por isso fugira para o Brasil. O capitão-general de Minas Bernardo José Lorena tratava-o com muita estima e deixou-lhe sua baixela. Acharam o testamento de fr. Lourenço que parece desmentir a legenda dos Távoras. Fr. Lourenço comprou a primeira terra a faiscadores, doou-a a d. João 6º que mandou vir fr. Leandro e Viçoso a quem deu a terra com o princípio de edificação da capela que se constrói no lugar da antiga construída por fr. Lourenço. Seis janelas de cada lado – que fizera fr. Lourenço. Depois houve uma licença de meu pai para adquirirem mais terra e enfim há pelo menos uma que

125. Um dos sumidouros ou itaipavas existentes em vários rios brasileiros.

126. Em estilo gótico, iniciada em 1876 e terminada em 1883. O desenho do Colégio do Caraça que aparece no suplemento do nº 246 da *Revista Ilustrada*, do Rio, de 30/04/1881, mostra o edifício em sua feição primitiva.

127. Padre Júlio José Clavelin, lazarista de grande ilustração, francês, nascido em 1834.

128. Padre Socrate Collaro, lente de história e geografia.



CONSELHEIRO AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENA
Deputado geral por Minas Gerais, de 1882 a 1885, ministro da Guerra,
Agricultura e Justiça, depois presidente do Estado e da República.
Encontrou-se com o imperador perto de São João do Morro Grande, a
11 de abril de 1881.
(Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do Museu Imperial).

possui a congregação sob nome de outrem. Respondi a Clavelin que era preciso regularizar a situação. Todo o terreno forma quase um círculo de 1 ½ de diâmetro. Na saleta onde escrevo há bons livros pertencentes ao padre Clavelin, ou padre Sipolis ¹²⁹, alguns de história natural. São quase 8h e vou para a missa que disse Clavelin no refeitório anterior ao atual. A casa tem um pequeno pátio com algumas flores, fonte e feto arborescente. Estive na biblioteca onde achei bons livros e edições antigas chamando minha atenção a da Crônica de Eusébio de 1483. Veneza, impressor Arnoldt Augustensis. Há aí uma pequena coleção de minerais quase todos de Minas. Altura do Caraça sobre o nível do mar 1.300m pelo hipsômetro de Gorceix. Aqui dizem que são 1600. O maior frio foi já de +4° C e o calor de 23 a 25. Depois fui para as aulas. Comecei pela de direito canônico. Tive necessidade de protestar contra o *modo* porque o professor Chanavaz combatia o direito do *placet*. Depois ele estranhou que um monarca católico protestasse contra a doutrina e eu tive de dizer que talvez fosse mais católico do que ele e era tolerante quando ele se mostrava intolerante. Expliquei sempre ao padre Clavelin que parece-me excelente pessoa como eu ressaltava o direito unicamente contra abusos de autoridade eclesiástica que não deviam ficar dependentes da única apreciação daquela ¹³⁰. Assisti a todas as classes onde gostei em geral do modo por que os estudantes respondiam. Desagradando-me as de álgebra e aritmética. Os professores a meu pedido chamavam os mais adiantados. O filho do Peixoto de Sousa de Caeté não traduziu e regeu mal *Justinus*. Enquanto jantavam fui ver a oficina do padre Boa Vida ¹³¹, que está fora missionando. Admirei aí o seu trabalho de órgão. A madeira preta das teclas é belíssima. Visitei outras partes do estabelecimento. As interrogações nas classes terminaram às 4 ¾. Jantar. Subida ao pequeno morro de pedra do Calvário de onde a vista era belíssima sobretudo do lado da montanha da Carapuça com matizes róseos e violáceos do pôr-do-sol. Olhei bem para todas as montanhas que cercam o edifício. Ontem mostraram-me o pau de jacarandá a que se arrimava o irmão Lourenço e não fr. quando St. Hilaire o viu aqui. Fui depois por um caramanchão onde está o chamado Quiosque até a represa de água em que se espelhava a lua. A noite está belíssima. O edifício para maior largueza dos alunos carece ainda de bastantes obras. Tem gasto já bastante com a igreja que ficará muito elegante. Vi muito-bem feitos capitéis e socos de pedra daqui por três canteiros sob a direção de um mestre sendo um daqueles Joaquim Martins português, e os outros fulanos Vidal espanhóis. Avistei do Calvário a horta viçosa tem bois para carroto e 300 para corte. Compram o

129. Padre Miguel Maria Sipolis, superior do Caraça de 1854 a 1857 e de 1862 a 1867.

130. "Vou referir um fato que se deu aqui na aula de teologia e direito canônico que é regida pelo padre lazarista João Chanavat. Fá-lo-ei sem comentários, porque é um verdadeiro ferro quente, no qual não porei a mão. Foi assim: o professor, argüindo naquela aula um aluno, perguntou-lhe quantos poderes conhecia. O aluno, respondendo que o civil e o eclesiástico, acrescentou que ambos eram independentes, mas que o primeiro era sujeito ao segundo; aduzindo o professor que o poder civil estava sob o eclesiástico, por vir este de Deus. Sua Majestade declarou que protestava contra esta doutrina, na qualidade de representante do poder civil, e por ser ela contrária à Constituição do Estado" (*Viagem Imperial*, cit. pp. 47-48).

131. Padre Luís Gonzaga Boavida, depois diretor do Colégio do Caraça.

milho agora a 1 a 2\$000 o alqueire mas já chegou a 4, e o feijão a 7 ou 8 o saco. O carroto é necessariamente caro. Voltei de meu passeio por dentro da cozinha, que não é má menos o fogão que não é econômico. Visitei a farmácia dirigida por um padre. Tem pequena enfermaria perto de cada dormitório e quartos para doentes graves. O médico dr. Figueiredo vem de 15 em 15 dias quando não seja chamado para qualquer caso extraordinário e grave. O lugar passa por muito [sic]. As chuvas vêm do lado do NO. Logo há serão literário. Chegou hoje correio do Rio com diários até 8. Reuniram-se os professores e os estudantes na capela que se constrói iluminada com velas em lustres de papel. O espetáculo era muito belo. Dirigiram-se discursos em francês Clavelin; latim e grego o grego de Constantinopla, professor de história e geografia; hebraico o padre Lacoste¹³²; espanhol um empregado da casa ex-oficial de cavalaria espanhol¹³³; inglês o professor de inglês¹³⁴; português o desta língua¹³⁵; e italiano um estudante Tertuliano Ribeiro de Almeida que pronunciou tão mal como o de inglês¹³⁶. Cantaram uns versos franceses antes de oferecerem um ramo com os versos acompanhados de flores pintadas pelo professor de desenho à imperatriz. Tocou a banda dos alunos que é sofrível. São mais de 9h e vou deitar-me, que saio amanhã logo que clarear. Ia me esquecendo dizer que na volta da represa vi araucárias, e disse Clavelin que no tempo de visita de meu pai ainda existia uma alameda delas plantadas pelo irmão Lourenço.

13 (4^a f^a) – Desci a pé a ladeira íngreme e mal calçada às 5h 20'. Montei a cavalo às 5 ½. A cascata e a vista belíssimas. Tomei à direita. Chácara da congregação onde há vinha – bebi do vinho ontem – não me agradou – onde mora o irmão Freitas da congregação. Foi ele que dirigiu a abertura deste novo caminho. No tempo de meu pai passava mais à direita e por um lugar chamado *Varanda de Pilatos*. No estabelecimento também mora um antigo professor Manuel Ferreira que ensinou latim igualmente em Congonhas¹³⁷. Foram discípulos deles o Lima Duarte, e Afonso Pena. Vim conversando com ele sobre latim pouco depois de sairmos ambos de S. João de Morro Grande. Chegada a Cata-Altas às 9 ½. Freguesia de bastantes casas, bonita igreja, cujas torres têm remate um pouco extravagante e muito bem situada com a pitoresca serra do Caraça defronte para o ocidente, a qual torneamos. Também se vêem desse lado as escavações da mina de jacutinga aurífera de Pitangui, cujos trabalhos recomeçaram por uma companhia inglesa. Almoço de meia hora. Ao partir entreguei diversas cartas de liberdade concedidas pelo inglês diretor da mina de Cocais de que falei em Caeté.

Segui. Arraia [sic] de Água-Quente pequeno. Atravessou-se mato depois de uma volta que se deu por um tabuleiro todo de canga para evitar

132. Padre Henri Lacoste, lente de teologia e dogmática.

133. D. Vicente Micolta, professor de desenho.

134. Padre Antônio José Teixeira.

135. Padre Aristides Ornelas, lente de latim.

136. Respondeu o imperador, “em hebraico, italiano e espanhol a cada um dos que recitaram discursos dessas línguas” (*Viagem Imperial*, cit. p. 49).

137. Congonhas do Campo, onde existiu outro notável colégio mineiro.



D. ANTÔNIO MARIA CORREIA DE SÁ
E BENEVIDES

8º bispo de Mariana, que nessa cidade recebeu e hospedou
d. Pedro II

(Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do Museu Imperial).

parte do caminho ordinariamente trilhado que é muito mau para liteira. A canga desta região segundo Gorceix tem talvez 20 m de espessura, que riqueza de ferro! Arraial do Inficionado depois de margear o ribeirão do mesmo nome. Assim chamado por causa de bexigas que aí houve, ou de cobre de sua mineração que venderam com o ouro por este metal dizendo-o por isso inficionado¹³⁸. Para chegar ao arraial que é grande e tem 3 igrejas atravessa-se uma ponte comprida. Encontramos correio, e soube aí da morte do Taunay velho o que muito senti¹³⁹. Sta. Rita Durão nasceu no Inficionado. Indagando da casa de seu nascimento só um velho Lúcio Ottoni disse da janela que já tínhamos passado pela casa na entrada do arraial, à direita, e para dentro. Achei melhor não voltar para procurá-la. A serra do Caraça produz bela vista do Inficionado.

Arraial de Bento Rodrigues pequeno mas com igreja. Tenho passado desde Catas-Altas diversos ribeirões ou riachos que vão ter por fim a Sta. Bárbara e aumentar as águas do rio Doce.

Arraia [*sic*] de Camargos bem situado com igreja. Sempre se tem visto a serra do Caraça. Pouco adiante vieram ao encontro cavaleiros entre os quais o Gentil, Carlos de Assis Figuero [*sic*]¹⁴⁰ e seu sogro, e o diretor da companhia da mina da passagem Patridge¹⁴¹ com sua mulher, que eu conhecia do Rio. Enfim passamos por perto dos trabalhos da mina do morro de Sta. Ana – avultava a grande roda de água com o luar – e depois encontraram-se os carros e troles que já tardavam. O caminho não é mau agora que não tem chovido foi muito reparado, porém há ladeiras íngremes e com pedras por onde não podiam passar os carros. Perto das 8 entrada na cidade de Mariana. Bonitas iluminações; boas casas. Subiram-se ladeiras íngremes e às 8 era eu recebido pelo bispo¹⁴² no seu palácio, que é grande. Por falta de acordo esperaram com as trevas até minha chegada, contudo eu falara com o bispo de modo a começarem-nas às 5 mesmo que eu não estivesse. Despedindo-se o bispo de mim a fim de eu poder descansar julguei-me dispensado de assistir às trevas. Irei às de amanhã e de 6^a f^a, o que não faço no Rio. Jantei perto das 9.

14 (5^a f^a) – Acordei às 5 ½. Depois do arraial de Camargos, avistei na encosta de uma montanha à direita a casa que pareceu-me grande da fazenda do tesoureiro do barão de Camargos¹⁴³, e pés de chá. Ao sair

138. "Inficionar o ribeiro se dizia quando os aventureiros o assaltavam em tumulto. O descoberto de Albernaz tomou por isso o nome de Inficionado." Diogo de Vasconcelos – *História Antiga das Minas Gerais* (Belo Horizonte, 1901), p. 123.

139. Félix Emílio Taunay, barão de Taunay (1795-1881), antigo professor do imperador, de suas irmãs e filhas, ex-diretor da Imperial Academia das Belas-Artes. Em Mariana, a 17 de abril, Suas Majestades ouviram missa em sua intenção, na capela do palácio do bispo.

140. Gentil José de Castro, já citado, e Carlos Afonso de Assis Figueiredo (1844-1907), último presidente da província do Rio de Janeiro na Monarquia, irmão do visconde de Ouro Preto, bacharel e deputado.

141. Joseph R. Patridge.

142. D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides.

143. Manuel Teixeira de Sousa (1811-1878), 1^o barão de Camargos em 1871, chefe do partido conservador em Minas Gerais, senador do Império.

de Catas-Altas disse-me José Augusto que chegava o dr. Manuel José Rebelo Horta que foi presidente da província. Tinham-me dito em Catas-Altas que estava doente. Senti não vê-lo. Não tem aparecido carneiros e com razão diz St. Hilaire que “les paturages des montagnes de Minas Gerais conviennet parfaitement aux bêtes à laine”¹⁴⁴. St. Hilaire diz que há mais espécies vegetais na serra do Caraça que na da Piedade por ser aquela mais úmida. Na Caraça não dão as plantas tropicais. No alto da serra da Piedade St. Hilaire viu o morangueiro e ceraisto comum (*Cerastium vulgatum*) e o *mouron* dos pássaros (*stellaria media*) plantas européias. Perto de Ouro Fino há uma árvore que dá uma espécie de cortiça. A mesma reflexão de St. Hilaire já fiz eu. Em 20 léguas tinha visto 2 cidades e 5 aldeias ou arraiais (*villages*). Ontem na distância de 9 léguas vi uma cidade (Mariana) e 5 arraiais. Todos os povoados revelam mais ou menos decadência. St. Hilaire diz: “En peu d’années un petit nombre d’hommes auront ravagé (pela mineração) une immense province et ils pourront dire: He terra acabada!” Contudo essas minas abandonadas são de novo trabalhadas pela indústria melhorada pela ciência e disseram-me em Caeté que a vida reaparece. Sempre lembrando que St. Hilaire p. 190 tomo 1 parte 1ª. Siga a estrada de ferro, deite estes ramais, naveguem-se os rios onde se achem desimpedidos de pedras, sobretudo, e a província de Minas será uma das mais ricas do Brasil.

Apesar do bispo dizer que a missa começaria às 10 por pedido do mesmo aguardei aviso e só começou às 11 e terminou às 3. Estive já vendo papelada dos ministros. Jantar às 4 e às 5 ½ na igreja, porém aproveitarei ainda estes minutos. St. Hilaire diz que comeu em Sta. Quitéria na casa do coronel Antônio Tomás de Figueiredo Neves¹⁴⁵ excelente pão feito de trigo colhido a algumas léguas de distância. O mesmo autor lembra que Caraça poderá vir do tupi cãaraçaba = desfiladeiro. Ele foi de Sta. Bárbara à ermida de N. Sra. Mãe dos Homens do Caraça. A descrição lembra o atual edifício, que foi aumentado para os lados, e no fundo em parte, edificando-se nova capela em lugar da antiga, no mesmo lugar. Ainda há a capela com as relíquias. Não existem os *passos* da Paixão. Refere que o irmão Lourenço esteve antes na Serra da Piedade. *Ce vieilliar [sic] [ilegível]* etc. p. 222 do tomo 1ª primeira parte – p. 223. *Je contemplais ce vieillard* etc. bela pintura melhor que o retrato a óleo de que já falei. Creio que subiu a montanha por onde eu lá fui de Caeté. Não poder eu como ele – p. 225 – *Je revins à l’ermitage* etc. Em Catas-Altas vi muita fruta ao almoço. Havia bastantes cambucás. St. Hilaire diz que para lá de Bento-Rodrigues é que se principia a ver a serra do Caraça – ele ia de Mariana para Catas-Altas mas creio tê-la avistado em parte mesmo para cá de Bento-Rodrigues vindo para Mariana. Fala de fontes de água quente que tinham existido em Água Quente, mas Gorceix não as achou segundo me disse. Suas reflexões sobre a cultura extensiva são justíssimas. Que não se tem procurado fazer depois das medidas de Gomes Freire de Andrade a bem das florestas! Não cesso de lembrar a urgência de acudir-lhes. O bispo mandou

144. As novas citações de Saint-Hilaire são da *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, cit.

145. Revolucionário de 1842, sogro do barão de Cocais.

tarde aviso. Cheguei à matriz às 6 h $\frac{3}{4}$. Lava-pés do bispo. Pregou o cônego Bernardino Brandão, de Campanha. Sermão ordinário. Por lembrança do bispo fui antes das trevas em companhia dele à Igreja de S. Francisco onde havia exposição do Sacramento. Más calçadas, porém a iluminação produzia belo luar. Lindo luar. Voltei à matriz para as trevas. Cheguei à casa às 11 h 20'.

15 (6^a f^a) – Acordei às 5 $\frac{1}{2}$. Ontem depois de chegar a casa de noite recebi carta de Gorceix com *Comptes-rendus* etc. Diz-me que o engenheiro Boutan¹⁴⁶ e dos reconhecimentos para o canal de Panamá chegará domingo ou 2^a f^a a Ouro Preto. Vi processos e papéis até há pouco (quase 9). Tem chovido, mas não em abundância. Vou almoçar. Ontem às 8 confessei-me a monsenhor Joaquim Silvério Pimenta¹⁴⁷ e comunguei na capela do palácio episcopal onde estive e que tem sacramento. Pouco depois das 10h começou o ofício de hoje e terminou pouco antes das 2. Não tenho gostado do modo porque cantam aqui p. e. a Paixão. As lamentações das trevas de ontem foram lamentáveis, tom sem caráter triste e muito aborrecido, pior foi o das lições dos noturnos. Houve adoração da cruz fora do presbitério para todos os homens que estavam na igreja. O pregador Corneliotto¹⁴⁸ agradou-me. É padre de talento e instrução e houve momentos em que revelou muito sentimento. Já assinei os decretos dos perdões e comutações e vou tomar meio-banho e ler até serem horas de jantar. 5 $\frac{1}{2}$ Trevas que terminaram às 8. Da matriz fui à casa onde está o presidente e nasceu Maria Cândida¹⁴⁹ para ver passar a procissão. As longas caudas dos cônegos arrastando pela rua produziam um efeito majestoso. A princípio pareciam a sombra dos corpos. A noite está lindíssima. Conversei com o Quintiliano¹⁵⁰ enquanto aguardava a passagem da procissão. Ele lembra e procurou que se ensiasse a indústria de cera de abelhas, cochinhilha e bicho-da-seda.

16 (sábado) – Wanderborn¹⁵¹ da mina da *Passagem* trouxe-me coleção curiosa de minerais desse e outros lugares. Recebi carta do Bom Retiro¹⁵² ainda não escrita por ele com a data de 11 da *Solidão*¹⁵³. Tomei banho frio numa fonte no jardim deste palácio e li notícias científicas. Às 9 almoço. Ofício às 10. Acabou às 2h. Vim a casa e saí depois. Aula de meninos regida pela professora Bicalho irmã do cônego¹⁵⁴. Não me agradou. De outra a professora estava com licença. Aula de meninas. Professora e limpeza da sala embora muito estreita, como a da outra

146. Edmond Boutan. Veio encarregado por companhias francesas de examinar algumas minas de ouro da província.

147. Joaquim Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), depois bispo titular de Câmaco, 9^o bispo e 1^o arcebispo de Mariana.

148. João Batista Cornaglioto, depois reitor do seminário de Mariana.

149. Maria Cândida de Araújo Viana e Figueiredo, filha dos marqueses de Sapucaí, dama da imperatriz.

150. Desembargador Quintiliano José da Silva, ex-presidente da província.

151. Robert Wendeborn.

152. Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), barão e visconde do Bom Retiro.

153. Açude da Solidão, na floresta da Tijuca.

154. Cônego Júlio de Paula Dias Bicalho (1849-1897), depois bispo resignatário do Pará.

agradaram-me. Aula de latim agradou-me. Fui até o alto onde se começa a construção da Igreja de S. Pedro, que pena é não acabarem pois é a mais bela externamente das de Mariana ¹⁵⁵. Bela vista. Bebi perto excelente água de um chafariz. Há uns poucos em Mariana. Seminário. Muito bem arranjado. Reitor Cornagliotto – nome exato – o que pregou ontem. Gostei sobretudo do estudante Barroso de latim. O Carlindo dos Santos de Caeté tem talento e não se saiu mal do latim. Compêndio de filosofia do Soriano ¹⁵⁶. Não gostei das respostas em geometria. O monsenhor da Santa Sé – cônego Pimenta é professor de história. Tem estudado hebraico e vi um cumprimento que ele escrevera nessa língua. Padre Cardito de Nápoles professor de geografia aritmética e álgebra conhece o árabe. Esteve muitos anos na Terra Santa. Na volta pouco antes das 7 jantei e recebi até 9. Vieram dois índios um velho que fala bem português e outro moço que apenas o entende. Noutro livrinho escrevi algumas palavras da língua deles, dos Nak-na-nuks aliás já bem conhecida.

17 (domingo) – 5 ³/₄. Acordei. Banho no jardim. 7 saí. Casa de Câmara. Boa. Padrões métricos tratados com descuido. Cadeia muito boa, mas com presos demais. Enfermaria pestilencial pelo mau cheiro. Livros como sempre irregulares. Voltando entrei na Igreja do Carmo. É grande e elegante. A de S. Francisco foi construída em 1753 na administração do 1º bispo.

Quarto de cama (?) de Mariana. Figuras pintadas nas paredes de Benedito XIV erigiu o bispado de Mariana no ano de 1746.

Fr. Manuel da Cruz da Ordem de S. Bernado [*sic*] 1º bispo.

D. Joaquim Borges de Figueiroa 2º b.

D. Bartolomeu Manuel dos Prazeres? ¹⁵⁷ 3º b.

D. Domingos da Encarnação da Ordem dos Dominicos 4º b.

D. L.? Cipriano de S. José da Ordem dos Menores 5º b.

A festa durou das 10 até pouco depois de 12 ¹/₂. Pregou o cônego Honório ¹⁵⁸. Pode fazer melhor sermão. Voltei à casa e fui depois ver o estabelecimento das Irmãs de Caridade. O colégio tem 142 pensionistas e 58 pobres separadas umas das outras embora podendo comunicar-se. Muito asseio e ordem. Hospital quase que unicamente para mulheres – 68 – que pareceram-me antes inválidas. Os edifícios são da mitra. Cada pensionista paga 20\$000 por mês. Voltei à casa e às 3 fui à mina da Passagem ¹⁵⁹. Percorri a galeria e escavações durante uma hora. Agora só a tem esgotado por meio de bomba movida por água. É trabalhada desde 1713. A água

155. Permaneceu inacabada como igreja; foi sede do museu e arquivo da arquidiocese. Atrás fica a Vila Getsêmani, residência dos bispos de Mariana.

156. Do professor José Soriano de Sousa (Recife, 1867).

157. Aliás d. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis.

158. Honório Benedito Ottoni.

159. Ainda em exploração por uma companhia brasileira, dos irmãos Ferreira Guimarães.

tinha sido causa sobretudo da interrupção dos trabalhos. Acompanharam-me Patridge, Wenderborn e Monchot. Gostei muito do segundo. Esperam tirar muito ouro do veeiro que vi bem. Estava de volta pouco depois de 5 ½. Jantar. Conversa com o bispo que se encarregou de promover a construção da casa para as aulas primárias, com o padre Sipolis sobre o que tem visto em suas missões da natureza de Minas, referindo-me à existência de uma lagoa de quilômetros de circuito perto de Bambui que enche e decresce periodicamente, assim como de chamas que se observam no mesmo distrito elevar-se a bastante altura do sopé de uma montanha. Anda à procura do inseto *hippocephalus* de que só existe um no Brasil na coleção de Luís de Carvalho no Rio. Só se tem encontrado em Minas. Espera que o padre David venha estar aqui o tempo necessário para conhecer a província de Minas. Disse-me que usam de cortiça, que lhe parece mais leve que a do Carvalho, da qual fala St. Hilaire. Em certos distritos não compram cera pois criam abelhas, e que há amoreira selvagem. Enfim a conversa de Sipolis é muito interessante e seu ar extremamente simpático, recorda-me um pouco o padre Tosti, mesmo fisicamente. Ainda conversei com monsenhor – cônego Pimenta que falou-me muito sobre seus estudos de grego e hebraico. Animei-o a estudar árabe com o padre Cardito. Indiquei-lhe as obras de l'abbé Vigouroux e de Maspero que ele não conhecia. Quase que prometeu-me ir a Ouro Preto. O pai é de Congonhas do Campo – era primo do Pimenta que foi afinador de pianos em minha casa em 1830 e tantos. Ainda me lembro dele.

18 (2^a f^a) – Choveu muito de noite, mas estiou. São quase 6h. Vou sair. Cheguei à mina do morro de Sta. Ana (de Maquiné) de que é *manager* por companhia de Londres mr. Heilburt ¹⁶⁰. Vi primeiro a bomba hidráulica cujo motor é uma máquina de vapor de 30 cavalos. A bomba começou hoje a trabalhar regularmente. Os trabalhos de extração do minério (jacutinga) estão parados há 1 ½ ano por se ter desarranjado a enorme roda de ferro feita na Inglaterra na fábrica Hail, que, pela queda da água, movia a bomba de esgoto. Sobre a galeria em que estou há outra que se abandonou há 19. Esta é explorada de há 10. Anda-se perfeitamente pela galeria na extensão de 440 m ou 220 br. e ainda há 100 e tantas cheias de água que se esgota à razão de 4 metros cúbicos por hora. Reparei bem para tudo e trago um pedaço de rocha de que se separa por bateia o ouro que tem dado 4 oitavas por tonelada, termo médio e apesar de muito friável ainda vai aos pilões. A mina da Passagem é de quartzito e vi um trabalhador separar facilmente o *ouro*, que logo pintou, na bateia. Esqueci-me de dizer que depois da visita da mina da Passagem fui medir com os olhos de um pequeno teso o abismo por onde corre o ribeirão ¹⁶¹. Em Maquiné tem agora 300 e tantos trabalhadores quase todos escravos alugados. Já houve 600. O *Mechanical* é um John Martins casado com brasileira como o é Heilburt que já está no Brasil há 25 anos tendo estado noutras minas e empregando-se ao chegar ao Brasil na Casa Naylor. Almoço às 9 ½. Segui às 10 ½. Belo caminho que domina um largo vale. A vista do arraial de Antônio Pereira é muito risonha por causa de suas plantações

¹⁶⁰. Walter Heilbuth, diretor da d. Pedro North d'El-Rei.

¹⁶¹. Trata-se de verdadeiro *canyon*, pelo qual desce o ribeirão do Carmo.

verdejantes. Atravessei-o e cheguei à Lapa. Não tem nada de notável. Afearam-na com o pórtico, e o que construíram dentro para tornarem-na capela. Deviam aproveitar somente as pedras naturais. Corri o que pude da lapa. Para ver os outros três salões teria que passar quase de rastos dentro da água. Em 15 de agosto que é a romaria não há água na lapa. Montei a cavalo às 12h 40', mas parei em casa de Paula Castro que me estava esperando na mina que aliás nunca eu disse visitaria. Havia mesa posta, porém só bebi café com bolinhos mineiros. As escavações da mina deram ao solo a aparência de ondas mais ou menos pontadas de mar de teatro, o que aumentava o pitoresco do aspecto do lugar do arraial. O coronel Pereira de Queluz veio a meu encontro tendo saído hoje de Ouro Preto quando eu seguia de lapa. É velho durinho. O caminho tem vistas belíssimas até Ouro Preto. Sobe-se a alta serra de Antônio Pereira cujo arraial tarde se perde vista, avistando-se do lado do vale oposto ao do caminho a mina de Maquiné. Deu-se uma grande volta mais ou menos pela encosta das montanhas que bordam o vale. Por detrás do arraial de Antônio Pereira, mas a boa distância vê-se a montanha recortada do Frazão que se ladeou vindo de Catas-Altas. Avistei pois mais longe para esse lado a serra do Caraça. Cheguei ao palácio de Ouro Preto às 4h. Estou tomando um meio banho apenas para melhor dormir. Nada me fatigou a jornadita. Em caminho vi bem Mariana em baixo iluminada pelo sol e antes descobriu-se o pico de Itabira do Campo. Desde que saí de Ouro Preto dei uma volta perfeita. Antes de chegar a esta cidade passei pela antiga Vila Rica ¹⁶² – muralhas arruinadas que lembram-me *Pompéia*. Dizem-me que povo quer esbordoar o repórter José Carlos de Carvalho ¹⁶³ por atribuírem-lhe o que publicou a *Revista Ilustrada* a respeito das mulheres de Ouro Preto ¹⁶⁴. Vou indagar. Exigem que Carvalho deixe o Ouro Preto.

162. O local do antigo arraial do Ouro Podre.

163. Na *Viagem Imperial*, cit. p. 17, aparece José Carlos de Carvalho como representante da *Gazeta de Notícias*, não da *Revista Ilustrada*. Confirmou ter sido redator daquele jornal em *O Livro da Minha Vida* (Rio, 1912) p. 44. Nesse caráter tomou parte ativa do motim do vintém, de 1º de janeiro de 1880, tendo sido preso. Notas publicadas na *Revista Ilustrada* provam que também para ela trabalhou José Carlos de Carvalho, pelos menos durante a viagem imperial a Minas Gerais.

164. O trecho da “Correspondência especial da Revista Ilustrada”, publicada em seu nº 244, de 9 de abril, que deu causa ao incidente, é o seguinte: “Em Ouro Preto, a vida é mais amena, os homens são mais francos e as mulheres muito liberais. Liberais e acessíveis, apesar das alturas em que vivem... Bem boas as ouropretanas. Belas, meigas, atraentes, de olhos negros que prometem tanto quanto... Eu tenho gostado de todas... Têm um defeito: dormem cedo. Deitam-se com as galinhas e acordam com os galos. De modo que às 8 horas começam a piscar tão gentilmente os olhos, que eu fico em dúvida se é de sono ou se é para mim. Aqui é tudo muito patriarcal, o namoro ainda está embrionário e não passou de piscadela d’olhos. A gente pisca para elas, elas piscam para a gente. Ça y est!” – Em consequência da rápida saída do repórter José Carlos de Carvalho da capital mineira, avisou a revista em seu nº 246, de 7 de maio que, “como a continuação da viagem a Minas pode ocasionar alguma nova revolução mineira, resolvemos parar aqui, não publicando mais desenho nem artigo algum”. Publicou, porém, mais caricaturas e uma nota do cronista Rolando (que diz não ter ido a Minas), em resposta a José Carlos de Carvalho, que passando por ser Rolando, esteve ameaçado em sua integridade física pelos indignados ouropretanos. Tudo se originaria em intrigas do repórter Tinoco, do *Jornal do Commercio*, que em Santa Luzia brigou com seu colega. Este em opúsculo que dedicou *À Memória do Imperador D. Pedro II – Brasileiro Magnânimo e Bom Amigo* (Rio, 1925), esquivou-se de mencionar o incidente, embora confirme sua participação na viagem.

Jantar depois das 5 ½. Ouvem-se vozearias do lado da casa do tenente-coronel Carlos de Andrade ¹⁶⁵ onde Carvalho está hospedado. Andrade não quer que Carvalho saia porque [é] seu hóspede. Há receio de algum sucesso desagradável. Enfim Carvalho entrou pelos fundos do palácio. Nicolau ¹⁶⁶ foi falar-lhe na sala de jantar. Resolveu-se sair de Ouro Preto. O dr. Gesteira ¹⁶⁷ deu-lhe sobrecasaca e Pedro Paiva ¹⁶⁸ o chapéu e foi-se pelos fundos.

Tive visitas entre as quais Quintiliano e Vilaboim. O juiz de direito Guimarães ¹⁶⁹ veio com as filhas que tocaram muito bem piano e a mais jovem uma valsa de sua composição. É a que vi na aula da Rua do Pilar.

Na serra de Antônio Dias cai alguma chuva. Choveu aqui no princípio da noite.

Estudantes da escola de minas, amigos de Carvalho, foram em defesa dele e disseram-me que tinham levado pancadas. Desde mais de hora que nada se ouve. Tudo serenou. São 8 ½. Vou deitar-me e ler até dormir. O sobretudo ou sobrecasaca não foi do dr. Gesteira, mas do Pedro Paiva. O Gesteira facilitou a saída pelo fundo do palácio.

19 (terça-^{fe}) – 5h Acordei. Banho frio. Leitura 8-10 ½. Escola de minas. Última lição de Gorceix. Falou da época quaternária. Começou pela Europa e sobretudo bacia do Sena, e depois tratou de Minas. O terreno da Ganga é quaternário. Não se observa deslocamento nele. Os rios sulcaram-no entrando as águas nas cavernas calcárias cujas fendas produzidas pela contração da camada calcária foram alargadas pelas águas. Os fósseis e ossos aí foram depositados por habitação dos animais, arrastamento pelas águas ou queda pelas fendas. Fez um cálculo de mais de 7 milhões de ossos que se teria acumulado na lapa da Cerca Grande segundo os dados de Lund que à razão de 4 animais por dia exigiram 5.000 anos para seu depósito. Crê que há muito mais das 200 e tantas lapas. Diz que só o salão de entrada da lapa da Aldeia é que tinha sido explorada antes de eu lá ir e que encontrou na parte que se escavou então os *dilúvia* da época quaternária devendo estar no fundo do terreno terciário sobre o qual se achariam fósseis. Foi na lapa da Varginha que Lund achou o crânio cuja antigüidade não quis Liais ¹⁷⁰ discutir. Enumerou os principais fósseis encontrados por Lund dando às cavernas que foram cheias durante a época quaternária no Brasil o nome de cavernas Lund. O terreno tem sofrido elevações e abaixamentos, cujos vestígios são as numerosas lagoas que se observam em Minas. Falou quase 2 horas, mas o assunto era demasiadamente vasto. Serviu-se muito na parte paleontológica da obra de Gaudry que devidamente elogia *Enchaînement* etc.

165. Carlos Gabriel de Andrade (1846-1921), depois barão de Saramenha.

166. Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, depois visconde de Nogueira da Gama (1802-1897), mordomo e acompanhante do imperador.

167. Dr. Manuel de Aragão Gesteira, médico.

168. Pedro Antônio de Paiva, criado particular do imperador.

169. José Inácio Gomes Guimarães.

170. Emmanuel Liais (1826-1900), diretor do Imperial Observatório Astronômico desde 1871. Publicou em Paris, 1865, *Explorations Scientifiques au Brésil*.

Depois assisti um pouco à lição de mecânica de Thiret ¹⁷¹. Explica bem e o aluno Barbosa mostrou ter bastante talento matemático. Almoço perto de 11. Houve de noite uma manifestação dirigida por três padres dos quais um Camilo de Brito ¹⁷² contra Gorceix porque supunha que asilara Carvalho em casa dele. Diziam – vamos varrer-lhe a casa e tratavam-no de maçom!

12 [hs.] – Aulas da freguesia de Antônio Dias. Estão as duas de meninas e de meninos em boas salas quase contíguas da mesma casa. Agradou-me mais a dos meninos, um mostrou saber mais doutrina religiosa do que em todas as outras aulas que tenho visitado. O professor é normalista. Segui até o chafariz da ponte para ver a neta de Maria de Dirceu [sic] ¹⁷³, mulher do Carlos de Andrade ¹⁷⁴, que mora perto. Apareceu à janela. É elegante e graciosa, porém não beleza, tem ares de inteligente. Relação onde só achei Quintiliano e o secretário. Não é má casa. Ouvei que os empregados são bons. Quartel de linha com a companhia de cavalaria e o contingente do 7º de infantaria. Em mau estado e guardam nele cunhetes com pólvora! Assoalhos todos esburacados. Prisões solitárias mefíticas. A cavalaria é boa. Vou ler. Jantar 4h. 5h fui à Igreja de S. Francisco de Paula sobretudo para mostrar a vista de Ouro Preto à imperatriz. Preguei uma cavilha num altar novo. Segui de lá para o Funil passando pelo palácio. Era já escuro, mas a noite clara por causa das estrelas tornou poético o passeio ao reflexo nas águas que borbulhavam. A subida da cidade iluminada também era um belo espetáculo. Houve fogo de artifício e conversei com o desembargador Guimarães ¹⁷⁵ que ¹⁷⁶ muito lido [sic]. Ficou de trazer-me um romance de costumes mineiros escritos por ele e de mandar-me ao Rio o manuscrito de uma espécie de prefação histórica que pretendia anexar ao romance ¹⁷⁷. Escreve sobre a filosofia de Cousin, considerando o *ecletismo* mero *sincretismo*. Depois recebi a carta de Lesseps

171. Artur Thiré, professor de mecânica, construção, matemática e topografia da escola de minas de Ouro Preto.

172. Joaquim Camilo de Brito, ex-vigário de Barbacena, adiante novamente mencionado.

173. D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a famosa Marília de Dirceu, não teve neta pois faleceu solteira em 1853. Coube ao inglês Richard F. Burton, em *Explorations of the Highlands of the Brazil* (Londres, 1869), vol. I, p. 365, propagar a calúnia de que Maria Dorotéia teve descendência ilegítima, lenda destruída por Tomás Brandão em livro a ela dedicado.

174. A futura baronesa de Saramenha, d. Francisca Lídia de Queiroga Andrade, era filha do doutor Anacleto Teixeira de Queiroga e de d. Jerônima Maria de Meneses Queiroga. Era sobrinha-neta de Maria Dorotéia, a famosa Marília.

175. Desembargador Joaquim Caetano da Silva Guimarães (1813-1896).

176. Há faltas de palavras depois do “que”, por ter o imperador terminado a caderneta de notas diárias nº 24, continuada na de nº 25 do arrolamento que dela fizemos, no Museu Imperial.

177. O referido romance é o intitulado “João e Francisco”, publicado em Mariana, 1878, estudado por Eduardo Frieiro em *Páginas de Crítica* (Belo Horizonte, 1955), p. 381-389. O desembargador era irmão do poeta e romancista Bernardo José da Silva Guimarães (1825-1884), a propósito do qual registrou o seguinte o repórter Tinoco: “Tendo S. M. o Imperador declarado ao dr. Bernardo Guimarães que desejava possuir uma coleção completa de suas obras, ontem à noite em palácio aquele estimado poeta e escritor levou-as, mas sendo intérprete perante Sua Majestade a menina Constança da Silva Guimarães, filha do referido poeta”, a qual pronunciou então algumas palavras de oferta. Acompanhava-a sua irmã Isabel. (*Viagem Imperial*, cit., p. 59). Constança Guimarães, falecida ainda moça, foi a primeira amada de seu primo, o poeta simbolista Alfonsus de Guimarães (1870-1921).

que me trouxe o engenheiro Boutan chegado hoje e que já encontrara quando estávamos de passagem na escola de minas, que ainda não tinha visto a imperatriz, ao irmos para S. Francisco de Paula. Conversei com Boutan sobre de Lesseps e família e também a respeito do canal do istmo do Panamá. Enfim assisti ao drama – o *Capitão Paulo* de A. Dumas – no teatro que é menor, porém bonito e muito mais elegante que o de Sabará. Terminou depois da meia-noite.

20 (4^a f^a). Acordar às 5 ½. Banho frio. Leitura. 7 partida para Itacolomi. Neblina cerrada com garoa ou antes chuva. Bom caminho. Lugares esmaltados de flores do campo. Linda árvore de copa arredondada, pareceu-me jaboticabeira, porém não é; colheu-se um ramo na volta. As pedras ao chegar adiantaram-se da encosta como enormes espadas apontadas. Estava no ponto mais alto que não o do rochedo *columi* às 9h 10'. Tudo rodeado de neblina. Medidas da altura em referência a Ouro Preto com o barômetro Fortin, aneróide de Boutan que convidei ontem e hipsômetro. Almoço campestre seriam 10. Perto de meio-dia clareou. Vi Ouro Preto e Mariana, serra de Itatiaia e de Ouro Branco, descobri também a Igreja da Boa Vista. Quando tudo estiver claro há de ser uma paisagem admirável. Também se via o pico de Itabira do Mato-Dentro¹⁷⁸. Antes de deixar o Itacolomi nova observação do Fortin. Na descida vi melhor as montanhas entre as quais a do Frazão e a serra do Caraça. Há um ponto onde se avistam Ouro Preto à esquerda e Mariana à direita. O Gentil mostrou-me a planta chamada chá-de-porrete excelente em infusão das folhas muito amargosa para dores de cabeça provenientes do estômago. O ribeirão do Carmo passa por um precipício estreito entre lajes muito pitoresco. Atravessa-se aí pequena ponte. Volta a palácio às 2 ½. Banho morno e leitura. São quase 4h. Vou jantar. 5h aula agrícola no *Seromenho*. Casa boa. Já tem galinheiro mal arranjado e arados. Houve 9 meninos. Quatro saíram porque os papais pensavam que os filhos não teriam de trabalhar braçalmente. Ainda não tem aula. O diretor atual é o padre João Paulo irmão do secretário do presidente. Chuva, dificuldades de caminho. Andou-se bastante a pé por estas pedras. Chegada à Igreja de Antônio Dias. O Te-Déum esteve mais concorrido que o da matriz de Ouro Preto. Cantou-o o bispo. Volta a Palácio. Falei com alguns. Concerto no Paço da Assembléia. Esteve sofrível. As senhoras tocaram bem piano. Na retirada houve vivas a mim e morras à Confederação Argentina por causa do sucesso do vapor *Inca* de que falam os diários do Rio de ontem¹⁷⁹.

21 (5^a f^a) – 5h banho frio. Leitura. Vou partir. Parei no Falcão onde se almoçou. Quintiliano e monsenhor Pimenta assim como outros vieram até perto, como Gentil, Carlos de Assis F. etc. Acabado o almoço segui viagem. Tempo nublado e fresco. Tenho reparado para a direção dos quartzitos xistosos. Indica a direção da *falha* na do rio das Velhas. Cheguei à casa do Sperling¹⁸⁰ às 2h 10'. Li as notas relativas ao projeto do ramal de ferro entre a Estrada de Ferro de Pedro 2^o e Ouro Preto e outras coisas. 4h

178. Aliás, Itabira do Campo.

179. Consistiu o episódio em tiros disparados do couraçado argentino *Avellaneda*, que atingiram o vapor brasileiro *Inca*.

180. Engenheiro Bruno von Sperling, em Ouro Branco.

Jantar. Conversa. Sperling disse-me que o terreno entre Queluz e Ouro Preto prestava-se a estrada de ferro. Falou-me da navegação ou antes não navegação do rio das Velhas segundo entendo. Os distritos dos 5 engenheiros da província são imensos. O de Sperling chega a Diamantina. 8 $\frac{3}{4}$. Vou descansar.

22 (6^a f^a) – 5h acordei. Gorceix deu-me ontem o cálculo aproximado da altura do cimo o Itacolomi [*sic*]; uma pedra aí quebrada e o ouro que ele bateou em minha presença na Escola de Minas. Ontem antes de sair de Ouro Preto entregaram-me da parte do padre Sipolis uma pintura do inseto *hipo* – e não *hipocephalus armatus*. 6h saída. Pouco adiante despediu-se Gorceix. Chegada à Queluz às 10h 10'. Almoço e partida ao meio-dia. Pouco adiante do último lugar das Bandeirinhas onde há uma casa toma-se um caminho à direita (2h 10'). É bem agora. Avistam-se plantações pequenas. Terra sobretudo de criação, que no inverno mete-se nos capões, e mato da serra de Camapuã no fundo. Joaquim Alves Pereira (conhecido por Pena) disse-me ter 100 crias sobretudo muares por ano. Um fulano Campolina de Suassaí que dista aqui 6 léguas tem só 20 a 30 crias anuais ¹⁸¹. Também com estes e muitos outros apareceu o Benfica escrivão na vila de Suassaí. É irmão do Franklin Massena e mostra-se muito grato pelo que fiz pelo irmão, ambos nascidos no Aiuruoca. O arraial de Sto. Amaro começa a ver-se perto de um morro bastante alto. Seu aspecto é alegre projetando-se sobre a serra de Camapuã. É pequeno, mas como todos fez seus arcos e enfeitou-se. Cheguei à casa do vigário às 3h 35'. Disseram-me muito bem do vigário. Encontrei Ewbank em Queluz. Disse-lhe o que vi e contou-me do rio das Velhas e solo das margens. Ele vai estudar a direção ao S. Francisco pelo vale do Paraopeba ao mesmo que a de Macaúbas. Observei muito poucos insetos na região dos campos onde me acho ainda. Nos matos que atravessei na região da Lagoa Santa vi muitíssimas aranhas fazendo suas teias de ramo a ramo e mesmo de árvore a árvore. Vamos beirar a serra de Camapuã para Lagoa Dourada e S. João Del Rei. St. Hilaire diz que Queluz é a 15 léguas E de S. João Del Rei e 8 léguas SE de Vila Rica (hoje Ouro Preto). Não pude ver nas vizinhanças de Queluz a nicotina langsdórfica de que fala St. Hilaire 1^a parte tomo 1 nota 2 p. 127. A *canela-de-ema* do gênero *velosia* está descrita às pp. 133 e 134. Já falei dele na primeira passagem da Serra do Ouro Branco. A montanha por onde se subia esta chamava-se no tempo de St. Hilaire – *Deuslivre* – segundo ele diz; mas era *Deus-te-livre* por ser de difícil subida. O que St. Hilaire diz da falta de hospital próprio de uma capital é exato. Indagando no que poderia eu auxiliar de útil a Ouro Preto não me falaram de hospital. Ainda não há iniciativa individual nem *espírito público* bem entendido. Leia-se o que diz St. Hilaire p. 150. Não sei por que sempre se foram esquecendo de mostrar-me o quartel dos aprendizes militares. Com outras coisas a fazer deixei de lá ir. O terreno deste arraial tem muitos desbarrancados produzidos pelas águas. A casa do vigário, a igreja pequena e o sobrado da escola de 1^{as} letras, assim como outras estão num vasto largo. St. Hilaire fala a p. 158 do *mata-pasto* que

¹⁸¹. Desse criador, ou de alguém de sua família, vem o nome de campolina, dado a certo tipo de cavalos de Minas Gerais.

parece não ser o capim-gordura. Nota a diferença de vegetação entre Ouro Preto e Mariana tão perto uma da outra mas com grande diferença de nível. O que ele diz no clero de Minas ainda tem alguma aplicação. Juízo de St. Hilaire muito favorável aos mineiros – *Aucun* etc. pp. 182 e 183. Jantar às 5 $\frac{3}{4}$. Conversa. Li na cama e vou dormir 10h 10’.

23 (*sábado*) – 5h Acordei. Dizem-me que choveu muito de noite. Vou ler St. Hilaire ainda trata do capim-gordura quanto à sua origem à p. 220 nota 1. Diz que nas vizinhanças de Camapuã o milho dá 150 a 200 por 1, feijão, cana-de-açúcar, algodão etc. *Camapuã* significa *Seio-redondo*. Diz que o termo de *Camapuã* dista 8 léguas do de Queluz. Palavras muito honrosas a respeito de Lund à p. 229. Partida às 6 depois de oração na igreja. Chovia. Passagem da ponte de Paraopeba, vale do afluente Pombal e povoaçãozinha deste nome, lugar de Caixeta perto deste subida difícil por íngreme. O terreno parece-me fértil. 10h 20’. Fazenda Curtume – para ir até aí houve desvio à direita. Proprietário João Ferreira da Fonseca plantador e criador de cavalos e bois, 100 crias por ano. Belos cafeeiros, mas dá às vezes geadas fortes que os mata. A família é numerosa e seus modos sobretudo os da mãe matronaça de belo perfil muito me agradaram. Almoço e partida às 11, com chuva açoitada pelo vento. Passagem da ponte do Camapuã. Vastos campos. Atravessei o terreiro da fazenda de Eduardo Ferreira da Fonseca sobrinho do João. Aí tomei café a cavalo. Eduardo é plantador igualmente de mantimentos e criador de muaras, 100 crias por ano. Já o tempo tinha levantado. Antes até parece-me haver sentido granizo muito fino na cara. Longo caminho de morros por entre mato de capoeira. Terra fofa e com a chuva de ontem de noite já dava mau trânsito em muitos lugares. Ao sair do mato cavaleiros da Lagoa Dourada. Perto desta há 2 desbarrancados das chuvas com enormes dimensões. Antes do arraial apareceu um italiano da mina e mandei prevenir o engenheiro de Minas Campos que veio a meu encontro no princípio do arraial. Este não é pequeno e cheguei à casa às 4h 20’. No caminho para o engenho *Curtume* do João Ferreira vi flores e frutos de lobeira. Uma espécie de lobo que abunda aqui come estes frutos. São cães grandes. Matam galinhas etc. e carneiros. De dia estão nas macegas ou nos capões. Rondam de noite uivando como cães. Desde Queluz que não observo mais como ontem os sons que o vento mesmo ligeiro produz nos isoladores [?]. Nos côncavos o som parece o de uma povoação de muitos sinos a tocarem muito longe. Vou agora 5h ver a mina com o Campos. A antiga lagoa está quase toda aterrada e até a parte superior do poço que se abriu há poucos meses foi feita de baixo para cima. São por ora ensaios para reconhecer a importância do minério. É quartzito separado por *gneiss* moderno em parte decomposto e o chamado talcito formando nódulos como contas de um rosário. É muito rico e já deu em ensaios na escola de Minas mais de 100 oitavas por tonelada. Por ora só há o poço de 23 m de fundo com o qual se estuda o *poder* da mina e no qual se desce por escada subindo o minério em caçamba, uma máquina à *machoirs* para quebrá-lo, duas galgas de prato giratório para trituração das pedras quebradas, outra para amalgamação havendo também mesas físicas. Campos quer substituir as galgas por pilões que com a mesma força fazem 3 vezes mais. O motor é uma locomotiva de 12 cavalos que trabalha com 8 e também move a bomba do poço que faz 100 m³ de água por dia! Está

terminando um pequeno para cupelação. O ouro é de 22 quilates e só ligado à prata. O minério tem muito pouco de pirites. O gerente da empresa é Caetano Dias ¹⁸² filho do que foi fundador da colônia do Rio Novo. O nome do 2º fazendeiro é Eduardo de tal Resende da família do marquês de Valença. Mudei de roupa e jantei depois das 6. Achei música em Sto. Amaro e aqui, alguns dos músicos vindos de outra parte. Disse-me monsenhor que a maior parte dos vigários são encomendados. Em toda a parte pedem esmola, até um que tem alguma coisa de seu o fez, segundo me disse o monsenhor. O Chaves irmão do dono da casa teve mais de 17 filhos assim como outros o tem numerosos. Conversei até perto das 9.

24 (*domingo*) – Acordei às 4 ½. Vou ler. Às 5 ¼ diz aqui em casa missa o monsenhor. A madrugada está fria. A reflexão de St. Hilaire p. 237 sobre o número de homens de cor é muito verdadeira. O ouro que se tem achado na mina daqui é de grão que se pode batear e um preto assim separou algum ontem. Passa por muito hábil neste mister. 5 ¾. Já ouvi missa vou orar na matriz e seguir viagem. 6h. A caminho de S. João Del Rei. Ouvi que na pequena igreja da Lagoa Dourada ainda se enterra como em outras! Campos de colinas. Viu-se à direita num baixo a fazenda do Capão de Francisco José Ferreira. Parece importante. 8h 40'. Fazenda do Engenho de Domiciano Ribeiro de Resende sobrinho neto do marquês de Valença e filho de Geraldo Ribeiro de Resende. Fazenda de mantimentos e criação de 20 e menos crias por ano. Almoço. A manhã tem estado encoberta e um pouco fria. Saí às 10h. Ponte do Carandaí (águas do rio das Velhas) ¹⁸³. Esqueci-me de dizer que indo à mina da Lagoa Dourada, e muito perto do arraial vi o ponto onde com intervalo de poucos palmos talvez correm águas de um lado para a bacia do Rio da Prata e do outro para a do S. Francisco. O Carandaí tinha grande correnteza e alguma largura. Fazenda do Retiro. Parei aí para se mudarem as bestas da liteira e eu bebi boa água e mudei para o melhor animal (cavalo) da viagem de Minas. Os campos são bonitos, sobretudo no lugar de que se avista numa baixada ao longe à direita a casa da fazenda de d. Maria de Carandaí da família dos Resendes. A serra de S. José alta um pouco recortada e pedregosa levanta-se à esquerda e vê-se ao longe um pouco para direita a do *Lenheiro* de aspecto um pouco semelhante. Vai-se pelo leito arenoso de um riacho há de encher muito e sobe-se um morro onde havia um arco e esperavam numerosos cavaleiros, entre eles o deputado Galdino ¹⁸⁴ juiz de direito Costa Belém, Penido juiz de Pirai de onde veio com licença. Já de há muito (12h 25') avistara torres e casas de S. João Del Rei num recanto do lado da serra do *Lenheiro*. Deu-se grande volta em parte por várzea e tendo entrado no arraial de Matosinhos, passada a ponte que é grande e boa de madeira, havendo resistido a grandes enchentes durante 30 anos, sobre o rio das Mortes, onde se acha atracado o vaporzinho de pouca força e que gasta 3 dias rio acima até a Invernada quando leva descendo 6 horas (Galdino veio nele com a família) e vi perto da ribanceira um grande batelão de reboque por acabar, olhei caminhando para a igreja do arraial, tendo

182. Major Caetano Dias da Silva Júnior.

183. Engano. Águas da bacia do rio das Mortes.

184. Galdino Emiliano das Neves, médico (1825-1897).

chegado depois à várzea do Marçal onde se dá ainda extensa volta acompanhando o leito arenoso de águas, que não inundar nas cheias e despejam no rio das Mortes. Perto da entrada da cidade atravessou-se o arroio de Água-Limpa vendo-se à esquerda os pegões do viaduto da estrada de ferro do Oeste e depois o Sto. Antônio que como o anterior vai ao rio das Mortes e enfim cheguei à cidade. É bem colocada e risonha, sobre o Sto. Antônio (hoje Riachuelo) há duas pontes de arco de pedra correndo a água antes da primeira e do lado delas por uma rampa de lajedo de um açude, o que dá a este lado da cidade subindo para o edifício da Câmara o aspecto do Arno em Florença. Dobrei a esquina para uma rua onde vi a bonita casa, externamente pelo menos, da Filarmônica e depois para outra por onde cheguei ao largo onde me hospedei na casa do barão de S. João Del Rei ¹⁸⁵. Grande edifício. Apeei-me às 3 ¼.

Na mina da Lagoa Dourada vi um empregado Moser que disse-me ser filho da ama de meu filho creio que Afonso. Observei pelo caminho roças viçosas. Nos pastos há bastante mata-pasto que é uma planta de caule fino e alto com flores pequenas esbranquiçadas. Avistei cabeças de gado cujo aspecto agradou-me. O sol tornou-se quente ao deixar Engenho Velho. Entrando na casa falei a um homem já de cabelos brancos que disse-me ser bisneto do marquês de Valença por uma filha dele natural. Saí às 5. Casa da Câmara e cadeia. Grande edifício e de boa aparência. A cadeia ocupa o andar térreo. Notei que se pode conversar com pessoas da rua por entre as grades. O despejo é em barris apesar de ter rio perto. Casas de pau *como gaiolas* para os bêbados! Livros irregulares, última visita pelos termos de 9bro passado. Um preso a que faltam 23 dias saía da sua prisão para ajudar o carcereiro inválido da pátria condecorado porém maneta de 24 de maio ¹⁸⁶. As prisões são bem arejadas e não senti mau cheiro nelas. A casa da Câmara tem tudo o que é preciso menos almário [*sic*] para guardar os padrões que estavam bem arranjados por constar o que tenho reparado. Coleção de minerais do município curiosa feita por Guilherme Lee, médico, irmão do dr. Lee do Rio. Também há mapas do Brasil nessa sala. Boa biblioteca, mas de livros antigos e pouco próprios de bibliotecas populares. É franqueada só de manhã ao público. A vista das janelas da casa da Câmara é bonita. Entrei na casa da filarmônica. Também vão estabelecer aí biblioteca. Hospital. Não me desagradou, mas facilmente se podem ventilar melhor as enfermarias. Tem 76 doentes dos quais 30 loucos em parte distinta do edifício. É o único asilo para os loucos da província. Pareceram-me estreitos os quartos e é preciso que fechadas as janelas não fiquem no escuro. Há um terreno onde os loucos têm plantado. No ano findo hoje [*sic*]. Estiveram e estão no hospital 294 e faleceram 46. A igreja não é má. O recolhimento é pouco afastado. Tem 9 meninas. Bem arranjado. Pequeno espaço onde plantam suas flores. Instrução primária, costura, e misteres domésticos. Todo o serviço é feito por elas. Notei mau cheiro num lugar. Pequeno quarto de enfermaria. No hospital há sofrível banheiro, que pretendem melhorar à altura da *douche*, e farmácia que pareceu-me bem arranjada e avia remédios para os pobres. É boticário um

¹⁸⁵. Dr. Eduardo Ernesto Pereira da Silva, falecido poucos meses depois.

¹⁸⁶. Da Batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai.

sobrinho do Sapucaí filho do dr. Silvério ¹⁸⁷. As iluminações são bonitas sobretudo o arco transparente feito por um rapaz Luís José Alves à custa dos médicos e advogados e a da igreja de S. Francisco de muito bom gosto. Queimaram fogos de bengala que alumiam a praça de S. Francisco onde moro. Conversei com diversos e vou descansar 9h 25'. O Maceió foi da minha parte visitar o barão de S. João Del Rei. Está desenganado de moléstia do coração.

25 (2^a f^o). 5 ¼ Acordei. Saio às 7h. Vou ler St. Hilaire p. 254 diz “se doute qu’il y ait auprès d’aucune des villes de Minas Gerais autant de jardins que j’en ai vu dans la vallée délicieuse du rancho de Marçal a S. João Del Rei”. Vejo aqui mais brancos. St. Hilaire já fez a mesma observação. Ainda fala de capim-gordura p. 272. Não o encontro desde Congonhas do Campo até *Faria* perto da Mantiqueira, passando por S. João Del Rei. 7h vou sair. Passeio pela cidade. Entrei nas igrejas de S. Francisco – grande, o arco abatido de pedra que sustenta o coro é o que tem de notável – e Carmo que também é grande e mais elegante internamente e tomei para o lado das Mercês de onde não gozei da vista por causa da neblina. A margem do rio de Sto. Antônio com suas duas pontes e represa é que mais me agradaram. Fui ver um pé gigantesco de cambucazeiro em casa de uma sobrinha do barão de Camargos – podem colher-se as frutas de uma das janelas do sobrado, e dá 120\$000 por ano – e entrei no jardim do colégio de meninas que está muito bem plantado. Almoço às 9. Saída às 10 com a imperatriz. S. Francisco, colégio das meninas dirigido por sobrinhas mãe e filha – esta é muito inteligente – do Sapucaí. Gostei do arranjo do colégio. As meninas responderam bem. O professor de francês Aureliano Pimentel é bom latinista, estuda o sânscrito tendo traduzido o episódio de Nalo do Ramaiana, e conversa muito bem ¹⁸⁸. Suas idéias pelos livros que citou são ultramontanas. Depois fui às Mercês. Bela vista. A imperatriz seguiu para casa e eu visitei o colégio do vigário Machado ¹⁸⁹ onde os meninos de latim e francês responderam muito bem sobretudo um menino muito inteligente Lauro da província do Rio. É internato de 30 e tantos. A biblioteca do vigário compõe-se de excelentes livros revelando nele muita inteligência e seriedade de espírito, embora ultramontana. Inauguração da escola do dr. João Batista dos Santos ¹⁹⁰. A casa ainda não está consertada de todo. O Pimentel fez um curto e bonito discurso. No colégio das meninas tinha visto a cataléptica do monsenhor ¹⁹¹. Agora só tem alguns incômodos nervosos por ocasião de seus meses. Está curada e parece uma senhora tendo menos de 15 anos. Externato provincial. Um pouco em desordem embora a casa da antiga intendência seja boa. O diretor que é o promotor e inspetor da instrução pública do círculo literário o rábula José

187. Silvério José de Alvarenga.

188. Também elogiou a ilustração do professor Aureliano Pereira Correia Pimentel o viajante inglês Richard F. Burton em *The Highlands of the Brazil* (Londres, 1869), tomo I, p. 219 da trad. brasileira de Américo Jacobina Lacombe (S. Paulo, 1941).

189. Padre Antônio José da Costa Machado.

190. Médico, depois barão e visconde de Ibituruna (1828-1911), último presidente da província de Minas Gerais, no Império.

191. José Augusto Ferreira da Silva.

Antônio Rodrigues tem ares de homem grosseiro e de letras gordas [sic]. No andar térreo em sala espaçosa está a aula de meninos. O professor agradeceu-me. Daí subi até o alto da igreja do Bonfim. Extensa vista. Descobre-se toda a cidade perto da várzea do Marçal. As duas serras produzem efeito muito pitoresco sobretudo a penhascosa de S. José. Na volta entrei na aula de meninas. Sala acanhada. Não me agradeceu senão a menina que respondeu bem em doutrina religiosa. Jantar às 5 – Visitas entre as quais Honoré Genteur e Arthur Genteur comissários da *Académie Nationale de Paris* que vem estabelecer relações comerciais entre o Brasil e as casas de Paris e fui às 7 ao *Te-Déum* na matriz. Já tinha visto esta igreja de manhã. Não é feia, mas não sei por que pintaram as pedras no exterior. A música do *Te-Déum* foi a melhor que ouvi em Minas, dizem ser composição do padre José Maria. O vigário fez um pequeno sermão em sentido inteiramente religioso e algum tanto ultramontano citando muitos autores. Voltei a casa. Ainda visitas e teatro. Este é feio. Tive muito sono.

26 (3^a f^o). 5h acordei. Vou sair às 6. Caminhei mais ou menos pelo leito da estrada de ferro margeando o rio das Mortes com a serra de S. José à esquerda. Bonita vista sobretudo por causa da neblina na serra por detrás da qual levantava-se o sol. Tomei à direita e às 8h estava na boca da gruta (Casa de pedra). Corri-a como pude até perto de 9h. Não há estalactites curiosos a não ser o que chamam de púlpito. Há salas vastas, sobretudo a chamada do lustre por causa de um estalactite que pende do teto em forma de lustre. A gruta tem mais 2 andares superiores que só poderia percorrer se tivesse tempo embora a subida por eles seja difícil. Passagem do Elvas onde constroem viaduto de alguma importância. Depois caminha-se perto da margem esquerda do rio das Mortes e começa a ver parte da cidade de S. José Del Rei que atravessamos, tendo antes passado a ponte do rio das Mortes. A cidade seu estado decadente [sic]. Há casas grandes. Almocei na casa do padre Lara já falecido e que pertence agora a uma afilhada. Falei aí com um sobrinho-neto de fr. José Mariano da Conceição Veloso (da *Flora-fluminensis*)¹⁹² de nome Francisco Veloso de tal. É homem de 70 e tantos anos. A vista da serra de S. José é pitoresca. Sigo às 11 ³/₄. Entrei na escola de meninos. O professor tem feito figuras geométricas de papel bem-feitas, e mostrou-me desenhos, mas os meninos não me pareceram adiantados na instrução primária. Orei na igreja grande, mas que não me agradeceu como outras. O caminho que é o leito da estrada do oeste vai sempre seguindo a margem esquerda do rio das Mortes. O Joaquim Lisboa enganou-se na extensão do caminho que não era o do programa e só chegamos à ponta dos trilhos onde encontramos o trem às 5. Passaram-se Invernada e arraial do Barroso. O caminho tem vistas bonitas, porém anoiteceu e não pude ver uma cascata que dizem pitoresca. O desejo de que eu passasse pelo leito da estrada desde S. João Del Rei foi causa de eu só chegar ao Sítio às 7 ¹/₄ e à estação de Barbacena perto das 8 e à casa da viscondessa de Prados¹⁹³ vindo de carro às 8h 20'. O Joaquim Lisboa diz que a estrada

192. Além de autor da *Flora Fluminense*, distinguiu-se frei José Mariano da Conceição Veloso como diretor da Oficina Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, em Lisboa, em fins do século XVIII e início do seguinte, editando várias obras de interesses do Brasil e protegendo estudantes brasileiros, que empregava como tradutores.

193. D. Josefina Camila Gomes de Sousa.

de ferro do Oeste estará pronta em 2 meses. Só em 6; falta ainda bastante trabalho. O trem veio com a velocidade de 29 e 30/km por hora e não balançava. A obra parece-me bem construída. Depois do jantar conversei. São 11 ½.

27 (4ª fª). 5 ½ acordei. Vou ler. Saio às 7h. Caminho conhecido até Serraria. Cheguei às 8 ¾ a Juiz de Fora. A cidade tem aumentado muito. Bela avenida com bonitas casas que devem arborizar. Almocei numa destas que é do barão de Cataguazes ¹⁹⁴. Partida do trem às 11h 10'. Nada de novo até Serraria. Aí entramos no trem da estrada de ferro da União Mineira ¹⁹⁵. Percorremos 84 km até o arraial – vila ainda não instalada de S. João Nepomuceno. A estrada para subir parte da serra do Macuco tem 2 ziguezagues com plataformas. Tem 7 estações pequenas porém bem construídas conforme a aparência. Vista muito bela assim como mato viçoso de Bicas para diante. Descobre-se amplo vale fechado por altas montanhas, e perto de S. João avista-se a alta serra do descoberto de contorno original. Grande número de quilômetros a começar da Serraria passa a estrada por fazendas de café muito bem plantadas e algumas com casas feitas com bom gosto. Há interrupção de terras tão boas para voltarem estas [sic]. Vim conversando com o engenheiro Betim ¹⁹⁶ cuja direção inteligente e ativa revela-se no modo porque a estrada foi construída e se conserva tendo trilhos de aço, e com o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ¹⁹⁷ a cuja influência se deve sobretudo a estrada que é de bitola de um metro. Cheguei à S. João às 4h 20'. Estava decadente mas já ressurge. O juiz de direito da Comarca (Rio Novo) Virgílio de Melo Franco ¹⁹⁸ agenciou 3:000\$000 para compra de boa casa para as aulas e biblioteca. É um bom prédio. Visitei-o assim como o destinado para as futuras Câmara e cadeia que não é mau e a aula atual de meninas em muito má casa. Os meninos não estavam presentes. O professor corcunda com quem falei pareceu-me inteligente. As escritas dos meninos que vi eram más. A professora foi retirada por mau procedimento, pelo que ouvi ao Cerqueira Leite. Jantar às 6 ½. Depois conversei com diversas pessoas. São quase 10h.

28 (5ª fª). Saio às 6 ½ para orar na igreja e embarcar-me no trem que parte às 7h. O interior da igreja não me desagradou. Tem bastante espaço e está limpa. Os trilhos estavam úmidos e nas subidas o trem andava devagar ao principiar a jornada. Chegada às 10h 20' à fazenda de Assis Ferreira sobrinho do Prados ¹⁹⁹ e casado com uma sobrinha de d. Antônia Barbosa filha do irmão desta com o qual falei e tem o mesmo gênio da irmã. Assis Ferreira é muito inteligente e sério. A mulher amável e inteligente e quase bonita. Antes do almoço fui às máquinas que nada têm de importante – não gosta [sic] da borracha para descascar o grão do café porque se estraga

¹⁹⁴. Manuel de Castro Guimarães, fazendeiro.

¹⁹⁵. Hoje incorporada à Estrada de Ferro Leopoldina.

¹⁹⁶. Comendador Pedro Betim Pais Leme.

¹⁹⁷. Pouco depois barão de São João Nepomuceno.

¹⁹⁸. Deputado geral na Monarquia, senador estadual e professor de direito, na República. Pai de Afrânio de Melo Franco.

¹⁹⁹. Do visconde, pouco depois conde de Prados.

depressa – sistema muito inconveniente para a escolha do grão. Preparam as máquinas 700 arrobas por dia 200.000 pés de café. Já colheu 14.400 arrobas por ano. A colheita deste será de metade. Gasômetro que emprega a mamona. Com 5 horas de trabalho tem gás por 10 dias para os 7 bicos. Assis já paga a homens livres para a colheita e o fará para a cultura. Muitas laranjeiras por entre os cafezeiros. Casa muito bem arranjada. Até o trole que nos levou da estação é muito bonito, dos feitos na Casa Roke. Segui depois do almoço às 11h 50'. Antes do Assis parei na estação de Bicas, que é quase um arraial formado há 2 anos ²⁰⁰. As oficinas em ponto pequeno [*sic*] agradaram-me. Também visitei um engenho de preparar café da vizinhança, na razão de 800 arrobas por dia feito por fulano Melo. Enfim a digressão da estrada de ferro União Mineira 82 km, e não 84 agradou-me muitíssimo. Querem levar a estrada até o rio Pomba. Entramos às 11 ½. Pequena demora. Achei Sapucaia muito adiantada e ainda mais Porto Novo do Cunha ²⁰¹. Aí tomei o vagão aberto e muito cômodo a Estrada de Ferro da Leopoldina [*sic*]. O Melo Barreto ²⁰² foi me informando de tudo. Quase toda a linha até S. Geraldo tem trilhos de aço. Querem levá-lo até Ponte Nova, o que talvez desaconselhe o ramal de Mariana até aí ²⁰³. De Ouro Preto se faria o ramal até Mariana. Convém muito estudar todas estas direções de estrada de ferro. Estação do Pântano ²⁰⁴ e daí a pé até casa que é uma espécie de palácio sobretudo internamente e situada no cimo de uma colina de Santos e Silva ²⁰⁵ um dos diretores da Leopoldina casado com a filha de Antônio Carlos Teixeira Leite, que era o dono da fazenda há 2 anos e sobrinha do barão de Vassouras ^{205A}. Cheguei aqui às 3 ½. Já tomei excelente banho morno em quarto destinado a esse fim e o jantar é às 6h. Não senti calor de Porto Novo por diante – vagão aberto e havia aragem também. Até S. Geraldo são 203 km. Amanhã informar-me-ei melhor de tudo. Pedro de Alcântara Cerqueira Leite cuja conversa muito me interessou deu-me um livro com os relatórios da União Mineira. Jantar às 6h. Depois conversei. O fiscal da estrada da Leopoldina filho do Dantas disse-me que a maior parte daquela já tem trilho de aço, mas que tendo custado 23 contos o km talvez fosse construída com pouca perfeição. Recolhi-me às 10h 36'.

29 (6^a f^a). 5h ¼. Já tomei banho de chuveiro. Ontem conversei muito com o ex-vigário de Barbacena Camilo de Brito. Muito inteligente e estudioso de ciências naturais. Tem lido os melhores livros e feito experiências de química em sua casa. Suas opiniões nos assuntos religiosos são as minhas.

200. Hoje cidade.

201. Porto Novo do Cunha é parte da atual cidade de Além Paraíba.

202. Antônio Paulo de Melo Barreto, presidente da Companhia da Estrada de Ferro Leopoldina.

203. Fez-se, posteriormente, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a ligação de Ouro Preto a Ponte Nova, passando por Mariana.

204. Hoje Antônio Carlos.

205. Dr. José Joaquim Álvares dos Santos Silva, secretário da Companhia da Estrada de Ferro Leopoldina, pouco depois barão de São Geraldo.

205A. Possui o arquivo do Museu Imperial o Livro de Visitantes da Capela de N. S. do Rosário do Pântano na Fazenda do mesmo nome de Teixeira Leite & Irmãos. Benta em 20 de outubro de 1879, onde, com data de 29 de abril de 1881, estão as assinaturas de d. Pedro II e d. Teresa Cristina e comitiva (nota do Museu Imperial).

Gostei muitíssimo de conhecê-lo ²⁰⁶. Está morando na Sapucaia. Às 5 ½. Vou ver a capelinha da fazenda e parte o trem às 6h. A capela é pequena, porém singela e bonita internamente. Roseava a neblina quando por ela subia. Partida às 6h. Nada de novo até tomar pelo ramal de Pirapetinga às 7h. Margeiam este ramal que está bem-feito embora haja muita curva de pequeno raio muitas fazendas de café de pequenos proprietários relativamente. A maioria é de portugueses. 8h arraial de Pirapetinga. Almoço que interrompi às 8 ½ para ir ver o arraial. Igreja, aula particular de meninas, ponte do Pirapetinga além da qual é província do Rio e casa provincial má que destinam à aula pública. A professora está licenciada. A renda deste ramal é de 12 a 15 contos mensais. 9h Volta. José Caetano ²⁰⁷ alegando cansaço fica com José Augusto ²⁰⁸ na estação de Vista Alegre indo hospedar-se na Leopoldina ²⁰⁹. O caminho até S. Geraldo acompanha mais ou menos o Pomba. As obras de importância são o viaduto de ferro do Pomba e cortes na serra do Presídio ²¹⁰. Na estação do Pomba goza-se da vista da serra do Descoberto atrás da qual está S. João Nepomuceno. Cataguazes é povoação de alguma importância. A produção do lado de Cataguazes parece irem [?] mais naturalmente pela estrada de ferro de Leopoldina do que pela de S. João Nepomuceno viesse entroncar na segunda ²¹¹. Guardei para a volta minha visita a Ubá. Na estação além de muitos vivas sérios ouvi um – *viva o pataco!* ²¹² Continuei para S. Geraldo chegando a Ponte Nova etc. Poucas casas quase todas feitas depois da abertura da estação em janeiro de 1880. Andei pela povoação nascente e regressei. O arraial do Presídio ²¹³ tem muitas casas e quintais. Às 6h ¼ chegada ao ponto de onde fomos em trole até à fazenda do Cesário Alvim ²¹⁴. A mulher é neta do Calado ²¹⁵ e a mãe brincou com as minhas manas. Os filhos são muito bonitos e inteligentes

206. O mesmo que em Ouro Preto teria açulado manifestação contra Gorceix, acusado de acoirar o jornalista carioca tido como autor de insultos às ouropretanas. Muito ilustrado, antigo revolucionário de 1842 e ex-vigário de Barbacena, era, então, membro do Conselho Fiscal da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. Tendo sido pouco depois condecorado com a venera de cavaleiro da Ordem de Cristo, deselegantemente recusou a distinção declarando ter sido a mesma concedida a um eclesiástico de igual nome, mas Britto com dois *tês*, motivo pelo qual “para evitar confusões”, passava a assinar-se “vigário Joaquim Camilo de Brito “com um *tê* só... (Ernesto Matoso, *Cousas do Meu Tempo*, Bordéus, 1916, p. 89-92).

207. José Caetano de Andrade Pinto, conselheiro de Estado, desembargador e veador de S. M. o Imperador.

208. Monsenhor José Augusto Ferreira da Silva.

209. Hoje cidade de Leopoldina.

210. Aliás serra de São Geraldo.

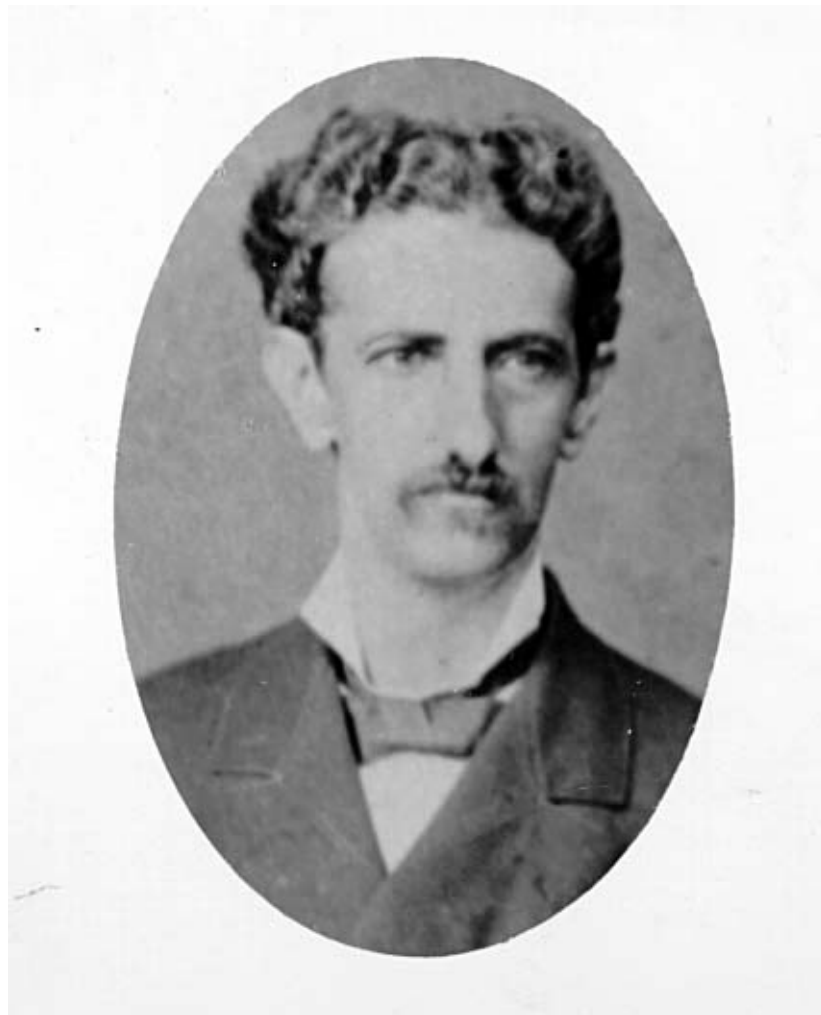
211. Realmente, não se construiu o ramal ferroviário pelo vale do rio Novo, ligando São João Nepomuceno a Cataguazes.

212. “Pataco” devido à efígie imperial das moedas.

213. Atual cidade de Visconde do Rio Branco.

214. Deputado José Cesário de Faria Alvim (1839-1903), ministro do Interior e presidente de Minas na República.

215. Marechal João Crisóstomo Calado, biografado por seu trineto, o segundo Afonso Arinos de Melo Franco, em *Um Soldado do Reino e do Império* (Rio, 1942).



JOSÉ CESÁRIO DE FARIA ALVIM

Deputado geral no Império, ministro do Interior e presidente de Minas, na República. D. Pedro II esteve em sua fazenda, perto de Ubá, a 29 e 30 de abril de 1881. (Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do Museu Imperial).



CONSELHEIRO PEDRO LUIS PEREIRA DE SOUSA
Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 28/03/1880 a 03/11/1881.
(Fotografia de Alberto Henschel, 1886. Col. do Museu Imperial).

e instruídos para sua tenra idade – Guiomar, Ida, Sílvia ²¹⁶ e José. Conhecia-os de Petrópolis. Tomei banho de todo corpo sendo a água tépida. Conversei e logo que me chamaram para o jantar aí fui. Depois conversei, vi a procissão de colonos italianos com archotes. Falei-lhes e ao padre Filó que os dirige. Tocou gaita de foles, cantou um e 2 dançaram. São quase todos da província de Salerno. São 10h. Vou descansar. Andaram-se hoje 2 × 31 (extensão do ramal de Pirapetinga e 203 de Volta Grande aqui = 265). Da estrada de ferro viemos em trole até à fazenda. Atravessa o bosque. Chegada aqui seriam 6h ½. A frente da casa que é boa estava lindamente iluminada. Muito boa banda de música vinda de Ubá. O oficlide tocou muito bem umas variações. No Pântano a banda era de escravos de casa. Tocou muito bem. Cesário Alvim colhe 9.000 arrobas de café por ano e emprega na colheita, principalmente braços livres. Está montando um engenho central de café na cidade de Ubá prepara até 600 mil arrobas por dia. Outro foi montado no Presídio por Lynch engenheiro do Gás do Rio. São 11h. Tenho muito sono.

30 (*sábado*). 5 ½ já tomei banho de queda d'água – muito agradável. Arranjei papéis. Saio às 5 ¾. Partida pouco depois das 6h no trem que chega daí a pouco a Ubá. Cidade menor que o arraial do Inficionado. Igreja vasta. Casa da Câmara e cadeia grande, mas está só com o livro de entradas mal escriturado; padrões métricos para um lado e no chão do quarto das testemunhas. Mandeí tirar a gargalheira a 2 presos. Colégio de meninas 31. Não me pareceu mau. Aula pública de meninas. Péssima casa. A professora mulher do agente do correio apronta sala em casa própria porque tem internos que lhe pagam. Ela recebe os vencimentos de 80\$000 mensais e nada para casa. O irmão do Lynch disse-me que o engenho do irmão, que trabalha no Presídio é provisório. Foi aquele Lynch que estudou a passagem da serra de S. Geraldo onde disse-me que são precisos 2 túneis pequenos ²¹⁷, sendo a despesa total dessa passagem de 2 a 3.000 contos. Falei ao antigo deputado João Carlos Moreira presidente da Câmara Municipal e ao deputado Carlos Peixoto ²¹⁸. A imperatriz descansou depois da oração na igreja em casa do médico Esteves Brás. De trole à estação de onde parti às 8h. Parou-se minutos na estação do *Diamante* por causa do Daniel ²¹⁹ que cultivava perto daí e prepara o conhecido fumo em rolo. Falei-lhe assim como ao sogro do filho dele, Antônio Gomes Pereira que ofereceu excelente café. Na estação de Vista Alegre (10h 35') tomou-se o ramal da Leopoldina. Aí cheguei às 11 ½ à casa de um amigo de Gervásio Monteiro de Barros sobrinho-neto do Congonhas ²²⁰. Almoço que interrompi às 12. Câmara e cadeia – idem. A casa não é má. Aula primária de meninos que não me desagradou. A sala é muito pequena. Colégio de meninas que não me

216. Casou-se com Afrânio de Melo Franco.

217. Não se fizeram os túneis.

218. Carlos Peixoto de Melo, último senador escolhido no Império, mas que não chegou a ser empossado.

219. Tenente-coronel Daniel da Rocha Ferreira, que na região cultivou o afamado fumo denominado Daniel, depois Rio Novo. Faleceu no Pomba, 1887.

220. Lucas Antônio Monteiro de Barros, barão e visconde de Congonhas do Campo (1765-1851).

pareceu mau, tendo a mestra fisionomia inteligente. Aula 1ª de meninos do grau superior. Sofrível. A aula 1ª de meninas não tem agora professora. O cura não explica doutrina aos meninos na igreja como quase nenhum faz. Oração na igreja de onde se goza de boa vista; subida íngreme; fomos de trole e de lá por boa ladeira para a estação. Partida à 1h ¾. Chegada às 2h 10' a Vista Alegre. O estacionário [?] é casado com uma filha do Gadele. Vi belos retratos do Freese²²¹ aos 30 anos e da mãe dele que era uma linda italiana. Seguimos cerca das 2h ¼. 4h 40' chegamos ao Pântano. Pequeno povoado. Café etc. Entram as senhoras do Pântano. 5h S. *José de Além Paraíba*. A igreja está ficando bonita. 11h 40'. Chegada com chuva à estação da Quinta²²². O Buarque²²³ entrou no trem na estação de Porto Novo do Cunha.

221. João Henrique Freese, fundador do Instituto Colegial de Nova Friburgo.

222. Estação de São Cristóvão, que servia à Quinta da Boa Vista.

223. Conselheiro Manuel Buarque de Macedo, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

**AS DUAS VISITAS DO PRÍNCIPE ALFREDO,
DUQUE DE EDIMBURGO, AO RIO DE JANEIRO**

As duas visitas do príncipe Alfredo, duque de Edimburgo, ao Rio de Janeiro

Primeira visita (1860)

A 29 de junho de 1860, aportou ao Rio de Janeiro, procedente da Inglaterra, com escala pela Bahia, a fragata inglesa a vapor *Erialus*, com 512 homens de tripulação e 57 bocas-de-fogo. Em seu bordo fazia tirocínio náutico e visitava-nos pela primeira vez Sua Alteza Real o príncipe Alfredo, duque de Edimburgo, que então contava 16 anos, segundo filho de S. M. a rainha Vitória da Grã-Bretanha ¹.

O príncipe viajava na qualidade de aspirante, prestando serviço como qualquer oficial.

Às cinco horas da tarde do dia 30, S. A. dirigindo o escaler que o conduzia desembarcou no arsenal de marinha, onde era esperado pelo ministro plenipotenciário da Inglaterra, William Dougal Christie, que desceu de Petrópolis, apenas soube de sua chegada. Acompanhado por pessoa de sua comitiva, seguiu em coche da Casa Imperial para o Paço de São Cristóvão, a fim de visitar os imperadores e as princesas.

De manhã, S. A. recebera a bordo os cumprimentos do ministro dos Negócios Estrangeiros e do mordomo da Casa Imperial.

No dia 2, S. A. visitou a cidade de Petrópolis, voltando no dia seguinte. Recusou o carro que lhe foi preparado, tanto na ida como na volta, viajando na locomotiva em companhia do engenheiro Milligan ².

1. Alfredo Ernesto Alberto, duque de Edimburgo, nasceu a 6 de agosto de 1844. Casou a 23 de janeiro de 1874 com a grã-duquesa Maria Alexandrovna, da Rússia, nascida a 17 de outubro de 1853.

2. O príncipe, em lembrança dessa viagem, ofereceu, por intermédio do ministro Christie ao engenheiro inglês Roberto Milligan, da estrada de ferro do barão de Mauá, um belo relógio e corrente de ouro.

O imperador, querendo dar ao duque de Edimburgo uma prova de apreço e amizade, foi, no dia 3, a bordo da *Erialus* em visita ao ilustre itinerante. S. M. trajava uniforme de almirante. Acompanhavam-no os semanários, ministro da Marinha, chefe-de-esquadra Joaquim José Inácio, encarregado do quartel-general, conselheiro vice-presidente do Conselho Naval, inspetor do Arsenal, comandante da Estação do Rio de Janeiro, cirurgião-mor da Armada, vice-mordomo da Casa Imperial e oficiais superiores da Armada nacional.

À passagem da galeota imperial, que saiu do arsenal de marinha à meia hora da tarde, salvaram, com a gente nas vergas, os navios de guerra surtos no porto e as fortalezas, sendo que os navios de guerra ingleses embandeiraram de popa a proa.

Às quatro horas S. M. regressou, trazendo em sua companhia o jovem príncipe, que foi jantar em São Cristóvão, juntamente com o ministro da Inglaterra e seu secretário, ministros de Estado, comandante da fragata *Erialus* e o preceptor do príncipe, major do Estado-Maior do Exército inglês.

O imperador, com a cortesia que o caracterizava, obteve do príncipe que entrasse primeiro no carro e ofereceu a S. A. o lugar de honra.

À noite SS. MM. II. e Sua Alteza foram ao Teatro São Pedro de Alcântara, onde se representava o drama *Simão*, em favor da Sociedade Beneficente dos Guardas Nacionais.

Uma banda marcial, postada à entrada do teatro, tocou o Hino Nacional.

No dia 6, a *Erialus* seguiu para o cabo da Boa Esperança.

Segunda visita (1867)

Sete anos mais tarde, a 15 de junho de 1867, a bordo da fragata *Galatéia*, de que era comandante, visitou-nos pela segunda vez o príncipe Alfredo.

Ao entrar a barra, pelas três da tarde, a fragata içou o pavilhão real, ao qual as fortalezas e navios de guerra surtos no porto fizeram as honras do estilo.

S. A. o conde d'Eu, acompanhado do ministro dos Negócios Estrangeiros e do veador Siqueira, foram a bordo cumprimentar o ilustre visitante.



(Almanaque de Gota, 1875)

O príncipe mandou agradecer e cumprimentar o imperador e ao conde d'Eu, pelo ministro inglês e por seu secretário particular.

No dia 16, às onze da manhã foi o conde d'Eu buscar o príncipe a bordo da *Galatéia*. Suas Altezas foram desembarcar na ponte do arsenal de Guerra, onde os esperava um camarista, em carro da Casa Imperial, e dirigiram-se ao Paço de São Cristóvão a fim de cumprimentar a SS. MM. Dali regressou o príncipe, a uma hora da tarde, e recebeu no Paço da Cidade uma deputação dos súditos de S. M. britânica, residentes na corte, composta dos srs. James Andrew Senior, presidente; Andrew Steele, Jordan Crewse, Thomas S. Newlands, John Gallop e Charles Henry Lowe.

O presidente Andrew leu a seguinte felicitação: “A Sua Alteza Real o duque de Edimburgo, cavaleiro da Ordem da Jarreteira”.

“To His Royal Highness The Duke of Edimburgh. KG

“May it please Your Royal Highness.

“We, the deputation of the British residents of Rio de Janeiro come to congratulate your Royal Highness on your arrival in the capital of this hospitable country and to assure Your Royal Highness of our loyalty and attachment to Her most Gracious Majesty our Queen and to all the members of the Royal Family.

“We hope that the voyage which Your Royal Highness has undertaken may be attend with every comfort and enjoyment that Your Royal Highness may return in safety to our native country to fill the exalted position to which your birth and merit so justly entitle you, and that your name may become renowned in the annals of the British Empire.

“We desire individually to present to Your Royal Highness our most respectful homage. Rio de Janeiro, 16th, July, 1867 – *James Andrew Sr.*, chair *Andrew Steele*. – *Jordan Crewse*. – *Thomas S. Newlands*. – *John Gallop*. – *Charles Henry Lowe*”.

Ao que se dignou Sua Alteza de responder:

“Gentlemen. – I thank you for your kind address of welcome on my arrival here.

“I feel very sensible of your attention which however does not only address me, but expresses those true feelings of loyalty to your Sovereign and her throne and of attachment to your native country entertained by all Englishmen.

“Thanking you once more for your good wishes, I assure you I shall not fail to inform the Queen of the sentiments you have expressed towards Her Majesty and Her Family”.

Finda a recepção S. A. retirou-se para bordo da *Galatéia* e às nove horas e um quarto da noite, trajando farda de Marinha, foi ao Teatro Ginásio Dramático.

No dia 18, pelas sete da manhã o duque de Edimburgo e o conde d’Eu, dirigiram-se ao arsenal de marinha onde acompanhados pelo inspetor do arsenal, visitaram as diversas oficinas do estabelecimento e o dique imperial, em que se achava em reparos a fragata a vapor *Amazonas*. Examinaram os cinco monitores em construção na ilha das Cobras e a serraria a vapor. Em seguida, estiveram a bordo da corveta *Vital de Oliveira* e da fragata onde funcionava a Escola de Marinha.

Às nove e meia retirou-se o príncipe Alfredo para bordo da *Galatéia* e o conde d’Eu para o Palácio Isabel.

O imperador e o conde d’Eu, acompanhados de seus semanários, ministro de Estrangeiros e almirante visconde de Tamandaré, dirigiram-se pelas três horas da tarde à *Galatéia*, a fim de visitar o duque de Edimburgo e ali participaram do jantar que lhes foi oferecido ³.

S. M. e o conde d’Eu, com sua comitiva, regressaram às sete e três quartos da noite.

Os súditos ingleses residentes no Rio ofereceram no dia 22, à noite, ao príncipe, nos amplos salões do Cassino Fluminense, um esplêndido baile, ao qual assistiram SS. MM. Imperiais, conde e condessa d’Eu, ministros de Estado, corpo diplomático e consular estrangeiro residente na corte, numeroso concurso de oficiais brasileiros e estrangeiros e muitas pessoas da sociedade fluminense ⁴.

3. O pintor inglês sir Oswald Brierly, que integrava a comitiva do duque de Edimburgo, pintou um belo quadro a óleo representando a galeota imperial ao se aproximar da *Galatéia*. Essa pintura encontrava-se na pinacoteca do Paço da São Cristóvão; foi anunciada a venda no leilão do imperador a 3 de outubro de 1890 sob lote nº 1559. Desconhecemos-lhe o paradeiro.

4. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 19, publicava a seguinte comunicação: “A comissão encarregada pelo corpo do comércio britânico desta corte para organizar e dirigir o baile que oferecem à Sua Alteza Real o príncipe Alfredo, duque de Edimburgo, desejando dar o maior brilho possível à referida função que tem de ser honrada com a augusta presença de SS. MM. Il., muito deseja dever àqueles dos cavalheiros que têm farda dentre os que têm tido a honra de convidar, o especial favor de se apresentarem com ela no mencionado baile, se lhes não for inconveniente fazê-lo.

“A comissão agradece de antemão a todos os senhores seus convidados que por este modo a obsequiarem para aumentar o brilho da reunião.”

A primeira quadrilha o imperador dançou com a esposa de Thornton, ministro de S. M. britânica, sendo a imperatriz, par do príncipe Alfredo.

Ao som de uma gaita de foles (cornamusa) tangida pelo tocador desse instrumento que fazia parte do séquito do duque de Edimburgo, dançou-se duas vezes o real escocês, sendo o primeiro par de S. A. Real a sra. Thornton, e o segundo a sra. Gunning; tomaram parte outras senhoras e vários oficiais ingleses.

As honras da casa foram feitas pela sra. Thornton.

Pouco depois da meia-noite foi servida a ceia, sendo várias pessoas convidadas para a mesa de SS. MM. e AA.

O duque de Edimburgo despediu-se às três horas e meia da manhã, retirando-se SS. MM. e AA. pouco depois, saudados todos por estrepitosos vivas e urras. Os cavalheiros que compunham a comissão encarregada do baile, esmeraram-se para que nada faltasse aos seus convidados.

Na manhã de 24 fez-se de vela para o cabo de Boa Esperança, a fragata *Galatéia*, cujo ilustre comandante levou agradáveis recordações da sua segunda visita à capital do Império do Brasil.

Francisco Marques dos Santos

Bibliografia

Diário do Rio de Janeiro, de 30 de junho e de 1, 2, 4 e 7 de julho de 1860 de 17 e 19 de julho de 1867.

Jornal do Comércio, de 30 de junho e de 4 de julho de 1860.

L'Echo du Brésil, de 8 e 22 de Julho de 1860.

Correio Mercantil, de 16 e 19 de julho de 1867.

Jornal do Comércio, de 16, 19 e 24 de julho de 1867.

**ASCENDÊNCIA E DESCENDÊNCIA DE DONA
ARCÂNGELA, IRMÃ DO PADRE CORREIA**

Ascendência e descendência de dona Arcângela, irmã do padre Correia

Nossa Senhora da Piedade era a padroeira de três florescentes freguesias do Brasil colônia: Inhomirim, Iguaçu e Magé.

A estrada geral de Minas atravessava a primeira dessas paróquias limítrofes: Inhomirim – cujo vasto território se estendia desde o vale do Paraíba até às margens da baía de Guanabara.

Foi nela que se estabeleceu, nos primórdios do século XVIII, o português Manuel Antunes Goulão.

Não vamos repetir aqui o que já foi dito por Antônio Machado e por Lourenço Lacombe, sobre o estabelecimento das primeiras sesmarias, a abertura dos antigos caminhos e o progresso das primitivas fazendas, em artigos publicados na *Tribuna de Petrópolis* e em volume do *Centenário de Petrópolis – Trabalhos da Comissão*, volume IV.

Tratando da pré-história petropolitana, queremos-nos cingir aos primeiros habitantes das terras que hoje fazem parte de seu município.

Voltando a Manuel Antunes Goulão, disse Raffard que era casado com Ana do Amor de Deus, e requerendo licença para construir uma capela tomou a Virgem Maria por padroeira, sob a invocação do Amor de Deus.

Ora, nos assentos de batismo de seus netos, lê-se que a avó materna chamava-se Caetana da Assunção, e fazendo esta retificação, vamos iniciar este estudo genealógico.

Manuel Antunes Goulão, casado com Caetana da Assunção, teve, pelo menos, uma filha: Brites Maria da Assunção Goulão, nascida e batizada na Sé de Portalegre em Portugal. Casou-se Dona Brites, provavelmente na fazenda de seu pai, na freguesia de Inhomirim mais ou menos em 1750 com Manuel Correia da Silva.

Este Manuel Correia da Silva, natural da freguesia de N. S. da Conceição de Monção, bispado da Guarda, Portugal, fez testamento a 03/12/1779, e faleceu a 14 de abril de 1784. Era filho de Antônio Correia e de Maria Marques da Silva. Reza a tradição que Dona Brites teria falecido uns 15 anos depois do marido, ou seja, por volta de 1800.

Do casamento de Brites Maria da Assunção Gouloa (repetimos aqui Gouloa, que é o nome que se lê em quase todos os assentos de batismo) com Manuel Correia da Silva, nasceram seis filhos, pelo menos, cuja ordem de idade parece ser a seguinte:

1º. Luísa, que seu pai cita no testamento, mandando celebrar missas por sua alma;

2º. Luís Joaquim Correia da Silva, formado em Coimbra a 21/06/1778, e radicado em Portugal.

3º. Agostinho Correia da Silva Goulão.

4º. Maria Brígida da Assunção Goulão.

5º. Antônio Tomás de Aquino Correia.

6º. Arcângela Joaquina da Silva.

Por tradição conservada na família, consta que Luísa, a filha primogênita, teria morrido envenenada no dia de seu casamento, por emanções de flores secas de esponjeira... seu noivo, desgostoso, retirara-se para Portugal. Regressando mais tarde, vem a casar com Arcângela, a irmã mais moça de sua noiva. Não conseguimos entretanto, devemos consignar, encontrar os assentamentos de casamento de ambas, donde poderíamos extrair dados comprobatórios dessa lenda.

O terceiro filho, o doutor Agostinho Correia da Silva Goulão, formou-se em Coimbra, bacharelado-se em 1777. Batizou-se com o nome de Agostinho Inácio a 26 de dezembro de 1754, na capela de Sant'ana do Córrego Seco (vd. *Livro de Batismo de Inhomirim* nº 6 a fls. 86) e faleceu em sua fazenda de Santo Antônio da Soledade, tendo sido aberto o seu testamento a 11/11/1847. Era solteiro, e contava cerca de 93 anos.

A quarta filha, Maria Brígida da Assunção Goulão, nasceu na freguesia de Inhomirim por volta de 1756, vindo a falecer na fazenda da Samambaia no ano de 1829. Esta Maria, casou-se evidentemente na fazenda de seus pais, freguesia de N. S. da

Piedade de Inhomirim, em 1772 com Pedro Gonçalves Dias, natural de Santa Cristina de Longos, arcebispado de Braga, Portugal, e filho de Custódio Gonçalves e de Senhorinha Dias.

Houve, deste matrimônio, que descobrimos, 5 filhos:

1º. Joaquim Gonçalves Dias Goulão, nascido a 22/06/1773 e batizado na Capela de N. S. do Amor de Deus do Rio da Cidade a 22/08/1773 (registro Rio de Janeiro, paróquia de Santa Rita L.º 2º a fls. 113v). Acreditamos ter este falecido em Meia-Ponte, Goiás, a 27 de março de 1840, objeto de estudo de nosso amigo sr. Jarbas Jaime, na *Revista Genealógica Brasileira*, ano VI, a fls., 165, “Subsídios para a Genealogia Goiana. Família Goulão”.

2º. Luís, nascido a 30/11/1776, batizado no Rio da Cidade a 05/02/1777 (registro Santa Rita L.º 2º a fls. 155v). Falecido menor.

3º. Luís Gonçalves Dias Goulão, nascido a 05/08/1780 (batizado no Rio da Cidade a 20/08/1780, registro Santa Rita L.º 2º fls. 201) e falecido em sua fazenda da Samambaia a 01/12/1854. Ordenou-se padre e foi o primeiro vigário de Petrópolis.

4º. Tomás Gonçalves Dias Goulão, que faleceu solteiro em 1872.

5º. Brígida Maria, que faleceu em sua fazenda da Arca em 1874 viúva do major José Cândido Fragoso, com sucessão.

O quinto filho de Dona Brites e de Manuel Correia, foi o padre Antônio Tomás de Aquino Correia, nascido a 12 de março de 1759 e batizado em Inhomirim, livro 6º, a fls. 110, a 15 de abril de 1759. Faleceu a 19 de junho de 1824 e foi sepultado no Rio de Janeiro, na Igreja de São Pedro, a 22 de junho de 1824. Cremos que o padre Correia tenha nascido na fazenda do Rio da Cidade e falecido na fazenda dos Correias.

Finalmente, a sexta e última filha do respeitável casal, Arcângela Joaquina da Silva, teria nascido, segundo os apontamentos de seu filho, o cônego Alberto, a 15 de setembro de 1760.

Seu casamento com José da Cunha Barbosa ter-se-ia realizado em 1779. Infelizmente não nos foi possível encontrar os livros de assentamentos de batismo e matrimônio de Inhomirim referentes a essas datas. Foi-nos dado ler, entretanto, no livro 5º de óbitos da Matriz de Santa Rita, do Rio de Janeiro, a fls. 148 verso, a transcrição de seu falecimento:

“No primeiro de setembro de 1836 faleceu com todos os sacramentos dona Arcângela Joaquina da Silva, viúva de José da Cunha Barbosa, foi acompanhada em andas para a Igreja dos Terceiros de São Francisco da Penitência de que fiz este assento. O vigário José Francisco da Silva Cardoso”.

Dona Arcângela tinha 63 anos quando morreu seu irmão, o padre Antônio Tomás de Aquino Correia, em 1824; desde então foi dona absoluta da fazenda, até sua morte aos 75 anos, em 1836.

Já em vida de seu irmão, por ser ele sacerdote, era ela, de fato, a dona da casa nas longas temporadas em que permanecia na fazenda.

Rezava a tradição, contada por seu bisneto dr. Horácio Moreira Guimarães, e transcrita por Antônio Machado e Lourenço Lacombe (e até mesmo romanceada por Viriato Correia num artigo de jornal intitulado *Duas Nobrezas*) que dona Arcângela, figura ímpar de mulher enérgica e digna, tendo o imperador dom Pedro I manifestado de maneira incisiva o desejo de trazer em sua companhia, para a fazenda, a marquesa de Santos, teria anuído, ponderando entretanto com altivez que lhe fosse comunicada com antecedência a vinda da favorita, para que ela, a dona da fazenda, se retirasse antes da chegada dos imperiais amantes. Teria então retrucado o imperador: “Nesse caso ela não virá.”

Em seu livro *A Vida de Dom Pedro I*, da coleção Documentos Brasileiros, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, 3 volumes, o notável historiador Otávio Tarquínio de Sousa a fls. 702 do tomo 2, transcreve a correspondência trocada a 18 de março de 1827, entre dom Pedro I e a viscondessa de Castro, mãe de Domitila, e em que o mesmo augusto senhor, da fazenda dos Correias, onde se achavam hospedados, dá à velha viscondessa, recomendações de sua filha.

Documentada a estada de Domitila na fazenda, era de se esperar a retirada de dona Arcângela para a sua casa do Rio de Janeiro, ou para a residência de uma de suas filhas.

Nada disso aconteceu. É com reverente pesar que nos vemos obrigados a remover o manto da fantasia que encobria uma encantadora versão, transcrevendo, a seguir, a carta que, do Correia, escreve a indignada fazendeira, à sua filha Ana Leocádia:

“Il.^{ma} sra. d. Ana

Minha filha graças a Deus que já respiro com satisfação para ter tempo de fazer-vos estas letras e nelas dizer-vos que as vossas letras muito me satisfizeram pela notícia que me destes de já vos achardes mais aliviada de vossos incômodos; desejando que estas melhoras vos continuem como muito

vos desejo; e o meu compadre esteja também com algum alívio e muito me recomendo, saudosa também estimo que José esteja melhor dos leicenças e que Aninha e Luisinha passam bem; nesta ocasião que vai a roupa vai o vosso José de Sousa este serviu muito bem e muito vos agradeço à lembrança de o mandares e a meu compadre, ele leva uma folha que pertence a vossa mana Angélica leva dentro uns marmelinhos e maçãs para as crianças e a folha a mandareis a seu dono. Fico certa em mandar o moleque quando me avisares para ir o André que está bem contente; para ir convosco; Luísa vos há de mandar algum palmito e pêssegos secos e não sei o mais que irá; os vossos meninos estão muito bons Antonico desde que aqui está tem passado muito bem e só sinto estar perdendo a escola e Maria o mesmo; até a presente passa bem eles vos mandam lembranças e a seu pai; infelizmente vejo a minha bacia que até servia para nela se pôr as pequiras que iam pescar para divertimento da senhora duquesa [de Goiás], e muito pior depois que chegou a rainha que é uma forte bazalisco [*sic*]; que nada parava com ela e quando se despediram, foi até outra vez que esperam tornar; esta gente julgo pensam estas visitas que há obrigação de os receber; e ser tudo deles; o cônego lhe carregaram a melhor besta que tinha e o seu cavalo em que andava nessa cidade e vinha o cavalo da rainha e mais nada; e lá foi; se tiveres alguma obra de alfaiate mandai que agora não tenho nada para dar o meu oficial. Nada mais disponde da minha vontade como mãe muito vossa saudosa e amante

Arcângela Joaquina

Luísa vos há de mandar uma dúzia de garrafas.”

E assim se conta a história...

Mas, voltemos à genealogia:

Temos então:

1.6. Arcângela Joaquina da Silva, n. no Rio da Cidade (Inhomirim a 15/09/1760 e fal. no Rio de Janeiro (Santa Rita 5^o de óbitos, fls. 148v) 31/08/1836. Casou-se na freguesia de Inhomirim por volta de 1779 com José da Cunha Barbosa (que seria viúvo de sua irmã Luísa?) nascido na freguesia de N. S. dos Anjos de Lisboa, em 1734 e falecido por volta de 1809. Filho de Brás da Cunha e de Clara Maria de Araújo.

Pais de:

2.1. Luísa Joaquina da Cunha, n. a 19/08/1780 (bat. 10/09) na Capela de N. S. do Amor de Deus do Rio da Cidade. Ainda vivia em 1849, contando 69 anos de idade. Casou-se no Rio de Janeiro, na capela de Santa Luzia a 15/08/1804 com José Joaquim Guimarães, nat. de Ataíde, termo de Guimarães Portugal, filho de João Gonçalves e de Maria Josefa (Livro de Casamentos de Santa Rita, Rio, Livro 2^o, fls. 12v).

Pais de:

3.1. Dr. José Joaquim Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 22/05/1805, falecido por volta de 1873. Casou-se em Coimbra, onde formou-se em direito, com Rita Amália Clementina de Abreu, ali nascida e tal, no Rio de Janeiro a 15/03/1897. Filha de José Joaquim de Abreu e de Inácia Ludovina.

Pais de:

4.1. Paulo Emílio da Cunha Guimarães, n. em São Paulo e fal. com cerca de 40 anos de idade. Casou-se no Rio de Janeiro a 05/07/1856 com sua prima em 3º grau, adiante citada, Ana Elisa de Oliveira Martins n. no Rio de Janeiro a 18/02/1839 e fal. em Paris a 30/11/1912, filha de Francisco de Oliveira Martins e de Ana Bernardina de Miranda.

Pais de:

5.1. Eduardo da Cunha Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 01/05/1858, e fal. em Paris a 23/10/1899. Médico. Casou-se a 21/12/1882 no Rio de Janeiro com Ernestina de Pontes Câmara, viúva de Artur Coelho Fortes, n. no Rio de Janeiro a 13/08/1863, falecida. Filha de Manuel de Pontes Câmara e de Guilhermina de Matos Vieira. Sem filhos.

5.2. Henrique da Cunha Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 15/12/1859, fal.

5.3. Vítor da Cunha Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 03/12/1863, fal. jovem.

4.2. Júlio Augusto da Cunha Guimarães, n. provavelmente em São Paulo e fal. no Rio de Janeiro. Casou-se com Úrsula Veridiana de Aguiar, filha de João José Ferreira de Aguiar e de Zeferina Carolina da Silva Guimarães, agraciados a 05/07/1888 com o título de barões de Catuama.

Pais de:

5.1. José Joaquim da Cunha Guimarães, oficial de Marinha, fal. solteiro.

5.2. Júlia Augusta da Cunha Guimarães, falecida. Casou-se com o dr. José Novais de Sousa Carvalho, ministro do Supremo Tribunal Militar, n. no Maranhão a 02/04/1851 e fal. no Rio de Janeiro a 26/03/1925.

Pais de:

6.1. Edgard de Novais Carvalho, auditor de Marinha, fal. solt.

6.2. Dr. Júlio Oscar de Novais Carvalho, médico, n. em Recife.

Casou no Rio de Janeiro a 21/07/1894 com Leonor Mirandela, n. em São Pedro da Aldeia, estado do Rio, filha de José Vicente Mirandela e de Leopoldina Ferreira.

Pais de:

7.1. Dr. José Novais de Sousa Carvalho Neto, médico, n. no Rio de Janeiro a 22/04/1895. Casou-se ali em 1^{as} núpcias a 29/12/1917 com Regina dos Santos Caneco, n. no Rio de Janeiro em 1899, falecida. Filha de Vicente dos Santos Caneco e de Catarina Teixeira. Casou-se em 2^{as} núpcias no Rio de Janeiro a 04/06/1922 com Cordélia de Castro Barbosa, n. no Rio, de Janeiro, filha de dr. Joaquim Silvério de Castro Barbosa e de Ana Monteiro de Barros Lima. O dr. Novais e d. Cordélia tiveram os seguintes filhos:

8.1. Flora Berenice de Castro Barbosa Novais, casou-se no Rio a 03/06/1943 com o coronel Olímpio de Sá Tavares, n. a 10/04/1907. Filho do capitão José Procópio Tavares Filho e de Rosa de Sá Soutomaior.

Pais de:

9.1. Marina Lúcia Novais Tavares.

9.2. Olímpio de Sá Tavares Filho.

8.2. Leonor Júlia de Castro Barbosa Novais, casou-se com o dr. Maurício Sanches Baceres.

Pais de:

9.1. Maurício de Novais Sanches Baceres.

9.2. Fernanda de Novais Sanches Baceres.

8.3. Cordélia Carmen de Castro Barbosa Novais casou-se com o dr. Evaldo Horst Gainsley.

Pais de:

- 9.1. Vera Regina de Novais Gainsley.
- 9.2. Roberto de Novais Gainsley.
- 8.4. Júlio Oscar de Novais Carvalho Neto.
- 6.3. Hugo de Novais Carvalho, falecido. Casou-se com Angelina Barradas. Sem filhos.

4.3. José Joaquim Guimarães Júnior, n. no Rio de Janeiro a 23/06/1835 e faleceu muito moço. Casou-se no Rio de Janeiro a 28/08/1854 com Francisca Augusta Velho da Mota, n. no Rio de Janeiro a 28/09/1831 e há muito falecida. Filha do comendador José Luís da Mota e de Mariana Eugênia Alexandrina Velho da Silva.

Pais de:

5.1. Francisco Velho Mota Guimarães, n. no Rio Janeiro a 03/12/1855, fal. sem mais notícia.

4.4. Alfredo Cândido Guimarães, médico, n. no Rio de Janeiro a 13/05/1837 e fal. ali a 04/09/1907. Casou-se no Rio de Janeiro a 23/06/1866 com Rita Tavares Guerra n. no Rio de Janeiro em 1845 e fal. ali a 04/11/1890. Filha do comendador Antônio Tavares Guerra e de Judite Rosa.

Pais de:

5.1. Artur Guerra Guimarães, n. no Rio de Janeiro em 1867. Foi para o Amazonas e dele nunca mais se teve notícias.

5.2. Ernestina Guerra Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 01/06/1868 e fal. ali a 30/12/1950. Casou-se na mesma cidade a 01/06/1887 com o dr. Henrique Teixeira de Sá Brito, n. no Rio de Janeiro a 14/11/1864 e fal. ali a 10/03/1908. Filho de Manuel Antônio de Sá Brito e de Maria Francisca Teixeira.

Pais de:

6.1. Alfredo Guimarães de Sá Brito, casou-se com Avelina Dias. Sem filhos.

6.2. Dr. Henrique Guimarães de Sá Brito. Casou-se no Rio em 1920 com Augusta de Araújo Pittaluga, falecida.

Pais de:

7.1. Augusta Margarida Pittaluga de Sá Brito, casou-se com o major Abílio Carlos Carneiro de Sousa.

Pais de:

- 8.1. Maria Francisca Carneiro de Sousa.
- 8.2. Maria Elisabet Carneiro de Sousa.
- 8.3. Maria Vitória Carneiro de Sousa.
- 8.4. Maria Letícia Carneiro de Sousa.
- 7.2. Marília Pittaluga de Sá Brito, solteira.
- 7.3. Helena Pittaluga de Sá Brito. Casou-se com Elmano James de Azevedo.

Pais de:

- 8.1. Antônio Henrique James de Azevedo.
- 8.2. Elza James de Azevedo.
- 7.4. Henrique Pittaluga de Sá Brito. Casou-se com Luci Barros.

Pais de:

- 8.1. Roberto Barros de Sá Brito.
- 8.2. Ricardo Barros de Sá Brito.
- 8.3. Henrique Barros de Sá Brito.
- 7.5. Pedro Pittaluga de Sá Brito. Casou-se com Antonieta Evangelista.

Pais de:

- 8.1. Márcia Evangelista de Sá Brito.
- 7.6. Luís Pittaluga de Sá Brito. Casou-se com Abigail de Sá Brito.

Pais de:

- 8.1. Solange de Sá Brito.
- 8.2. Vânia de Sá Brito.
- 6.3. Eduardo Guimarães de Sá Brito, falecido. Casou-se com Maria Morais.

Pais de:

- 7.1. Isa Morais de Sá Brito. Casou-se com o tenente Télió de Morais.

Pais de:

- 8.1. [.....]
- 7.2. Eduardo de Sá Brito Filho, solteiro.
- 6.4. Artur Guimarães de Sá Brito. Casou-se com Marieta Tavares.

Pais de:

- 7.1. [.....], solteira.
- 6.5. Carlos Guimarães de Sá Brito. Casou-se com [.....] de quem está desquitado.

Pais de:

- 7.1. Carlos Alberto de Sá Brito, solteiro.
- 6.6. Rita Guimarães de Sá Brito, solteira.
- 5.3. Julieta Guerra Guimarães, n. no Rio de Janeiro faleceu ali a 21/04/1956. Casou-se no Rio de Janeiro a 19/09/1891 com Clemente José Rodrigues Regadas, n. em Montpellier, França, e falecido no Rio de Janeiro a 24/08/1941. Filho de dr. José Maria Rodrigues Regadas e de Carlota Maria Armando.

Pais de:

- 6.1. Raul Guimarães Regadas, general, n. no Rio de Janeiro a 18/02/1899 casado 1ª vez com Maria da Glória Huet Bacelar da Silva, filha de [.....] casado 2ª vez com Maria da Glória Fragoso.

Pais de:

- 7.1. Major Alney Huet da Silva Regadas, casado com Ilda Meneghetti, filha do dr. Ildo Meneghetti.

Pais de:

- 8.1. Carlos Frederico Meneghetti Regadas.
- 8.2. Raul Fernando Meneghetti Regadas.
- 8.3. Luís Filipe Meneghetti Regadas.
- 7.2. Marilda Huet da Silva Regadas, solteira.
- 6.2. Coronel Luís Guimarães Regadas, casado com Colatina Martins.

Pais de:

7.1. Vera Martins Regadas, casada com Lauter Lear de Figueiredo Vieira.

Pais de:

8.1. Lícia Maria Regadas Vieira.

7.2. Sara Martins Regidas.

7.3. Luís Martins Regadas.

7.4. Maria José Martins Regadas.

6.3. Sara Guimarães Regadas, solteira.

6.4. Marieta Guimarães Regadas, solteira.

5.4. Ormindá Guerra Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 20/04/1878. Casou-se com o general Luís Soares Furtado, sem filhos.

4.5. Major Adolfo Carlos Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 17/09/1838. Falecido. Casou-se e deixou muitos filhos, radicados em São Paulo.

4.6. Adelino Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 17/01/1840, fal. menor.

4.7. Dr. Artur César Guimarães, advogado, foi diretor da Instrução Pública em São Paulo, onde faleceu e deixou muitos descendentes.

4.8. Vítor Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 13/03/1842, sem mais notícia.

4.9. Julieta Amália Clementina Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 04/10/1848 e fal. ali a 25/12/1937. Os dados abaixo devemos à gentileza de seu filho o coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães. Casou-se a 31/01/1873 com o general Marciano Augusto Botelho de Magalhães, irmão de Benjamin Constant, n. em Petrópolis a 05/06/1888 e fal. em Florianópolis a 20/07/1911, no comando da 5ª Região Militar, no posto de general de divisão. Filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães e de Bernardina Joaquina de Oliveira Silva.

Pais de:

5.1. Ciro Augusto Botelho de Magalhães, alferes do Exército n. no Rio de Janeiro a 21/04/1875 e fal. ali a 13/12/1895.

5.2. Hermínia Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 13/05/1876 e fal. ali a 31/08/1942. Casou-se em 1ªs núpcias com Frederico Guilherme de Almeida, falecido no Rio de Janeiro cerca de 1895, natural do Ceará.

Pais de:

6.1. Adalgisa Magalhães de Almeida, casada com Mário Guimarães, de Curitiba. Ambos falecidos.

Pais de:

7.1. Alcina Guimarães, casada com dr. Durval Bastos de Meneses.

Pais de:

8.1. Benvinda de Meneses, n. a 11/06/1939.

8.2. Rubens de Meneses.

8.3. Letícia de Meneses.

8.4. Murilo de Meneses.

7.2. Hamilton Guimarães, sem mais notícia.

6.2. Benjamin Constant Magalhães de Almeida, n. em Belém Velho, Rio Grande do Sul, a 31/12/1894. Capitão do Exército, reformado. Casou-se com a dra. Helena Almeida.

Pais de:

7.1. Isaura Antunes de Almeida, casada.

7.2. Frederico Guilherme Antunes de Almeida, tenente de infantaria, n. a 07/08/1928. Casado, com sucessão.

6.3. Otílio Magalhães de Almeida, casado. Sem sucessão.

5.2. Hermínia Botelho de Magalhães casou-se em 2^{as} núpcias com o dr. Antônio Fernando de Medeiros.

Pais de:

6.4. Carlos Marciano de Medeiros, n. a 05/11/1902. Tenente-coronel do Exército.

6.5. Ciro de Medeiros

6.6. Hílná de Medeiros, falecida solteira.

6.7. Helena de Medeiros, fal. solteira.

6.8. Fernando de Medeiros.

5.3. Marciano Augusto Botelho de Magalhães, (1^o) n. no Rio de Janeiro a 03/05/1877 fal. ali a 06/12/1881.

5.4. Dalila Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 05/01/1879 e fal. ali a 04/08/1934. Casou-se com o cel. da Guarda Nacional, Alfredo Fausto de Sampaio Ribeiro.

Pais de:

6.1. Iracema de Sampaio Ribeiro, casou-se com o dr. Honório Correia, sem sucessão.

6.2. Rômulo de Sampaio Ribeiro, solteiro.

6.3. Araraí de Sampaio Ribeiro, faleceu solteiro.

6.4. Maria de Sampaio Ribeiro, casou-se com Adamastor Alves Coutinho, sem sucessão.

6.5. Hilda de Sampaio Ribeiro, fal. solteira.

6.6. Nélida de Sampaio Ribeiro, casou-se com Dirceu Dantas Duarte, sem filhos.

6.7. Marciano de Sampaio Ribeiro, casado, sem mais notícias.

6.8. Mara de Sampaio Ribeiro, solteira.

5.5. Amílcar Armando Botelho de Magalhães, n. a 10/01/1880, casou-se em 1^{as} núpcias em Mato Grosso, Cuiabá, com Otília Dutra, falecida no Rio de Janeiro, pouco depois, sem sucessão. Casou-se em segundas núpcias no Rio de Janeiro a 09/01/1911 com Ercília Bellens de Almeida, n. no Rio de Janeiro em 1890. Desquitados em 1917. Casou-se em terceiras núpcias com Valéria Romana de Bellens Bezzi, filha de Tommaso Bezzi e de Francisca Nogueira da Gama Carneiro Bellens.

Pais de:

6.1. Marina Botelho de Magalhães, n. a 24/01/1912, casou-se com o major Francisco Janone Neto, n. a 06/07/1915.

Pais de:

7.1. Flávio Aurélio Janone.

7.2. Maria Beatriz Janone.

7.3. Vera Lúcia Janone.

7.4. Paulo Roberto Janone.

7.5. Maria Teresa Janone.

6.2. Diva Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 03/02/1913, fal. em S. Paulo a 15/10/1943. Casou-se com Marcelo de Almeida e Silva.

Pais de:

7.1. Roberto Luís de Almeida e Silva, n. em Porto Alegre em 1939.

7.2. Maria Zélia de Almeida e Silva, n. em S. Paulo em 1943.

6.3. Marciano Augusto Botelho de Magalhães, casado, sem sucessão.

6.4. Heram Botelho de Magalhães, casado, com sucessão.

6.5. Helyette Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 21/03/1917, fal. em Porto Alegre a 14/08/1929.

Do 3º matrimônio:

6.6. Amílcar Bezzi Botelho de Magalhães, capitão do Exército, n. a 01/03/1924. Casou-se com Amasis Vidigal.

Pais de:

7.1. Amílcar Armando Botelho de Magalhães, n. a 07/03/1948.

7.2. Valéria Maria Botelho de Magalhães, n. a 01/09/1950.

7.3. Sônia Regina Botelho de Magalhães, n. a 20/11/1951.

5.6. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, n. a 22/12/1882, casou-se com Flora Magalhães.

Pais de:

6.1. Nadir Magalhães, solteira.

6.2. Dalton Magalhães, solteiro.

6.3. Nel Magalhães, casada, sem mais notícia.

6.4. Ne Magalhães, falecida.

5.7. Euclides Eurico Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 27/02/1886 e fal. em Porto Alegre a 15/11/1894.

5.8. Alzira Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 13/03/1888. Casou-se com Inocência Serzedelo da Costa Machado, falecido.

Pais de:

6.1. Amílcar Armando Serzedelo Machado, casou-se com Clementina. Com sucessão.

6.2. Vanda Serzedelo Machado, faleceu solteira.

6.3. Inocência Serzedelo Machado, casou-se e está desquitada, com 2 filhos:

7.1. Epaminondas.

7.2. Solange.

5.9. Rita Botelho de Magalhães, n. no Rio de Janeiro a 24/05/1889.

5.10. Marciano Augusto Botelho de Magalhães (2º) n. em 1892 e faleceu em Porto Alegre a 20/11/1894.

5.11. Durval Botelho de Magalhães, n. e fal. em 1893, no Rio de Janeiro.

2.2. Alberto da Cunha Barbosa, nascido em 1782 e batizado na Capela de N. S. do Amor de Deus do Rio da Cidade a 03/02/1782 (Livro 2º de Batizados da Freguesia de Santa Rita, Rio de Janeiro, a fls. 222). Críamos ser este o cônego Alberto da Cunha Barbosa. Temos porém em mãos um pequeno caderno de notas do referido cônego, em que diz, textualmente: “Aos 9 de maio de 1785 foi o dia ido meu nascimento”. Portanto, tudo nos leva a supor que este Alberto nascido em 1782 tivesse falecido antes de completar 5 anos de idade.

2.3. Angélica Joaquina da Cunha, terceira filha de dona Arcângela, n. a 20/10/1783, batizou-se a 08/11/1783 na mesma Capela de N. S. do Amor de Deus, e faleceu no Rio de Janeiro a 02/11/1867 com 84 anos de idade, sendo sepultada no Cemitério de São Francisco de Paula, em Catumbi. Casou-se em casa de sua mãe no Rio de Janeiro a 09/11/1815 com seu primo-irmão o comendador Manuel da Cunha Barbosa, nascido no Rio de Janeiro em 1784 e fal. na mesma cidade a 14/04/1859, com 75 anos de idade. O comendador Manuel da Cunha Barbosa era irmão do presbítero e cura da Capela Imperial, cônego Januário da Cunha Barbosa, e filho de Leonardo José da Cunha e de Bernarda Maria.

Pais de:

3.1. Antônio da Cunha Barbosa, n. no Rio de Janeiro, 1816.

3.2. José da Cunha Barbosa, n. no Rio de Janeiro a 07/08/1817 e fal. ali a 10/06/1881. Casou-se na mesma cidade a 21/10/1839 em casa de seu tio cônego Alberto da Cunha Barbosa, com sua prima-irmã Maria Domiciana da Cunha Moreira, adiante citada, filha de Antônio José Moreira Guimarães e de Ana Leocádia da Cunha. Nasceu Maria Domiciana no Rio de Janeiro a 05/08/1821 e fal. ali a 06/03/1889.

Pais de:

4.1. Carlos da Cunha Barbosa, n. no Rio de Janeiro a 14/09/1840, falecido sem deixar filhos.

4.2. Maria Arcângela da Cunha Barbosa, n. no Rio de Janeiro a 23/01/1844 e falecida há muitos anos. Casou-se em primeiras núpcias no Rio de Janeiro, a 28/04/1862 com o coronel Francisco Antônio Pimenta Bueno, nascido em Cuiabá a 10/11/1836 e falecido no Rio de Janeiro a 07/12/1888, filho dos marqueses de São Vicente dr. José Antônio Pimenta Bueno e dona Balbina Henriqueta de Faria e Albuquerque. Casou-se em segundas núpcias no Rio de Janeiro a 06/07/1892 com o dr. Ricardo Meneses, natural do Paraná, e não teve filhos de nenhum dos maridos.

4.3. Engenheiro José da Cunha Barbosa, n. no Rio. de Janeiro a 30/03/1845, faleceu sem deixar filhos, tendo-se casado fora do Rio de Janeiro com d. Olímpia Augusta da Veiga Cabral.

4.4. Antônio da Cunha Barbosa, n. no Rio de Janeiro a 01/11/1849, ainda vivia em 1859, tendo falecido sem deixar filhos.

4.5. Manuel da Cunha Barbosa, n. no Rio de Janeiro a 14/11/1852 e fal. ali a 05/09/1895 solteiro.

Como se vê, este ramo acha-se extinto não havendo descendentes vivos.

3.3. Manuel da Cunha Barbosa Júnior, n. no Rio de Janeiro.

2.4. Cônego Alberto da Cunha Barbosa, nasceu a 09/05/1785 foi batizado provavelmente na mesma capela de N. S. do Amor de Deus. Faleceu no Rio de Janeiro a 19/09/1845, com 60 anos de idade. O cônego Alberto era homem de muitas posses por ter herdado boa fortuna de seus pais. Na capela de suas casas de morada, no Rio de Janeiro, batizaram-se e casaram-se quase todos os seus sobrinhos.

2.5. Feliciano Joaquina da Cunha, nasceu a 17/02/1788 e batizou-se a 24/03/1788 na capela de N. S. do Amor de Deus, freguesia de Inhomirim, e faleceu no Rio a 25/11/1876, contando 88 anos de idade. Casou-se em casa de sua mãe dona Arcângela, no Rio de Janeiro, a 12/11/1812 com Antônio de Miranda Marques, nascido na cidade de Braga, Portugal, e falecido no Rio de Janeiro por volta de 1852. Filho de Antônio de Miranda e de Bernarda Luísa.

Pais de:

3.1. Maria José de Miranda, n. no Rio de Janeiro e batizou-se a 03/10/1813, e faleceu na mesma cidade a 29/05/1893. Casou-se no Rio de Janeiro a 19/11/1831 com Manuel José Ribeiro Vale, n. em São Salvador de Macedo, termo de Monção, Braga, e fal. no Rio de Janeiro a 29/11/1856, e sepultado em Catumbi. Filho de Antônio José Martins Ribeiro e de Maria Joaquina Ferreira.

Pais de:

4.1. Manuel José Ribeiro Vale Filho, n. no Rio de Janeiro a 03/03/1835 e fal. ali a 10/02/1866. Casou-se no Rio de Janeiro a 06/10/1855 com Inês Cândida da Silva, filha do tenente-coronel Manuel Inácio da Silva e de Luísa Maria de Seixas.

Pais de:

5.1. Antônio Ribeiro Vale, n. no Rio de Janeiro a 17/04/1857.

4.2. Maria Feliciano Ribeiro Vale, n. no Rio de Janeiro a 16/05/1838, falecida. Casou-se no Rio de Janeiro a 13/01/1855 com Francisco Gonçalves Lajes, n. em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, filha de Francisco Luís Gonçalves Lajes e de Angélica Cândida de Oliveira, sem mais notícia.

4.3. Antônio Ribeiro Vale, n. no Rio de Janeiro a 09/09/1840, e fal. ali a 12/11/1859.

4.4. Emília Angélica Ribeiro Vale, n. no Rio de Janeiro a 17/04/1844, falecida. Casou-se no Rio de Janeiro a 02/06/1860 com José Joaquim Pereira Guimarães, n. no Rio de Janeiro. Filho de Joaquim José Pereira Guimarães e de Miquelina Rosa de Jesus, sem mais notícia.

4.5. Ana Ribeiro Vale, n. no Rio de Janeiro a 24/05/1846.

3.2. Ana Bernardina de Miranda, n. no Rio de Janeiro a 02/02/1816, falecida. Casou-se no Rio de Janeiro a 23/04/1838 com Francisco de Oliveira Martins, n. em Foz do Douro, Porto, Portugal, filho de Manuel de Sousa e Oliveira e de Ana Maria de Almeida.

Pais de:

4.1. Ana Elisa de Oliveira Martins, n. no Rio de Janeiro a 18/02/1839, fal. em Paris a 30/01/1912. Casou-se em 1^{as} núpcias no Rio de Janeiro a 05/07/1856 com seu primo em 3^o grau Paulo Emílio da Cunha Guimarães, acima citado, de quem teve 3 filhos, todos falecidos sem sucessão. Casou-se em 2^{as} núpcias no Rio de Janeiro a 04/01/1873 com Joaquim de Matos Vieira, agraciado em 1889 pelo imperador Pedro II com o título de barão de Matos Vieira. Nascido no Rio de Janeiro a 12/11/1836 e fal. em Lisboa a 28/03/1908. Filho de Domingos de Matos Vieira e de Emília Carlota Darrigue.

Pais de:

5.1. Ana Guilhermina de Matos Vieira, n. no Rio de Janeiro a 17/06/1878 e fal. ali a 09/01/1943. Casou-se em Paris a 06/07/1898 com Paul Adolphe Canet, n. em Londres a 20/06/1876 e fal. em Versalhes, França, a 05/07/1938. Filho de Jean Baptiste Gustave Canet e de Marie Stéphanie Pauline Dupasquier.

Pais de:

6.1. Raymond Paul Canet de Matos Vieira, n. em Paris a 03/04/1899, solteiro.

6.2. Serge Paul Yves Canet, n. em Paris a 18/10/1901 e fal. ali a 25/04/1939, solteiro.

6.3. Paul Gustave Joachim Yves Canet de Matos Vieira, n. em Paris a 21/04/1909. Casou-se em 1^{as} núpcias no Rio de Janeiro a 18/12/1941 com Vera Lafayette da Silva Porto, filha de Luís Alves da Silva Porto e de Stella Lafayette Rodrigues Pereira, casado em 2^{as} núpcias em Lausanne, Suíça, a 17/11/1951 com Iolanda Weguelin Vieira. Sem filhos.

6.4. Pierre Paul Canet de Matos Vieira, n. em Paris a 09/05/1911, casou-se no Rio de Janeiro a 04/04/1933 com Elisabet Patrícia Orr, n. na Bahia a 12/02/1911. Filha de Samuel Robert Orr e de Rosa Clark, sem filhos.

4.2. Antônio de Oliveira Martins, n. no Rio de Janeiro a 19/04/1851, fal. sem sucessão.

4.3. Francisco de Oliveira Martins, fal. sem sucessão.

4.4. Maria de Oliveira Martins, n. no Rio de Janeiro a 30/07/1844 fal. ali a 07/05/1932. Casou-se na mesma cidade a 22/07/1865 com Antônio Mendes de Oliveira Castro, n. no Rio de Janeiro a 05/06/1841 e fal. ali a 22/09/1905. Filho de Antônio Mendes de Oliveira Castro e de Castorina Angélica de Jesus.

Pais de:

5.1. Georgina Mendes de Oliveira Castro, n. no Rio de Janeiro a 10/09/1866, fal. ali solteira, em idade avançada.

5.2. Castorina Mendes de Oliveira Castro, n. no Rio de Janeiro a 13/04/1868 fal. ali a 28/07/1876.

5.3. Antônio Mendes de Oliveira Castro, n. no Rio de Janeiro a 30/12/1877 e fal. ali a 27/10/1952, solteiro.

5.4. Mário Mendes de Oliveira Castro, n. no Rio de Janeiro a 13/09/1879.

4.5. Carlos de Oliveira Martins, n. no Rio de Janeiro e bat. ali a 16/11/1847, fal. menor.

3.3. Luísa Antônia de Miranda, n. no Rio de Janeiro a 16/03/1818 e fal. ali a 27/09/1894. Casou-se no Rio de Janeiro a 06/04/1837 com o comendador Antônio Martins da Costa Braga, n. em 1801 e fal. no Rio de Janeiro a 03/10/1871, nat. de Santa Eulália de Canavelas, arcebispado de Braga, Portugal, e filho de Domingos Martins e de Maria da Silva.

Pais de:

- 4.1. Luísa Antônia Martins, n. no Rio de Janeiro a 21/01/1839.
- 4.2. Feliciano Joaquina Martins.
- 4.3. Carolina Amália Martins, n. no Rio de Janeiro a 09/02/1844. Falecida. Casou-se no Rio de Janeiro a 22/04/1860 com Filipe Adelino Alves, n. em Pedregão, Coimbra, Portugal e fal. no Rio de Janeiro. Filho de Francisco Alves e de Maria Henriques.

Pais de:

- 5.1. Alberto Adelino Alves.
- 5.2. Luísa Antônia Alves.
- 3.4. Antônio de Miranda Marques, n. no Rio de Janeiro a 18/02/1823, e ainda vivia em 1908, com 85 anos de idade.
- 2.6. Ana Leocádia da Cunha, n. a 09/06/1791 e bat. na Capela de N. S. do Amor de Deus do Rio da Cidade, e fal. no Rio de Janeiro a 02/04/1872, com 81 anos de idade. Casou-se em casa de sua mãe no Rio de Janeiro, a 28/10/1818, com Antônio José Moreira Guimarães, n. em São Pedro de Fins do Torno, Portugal, a 24/08/1790 e fal. na fazenda do Taquaral, em Resende, Estado do Rio, a 24/10/1846. Filho de Manuel Moreira e de Mariana Luísa Martins Vieira (ou Guimarães).

Pais de:

- 3.1. Dr. Antônio José Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 15/12/1819, falecido. Casou-se no Rio de Janeiro a 13/05/1844 com Helena Guilhermina Barroso, n. no Rio de Janeiro e já fal., filha de Francisco Alves Barroso e de Feliciano Carlota de Araújo.

Pais de:

- 4.1. Teresa de Jesus Moreira Guimarães, n. em Resende em 1845, casou-se no Rio de Janeiro a 06/04/1865 com Henrique Batista da Silva Pereira, nat. de Porto Alegre, filho dos barões de Gravataí. Sem filhos.
- 4.2. Guilherme Augusto Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 31/03/1849.
- 3.2. Maria Domiciana da Cunha Moreira, n. no Rio de Janeiro a 05/08/1821 e fal. ali a 06/03/1889. Casou-se no Rio de Janeiro a 21/10/1839 com seu primo-irmão o conselheiro José da Cunha Barbosa, como acima foi dito, de quem teve filhos, acima tratados.

3.5. Luísa Joaquina da Cunha Moreira, n. no Rio de Janeiro a 15/06/1823 e fal. ali a 24/08/1886. Casou-se no Rio de Janeiro a 07/11/1839 com Francisco da Rocha Miranda, n. no Porto em 1813 e fal. no Rio de Janeiro a 10/08/1883. Filho de João Antônio da Rocha Miranda e de Rita Clara da Silva.

Pais de:

4.1. Antônio da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 14/08/1840 fal. no Rio de Janeiro a 09/06/1915, solteiro.

4.2. Maria Januária da Rocha Miranda (Nhanhã), n. no Rio de Janeiro a 25/09/1841 fal. em Petrópolis a 02/03/1929. Casou-se no Rio de Janeiro a 15/03/1865 com Hilário Mariano da Silva Júnior, n. no Rio de Janeiro e fal. ali a 19/07/1890. Filho de Hilário Mariano da Silva. Sem filhos.

4.3. Alberto da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 15/01/1846 e fal. em Petrópolis a 29/06/1887. Casou-se com Cecile Miranda, nascida e falecida na França, de quem não houve filhos.

4.4. Ana Maria da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 04/04/1847 e fal. a 04/07/1918, casou-se em 1^{as} núpcias a 23/05/1863 com Gregório Pereira de Miranda Pinto, fal. em Campos a 05/03/1875. Filho de Domingos Pereira Pinto e de Ana Gregória de Gusmão Miranda, baronesa de São Vicente de Paula, casou-se em 2^{as} núpcias com seu primo-irmão Horácio Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 10/08/1855 e fal. ali a 16/09/1942, sem filhos.

4.5. João da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 03/07/1849, fal. em junho de 1896, solteiro.

4.6. Luísa da Rocha Miranda (Cafunchinha), n. no Rio Janeiro a 06/10/1850 e fal. em Petrópolis a 07/12/1935. Casou-se no Rio de Janeiro a 11/02/1872 com João van Erven Sobrinho, n. em Nova Friburgo a 14/02/1843 e fal. no Rio de Janeiro a 27/06/1918. Filho de Jacó van Erven e de Francisca Maria de Seixas.

Pais de:

5.1. Elvira van Erven, n. no Rio de Janeiro a 17/11/1872, fal. em 1876.

5.2. Gustavo van Erven, n. no Rio de Janeiro a 06/02/1874, fal. ali a 18/04/1919, casou-se em 1^{as} núpcias a 06/02/1896 com Berta Luísa Fortinho, n. em Paso del Molino, Montevideú, Uruguai e fal. no Rio de Janeiro a 24/04/1897, filha de João da Costa Fortinho e de Maria del Rosário de Ricarde.

Pais de:

6.1. Helena van Erven, n. no Rio de Janeiro a 26/11/1896, casou-se em Petrópolis a 10/12/1919 com Alexandre de Azevedo, n. em 1870 e fal. em Petrópolis a 31/03/1954, sem filhos.

5.2. Gustavo, casou-se em 2^{as} núpcias a 28/07/1906 com Maria Cecília de Oliveira Roxo, n. no Rio de Janeiro a 31/05/1886. Hoje viúva (em segundas núpcias) de Ernesto Garside Fontes. Filha de Antônio Augusto de Oliveira Roxo e de Maria Pinheiro Guimarães.

Pais de:

6.2. Mário van Erven, n. no Rio de Janeiro a 21/05/1907, faleceu solteiro a 22/01/1936.

5.3. Laura van Erven, n. no Rio de Janeiro a 08/10/1876, casou-se ali a 31/05/1906 com Francisco Carlos de Figueiredo Araújo, fal. em Pernambuco a 08/11/1914, filho de José de Figueiredo Araújo e de Amália Müller, sem filhos.

5.4. Henrique van Erven, n. no Rio de Janeiro a 01/06/1881. Casou-se ali a 10/09/1908 com Elvira d'Amarante Cruz, n. no Rio de Janeiro e fal. ali a 23/07/1946, filha de Amarante Cruz e de Julieta de Oliveira.

Pais de:

6.1. Maria Luísa van Erven (Zette), n. no Rio de Janeiro a 04/07/1909. Casou-se no Rio de Janeiro com Antônio Augusto Martins Laje, n. no Rio de Janeiro a 05/08/1907. Filho de Antônio Martins Laje Filho e de Eugênia Noemi de Sá.

Pais de:

7.1. Henrique van Erven Laje, n. no Rio de Janeiro a 20/09/1949.

3.4. Conselheiro José Agostinho Moreira Guimarães, barão de Guimarães por decreto de 26/07/1881. Nasceu no Rio de Janeiro a 25/10/1824 e fal. na fazenda Samambaia, Petrópolis, a 02/03/1905. Casou-se no Rio de Janeiro a 10/11/1851 com Cândida Augusta dos Santos, n. no Rio de Janeiro a 02/11/1835 e fal. ali em 1890.

Pais de:

4.1. Augusto Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 04/01/1853 e fal. ali a 24/06/1856.

4.2. Horácio Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 10/08/1855 e fal. ali a 16/09/1942. Casou-se ali a 28/07/1884 com sua prima-irmã Ana Maria da Rocha Miranda, acima

citada, n. no Rio de Janeiro a 04/04/1847 e fal. a 04/07/1918, viúva em 1^{as} núpcias de Gregório Pereira de Miranda Pinto, e filha de Francisco da Rocha Miranda e de Luísa Joaquina da Cunha Moreira, sem filhos.

4.3. José Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 23/04/1857 e fal. ali a 17/02/1858.

4.4. Maria Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 15/12/1858 fal. ali a 15/01/1859.

4.5. Maria da Conceição Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 14/03/1861 e fal. ali a 13/12/1903, solteira.

4.6. Maria José Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 04/04/1862 e fal. ali a 02/03/1946, em religião “irmã Rosa”, freira de S. Vicente de Paulo.

4.7. Henrique Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 15/06/1863 fal. ali a 15/02/1865.

4.8. José Augusto Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 16/08/1864, fal. ali a 03/06/1958. Casou-se no Rio de Janeiro a 23/06/1893, tendo completado suas bodas de diamante (60 anos!!) em 1953, com Francisca Osório Fernandes da Veiga, filha do dr. Dídimo Agapito Fernandes da Veiga e de Francisca Osório.

Pais de:

5.1. Alice Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 04/05/1894. Casou-se com Franklin van Erven, n. no Rio de Janeiro a 01/03/1884 e fal. ali. Filho do dr. Francisco van Erven e de Elvira Machado Coelho e Castro, sem filhos.

5.2. Dulce Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 13/05/1895. Casou-se ali a 29/12/1917 com Jaime Soares de Sousa Castro, n. no Rio de Janeiro em 1892. Filho de Francisco de Paula Castro e de Paulina Soares de Sousa.

Pais de:

6.1. Luís Carlos.

5.3. Ferrando Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 06/07/1896. Casou-se ali a 18/02/1922 com Silvia Pettezzoni de Almeida filha de Antônio Júlio de Almeida e de Adelina Pettezzoni.

Pais de:

6.1. Maria Emília Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 26/01/1923, casou-se ali a 20/01/1950 com Silvério Henriques Tavares Filho.

Pais de:

7.1. Silvério Henriques Tavares Neto, n. no Rio de Janeiro a 15/11/1950.

6.2. José Augusto Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 17/03/1924, casou-se ali a 24/09/1949 com Elta Teixeira, filha de Emilio Teixeira e de Sebastiana Andrade.

Pais de:

7.1. Vera Lúcia. Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 07/10/1950.

7.2. Fernando Moreira Guimarães Neto, n. no Rio de Janeiro a 04/09/1953.

6.3. Maria do Carmo Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 16/07/1925, casou-se ali a 17/12/1946 com Geraldo Lafayette da Silva Porto, n. no Rio de Janeiro a 25/10/1918, filho de Luís da Silva Porto e de Stella Lafayette Rodrigues Pereira.

Pais de:

7.1. Luís Fernando Guimarães da Silva Porto, n. no Rio de Janeiro a 09/12/1947.

7.2. Flávio Guimarães da Silva Porto, n. no Rio de Janeiro a 04/03/1950.

5.4. Osvaldo Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 18/02/1900, casou-se em São Paulo a 21/02/1941 com Hermine Brejcha, filha de Josef Brejcha e de Maria Brejcha.

Pais de:

6.1. Carlos Osvaldo Moreira Guimarães.

6.2. José Luís Moreira Guimarães.

5.5. Armando Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 24/04/1902, casou-se com Júlia, sem filhos.

5.6. Raul Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 29/10/1903. Casou-se ali a 26/04/1941 com sua parente Maria da Glória Monteiro de Barros Bastos, n. em Petrópolis, filha do dr. Gabriel José Pereira Bastos e de Laura Monteiro de Barros.

Pais de:

6.1. José Roberto Bastos Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 06/02/1942.

5.7. Alberto Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 04/06/1905. Casou-se ali com Maria José Barbosa Lima, filha de Francisco Cintra Lima e de Joana de Jesus Cintra Barbosa Lima, sem filhos.

5.8. Regina Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro. Casou-se ali a 20/12/1932 com Paulo Thedim Barreto. Filho de Raul Fausto Barreto e de Maria José Thedim Costa.

Pais de:

6.1. Raul Fausto Thedim Barreto, n. no Rio de Janeiro a 24/10/1933, solteiro.

5.9. Zilah Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro, casou-se ali a 11/01/1940 com Luís Palmeira Lopes, n. em Itaqui, Rio Grande do Sul, filho do dr. Tito Correia Lopes e de Maria Antonieta de Lara Palmeiro.

Pais de:

6.1. Tito Augusto Palmeiro Lopes, n. no Rio de Janeiro a 26/07/1941.

6.2. Ângela Maria Palmeiro Lopes, n. no Rio de Janeiro a 17/05/1945.

5.10. Maria José Moreira Guimarães, solteira.

4.9. Maria Madalena Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 19/01/1869 e fal. ali a 22/04/1947. Casou-se na mesma cidade a 28/04/1890 com Júlio Inácio da Rocha, natural de Tamambi, Santa Catarina, onde nasceu e fal. em Curitiba, Paraná, a 24/02/1903. Filho de Manuel Inácio da Rocha e de Maria Inácia de Jesus.

Pais de:

5.1. Alberto Guimarães Rocha, n. em Petrópolis em 1891 e ali fal.

5.2. Cândida Guimarães Rocha, n. no Rio de Janeiro a 13/02/1892. Freira.

5.3. Ana Guimarães Rocha (Anita) n. no Rio de Janeiro em 1894 e fal. ali em 1905.

5.4. Maria Guimarães Rocha, n. em Niterói em 1895 e ali fal.

5.5. Beatriz Guimarães Rocha, n. em Niterói a 15/04/1896 e fal. no Rio de Janeiro a 16/08/1956. Solteira. A ela devemos os principais informes concernentes a esta família.

5.6. Maria Madalena Guimarães Rocha, n. em Niterói a 21/11/1897 e fal. no Rio de Janeiro a 14/07/1943. Casou-se no Rio de Janeiro a 24/08/1922 com Caio Pinto Guimarães, n. no Rio de Janeiro em 1882 e ali fal. a 26/11/1941. Filho de Antônio Caio Rodrigues Guimarães e de Luísa Augusta Leite.

Pais de:

6.1. Haroldo Júlio Rocha Guimarães, casou-se com Marta Ofélia Moglia, fal. no Rio de Janeiro em 1959.

Pais de:

7.1. Jorge Alberto Moglia Guimarães.

7.2. Maria Marta Moglia Guimarães.

7.3. Corina Beatriz Moglia Guimarães.

6.2. Maria Luísa Rocha Guimarães, n. no Rio de Janeiro em 1925, casou-se ali a 08/07/1950 com Roberto Grandmasson Salgado, nat. do Rio e filho do senador Joaquim Pedro Salgado Filho e de Berthe Cecile Grandmasson.

Pais de:

7.1. Joaquim Pedro Guimarães Salgado, n. no Rio de Janeiro a 25/11/1954.

7.2. Maria Beatriz Guimarães Salgado, n. no Rio de Janeiro a 17/06/1960.

6.3. Guilherme Antônio Caio Guimarães, fal. menor.

6.4. José Roberto Rocha Guimarães, n. no Rio de Janeiro, casou-se no Rio de Janeiro com Iolanda.

Pais de:

7.1. Caio Guimarães Neto.

5.7. Sílvia Guimarães Rocha, n. em Niterói e ali fal.

5.8. Alice Guimarães Rocha, n. em Niterói, casou-se no Rio de Janeiro a 10/11/1936 com o dr. Henrique de Moura Costa n. em Petrópolis a 29/11/1898 e fal. no Rio de Janeiro a 17/03/1958, filho de José Alexandre de Moura Costa e de Alice Castilho.

Pais de:

6.1. Henrique Carlos de Moura Costa, n. no Rio de Janeiro a 11/10/1937. Casou-se com Maria Clarisse Schiller, filha de Maurício Brandon Schiller.

6.2. Ana Maria de Moura Costa, n. no Rio de Janeiro a 05/10/1938. Casou-se a 02/06/1958 com Renato Luís de Castro Santos, filho de Licurgo de Castro Santos e de Celina Cochrane de Azevedo.

6.3. Beatriz de Moura Costa, n. no Rio de Janeiro a 04/09/1942.

4.10. Maria Eugênia Moreira Guimarães (Nenê), n. no Rio de Janeiro a 13/05/1872 e fal. ali a 16/05/1958. Solteira.

3.5. Ana Leocádia da Cunha Moreira (Yayá), n. no Rio de Janeiro a 16/05/1826 e fal. ali a 26/07/1903. Casou-se no Rio de Janeiro a 15/12/1847 com Manoel da Rocha Miranda, n. na cidade do Porto, Portugal, a 06/06/1815 e fal. no Rio a 24/10/1874. Filho de João Antônio da Rocha Miranda e de Rita Clara da Silva.

Pais de:

4.1. Ernesto da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 14/02/1850 fal. Casou-se em Petrópolis com Ludovina Martins Correia (Bibique), fal. a 03/10/1946. Filha de José Martins Correia e de Ludovina Rosa do Espírito Santo.

Pais de:

5.1. Lívia da Rocha Miranda, casou-se com Antônio Virzi, fal.

Pais de:

6.1. Ítalo Virzi, fal. menor.

5.2. Isabel da Rocha Miranda, n. em Petrópolis em 1887, casou-se ali a 24/01/1903 com Maurício Ferraz de Vasconcelos (de quem está desquitada). Filho de Maximiano Pinto Ferraz de Vasconcelos e de Júlia Vasconcelos.

Pais de:

6.1. Elvira Ferraz de Vasconcelos, casou-se com Aldo de Lima.

Pais de:

7.1. Laís Vasconcelos Lima, casou-se com Frederico Guilherme Feuermann.

Pais de:

8.1. Elisabet Lima Feuermann.

8.2. Heloisa Helena Lima Feuermann.

8.3. Maria Teresa Lima Feuermann.

8.4. Carlos Frederico Lima Feuermann

7.2. Leda Vasconcelos Lima, casou-se com Luís [.....].

Pais de:

8.1. Ricardo? [.....].

7.3. Alda Vasconcelos Lima, casou-se com Marinho [.....].

8.1. [.....].

6.2. Roberto Ferraz de Vasconcelos, falecido, casou-se com Dulce [.....].

Pais de:

7.1. Paulo Ferraz de Vasconcelos.

7.2. [.....].

6.3. Raul Ferraz de Vasconcelos, falecido, casou-se com [.....], sem filhos.

6.4. Estela Ferraz de Vasconcelos, casou-se com dr. José Torres, falecido.

Pais de:

7.1. Gil Vasconcelos Torres.

5.3. Sara da Rocha Miranda, solteira.

5.5. Ana da Rocha Miranda (Nini), n. em Petrópolis a 09/01/1890?, fal. no Rio de Janeiro a 02/12/1952. Casou-se em Petrópolis com Gustavo Adolfo Schnoor, n. em Pedras Altas, Rio Grande do Sul e fal. no Rio de Janeiro em 1940. Filho de Emílio Armando Schnoor e de Rosalina Gaudie Ley.

Pais de:

6.1. Jorge Ernesto de Miranda Schnoor, casou-se com Celeste Vasconcelos.

Pais de:

7.1. Jorge Eduardo de Vasconcelos Schnoor.

7.2. Jorge Antônio de Vasconcelos Schnoor.

7.3. Celeste de Vasconcelos Schnoor.

6.2. Emília Vera Schnoor, falecida solteira, com 28 anos de idade.

6.3. Armando Sócrates Schnoor, n. em Petrópolis, casou-se no Rio de Janeiro com Guiomar Sarmiento Pádua.

Pais de:

7.1. Ângela de Pádua Schnoor.

7.2. Fernanda de Pádua Schnoor.

7.3. Ricardo de Pádua Schnoor.

7.4. Gustavo Armando de Pádua Schnoor.

6.4. Sérgio Cândido Schnoor, casou-se no Rio de Janeiro com Helena de Sá Cavalcanti n. a 21/04/1923, filha do dr. Luís Cavalcanti Filho e de Marina Maciel de Sá.

Pais de:

7.1. Maria Cristina Cavalcanti Schnoor.

7.2. Eduardo Cavalcanti Schnoor.

4.2. Alice da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 24/11/1851 e fal. ali a 24/09/1869, casou-se na mesma cidade a 06/08/1868 com o conselheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, n. no Rio de Janeiro a 16/01/1844 e fal. na fazenda Santa Rita em Aparecida, Estado do Rio de Janeiro, a 16/05/1894. Filho dos barões de Quaraim, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves e Maria José Machado.

Pais de:

5.1. Alice de Miranda Chaves, n. no Rio de Janeiro a 27/07/1869 e fal. ali a ..., casou-se na mesma cidade a 01/02/1888 com Narciso Luís Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 14/10/1860 e fal. ali a 29/03/1919. Filho de Narciso Luís Martins Ribeiro e de Eufrosina da Vera Cruz Costa.

Pais de:

6.1. Paulo Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 03/11/1888 e fal. ali a 16/08/1948. Casou-se em Petrópolis a 18/01/1912 com Georgina Figueiredo Barcelos, n. em Petrópolis a 24/09/1889. Filha do dr. João Vieira Barcelos e de Georgina de Oliveira Figueiredo.

Pais de:

7.1. Carlos Augusto Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 11/11/1912, casou-se em Porto Alegre a 19/02/1944 com Zelma Machado Jardim, filha de Francisco dos Santos Jardim e de Doralina Correia Machado.

Pais de:

8.1. Ana Maria Jardim Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 24/01/1945.

7.2. Fernando Luís Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 28/06/1914. Casou-se ali a 24/09/1946 com Maria Cecília Ferreira de Abreu, filha de Alberto Ferreira de Abreu Filho e de Maria José de Alencar Guimarães.

Pais de:

8.1. Vera Regina Abreu Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 27/09/1948.

6.2. Laura Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 27/06/1890 e fal. ali a 02/12/1895.

6.3. Alice Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 05/08/1891, e fal. ali a 16/12/1891.

6.4. Narciso Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 03/06/1893 e fal. ali a 06/07/1894.

6.5. Samuel Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 30/12/1894 e fal. ali a 30/06/1949. Casou-se no Rio de Janeiro a 27/09/1930 com Ester Miranda de Carvalho, n. em São Paulo a 23/08/1902 e fal. no Rio de Janeiro a 06/04/1949. Filha de Antônio Alves de Carvalho e de Dulcina da Rocha Miranda.

Pais de:

7.1. Sérgio Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 03/04/1933.

7.2. Mauro Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 07/11/1935.

7.3. Rodolfo Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro em 01/12/1937 e fal. ali em junho de 1942.

7.4. Rodrigo Martins Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 20/01/1942.

6.6. Alfredo Martins Ribeiro, n. em Petrópolis a 28/10/1896 e fal. em São Paulo a 04/10/1929. Casou-se no Rio de Janeiro a 29/07/1921 com Nelly Quadros, n. em Manaus, Amazonas, a 14/05/1898. Filha de Nemésio do Rego Quadros e de Luísa Amélia Sabóia de Albuquerque.

Pais de:

7.1. Gilda Quadros Martins Ribeiro, n. em Belo Horizonte a 08/04/1927. Casou-se no Rio de Janeiro a 20/07/1950 com Eduardo Brandon Schiller, filho do dr. Valdemar da Ponte Ribeiro Schiller e de Clarice Brandon.

Pais de:

8.1. Maria Ângela Martins Ribeiro Schiller, n. no Rio de Janeiro a 19/05/1951.

6.7. Alberto Martins Ribeiro, n. em Petrópolis a 18/02/1898 e fal. em Nápoles, Itália, a 19/03/1927, solteiro.

6.8. Otávio Martins Ribeiro, n. em Petrópolis a 08/05/1906 e fal. no Rio de Janeiro a 20/05/1939, solteiro.

4.3. Maria da Conceição da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 08/12/1852 e fal. ali a 13/11/1853.

4.4. Fernando da Rocha Miranda, n. no Rio de Janeiro a 19/07/1860, fal. em Petrópolis, casou-se no Rio de Janeiro a 29/04/1882 com Rufina Martins Correia (Zinha), n. em Petrópolis filha de José Martins Correia e de Ludovina Rosa do Espírito Santo.

Pais de:

5.1. Mário da Rocha Miranda, falecido no Rio de Janeiro, casou-se com Alice Nascentes.

Pais de:

6.1. Luís Carlos da Rocha Miranda, solteiro.

5.2. César da Rocha Miranda, fal. no Rio de Janeiro. Casou-se em Petrópolis com Sílvia de Albuquerque Land, filha de José Henrique Thyne Land e de Alzira Ferreira de Albuquerque.

Pais de:

6.1. Murilo da Rocha Miranda, solteiro.

5.3. Maurício da Rocha Miranda, n. em Petrópolis em 1887, fal. no Rio de Janeiro. Casou-se em Petrópolis a 10/02/1912 com Beatriz de Freitas Guimarães, n. em Petrópolis em 1895. Filha de Antônio dos Santos Guimarães e de Eugênia de Freitas.

Pais de:

6.1. Vera da Rocha Miranda. Casou-se com Adriano Amorim.

Pais de:

7.1. Luís Carlos Amorim.

6.2. Edmundo da Rocha Miranda, casou-se com Hebe Miranda.

Pais de:

7.1. Elisabet da Rocha Miranda.

7.2. Ricardo da Rocha Miranda.

5.4. Dulce da Rocha Miranda, n. em Petrópolis a 20/01/1891, fal. a 11/12/1953. Casou-se ali a 22/07/1909, na fazenda Sumidouro com Egberto de Albuquerque Land, n. em Petrópolis a 21/07/1889, filho de José Henrique Thyne Land e de Alzira Ferreira de Albuquerque.

Pais de:

6.1. Hélio de Miranda Land, n. em Petrópolis a 01/02/1911, casou-se no Rio de Janeiro a 31/03/1942 com Marie Louise Zeising filha de Ferdinand Moritz Richard Zeising e de Helene Schröder.

Pais de:

7.1. Sandra de Miranda Land, n. no Rio de Janeiro a 23/04/1946.

7.2. Suzanne de Miranda Land, n. no Rio Janeiro a 07/02/1949.

6.2. Flávio de Albuquerque Land, n. em Petrópolis em 1912 fal. no Rio de Janeiro a 05/09/1957. Casou-se no Rio a 03/04/1937 com Débora Veloso Arruda, n. no Rio de Janeiro em 1915. Filha de Arnaldo de Medeiros Arruda e de Alice Veloso, sem filhos.

6.3. Regina de Miranda Land, casou-se com Alberto Botelho Machado, oficial da Aeronáutica.

Pais de:

7.1. Franklin Land Machado.

7.2. Elisabet Land Machado.

6.4. Léia de Miranda Land, n. no Rio de Janeiro, casou-se com Amauri de Mota Alves, oficial do Exército.

Pais de:

7.1. Berenice Land Alves.

5.5. Carlos da Rocha Miranda, n. em Petrópolis em 1892. Casou-se ali a 01/02/1917 com Ana Adelaide Guerra Peixe, n. em Petrópolis em 1898 e filha de Francisco Antônio Guerra Peixe e de Ana Adelaide Peixe.

Pais de:

6.1. Fernanda da Rocha Miranda, casou-se no Rio de Janeiro com Armindo Borrelli, sem filhos.

6.2. Osvaldo da Rocha Miranda, solteiro.

6.3. Dora da Rocha Miranda, casou-se no Rio de Janeiro com Roberto Taborda, sem filhos.

6.4. Diva da Rocha Miranda, solteira.

6.5. Alexandre da Rocha Miranda, casou-se no Rio de Janeiro com Zélia Marques.

Pais de:

7.1. Cláudio da Rocha Miranda.

7.2. Marcos da Rocha Miranda.

3.6. Maria Teresa de Jesus da Cunha Moreira, n. no Rio de Janeiro a 15/10/1827 e fal. ali a 22/11/1838 com 11 anos de idade.

3.7. Mariana Angélica da Cunha Moreira, n. no Rio de Janeiro a 27/05/1830 e fal. ali a 20/12/1860. Casou-se no Rio de Janeiro a 24/07/1856 com seu primo José Cândido Monteiro de Barros, de quem foi a primeira esposa. O coronel José Cândido Monteiro de Barros era filho do desembargador José Maria Monteiro de Barros e de Adelaide Guilhermina Fragoso.

Pais de:

4.1. Luís Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 19/09/1857 e fal. ali a 20/09/1857.

4.2. Antônio Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 07/01/1859 e fal. ali em 1871.

4.3. José Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 20/12/1860 e fal. ali a 06/12/1861.

3.8. Manuel José Moreira Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 06/10/1831 e fal. ali a 18/11/1898, solteiro, com 67 anos de idade.

2.7. Maria Inês da Cunha, sexta e última filha de dona Arcângela, nasceu no Rio de Janeiro, por volta de 1798 e faleceu ali a 04/10/1865, sendo sepultada em Catumbi. Casou-se em casa de sua mãe, no Rio de Janeiro, a 06/07/1820 com José Marques de Sá, nascido em Santa Lucrecia do Louro, arcebispado de Braga, Portugal, em 1790 e falecido no Rio de Janeiro a 18/01/1844. Filho de Antônio José de Sá e de Maria Rodrigues de Araújo.

Pais de:

3.1. Antônio José Marques de Sá (Sánico) n. no Rio de Janeiro a 13/07/1821 e falecido provavelmente na Europa. Casou-se no Rio de Janeiro a 16/09/1874 com Maria Júlia de Andrade Pinto, que também faleceu na Europa, sem deixar filhos. Era filha de João José de Andrade Pinto e de Maria José Soares de Paiva.

3.2. Maria (Inês?) Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 24/08/1822 e fal. menor.

3.3. Dr. José Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 28/07/1823 e faleceu em Paris, França a 09/01/1908. Solteiro.

3.4. Maria Luísa Marques de Sá (Iquinha), n. no Rio de Janeiro a 11/10/1824 e falecida em Portugal há muitos anos. Casou-se no Rio de Janeiro a 30/10/1847 com João Henrique Ulrich, fidalgo cavaleiro da Casa Real, fidalgo de Cota de Armas (carta de 14/03/1867), nascido em Figueira da Foz a 04/05/1815, e

falecido há muitos anos. Filho de José Henrique Ulrich e de Maria do Carmo Clementina: neto paterno de Johann Heinrich Ulrich, de família oriunda de Hamburgo, que passou a Portugal, e de Custódia Rita do Sacramento.

Pais de:

4.1. João Henrique Ulrich, n. no Rio de Janeiro a 22/11/1851 e fal. a 24/01/1895, casou-se em 1879 com Maria Cristina d'Orta Enes, n. a 28/02/1856 e fal. a 18/09/1890.

Pais de:

5.1. João Henrique Ulrich, n. em Lisboa a 02/03/1880. Ali casado a 15/10/1902 com Maria da Conceição do Casal Ribeiro, n. em Lisboa a 17/10/1884, filha dos 2^{os} condes do Casal Ribeiro, José Frederico do Casal Ribeiro e Emília da Costa Ramos.

Pais de:

6.1. João Henrique Ulrich Júnior, n. a 05/09/1903, casou-se a 01/12/1927 com Isabel Maria de Lourdes de Melo Breyner, n. a 10/12/1907. Filha dos 4^{os} condes de Mafra, Tomás de Melo Breyner e Sofia Burnay. Divorciados em 1935, sem filhos.

6.2. José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich, n. em Lisboa a 28/12/1905. Casado a 14/12/1929 com Maria Benedita de Castra Pereira, n. a 05/07/1909. Filha de dr. Manoel de Castro Pereira e de Cecília van Zeller.

7.1. João de Castro Pereira Ulrich, n. em Lisboa a 15/01/1934.

7.2. Maria Teresa de Castro Pereira Ulrich, n. em Lisboa a 11/03/1936.

7.3. José Frederico de Castro Pereira Ulrich, n. em Sintra a 01/08/194.

7.4. Filipa Maria de Castro Pereira Ulrich, n. em Lisboa a 08/02/1942.

7.5. Nuno Manuel de Castro Pereira Ulrich, n. em Lisboa a 19/10/1943.

6.3. Maria Emília do Carmo do Casal Ribeiro Ulrich, n. em Sintra a 27/06/1907. Casou-se em Lisboa a 25/02/1928 com d. José Maria da Piedade de Lancastre e Távora, 7^o marquês de Abrantes, n. na Póvoa de Santa Iria, Portugal, a 27/06/1887, filho dos 6^{os} marqueses do mesmo título, d. João de Lancastre e Távora e Maria Carlota de Sá Pereira e Meneses.

Pais de:

7.1. Maria João da Piedade de Lancastre e Távora, n. em Luxemburgo, no grão-ducado de igual nome, a 31/12/1928.

7.2. Maria Rita da Piedade de Lancastre e Távora, n. em Luxemburgo a 11/01/1930.

7.3. Luís de Lancastre e Távora, n. em Lisboa a 08/02/1938.

6.4. Maria Luísa do Casal Ribeiro Ulrich, n. em Lisboa a 13/04/1910. Casou-se a 27/01/1932 com o dr. Antônio Gomes da Silva Pinheiro Ferreira Pinto Basto. Com filhos.

6.5. Maria Isabel do Casal Ribeiro Ulrich, n. em Sintra a 23/09/1912. Casou-se a 29/05/1933 com Nuno José Maria de Castro Pereira, com filhos.

5.2. Maria Luísa Ennes Ulrich, n. a 25/02/1882. Casou-se a 29/10/1902 com Simão de Gusmão Correia Arouca, n. em Lisboa a 02/04/1875 e fal. a 20/04/1936. Filho do conselheiro Frederico de Gusmão Correia Arouca e de Adelaide Clementina Méra Daddi.

Pais de:

6.1. Frederico de Gusmão Correia Arouca, n. a 19/09/1903. Casou-se em Lisboa a 18/04/1928 com Maria Carlota de Castro Pereira n. a 04/03/1899. Filho do dr. Manuel de Castro Pe-reira e de Cecília van Zeller.

7.1. Simão de Gusmão Correia Arouca, n. a 27/02/1929.

7.2. Manuel Maria de Gusmão Correia Arouca, n. a 13/05/1930.

7.3. Isabel de Gusmão Correia Arouca, n. a 02/07/1931.

7.4. Maria da Conceição de Gusmão Correia Arouca, n. a 07/12/1934.

7.5. Helena de Gusmão Correia Arouca, n. a 01/10/1938.

7.6. Maria do Carmo de Gusmão Correia Arouca, n. a 15/07/1944.

6.2. Maria Adelaide Frederica de Gusmão Correia Arouca, n. a 27/02/1906. Solteira.

6.3. João Frederico de Gusmão Correia Arouca, n. a 02/01/1908, casou-se a 31/07/1937 com Arcângela Correia Manuel de Aboim Borges, filha de Francisco de Azevedo Borges e de Luísa Correia Manuel Torres de Aboim.

Pais de:

- 7.1. Frederico de Gusmão Correia Arouca, n. a 21/04/1939.
- 7.2. Francisco de Gusmão Correia Arouca, n. a 02/10/1940.
- 7.3. Antônio de Gusmão Correia Arouca, n. a 22/08/1942.
- 7.4. Maria Margarida de Gusmão Correia Arouca, n. a 03/08/1945.

6.4. Maria Teresa de Gusmão Correia Arouca, n. a 29/05/1909. Casou-se a 08/08/1936 com o conde de Parati, d. Miguel de Noronha de Paiva Couceiro, n. em Vascais a 27/08/1909. Filho de Henrique Mitchell de Paiva Couceiro e de Júlia Maria do Carmo de Noronha.

Pais de:

- 7.1. Henrique de Noronha de Paiva Couceiro, n. em Lisboa a 14/01/1939.
- 7.2. Pedro de Noronha de Paiva Couceiro, n. em Lisboa a 05/03/1941.
- 7.3. Miguel de Noronha de Paiva Couceiro, n. Oeiras a 29/04/1944.

7.4. Nuno Álvares de Noronha de Paiva Couceiro, n. em Barcarena, Oeiras, a 20/07/1945.

6.5. Domingos de Gusmão Correia Arouca, n. a 10/05/1916. Casou-se a 04/05/1946 com Maria Helena Buzaglo Feio Folque, n. a 31/08/1921. Filha do doutor Pedro Feio de Bastos Folque e de Ester Buzaglo.

Pais de:

7.1. Maria Helena de Gusmão Correia Arouca, n. a 24/02/1947.

7.2. Luis de Gusmão Correia Arouca, n. a 10/09/1948.

6.6. Manuel Lourenço de Gusmão Correia Arouca, n. em Sintra a 02/08/1921.

5.3. Rui Enes Ulrich, embaixador de Portugal em Londres, n. em Lisboa a 20/04/1883. Casou-se em abril de 1907 com Genoveva de Lima Mayer, notável escritora, filha do dr. Carlos de Lima Mayer e de Amélia da Veiga Araújo.

Pais de:

6.1. Maria de Lima Mayer Ulrich, n. a 09/03/1908.

5.4. Fernando Ennes Ulrich, n. em Lisboa a 29/08/1884. Casou-se em 1^{as} núpcias a 07/01/1909 com Maria do Carmo José de Melo n. em Lisboa a 20/09/1889 e fal. em Sintra a 21/10/1918, filha de José de Melo (Sabugosa) e de Antônia José de Jesus Maria de Mendonça Rolim de Moura Barreto. Casou-se em 2^{as} núpcias a 07/10/1922 com Maria Luísa da Ascensão José de Melo, n. a 19/05/1898. Filha dos 2^{os} condes do Cartaxo, Jorge José de Melo e Luísa de Lima Meyer.

Pais de:

a) do 1^o matrimônio:

6.1. Maria Teresa de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 26/10/1909. Casou-se a 28/12/1940 com Manuel Monteiro de Andrade e Sousa, n. em Lisboa a 25/12/1913. Filho do dr. Júlio Maria de Andrade e Sousa e de Maria Luísa da Cunha e Meneses Monteiro, com sucessão.

6.2. Maria do Carmo de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 28/12/1911. Freira da Congregação de São José de Cluny, com o nome de irmã Maria Madalena.

6.3. José de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 31/10/1912. Casou-se ali a 16/07/1941 com Maria Teresa dos Santos Moreira, n. em Lisboa a 26/08/1916. Filha de João dos Santos Moreira e de Maria Isabel Antunes.

Pais de:

7.1. Maria do Carmo de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 05/12/1942.

7.2. Isabel Maria de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 05/04/1944.

7.3. José João de Melo Ulrich, n. em Lisboa.

6.4. Maria Isabel de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 18/07/1914. Casou-se ali a 08/12/1942 com José de Sampaio da Cunha Pimentel Pereira Leitão, n. no Porto a 01/11/1904. Filho de Antônio de Sampaio da Cunha Pimentel e de Maria Ludovina Pereira Leitão.

Pais de:

7.1. Antônio Fernando Ulrich de Sampaio Pimentel Pereira Leitão, n. no Porto a 14/10/1943.

7.2. Martim Ulrich de Sampaio Pimentel Pereira Leitão, n. no Porto a 22/05/1945.

6.5. Mafalda Maria de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 29/11/1916, casou-se ali a 06/03/1941 com seu primo José Bernardo Ferreira n. a 18/08/1905. Filho de Antônio Bernardo Ferreira, general graduado de artilharia, ajudante-de-campo de S. M. el-rei dom Carlos de Portugal e de Maria Henriqueta da Fonseca Viterbo.

b) do 2º matrimônio:

6.6. João Jorge de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 19/11/1923.

6.7. Luísa Maria de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 03/11/1925.

6.8. Fernando Maria de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 19/06/1927.

6.9. Ana Maria de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 15/12/1936.

6.10. Marta da Assunção de Melo Ulrich, n. em Lisboa a 02/03/1940.

3.5. Luís Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 14/10/1825 e fal. em Correias a 04/10/1868. Casou-se no Rio de Janeiro a 27/05/1853 com Maria Adelaide de Almeida Pereira Valente (Nhanhã), falecida em 1915. Filha de Tomás Joaquim Pereira Valente e de Maria Joana Benedita de Almeida, condes do Rio Pardo. A condessa do Rio Pardo era filha dos marqueses de Santo Amaro.

Pais de:

4.1. Maria Inês Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 14/09/1854. Faleceu solteira.

4.2. Luisa Gudula Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 18/09/1858, falecida a 10/09/1931. Solteira.

4.3. Adelaide Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 25/07/1860.

4.4. Tomás Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 03/09/1862.

3.6. Ana Leocádia Marques de Sá, baronesa de Teresópolis. Nasceu no Rio de Janeiro a 13/12/1826 e fal. ali a 28/01/1905. Alguns autores a chamam de Ana Inês, porém o seu verdadeiro

nome, Ana Leocádia, é o que consta de seu assento de casamento. No Rio de Janeiro a 27/05/1846 casou com o doutor em medicina Francisco Ferreira de Abreu, nascido em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, a 18/11/1823 e falecido em Paris, França, a 14/07/1885. Agraciado por decreto de 23/09/1874 com o título de barão de Teresópolis. Alguns autores apontam a cidade de Porto Alegre como sendo o berço do barão. Era filho de Guilherme Ferreira de Abreu e de Felisberta Luísa de Sousa.

Pais de:

4.1. Francisca Guilhermina Ferreira de Abreu, n. em Paris (Saint Germain des Prés), França, a 05/02/1847 e fal. ali a 06/08/1887. Casou-se no Rio de Janeiro a 23/01/1869 com o ilustre médico dr. Luís da Cunha Feijó Júnior, n. no Rio de Janeiro a 06/06/1843 e fal. em Petrópolis a 01/03/1913. Filho do 1º matrimônio do dr. Luís da Cunha Feijó, visconde de Santa Isabel, com Maria Luísa da Silva. Não houve filhos.

4.2. Guilherme Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 08/08/1850 e fal. ali a 31/07/1938. Casou-se em Porto Alegre em 1877 com sua prima Brasilina de Abreu Prado, nascida em Porto Alegre a 27/01/1854.

Pais de:

5.1. Branca Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 09/09/1879.

5.2. Heloisa Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 16/05/1881 e fal. ali a 05/12/1908. Casou-se com Rubem Henrique Galvão.

Pais de:

6.1. Rubem de Abreu Galvão, n. no Rio de Janeiro a 05/12/1902. Casou-se com Iracema de Sousa Borges.

Pais de:

7.1. Mariléia Borges Galvão, n. no Rio de Janeiro a 30/12/1940.

6.2. Valdemar de Abreu Galvão, n. no Rio de Janeiro a 19/12/1903. Casou-se com Luci de Azevedo, n. no Rio de Janeiro a 30/08/1909.

Pais de:

7.1. Luís de Azevedo Galvão, n. no Rio de Janeiro a 07/02/1942.

6.3. Leopoldo de Abreu Galvão, n. no Rio de Janeiro a 15/07/1905 e fal. a 20/05/1906.

6.4. Carmen de Abreu Galvão, n. no Rio de Janeiro a 05/04/1907 e fal. a 03/02/1908.

6.5. Sérgio de Abreu Galvão, n. no Rio de Janeiro a 05/06/1908 e fal. em Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro, a 31/01/1909.

5.3. Noêmia Ferreira de Abreu, falecida.

5.4. Waldemar Ferreira de Abreu, falecido.

5.5. Guilherme Ferreira de Abreu Filho, fal. menor.

5.6. Carlos Ferreira de Abreu, fal. menor.

5.7. Francisco Ferreira de Abreu, falecido.

5.8. Brasilina Ferreira de Abreu, n. em 1901 e falecida.

4.3. Carlos Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 24/11/1853 e fal. ali a 22/03/1854.

4.4. Francisco Ferreira de Abreu Júnior, n. no Rio de Janeiro a 17/06/1857 e fal. ali a 14/10/1871.

4.5. Luís Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 16/11/1861 e fal. ali a 17/11/1914, visconde de Ferreira de Abreu, por mercê do rei de Portugal, Casou-se em 1^{as} núpcias em Lima, Peru, em 1885 com Maria Teresa de Argote y Nieto, falecida em Lima a 12/07/1900. Filha de dom Fernando de Argote, marquês de Cabrinãnas del Monte, grande de Espanha, e de Beatriz Nieto y Solis, marquesa do mesmo título.

Pais de:

5.1. Dom Carlos Luís Francisco Ferreira de Abreu y Argote, marquês de Cabrinãnas del Monte, n. em Lima, Peru em 1886. Casou-se no Peru e teve 3 filhos, sem mais notícia.

4.5. Luís, visconde de Ferreira de Abreu. Casou-se em 2^{as} núpcias em Petrópolis a 18/05/1901 com Augusta Carneiro Rocha, n. no Rio de Janeiro a 27/11/1873 e fal. ali em 1952, filha de Joaquim Gaspar da Rocha e de Maria da Piedade Carneiro. Depois de viúvas, casaram dona Maria da Piedade com o conde de Vilela e sua filha Augusta com o conde de Pinheiro Domingues.

Pais de:

5.1. Luís Augusto Ferreira de Abreu, n. em Petrópolis a 26/02/1902 e faleceu em 1950. Casou-se com Beatriz das Dominações Domingues Soares, n. em Lisboa a 16/05/1902. Filha do tenente-coronel Possidônio Augusto Duclá Soares e de Maria do Carmo Pinheiro Domingues.

Pais de:

6.1. Luís Eduardo D. Soares Ferreira de Abreu, n. em Lisboa a 15/02/1924.

6.2. Rosa Maria Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 04/03/1926.

5.2. Maria Luísa Ferreira de Abreu, n. em Petrópolis a 07/05/1903 e fal. no Rio de Janeiro a 18/02/1928. Casou-se no Rio de Janeiro em fevereiro de 1927 com Bruno Frederico Guilherme Rohde, filho de Henrique Rohde. Sem filhos.

5.3. Brás Francisco Ferreira de Abreu.

4.6. Antônio Ferreira de Abreu, n. no Rio de Janeiro a 12/06/1868 e fal. em Petrópolis. Casou-se em 1^{as} núpcias com uma senhora francesa, falecida na Europa. Casou-se em 2^{as} núpcias em Petrópolis a 24/10/1912 com Maria Júlia Jacó filha de José Júlio Jacó e de Maria Emília Neubert.

Pais de:

5.1. Ana Ferreira de Abreu.

5.2. Carlos Ferreira de Abreu.

5.3. Marília Ferreira de Abreu.

5.4. Francine Ferreira de Abreu.

3.7. Marechal-de-campo Agostinho Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 02/08/1828, fal. em Barbacena, Minas Gerais, a 08/02/1901. Solteiro.

3.8. Amélia Augusta Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 05/10/1830, fal. ali a 02/03/1901. Casou-se no Rio de Janeiro a 30/10/1859 com Filipe de Barros e Vasconcelos, n. em São Luís, Maranhão, e fal. no Rio de Janeiro a 24/05/1881. Filho de Casimiro de Barros e Vasconcelos e de Elisa de Barros e Vasconcelos.

Pais de:

4.1. Maria da Glória de Barros e Vasconcelos, (Duducha), n. no Rio de Janeiro a 15/08/1860 e ali fal. a 07/12/1934. Casou-se no Rio de Janeiro em 1889 com dom João Baltazar da Silveira, n. no Rio de Janeiro; ali falecido. Filho de Dom Joaquim Maria Paulo da Silveira e de Florência Rosa de Andrade Bastos.

Pais de:

5.1. Paulo Baltasar da Silveira, n. no Rio de Janeiro a 07/06/1890, casou-se ali com Sílvia Zanetti Pereira, falecida.

Pais de:

6.1. Elza Baltasar da Silveira, n. no Rio de Janeiro a 05/12/1913, casou-se no Rio de Janeiro, com Antônio di Panighai.

Pais de:

7.1. Ronaldo di Panighai, solteiro.

7.2. Vilma di Panighai, solteira, n. no Rio de Janeiro a 25/04/1930.

6.2. Nelson Baltasar da Silveira, casou-se em 1^{as} núpcias com Soledad Simões, sem filhos, casou-se em segundas núpcias com Valdira Freire.

Pais de:

7.1. Sérgio Luís Baltasar da Silveira.

5.2. Eduardo Baltasar da Silveira, n. no Rio de Janeiro em 1891, fal. ali a 18/08/1911, casou-se com Sara Mendes da Costa, no Rio de Janeiro a 24/11/1910. Era Sara nat. do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1891, filha de dr. Leopoldo Mendes da Costa e de Paulina Martins Bernardes.

Pais de:

6.1. Haydée Baltasar da Silveira, casou-se com Ortiz Magalhães Machado.

4.2. Elisa de Barros e Vasconcelos, n. no Rio de Janeiro a 13/08/1862 fal. ali a 31/05/1942. Casou-se no Rio a 11/11/1882 com José Augusto Ferreira da Costa, n. no Rio de Janeiro a 12/11/1853 e ali fal. a 16/10/1924. Filho de Francisco Antônio da Costa e de Maria Isabel Ferreira.

Pais de:

5.1. Maria Nazaré Ferreira da Costa (Nezita), n. no Rio de Janeiro a 11/08/1883 fal. ali a 02/02/1905. Casou-se na mesma cidade a 23/04/1904 com Mário Pinto de Sousa, n. no Rio de Janeiro e ali fal., filho de Fernando Aleixo Pinto de Sousa e de Eulina Saião Veloso.

Pais de:

6.1. Murilo Pinto de Sousa, n. no Rio de Janeiro a 10/01/1905 e fal. ali a 08/09/1929. Casou-se no Rio de Janeiro a 09/08/1929 com Maria da Glória Chaves. Sem filhos.

5.2. Luís Vasconcelos da Costa, n. no Rio de Janeiro a 25/11/1884. Casou-se em Carapebus a 02/10/1912 com Lucília da Costa e Silva, n. em Carapebus a 02/02/1894, filha de Pedro Caetano da Silva e de Elisa Teresa da Costa.

Pais de:

6.1. Dr. Léo Silva Costa, médico, n. no Rio de Janeiro a 05/07/1913, casou-se ali com Edmée Abreu Lima.

Pais de:

7.1. Waldemar Lima Costa.

7.2. Leonardo Lima Costa.

6.2. Luís César Silva Costa, médico, n. no Rio de Janeiro a 13/02/1928, casou-se ali com Leni Lima e Silva.

Pais de:

7.1. Luís Antônio Silva Costa.

7.2. Lúcia Maria Silva Costa.

5.3. Noêmia Ferreira da Costa, n. no Rio de Janeiro a 06/12/1885, casou-se ali a 30/09/1908 com Carlos René Caussat, n. no Rio de Janeiro a 18/08/1887 e ali fal. a 09/05/1942. Filho de Claude Achille Caussat e de Marie Florine Gilles.

Pais de:

6.1. Diná Caussat, fal. com 6 meses de idade.

6.2. Lia Caussat.

5.4. Celina Ferreira da Costa n. no Rio de Janeiro a 23/07/1887, casou-se ali a 21/11/1912 com Alfredo Beral, n. no Rio de Janeiro a 05/10/1885 e fal. ali a 28/10/1939 filho de Alfredo Maria Beral e de Adelaide Francisca Niobey, sem filhos.

5.5. José Ferreira da Costa, n. e fal. no Rio de Janeiro, menor.

5.6. Elvira Ferreira da Costa, n. e fal. no Rio de Janeiro, menor.

5.7. Roberto Ferreira da Costa, n. e fal. no Rio de Janeiro, menor.

4.3. Alberto de Barros e Vasconcelos, n. no Rio de Janeiro a 12/03/1863 e fal. menor.

4.4. Casimiro de Barros e Vasconcelos, n. no Rio de Janeiro a 19/04/1865 e fal. ali a 28/11/1940. Casou-se no Rio de Janeiro a 01/06/1887 com Luísa de Oliveira, n. em Niterói e fal. no Rio de Janeiro a 03/08/1939, filha de Marcolina Augusta de Oliveira.

Pais de:

5.1. Luís de Barros e Vasconcelos, fal. solteiro.

5.2. Amélia de Barros e Vasconcelos. Casou-se no Rio de Janeiro com Edouard Delrue.

Pais de:

6.1. Jacqueline Delrue, solteira.

5.3. Romeu de Barros e Vasconcelos, casou-se no Rio de Janeiro com Olga Stamato.

Pais de:

6.1. Denise de Barros e Vasconcelos, solteira.

6.2. Luísa de Barros e Vasconcelos, solteira.

4.5. Maria Amélia de Barros e Vasconcelos, n. no Rio de Janeiro a 11/01/1868, fal. ali em 1887. Casou-se na mesma cidade a 11/12/1886 com José Ferreira de Sá, natural de Portugal, filho de Manuel Ferreira e de Josefa de Oliveira Sá. Sem filhos.

4.6. José de Barros e Vasconcelos, n. no Rio de Janeiro em 1872 e fal. ali com 33 anos de idade, solteiro, a 25/12/1905.

3.9. Maria Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 26/02/1832 e fal. ali a 21/03/1832.

3.10. Maria José Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 05/04/1833 e faleceu ali a 21/10/1916. Era gêmea de seu irmão Manuel (3.11), abaixo citado. Casou-se a 22/01/1859 com Antônio Augusto Monteiro de Barros, natural do Maranhão e falecido no Rio de Janeiro a 31/01/1906. Filho do dr. Manuel Monteiro de Barros e de Maria da Piedade de Barros e Vasconcelos.

Pais de:

4.1. Dr. Manuel Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 11/10/1859 e fal. ali a 12/07/1890. Solteiro.

4.2. José Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 19/03/1861 e fal. no Rio de Janeiro a 23/02/1883. Solteiro.

4.3. Celina Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 29/04/1862, e fal. ali a 20/06/1864, com 2 anos de idade.

4.4. Hermínia Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro a 30/09/1870, solteira.

4.5. Marieta Monteiro de Barros, n. no Rio de Janeiro solteira.

3.11. Manuel Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 05/04/1833 (gêmeo de Maria José, acima) e faleceu na mesma cidade a 23/10/1911. Casou-se em casa da condessa da Piedade, avó da noiva, no Rio de Janeiro, a 25/08/1859, com Maria Luísa Marcondes Ribeiro, n. no Rio de Janeiro a 01/10/1838 e fal. no Rio de Janeiro a 07/05/1900. Filha de Manuel José Ribeiro de Oliveira e de Luísa Augusta de Toledo Marcondes; neta paterna do comendador Manuel José Ribeiro de Oliveira e de Engrácia Maria de Jesus Costa, condessa da Piedade; neta materna de Antônio Marcondes do Amaral e de Maria Francisca de Toledo.

Pais de:

4.1. Carlos Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 05/06/1861 e fal. ali a 06/07/1916. Casou-se na mesma cidade a 23/12/1884 com Alcina Pinto, n. no Rio de Janeiro a 15/06/1863 e fal. ali em 1949. Filha de Augusto de Oliveira Pinto e de Maria Henriqueta de Carvalho.

Pais de:

5.1. Alfredo Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 16/08/1886. Casou-se no Rio de Janeiro a 06/03/1909 com Marieta Soutelo, n. no Rio de Janeiro a 15/02/1889. Filha de Manuel Ferreira Pacheco Soutelo e de Maria Francisca Bastos.

Pais de:

6.1. Maria Alcina Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 10/03/1910. Casada ali a 14/09/1935 com Moacir Miranda, n. no Rio de Janeiro a 20/04/1906. Filho de Artur Miranda e de Honorina França.

4.2. Henrique Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 07/01/1864 e fal. ali a 10/09/1883, solteiro.

3.12. Luísa Carlota Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 09/04/1834 e fal. ali a 07/10/1896. Casou-se na mesma cidade a 22/12/1859 com Miguel de Oliveira Salazar, major reformado (1890) do Exército, natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e filho de José Custódio de Oliveira Salazar e de Angélica Cândida Dutra.

Pais de:

4.1. Maria Inês Salazar, n. no Rio de Janeiro a 13/02/1861. Fal. solteira.

4.2. Luísa Cora Salazar, n. no Rio de Janeiro a 19/06/1862 e fal. ali a 15/12/1954. Casou-se no Rio de Janeiro a 23/05/1885 com o marechal Feliciano Mendes de Moraes n. em Itu, São Paulo, a 20/06/1858 e fal. no Rio de Janeiro a ??/06/1942. Filho do tenente Frederico José de Moraes e de Maria Mendes.

Pais de:

5.1. General Miguel Salazar Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 28/02/1886. Casou-se ali a 25/02/1915 com Alita Taumaturgo de Azevedo, n. em Recife em 1891. Filha do marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo e de Maria da Glória Rodrigues Ferreira.

Pais de:

6.1. Ivna Taumaturgo Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 27/12/1915. Casou-se ali a 23/06/1942 com Edgar Duvivier, n. no Rio de Janeiro a 06/01/1916. Filho de dr. Eduardo Duvivier e de Aminta de Castro.

Pais de:

7.1. Eduarda Duvivier, n. no Rio de Janeiro a 25/01/1946.

6.2. Vera Taumaturgo Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro em 1917.

6.3. Nize Taumaturgo Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro em 1919. Casou-se com Valter Mendes Wunder, oficial da Aeronáutica.

Pais de:

7.1. Miguel de Moraes Wunder.

7.2. Vera de Moraes Wunder.

7.3. Flávia de Moraes Wunder.

6.4. Feliciano Taumaturgo Mendes de Moraes, n. a 12/05/1921. Oficial do Exército. Solteiro.

6.5. Haroldo Taumaturgo Mendes de Moraes n. a 05/09/1924. Oficial do Exército. Casado em Bela Vista, Mato Grosso, com Léia Moraes.

Pais de:

7.1. Leonardo Mendes de Moraes.

5.2. Maria Luísa Mendes de Moraes (Miquita), n. no Rio de Janeiro a 21/08/1887, e batizada em Itu em 1895. Casou-se em Berlim, Alemanha, a 17/05/1910, com o dr. Paulo Neves de Moraes Gomide, n. em Itu a 04/08/1882 e fal. no Rio de Janeiro a 22/05/1934. Filho de Querubim de Moraes Gomide e de Ana Cândida de Sousa Neves.

Pais de:

6.1. Ana Cândida de Moraes Gomide, n. no Rio de Janeiro a 23/09/1911. Casou-se ali a 30/07/1942 com o dr. Jaime Campos, n. no Rio de Janeiro a 01/07/1903. Filho do Dr. Frederico Pereira de Campos e de Edite von Schlegell.

Pais de:

7.1. Paulo Gomide Campos, n. no Rio de Janeiro a 05/03/1944.

7.2. Lígia Gomide Campos, n. no Rio de Janeiro a 07/01/1948.

6.2. Maria Luísa de Moraes Gomide (Malisa), n. no Rio de Janeiro a 23/09/1913. Pintora. Casada no Rio de Janeiro a 25/06/1934 com o engenheiro Jaime Staffa, filho de Giacomo Staffa e de Joana Staffa, sem filhos.

6.3. Hortênsia de Moraes Gomide, n. em Petrópolis a 14/01/1926. Casou-se no Rio de Janeiro a 08/04/1944 com Moacir Domingues, oficial da Aeronáutica, n. em Itapeva, São Paulo a 30/03/1924. Filho de Israel Dias Domingues e de Antônia de Araújo Barcelos.

Pais de:

7.1. Eduardo Gomide Domingues, n. no Rio de Janeiro a 04/12/1944.

7.2. Moacir Gomide Domingues, n. no Rio de Janeiro a 28/12/1945.

7.3. Maria Luísa Gomide Domingues, n. no Rio de Janeiro a 03/06/1950.

5.3. Branca Salazar Mendes de Moraes, n. em 1888 e fal. em 1889.

5.4. José Salazar Mendes de Moraes, fal. pequeno.

5.5. Feliciano Salazar Mendes de Moraes, n. em Guarapuava, Paraná a 15/06/1890. Casou-se no Rio de Janeiro com Teresa Lúcio. Sem sucessão.

5.6. Frederico Salazar Mendes de Moraes, falecido pequeno.

5.7. Átila Salazar Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro e fal. em Curitiba, menor.

5.8. Clóvis Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 22/07/1895 e fal. ali em 1952. Casou-se com Aurélio Pego de Amorim, n. em Manaus, Amazonas. Filha do general Aurélio de Amorim e de Júlia Pego.

Pais de:

6.1. Clóvis Mendes de Moraes Filho, n. no Rio de Janeiro a 12/07/1937.

6.2. Clóvis Augusto Mendes de Moraes.

6.3. Clóvis Alberto Mendes de Moraes.

5.9. General Mário Mendes de Moraes, n. em Curitiba, Paraná, a 03/06/1897. Casou-se no Rio de Janeiro em 1930 com Déia Dulce Guimarães, n. no Rio de Janeiro a 27/01/1911. Filha do coronel Carlos Eugênio Guimarães e de Dulce Cardoso.

Pais de:

6.1. Dulce Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 22/02/1931. Casou-se ali a 04/07/1953 com Alberto Juvenal de Oliveira, n. em Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul, a 01/01/1930, filho de Ulisses Marques de Oliveira e de Pedrelina de Araújo Barcelos.

Pais de:

7.1. Cristina de Moraes Oliveira, n. no Rio de Janeiro a 28/09/1955.

6.2. Mário Mendes de Moraes Filho, n. no Rio de Janeiro a 14/06/1932. Casou-se ali.

6.3. Carlos Eugênio Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 03/05/1937.

6.4. Reinaldo Mendes de Moraes, n. em Bagé a 13/01/1942.

5.10. Dulce Salazar Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 23/01/1901. Casou-se ali com o dr. Artur Moreira Lima, nat. da Paraíba e fal. no Rio de Janeiro.

Pais de:

6.1. Luísa Cora Mendes de Moraes Moreira Lima, n. no Rio de Janeiro a 11/02/1937.

6.2. Artur Moreira Lima Júnior, n. no Rio de Janeiro a 17/07/1940.

5.11. Frederico Mendes de Moraes, n. no Rio de Janeiro a 09/03/1903. Casou-se com Telmira (Telma) nat. do Ceará.

Pais de:

- 6.1. Frederico Mendes de Moraes Filho, n. no Rio de Janeiro.
- 6.2. Nei Mendes de Moraes.
- 4.3. José Custódio de Oliveira Salazar, n. no Rio de Janeiro a 05/03/1864. Casou-se a 12/11/1892 com Maria Viana de Pinho Lima (Cotinha), n. em Codó, Maranhão, filha de Antônio Joaquim de Pinho Lima e de Antônia Mendes Viana.

Pais de:

- 5.1. Luís de Pinho Lima Salazar, falecido com 16 anos de idade.
- 5.2. Nair de Oliveira Salazar, casou-se com Augusto Cavalcanti, já falecido.
 - 6.1. Sônia Salazar Cavalcanti.
 - 6.2. Guido Cavalcanti.
- 4.4. Antonieta Salazar, n. no Rio de Janeiro a 16/04/1869, casou-se no Rio de Janeiro a 02/08/1887 com o engenheiro Antônio Pedro de Mendonça, já falecido, nascido em Porto Calvo, Alagoas, e filho de Jacinto Pais de Mendonça e de Francisca de Barros Wanderley. Sem filhos.
- 4.5. Angélica Salazar, n. no Rio de Janeiro a 01/11/1866 fal. Casou-se ali com Eugênio de Macedo, também falecido.

Pais de:

- 5.1. Otávio Salazar de Macedo.
- 5.2. Almerinda Salazar de Macedo, falecida solteira.
- 5.3. Aluísio Salazar de Macedo, oficial do Exército, casou-se com [.....] Cataldi.

Pais de:

- 6.1. Salvador Cataldi de Macedo.
- 6.2. Inês Cataldi de Macedo, casada (e desquitada) com Darci Pires de Lima.
- 5.4. Celina Salazar de Macedo, fal. menor.
- 5.5. Homero Salazar de Macedo, fal. menor.
- 5.6. Flávio Salazar de Macedo. Casou-se com Djanira Albuquerque.

Pais de:

- 6.1. Luís Albuquerque de Macedo, n. no Rio de Janeiro em 1953.
- 4.6. Francisca Salazar, n. no Rio de Janeiro a 19/08/1877 onde fal. Casou-se ali a 07/04/1900 com o capitão Tito Régis de Alencastro, n. em Bagé a 27/02/1873. Filho do capitão Joaquim Antônio de Alencastro e de Maria Teresa Pinheiro Régis.

Pais de:

- 5.1. Luísa Regis de Alencastro, casada com Raul Viana de Matos.

Pais de:

- 6.1. Geraldo de Alencastro Matos, n. em 1925.
- 6.2. Sérgio de Alencastro Matos.
- 5.2. Inês Régis de Alencastro. Casou-se com o dr. Guilherme Barbedo.

Pais de:

- 6.1. Lília de Alencastro Barbedo, casada com Lívio Costa, fazendeiro em Mato Grosso.

Pais de:

- 7.1. Luís Carlos Barbedo Costa.
- 7.2. Maria Inês Barbedo Costa.
- 5.3. Moema Régis de Alencastro. Casou-se com o coronel Ari Ruch, n. a 18/01/1901.

Pais de:

- 6.1. Tito Eduardo Ruch.
- 6.2. Gastar de Alencastro Ruch.
- 6.3. Moema de Alencastro Ruch.
- 5.4. Tito Régis de Alencastro Filho, fal. solteiro,
- 5.5. Osvaldo Salazar de Alencastro, médico, casou-se com Maria da Glória Pereira de Sousa.

Pais de:

- 6.1. José Tito de Alencastro.
- 6.2. Osvaldo de Alencastro.
- 6.3. Tito de Alencastro.
- 3.13. Angélica Carolina Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 23/09/1835 e fal. ali a 06/03/1923. Casou-se no Rio de Janeiro a

05/06/1873 com o coronel Antônio Cândido Salazar viúvo de sua irmã Adelaide (3.14 abaixo), nascido em Conceição de Arroio, Rio Grande do Sul em 1841 e fal. no Rio de Janeiro a 10/02/1914. Filho de Manuel Inácio de Sousa Salazar e de Leonor Bernardina Dutra.

Pais de:

4.1. Manoel Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 02/03/1874 e fal. ali em outubro de 1943. Casou-se na mesma cidade a 18/07/1907 com Angelina Maria de Sousa, n. no Rio de Janeiro a 26/05/1878 e ali fal. em 1959. Filha de Carlos Máximo de Sousa e de Ludovina Maria Andrew.

Pais de:

5.1. Antônio Carlos de Sousa Salazar.

3.14. Adelaide Emília Marques de Sá, n. no Rio de Janeiro a 13/05/1839 e fal. ali a 30/08/1871. Casou-se no Rio de Janeiro a 12/12/1870 com o coronel Antônio Cândido Salazar acima citado, n. em Conceição de Arroio em 1841 e fal. no Rio de Janeiro a 10/02/1914, filho de Manuel Inácio de Sousa Salazar e de Leonor Bernardina Dutra.

Pais de:

4.1. Adelaide Emília de Sá Salazar, n. no Rio de Janeiro a 26/08/1871 e fal. ali a 03/09/1944. Casou-se na mesma cidade a 26/10/1896 com o desembargador Luís Augusto de Carvalho e Melo, n. em Macaé, estado do Rio de Janeiro, a 23/07/1860 e fal. no Rio de Janeiro a 30/09/1934. Filho de Pedro Justiniano de Carvalho e Meio e de Maria de Loreto Carneiro Viana, 3^{os} viscondes da Cachoeira.

E, terminando assim a descrição de tão extensa descendência, cabe-me agradecer especialmente a todos os que muito atenciosamente colaboraram neste trabalho, prestando informações indispensáveis, e render um preito à memória de minha saudosa e distinta amiga dona Beatriz Guimarães Rocha, por ter-me facultado a consulta do precioso arquivo de sua família.

Carlos Grandmasson Rheingantz



Visita de dom Helder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro,
em 24 de novembro de 1957.



Sessão comemorativa do centenário da imprensa petropolitana, quando falava o jornalista Carlos Rizzini, em 9 de março de 1957.

NOTICIÁRIO

Noticiário

Pelo diretor do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

Em 10 de janeiro de 1958

Senhor ministro:

Em obediência ao regimento deste museu, venho apresentar a vossa excelência o relatório sobre a vida do Museu Imperial, no decorrer do ano de 1957.

1. Serviço auxiliar

Seção de Administração

Foi o seguinte o movimento durante o ano de 1957:

Expedidos:

Ofícios 765; cartas 239; cartões 811; portarias 21; atestados 41; requerimentos 37; processos 94; telegramas 6; anuários 2.073; catálogos 27; iconografias 21; pinacotecas 23; publicações diversas 28; fotografias 10; documentos 4; adiantamentos comprovados 29; empenhos extraídos 43; passagens – via aérea 3; passagens – estrada de ferro 45; guias de remessa de correspondência 300 e fichas de protocolo empregadas 1.420.

Exterior:

Ofícios 11; cartas 4; cartões 1; anuários 135; catálogos 6 e iconografias 7.

Recebidos:

Ofícios 109; ofícios circulares 5; circulares 12; convites 6; cartas 132 e cartões 10; contas apresentadas 36; coletas de preços 78; telegramas 8; memorandos 3; processos 31; requerimentos 10; relatórios 5 e sugestões recebidas (caixa à porta do M. I.) 26.

2. Serviço fotográfico

Continuou funcionando regularmente o serviço fotográfico. Foram os seguintes os trabalhos executados durante o ano de 1957, em número de cópias:

Objetos históricos 504; fotocópias 432; microfilmes 1.025; reproduções 574; interiores e exteriores 100; ampliações 70 e conferências, visitas, inaugurações, etc. 606.

3. Visitação

Durante o ano de 1957, foi o Museu Imperial visitado por 133.580 pessoas, sendo 51.620 homens, 59.744 mulheres, 13.726 crianças e 8.490 pessoas constantes de visitas coletivas.

Contou o museu com a visita, dentre outras autoridades, as seguintes: general Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente de Portugal e senhora, d. Berta Craveiro Lopes; professor Clóvis Salgado, ministro da Educação e Cultura e senhora, d. Lia Salgado; dr. Carlos Moreyra y Paz Soldan, vice-presidente do Peru e senhora; d. Júlia Kubitscheck; governador Miguel Couto Filho; prof. J. K. Van der Haagen, diretor da Divisão de Museus e Monumentos da Unesco; dr. Temístocles Cavalcanti, presidente do IBECC; dr. Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa; dr. Dante de Laytano, diretor do Museu Júlio de Castilhos; dr. Fernando Monteiro, diretor do Museu do Banco do Brasil; ministro Osvaldo de Meira Pena, chefe do cerimonial do Ministério das Relações Exteriores; príncipe dom Pedro Henrique e princesa d. Maria da Baviera; visconde de Odivelas; d. Felisa Ricón Gautier, prefeita de São João de Porto Rico; dom José Adelino, bispo de Caicó, Rio Grande do Norte; dr. Pedro Grases, correspondente do Museu Imperial na Venezuela; dr. Antônio Faria, embaixador de Portugal; dr. Victor Andrés Balanude, embaixador do Peru e bispo d. João Cheddid, vigário geral do patriarcado dos Maronitas no Líbano.

Entre a visitação em caráter coletivo anotamos as seguintes:

Irmãs do Colégio de Santa Dorotéia, no Rio de Janeiro, em número de 13 religiosas; alunos do Colégio de N. S. das Dores, no Rio de Janeiro, acompanhados do padre Tiagom Coccolini; delegação



Visita do prof. J. K. van Haagen, diretor da Divisão de Museus e Monumentos da UNESCO, em 2 de fevereiro de 1957.



Visita de dona Felisa Rincón Gautier, prefeita de São João de Porto Rico,
em 6 de abril de 1957.



Recital do soprano d. Lia Salgado, no auditório do Museu Imperial,
em 28 de abril de 1957.



Visita do presidente de Portugal, gal. Francisco Higinio Craveiro Lopes e exma. senhora em junho de 1957.

do Colégio Municipal de Belo Horizonte; alunos do Colégio Estadual de Bragança, São Paulo, acompanhados do professor Domingos Bonucci; irmãs beneditinas do Instituto Pio XI, Rio de Janeiro; irmãs do Abrigo da Criança Pobre, Rio de Janeiro; delegação de universitários, representantes dos Estados à assembleia da Confederação Brasileira de Desportos Universitários; grupo de inspetores do ensino secundário, procedentes de todos os Estados do Brasil e reunidos no Rio de Janeiro, para um estágio de aperfeiçoamento; alunos do Colégio Mackenzie de São Paulo, acompanhados pelo professor A. Sassezian; professoras da Escola N. S. do Espírito Santo, de Bagé, Rio Grande do Sul; caravana de engenheiros de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; turistas norte-americanos; caravana de deputados à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; e mais 4 jornalistas de Porto Alegre, num total de 65 pessoas, acompanhadas pelo sr. Alberto Hoffmann, 2º vice-presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul; alunos da Escola Primária Case-Morris, de Cascatinha, Petrópolis; caravana da Associação das Senhoras Brasileiras, Rio de Janeiro; turistas ingleses; irmãs de Caridade e 30 meninos da Casa Protegidos do Menino Jesus, de Itaipava, Petrópolis; delegados americanos à IV Conferência Interamericana de Escoteiros, realizada no Rio de Janeiro; caravana da Federação das Bandeirantes do Brasil, região de São Paulo; alunas do Colégio Santa Isabel, Petrópolis, escoteiros do Grupo Marquês de Olinda, Distrito Federal, acompanhados pelo chefe-geral sr. Iguatemi A. Campos; alunas do Serviço Social da Indústria (SESI), Distrito Federal; alunas do Ginásio Estadual de Brotas, São Paulo, acompanhadas pela professora d. Omélia Ângela Bottura; Ginásio Mariano Procópio de Juiz de Fora; estudantes de teologia do Seminário Maior dos RR. PP. Redentoristas, (Floresta), Juiz de Fora, acompanhados pelo padre João Fagundes Hauck; Grupo Escolar Princesa Isabel, Petrópolis; atletas semiparalíticos, norte-americanos, conhecidos como os *Pan-Am-Jets*, campeões olímpicos de basquetebol, funcionários dos escritórios da Panair, nos EUA, acompanhados pelos srs. Thomas Ford, diretor do *Time*, drs. Fernando Lemos e Clito de Moraes, da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação; dr. Pinto Duarte, diretor da clínica de recuperação que tem o seu nome, localizada em Petrópolis; jornalistas Mário de Moraes, da revista *O Cruzeiro*, Alcir Maurício, da TV de São Paulo e das Organizações Vítor Costa; caravana da II Jornada Brasileira de Bromatologia; caravana da Assembleia da Mocidade Batista

Carioca, Distrito Federal; delegação de sargentos das polícias militares do DF e Estado da Bahia; alunos da Associação Cristã de Moços do Distrito Federal; grupo de escoteiros N. S. dos Navegantes, acompanhados pelo chefe Humberto Setembrino; comitiva da Marinha de Guerra norte-americana; Colégio Stella Matutina de Juiz de Fora; Colégio Regina Coeli, Rio Pomba, MG; alunas do Abrigo Feminino de Juizado de Menores do Distrito Federal; Liceu Nilo Peçanha de Niterói; Escola Barão do Rio Branco, Petrópolis, acompanhados da professora d. Eni Miranda e Silva; Escola Municipal Francisco Sutter; Ginásio N. S. do Carmo de Juiz de Fora, acompanhadas pela irmã Maria de Fátima; Colégio N. S. de Sion de Campanha, sul de Minas; Ginásio Sul Fluminense de Paraíba do Sul, E. do Rio; Colégio Mallet Soares, Distrito Federal; Escola Comercial Prefeito Bento Ribeiro do Distrito Federal; Internato Pio X de Santos Dumont, MG; Ginásio Oliveira Viana, Niterói; Congresso dos Trabalhadores Fluminenses, com 168 congressistas acompanhados pelo sr. Gerson Correia de Meneses; Instituto Imperial, Petrópolis; curso de turismo da cidade do Rio de Janeiro (Senac); Colégio São Norberto de Jaú, São Paulo; Escola Normal Carmela Dutra, D. Federal; Ginásio S. Antônio, Duque de Caxias, E. do Rio; Ginásio Teresa de Jesus, Crato, Ceará; Colégio Estadual de Erechim, Rio Grande do Sul; delegadas da XVI Conferência Mundial de Bandeirantes; cruzada eucarística da matriz de N. S. dos Navegantes, Distrito Federal; Escola Normal 1º de Maio, de Porto Alegre, RS; Centro do Professorado Paulista; grupo de bandeirantes húngaras acompanhadas de bandeirantes do Rio e S. Paulo; Colégio Salesiano D. Henrique Lins, São Paulo; representantes do XV Congresso Brasileiro de Esperanto; Colégio Anchieta de Nova Friburgo; Ginásio N. S. do SS. Sacramento, Andrelândia, MG, representantes de vários Estados do Brasil, no I Encontro Nacional da Juventude Estudantil Católica; Colégio Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul; Colégio N. S. da Anunciação, Cerro Largo, RS; Escola de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas, RS; Escola Normal S. José, Caxias do Sul, RS; Escola Normal N. S. da Glória, Porto Alegre, RS; Colégio N. S. das Graças, Patos, MG; Orfeão Vila-Lobos da Escola Normal Carmela Dutra, D. Federal; Ginásio Municipal de Itaguaí, E. do Rio; tripulantes do contratorpedeiro *Escola Brasil*, da Marinha brasileira; Colégio S. Rita; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UDF; Centro Juvenil de

Orientação e Pesquisa, Niterói; Escola Técnica Nacional do MEC; Escola Particular do Barão do Moinho Velho, município de Cotia, SP; Escola Cardeal Câmara, DF; Escola República do Líbano, DF; Escola Maria Raythe, DF; Colégio S. Catarina, Petrópolis; Colégio Brasil, Niterói; Colégio Salesiano Santa Rosa, Niterói; Externato N. S. do Carmo, Petrópolis; Ginásio dos Meninos Cantores de Petrópolis; alunas da faculdade de S. Bento da Universidade de São Paulo, acompanhadas pelo sr. Tito Lívio Ferreira; caravana de funcionários da Caixa Econômica Federal; delegação de basquetebol da Hungria que tomou parte no II Campeonato Mundial de Basquete Feminino realizado no Rio de Janeiro; Escola Duque de Caxias da Fábrica Estrela de Vila Inhomirim; caravana do SESI, DF; caravana de funcionários das Indústrias Farmacêuticas Fontoura Wyeth S/A, São Paulo; Ginásio Clóvis Monteiro da PDF; Ginásio Anchieta, de Anchieta, E. Santo; Colégio Municipal Barão do Rio Branco, DF; colônia de férias Getúlio Vargas, Nogueira – Petrópolis; curso de museologia, DF; Colégio Municipal Getúlio Vargas, Volta Redonda; Escola Municipal Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Magé; oficiais e cadetes do navio-escola argentino *Bahia Thetis*; Centro de Aprendizado Doméstico de Anchieta, DF; oficiais franceses do cruzador *Jeanne d'Arc* e do C. T. *La Grandière*; Escola Prof. Nereu Sampaio, DF; turistas dinamarqueses; embaixada da Escuela Normal nº 2 de La Plata, República Argentina; professores argentinos acompanhados pela Sra. Maria Eliza Carrazzoni, funcionária do setor de divulgação do gabinete do MEC; Escola Hipólito Sampaio, E. do Rio; Ginásio Mons. Scalabrini, Guaporé, RS; irmãs do Seminário São José, Rio Comprido; Escola Duque de Caxias, DF e caravana da Juventude Operária Católica (Paróquia de S. Joaquim), DF.

4. Impressões de visitantes

No livro de visitantes, destinado à assinatura e impressões de personagens ilustres, destacaram-se as seguintes:

“Admiro este museo selecto por su doble valor artístico y histórico, evocando a la vida procesa de d. Pedro II que dio al Brasil, libertad y progreso.” – *Rafael Gómez Reyes*, fiscal general de la República de Bolivia, Petrópolis 10/03/57.

“En este Museo que es aureola de luces y calores, dejo mi alma extasiada a los pies de los Emperadores.” – *Adriana de Gómez Reyes*, Petrópolis, 10 de março de 1957.

“Sello mi admiración juvenil boliviana al gran Brasil; en las valuadas páginas del clásico Museo del Emperador!” – *Manoel Gómez C.*, Petrópolis, 03/57.

“Gracias mil por la oportunidad de poder admirar tantas maravillas. Les felicito por haberlas conservado”. – Sinceramente, *Felisa R. Gautier*, San Juan Puerto Rico.

“It was a great privilege to be guided through this Imperial Palace accompanied by the distinguished Mayor of San Juan Puerto Rico, Felisa Rincón de Gautier. Many thanks to Director Dom Marques dos Santos for his kindness.” – *F. W. Dickens Jr.*, Asst. Cultural Attaché American Embassy.

“Bendizando a Deus por este dia, em que solvi um sagrado compromisso de amor e culto à História de minha pátria.” – *D. José Adelino*, bispo de Caicó, 11 de maio de 1957.

“Vraie merveille des temps passés, qui nous montre un peu de la grandeur et magnificence où l’on vivait, le tout précieusement conservé comme trésor national. Je garderai impérissable souvenir de cette visite”. – *Fr. Paulo Maria Cabral*, 28/05/1957.

“La impresión que me produce el Museo Imperial se resume en una palabra: Excelente.” – *Pedro Grases*, correspondiente del Museo Imperial en Venezuela.

“Como professor de história militar da Escola do Exército de Portugal senti-me imensamente feliz ao apreciar o palácio do grande imperador do Brasil.” – *Ângelo Ferreira*, Ten. C.E.M., 09/06/1957.

“O Museu Imperial é um templo erigido para o culto de nossa gloriosa tradição. Rendemos as nossas homenagens sinceras à magnífica orientação de Francisco Marques dos Santos.” – *Ulysses de Campos*, professor catedrático da Universidade do Paraná.

“El Museo Imperial del Brasil en Petrópolis es testimonio resplandeciente del elevado espíritu de la gran Nación Brasileña que en la comunidad de

Pueblos del Continente Colombino, es esplendor, por el fino y culto vivir de sus habitantes y por la amplitud de su Cultura, entre las Naciones Americanas cuyo común destino histórico de grandeza y victoria en los sucesos humanos, el pueblo brasileño está irrevocablemente llamado a realizar. Con mi admiración y afecto por el Brasil.” – *Leonardo Altuve Carrillo*, embajador de Venezuela, 10/1957.

“Aquí esta objetivada una de las épocas mas interesantes de la historia de este gran País.” – *Dr. Carlos Moreyra y Paz Soldan*, vice-presidente del Perú, 31 de julio de 1957.

“Ao visitar o Museu Imperial de Petrópolis, sinto-me honrada por poder fazê-lo e, profundamente emocionada por andar pelas salas onde andou S. M. o Imperador e por tocar alguns objetos que a ele pertenceram. Ao prof. Marques dos Santos os meus agradecimentos pela atenção com que me acompanhou e parabéns por este grande trabalho que vem realizando.” – *Maria de L. Gastal*, diretora da Rev. do Ensino do RS, 19/10/57.

“Admirada con tanta grandeza del Imperio brasileño.” – *Leonor G. de Moreyra*.

“Que sensación de dignidad y simplicidad en este maravilloso Museo! Lo visité cuando era un convento premonstratense, y luego el 46 a los seis años de su fundación.

Después de 11 años se ha convertido en un gran Museo que encierra la grandeza y la majestad de la monarquía brasileña que supo consolidar la unidad de este gran pueblo, orgullo de América y esperanza de la latinidad.

Obra de S. Ignacio, cuya orden echó los bases de la cultura brasileña.” – *Victor Andrés Balanude*, presidente da delegação do Peru nas Nações Unidas, 31 julho 1957.

“An inspiring sight depicting important phase of Brazilian history.” – *Herbert C. Maier*, prof. de cirurgia da Universidade de Columbia, August 24-1957.

“A most interesting and instructive visit. I was impressed by the kindness and courtesy shown me, especially the opening of the chamber in which is kept the imperial crown.” – *R. G. Magnus-Hannaford*; director College for the Distributive Trades – London, 24 August, 1957.

“Our visit to this museum has been fascinating from beginning to end. And we appreciate particularly the kindness and graciousness of the Director.”
– *George S. Counts*, Teachers College, Columbia University.

“Sinto-me honrado e também verdadeiramente emocionado ao visitar este museu, que tão bem espelha a vida do Brasil, sob a monarquia. Ao seu digno e esforçado diretor e aos seus abnegados auxiliares, nesta minha passagem por aqui, deixo a minha admiração pela magnífica organização, a qual muito honra o nosso caro Brasil. É o que com prazer, consigno.” – Petrópolis, 01/09/1957. – *José L. Fruty* – Prefeito de Triunfo, no Rio Grande do Sul, diretor do Museu Farroupilha.

“To preserve for Brazil and visitors like myself the heritage that Brazil is one method of giving understanding to the world. I cannot thank you enough for the courtesies shown me.” – *Mrs. H. M. (Lily E.) Guarnberg Vancouver*, Washington, USA, First Vice-President American Federation of Soroptimist Club. Setembro, 06-1957.

“Visitar o Museu Imperial de Petrópolis, dirigido e cuidado por Francisco Marques dos Santos, é um dos prazeres mais intensos que pode gozar o espírito de um brasileiro, pela evocação da época do Império, tão gloriosa, e pela comoção que produzem os monumentos expostos, ainda hoje brilhantes e esplendorosos, graças ao zelo do diretor, cuja presença simpática e ilustre nos está a dizer, a bem da sua casa – *Quem me visita que me lustre, com passos macios e aseados.*” – *Félix Contreiras Rodrigues*.

“Em testemunho de admiração pela dedicação com que são conservadas essas lembranças da época imperial.” – *George Neu*, V. Preste. Associação de Cultura Franco-Brasileira, 17 Nov. 57.

“Avec toute ma reconnaissance pour cette visite passionnante.” – *François Schnell*, directeur de l’Académie Française à Rio de Janeiro.

“Agora que o Brasil se afirma de modo definitivo como grande nação, precisa, cada vez mais, voltar a esta casa para inspirar-se no seu melhor passado.” – Petrópolis, 24/11/1957. – *Helder Câmara*.

“En souvenir de la visite du Commandant et des Officiers du Croiseur École *Jeanne d’Arc* et de son escorteur le *La Grandière*.” – 26/11/57. – Le Capitaine de Vaisseau *Pierre Dartigues*, commandant le croiseur *Jeanne d’Arc*.

“En souvenir de l’amitié dont l’Empereur Pedro II honora Louis Pasteur, et de la visite à Petropolis d’un très modeste travailleur de l’Institut Pasteur.” – *Dr. Noel Rist*, 30 Nov 1957.

5. Doações

Fizeram doações ao Museu, durante o corrente ano:

Sr. José Sabóia Viriato de Medeiros, uma tela a óleo, representando Guilherme Pinto de Magalhães, assinada por Miguel Navarro y Cañizares; sr. Francisco Pereira, um quadro contendo o diploma da 1ª comunhão de Antônio Kolling, datado de 1882; sra. Helena Schmitz, duas fotografias antigas da família de Pedro Schmitz, colono alemão residente em Petrópolis; doutor Alcindo da Rocha Tinoco, uma fotografia de Eduardo da Rocha Tinoco; sr. Carlos Augusto Guimarães e Sousa, quinze fotografias antigas sobre várias solenidades realizadas em Petrópolis; senhora Angélica Martinho Lopes de Castro, um prato de porcelana pintado por Cândido Henrique representando uma paisagem de Petrópolis e sete fotografias antigas; dr. Alcindo da Rocha Tinoco, uma fotografia da família de Pedro Schmitz e um quadro da árvore genealógica da mesma família datado de 1859; dr. Cornélio Pena, um volume encadernado em couro, com as armas imperiais, uma mantilha de sarja vermelha, um aparelho acústico, um guache, dois talheres de madeira para salada e um paliteiro de prata; maestro André Tannein, diversos objetos de madeira caprichosamente esculpidos por Carlos Spangenberg, colono alemão radicado em Petrópolis; famílias Araújo e Chamié, por intermédio do cônsul Raul de Smandek, duas telas a óleo representando os barões de Tapajós; sr. Arnaldo Teixeira de Azevedo, 25 diplomas que lhe foram conferidos por diversas sociedades beneficentes petropolitanas; sr. Francisco Antônio Dias Janiques, uma caixa fusível que pertenceu ao antigo Banco Construtor do Brasil, um quadro-estojo, contendo um ramalhete feito em cabelo e uma folhinha lusitana, do ano de 1855; sr. Francisco Marques dos Santos, uma máquina de costura, de uso manual que pertenceu a um colono alemão, uma máquina para moer pimenta em grão, um aparelho para picar fumo,

uma máquina para cortar massa de macarrão e três medalhas de madeira de exposições hortícolas; sr. Luís Afonso d'Escragnolle, dois diplomas que lhe foram conferidos pelas sociedades beneficentes, União de Cascatinha e União do Bingen; sra. d. Olga Lopes de Andrade, um quadro que pertenceu ao barão de Piabanha, e que ornava sua fazenda de Serraria, em Paraíba do Sul; srta. Dirce Marques dos Santos, um corpete de seda natural branca e um casaco de seda listrada de marrom e bege; sr. Henrique Sixel, uma publicação, impressa em cartolina, com a descendência da família Sixel, durante 88 anos; princesa d. Teresa Cristina Maria Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, dois pratos de porcelana, uma travessa de peixe, uma molheira e prato e uma garrafa de cristal; sr. Roberto Gross, duas telas assinadas por Ernesto Papf, representando Filipe Faulhaber e senhora; senhora Geresa Soares, uma litografia representando o barão de Alagoas; sra. Carolina Weinnen Schaefer, oito placas de ardósia, usadas na cobertura da casa do colono João Pedro Weinnen e uma casa de madeira, brinquedo oferecido pelo imperador d. Pedro II, aos filhos do colono João Pedro Weinnen; viúva José Kallembach Cardoso, duas fotografias coloridas a óleo, representando José Kallembach e senhora; Ministério das Relações Exteriores, uma medalha mandada cunhar em homenagem à visita que fez ao Brasil o general Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente de Portugal; senhora dr. Mário Pinheiro, uma moldura retangular de madeira, uma estatueta de madeira representando um tirolês e uma sombrinha de seda com cabo de madeira; condessa de Morcaldi e sras. Jerônima Mesquita e Maria José Mesquita Lynch, uma tela a óleo, com moldura dourada, representando o barão de Mesquita; sra. Alice Margarida Moreira Beck, um desenho a *crayon*, de d. Ermelinda Torres e um diploma da Exposição da Indústria Nacional; dr. José Augusto Moreira Guimarães e sra. Maria Eugênia Moreira Guimarães, por intermédio do dr. Paulo Thedim Barreto, duas telas a óleo, com molduras douradas, representando o barão e a baronesa de Guimarães; prefeitura municipal de Livramento, R. G. do Sul, uma medalha de bronze patinado comemorativa do I centenário da elevação de Livramento à categoria de cidade; sr. Francisco Marques dos Santos, uma medalha comemorativa do centenário de Petrópolis e Cruz de Mérito da Medalha de Koeler, com o respectivo diploma, conferidas ao doador pela Comissão do Centenário de Petrópolis; Ministério das Relações Exteriores, um exemplar da medalha mandada cunhar em homenagem à visita que

fez ao Brasil o general Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai; sr. Ovídio Grottera, duas gravações *long-plays* do disco Odeon nº 40.726, com um discurso em homenagem a dom Pedro II; sra. Maria Carolina Kuhn Nicolay, um prato de louça branca, liso, com a indicação: A. P. Campos/Petrópolis/Hotel Orleans; sr. Antônio Coelho, um medidor antigo tipo Thonson e dois isoladores, que pertenceram ao antigo Banco Construtor do Brasil; dr. Flávio Castrioto de Figueiredo e Melo, três exemplares da Medalha de Koeler; srs. Pavel, Jocelyn e Max Antônio Guttman Bicho, por intermédio do sr. Gustavo Bauer, uma tela a óleo, do pintor Galdino Guttman Bicho, representando uma desconhecida.

6. Aquisições

Por verba própria foram adquiridos os seguintes objetos: uma imagem de marfim de N. S. da Conceição, primorosamente esculpida; uma medalha de prata comemorativa da revolução federalista do Rio Grande do Sul; chapa da Ordem de São Bento de Avis, de prata, da época colonial; um leque chinês, tipo mandarinesco, com 16 varetas (as varetas mestras são de marfim e primorosamente entalhadas); um leque chinês com 20 varetas de charão ornamentadas de desenhos dourados e vermelhos; um relógio de bolso, de ouro de 18 quilates, mostrador de esmalte branco, com algarismos romanos; na tampa em fundo guilhochado, estão gravadas as armas do Império do Brasil; um colar da Ordem da Águia Mexicana, de Maximiliano I do México, de ouro com esmaltes; uma chapa da mesma ordem, de prata e ouro, cravejada de 49 esmeraldas e 53 minúsculos rubis; uma grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, de ouro e esmaltes, com o respectivo fitão; uma chapa da mesma ordem, de ouro e esmalte; uma espada de corte com punho de madrepérola guarnecido de bronze dourado, botão, guarda e cruzeta do mesmo metal, tudo com ornamentos florais em relevo; um estribo caçamba, peça de madeira de base retangular; uma tela a óleo, *Cesta de Cambucás*, de autoria do pintor Estevão Silva, executado em 1886; três fardas de lã verde-escuro com galões de fios de prata; uma tela a óleo, *Paisagem do Morro da Viúva*, de autoria do pintor Francisco Ribeiro, executado em 1887; uma tela a óleo, *Cascata da Tijuca*, de autoria do pintor A. Duarte, executada em 1884; punho de bengala, *Cabeça de Frade*, peça esculpida em pequeno tronco de goiabeira; cena aldeã, peça inteiriça de madeira, trabalho de Carlos Spangenberg;

representa um banco com uma almofada em cada extremidade, tendo sentado um casal; cadeira de braços, do século XVII, procedente do Colégio dos Jesuítas da capitania do Espírito Santo assento e espaldar de couro lavrado; dois relicários em cedro dourado: obra do Aleijadinho, feita para a Igreja de Congonhas do Campo, representando os bustos de São Nicolau e São Basílio Magno; estojo para objetos de bordar e coser – peça em madeira clara: esculpida por Carlos Spangenberg; bola para cerzir – trabalho de Carlos Spangenberg; círculo de madeira – um girassol talhado: peça esculpida por Carlos Spangenberg; uma tela a óleo, *Cena de Interior*, assinada por Pedro Weingartner, datado de Munique (1885); tela de autor desconhecido representando São Pedro de Alcântara, que pertenceu à antiga matriz de Petrópolis; tela a óleo representando o visconde de Meriti (Manuel Lopes Pereira Bahia), de autoria do pintor Francisco de Sousa Lobo; tela a óleo de autor desconhecido, representando a viscondessa de Meriti; harpa cromática, do sistema Gustavo Lyon, triangular, constando de quatro peças principais: consolo, coluna, caixa sonora e base – madeira dourada com ornamentação de folhagem; ramos de rosas, com oito hastes, feitas de miçangas coloridas: da antiga matriz de Petrópolis; tela a óleo de autoria de Oscar Pereira da Silva, representando uma cena de interior, fins do século XIX; medalhão de barro representando o visconde de Ouro Preto; folhas secas, de um ramo oferecido pela Comissão Abolicionista ao visconde de Ouro Preto; pistola de pederneira da 1ª metade do século XIX; espada de oficial do 2º Reinado: punho de lixa circulada de arame – lâmina de um só gume, tendo gravada de ambos os lados: *Viva o Imperador*; duas pontas de lanças de ferro, com duas hastes do mesmo para pregar no mesmo cabo de madeira.

7. Divisões Técnicas

As divisões técnicas continuaram com os trabalhos de rotina, merecendo destaque as constantes renovações do material histórico em exposição.

8. Membros correspondentes

Em virtude de disposição regimental que faculta ao diretor designar membros correspondentes do Museu Imperial, recaindo

a escolha em pessoas capazes de prestar colaboração informativa ou efetuar intercâmbio cultural com o Museu, foram neste ano, designadas as seguintes pessoas:

Rio de Janeiro: prof. Hélio Viana; dr. Clado Ribeiro de Lessa; sra. Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça; senhor Gilberto Ferrez; dr. Sérgio Ferreira da Cunha e sr. Waldemar Magalhães.

Rio Grande do Sul: dr. Dante de Laytano; dr. Félix Contreiras Rodrigues e prof. Tasso Correia.

Minas Gerais: dr. João Gomes Teixeira.

São Paulo: dr. Plinto Travassos e dr. Eldino Brancante.

Santa Catarina: prof. George Agostinho da Silva.

Maranhão: padre Antônio Bezerra de Bonfim.

Bahia: dr. Alberto Silva.

Paraná: dr. Davi Carneiro.

Chile: dr. Guillermo Feliú Cruz.

Peru: dr. Carlos Velit.

Inglaterra: dr. André Fernandez Romera.

9. Publicação

Conforme foi previsto, conseguimos dar a publicidade e distribuir no presente exercício os *Anuários* referentes aos anos de 1953 e 1954, respectivamente volumes XIV e XV.

Para o próximo ano esperamos apresentar os volumes referentes aos anos de 1955 e 1956, o primeiro em provas na Imprensa Nacional.

Foi-nos ainda possível publicar quatro obras antigas sobre Petrópolis, por ocasião do seu centenário, tarefa confiada à Divisão de Documentação Histórica. O volume em apreço enfaixa as seguintes e raras obras sobre a cidade: Carlos Augusto Taunay, *Viagem Pitoresca a Petrópolis*; Revert Henry Klumb, *Doze Horas de Diligência de Petrópolis a Juiz de Fora*; J. Tinoco, *Petrópolis – Guia de Viagem*; e Tomás Cameron, *Os Estabelecimentos Úteis de Petrópolis*.

10. Curso de informações sobre Petrópolis

Atendendo à solicitação da Comissão do Centenário de Petrópolis, colaborou este Museu, através da Divisão de Documentação Histórica, com o referido organismo municipal na realização do curso de informações sobre Petrópolis, tendo sido efetuadas 18 aulas, atingindo o número de inscrições a 323, numa média de 164 por aula.

O curso, solenemente inaugurado no dia 1º de junho, foi encerrado a 12 de setembro, com a entrega de 158 certificados.

11. Representações

O Museu fez-se representar com peças do seu acervo nas seguintes exposições:

Exposição de arte francesa, realizada em 20 de julho de 1957, no Palácio da Princesa, nesta cidade, promovida pela Associação de Cultura Franco-Brasileira.

Exposição industrial e histórica, realizada em 29 de setembro de 1957, no Palácio de Cristal, promovida pela Comissão do Centenário de Petrópolis.

12. Centenário de Petrópolis

O Museu Imperial comemorou com todo carinho o centenário de Petrópolis, cuja data máxima se festejou em 29 de setembro.

A repercussão das nossas iniciativas foi de tal monta que mereceu da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a seguinte moção em seguida transcrita:

Moção

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro se congratula e agradece ao exmo. sr. Ministro da Educação e Cultura pela valiosa e eficiente colaboração prestada pelo Museu Imperial de Petrópolis, por ocasião dos festejos comemorativos do centenário da elevação do município à categoria de cidade, devendo-se dar conhecimento desta moção à diretoria do Museu Imperial.

Justificação

Considerando que uma das principais instituições culturais do Brasil está precisamente em Petrópolis – o Museu Imperial;

Considerando que o Museu Imperial desenvolveu notáveis e marcantes atividades durante o transcurso das comemorações do centenário da elevação de Petrópolis à categoria de cidade, as principais das quais:

1º) inauguração de uma sala denominada Sala de Petrópolis, destinada a guardar e expor relíquias históricas da cidade;

2º) cessão do seu magnífico auditório, à Comissão do Centenário, para a realização do curso de informações sobre Petrópolis, em número de 18 palestras;

3º) assinatura do diretor do Museu aposta nos certificados conferidos aos alunos que terminaram o referido curso, cujos diplomas foram entregues pelo mesmo diretor em sessão solene por ele presidida;

4º) inauguração de uma interessante mostra, denominada *Petrópolis no Arquivo do Museu Imperial*, realizada no salão de leitura de sua biblioteca, ato no qual foi homenageado frei Estanislau Schaette, estimado e venerando sacerdote-historiador petropolitano;

5º) Portaria designando servidor, a fim de organizar mostruários do museu, compostos de valioso documentário sobre Petrópolis e telas a óleo de sua pinacoteca, representando titulares fluminenses, magnificamente apresentado na Exposição Histórica e Industrial, inaugurada no Palácio de Cristal;

6º) Embandeiramento festivo da área que circunda o parque do museu, no dia 29 de setembro, data do centenário;

7º) Reedição de quatro históricas e esgotadas publicações sobre Petrópolis antigo, primorosa edição, rigorosamente anotada pela Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial.

Considerando, finalmente, pelas razões acima, o papel preponderante, nas referidas comemorações do Museu Imperial, modelar instituição do Ministério da Educação e Cultura, sempre atenta e prestimosa nos acontecimentos culturais e sociais de Petrópolis, cujas atividades são testemunhadas e proclamadas pela representação petropolitana e de todos os deputados com assento nesta Assembléia.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1957. – *Altair de Oliveira Lima, Carlos Quintela, Filipe da Rocha, Bezerra de Meneses, José Saly, Getúlio de Azevedo, Gilberto Pires, Geraldo Reis, Margarida Leal, Hipólito Porto, Walter Vieras, Edgar Porto, Rubens Ferraz, José Haddad, Vasconcelos Torres, Simão Mansur, Jarbas Lopes, Jaime Bittencourt, Dayl de Almeida.*

13. Obras e benfeitorias

Além das obras de conservação indispensável num estabelecimento da importância do Museu Imperial, tais como ligeiros reparos, pinturas de paredes internas em diversas dependências e outros serviços de menor monta, conseguimos realizar uma de grande interesse:

Adaptação da antiga residência do jardineiro-chefe, com a construção de 44m² de área, benfeitoria que se fazia necessária para melhor acomodação de novos ocupantes.

14. Cooperação do DNER

Pedimos vênias para deixar consignado neste relatório o nosso agradecimento ao dr. Edmundo Regis Bittencourt, ilustre diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que, por intermédio do sr. Gustavo Bauer e sua equipe de técnicos, vem prestando estimável colaboração a este Museu, demonstrando o espírito de alta compreensão que deve existir na administração pública.

Atividades culturais durante o ano de 1957

No auditório do Museu foram realizadas as seguintes reuniões:

19/01: Concerto da cantora Cristina Maristany, promovido pela Cultura Artística de Petrópolis.

24/02: *Noite de Balé* – festival de danças, nos jardins do Museu, iniciativa da prof. Lenira Borges, sob o patrocínio do Museu Imperial, governador Miguel Couto Filho, Cultura Artística de Petrópolis e indústria e comércio petropolitanos.

09/03: Inauguração da exposição de periódicos que circularam em Petrópolis, no primeiro século da imprensa, promovida pela Academia Petropolitana de Letras.

- 09/03: Conferência do dr. Carlos Rizzini sobre imprensa petropolitana, promovida pela Academia Petropolitana de Letras.
- 10/03: Sessão da Academia Petropolitana de Letras, em homenagem à Associação de Cronistas Esportivos de Petrópolis, com conferência do acadêmico Euclides Raeder.
- 12/03: Concerto da Cultura Artística de Petrópolis, com a pianista Carmen Vitis Adnet.
- 16/03: Sessão solene do Instituto Histórico de Petrópolis, com conferência do 1º secretário sr. Guilherme Auler, sob o título *Imperial Fazenda de Petrópolis*.
- 17/03: Sessão solene da Academia Petropolitana de Letras, com a conferência do sr. Henrique Pongetti.
- 28/03: Reunião pedagógica, promovida pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio, em colaboração com a chefia da 6ª Região Escolar.
- 24/04: Sessão promovida pela Academia Petropolitana de Letras, com a conferência do dr. Fócion Serpa, sob o título *Petrópolis na poesia e na vida de Alberto de Oliveira*.
- 27/04: Concerto de canto promovido pela Cultura Artística de Petrópolis, fazendo-se ouvir a cantora Lia Salgado.
- 12/05: Sessão promovida pela Sociedade Fluminense de Gastreterologia (seção de Petrópolis) em torno do *Inquérito regional sobre a perfuração aguda da úlcera*.
- 19/05: Concerto promovido pela Cultura Artística de Petrópolis, com a apresentação do violinista Ruben Varga.
- 26/05: Sessão promovida pela Academia Petropolitana de Letras, para entrega de prêmio e diplomas conferidos ao concurso literário, instituído pela mesma.
- 29/06: Sessão solene promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis, com a conferência do sr. José Antônio Soares de Sousa sobre *Imperial Colônia de Petrópolis*.
- 14/07: Concerto da pianista argentina Lia Cimágliá-Spinosa, promovido pela Cultura Artística de Petrópolis.
- 21/07: Sessão promovida pela Academia Petropolitana de Letras, com a conferência da sra. Carmen Anes Dias Prudente, sobre *Viagem à Terra Santa*.
- 11/08: Solenidade promovida pela Escola Remington de Petrópolis, para a entrega de diplomas aos seus alunos.
- 11/08: Concurso de oratória promovido pelo departamento cultural do Grêmio Estudantil Euclides da Cunha, do Ginásio Washington Luís.
- 15/08: Concerto de piano das alunas da prof. Maria Carmen Schettino Matos.

23/08: Sessão solene da Academia Petropolitana de Letras, em homenagem ao 1º Batalhão de Caçadores, com a conferência do dr. Carlos Cavaco sobre o duque de Caxias.

07/09: Concerto da pianista srta. Yara Bernette, promovido pela Cultura Artística de Petrópolis.

12/09: Sessão para entrega de diplomas do Curso de Informações sobre Petrópolis, promovido pela Comissão do Centenário de Petrópolis.

18/09: Reunião do Conservatório Brasileiro de Música, seção de Petrópolis, para instalação da sua sucursal.

22/09: Sessão de encerramento do curso de relações humanas e chefia, patrocinado pelo Sesi.

30/10: Sessão promovida pela Academia Petropolitana de Letras, para recepção do acadêmico dr. Lupério Santos.

Promovidas pela Comissão do Centenário de Petrópolis

01/06: Conferência do prof. Lourenço Luís Lacombe sobre o tema *Penetração para Minas; as sesmarias; a fazenda do padre Correia*.

08/06: Conferência do prof. Pedro Calmon sobre *Dom Pedro I no Córrego Seco*.

15/06: Conferência do prof. Américo Jacobina Lacombe sobre *Fundação de Petrópolis*.

22/06: Conferência do dr. Flávio Castrioto de Figueiredo e Melo sobre *A obra administrativa de Koeler*.

30/06: Conferência do prof. Carlos A. Wemeck sobre *A colonização alemã*.

03/07: Conferência do prof. Gerardo Brito Raposo da Câmara sobre *Elevação de Petrópolis a cidade; o papel do coronel Veiga*.

06/07: Conferência do prof. Artur Machado Paupério sobre *O governo municipal na Monarquia*.

13/07: Conferência do prof. Wanderley Pinho sobre *Dom Pedro II em Petrópolis*.

17/07: Conferência do sr. Paulo Olinto sobre *As armas de Petrópolis*.

20/07: Conferência do dr. Levi Carneiro sobre *O governo municipal na República; os grandes prefeitos*.

24/07: Conferência do sr. José Kopke Fróes sobre *Petrópolis capital do Estado*.

27/07: Conferência do dr. Jorge Ferreira Machado sobre *Vida religiosa de Petrópolis*.

31/07: Conferência do dr. Claudionor Adão sobre *Viação, indústria e comércio*.

10/08: Conferência do prof. Artur Sá Earp Neto sobre *Educação: instrução e instituições culturais*.

17/08: Conferência do prof. Francisco Marques dos Santos sobre *Artes Plásticas*.

24/08: Conferência do dr. Murilo Cabral Silva sobre *Imprensa*.

28/08: Conferência do prof. Lourenço Luís Lacombe sobre *Visitantes estrangeiros em Petrópolis*.

31/08: Conferência do prof. Alceu Amoroso Lima sobre *Petrópolis na poesia e na prosa*.

15. Ampliação de dependências

Acha-se em vias de realização a mudança da residência do chefe da portaria, anexa à sala do soldado e do salão de viaturas, para o próprio que pertenceu ao chefe do jardim, desocupado com o falecimento deste, em 1956.

Uma vez efetuada a transferência, ficará o Museu dotado de esplêndidas áreas, indispensáveis aos serviços funcionais, além da ampliação da Sala de Petrópolis, que atualmente constitui um grande interesse para a cidade, como padrão de pequeno e valioso museu municipal.

16. Casa de Cláudio de Sousa

O legado feito à União por d. Luísa Leite de Sousa, viúva do acadêmico Cláudio de Sousa, tem a seguinte disposição:

“Lego o imóvel nº 247 sito à praça Rui Barbosa (ou praça da Liberdade), em Petrópolis, com todos os objetos de arte, quadros, tapetes, biblioteca, móveis e alfaias nele existentes, à União Federal por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, a fim de que o dito imóvel, sob a denominação de Casa de Cláudio de Sousa fique anexado ao Museu Imperial e sob direção e administração deste, para visitação pública e podendo aí serem instalados outros serviços culturais do mencionado Museu Imperial.”

Pelo decreto nº 39.446, de 21/06/1956, do senhor presidente da República, a União aceitou o referido legado. Em 06/07/1956 o diretor do Museu Imperial, em virtude de designação do sr. ministro da Educação e Cultura, recebeu, do juiz da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, o acervo que se encontrava no imóvel sito à Praça Rui Barbosa, 247 – Petrópolis.

A condição do legado, de que o imóvel tivesse a denominação de *Casa de Cláudio de Sousa*, deu motivo a acurado estudo, a fim

de escolher a destinação que melhor justificasse o uso da casa, conforme nosso ofício nº 445, de 31/08/57, enviado a Vossa Excelência.

17. Avaliação da coroa

A fim de termos exatamente a noção do valor intrínseco atual da mais rara jóia em escrínio das Américas: a coroa de ouro e brilhantes – que pertenceu ao imperador dom Pedro II, resolvemos solicitar à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, um metuculozo aval da referida peça, cujo laudo foi o seguinte:

Laudo de avaliação Coroa imperial de d. Pedro II

Museu Imperial

Petrópolis – Estado do Rio de Janeiro

Peça de ouro, com guarnições de prata, ornamentada com brilhantes e pérolas. Apresenta numerosos trabalhos a cinzel, sob a forma de frisos, grinaldas, festões e trifólios. Peso bruto: 1.856 gramas. Constitui-se das seguintes partes principais: Base, Imperiais (hastes), Globo e Cruz de Cristo.

Ouro

Ouro cinzelado, apresentando partes em cor esverdeada (ouro esverdeado).

Avaliação (cento e oitenta mil cruzeiros): Cr\$ 180.000,00.

Pérolas

77 pérolas cultivadas, colocadas, em fio, ao redor da base.

Avaliação (trinta e cinco mil cruzeiros): Cr\$ 35.000,00.

Brilhantes

639 brilhantes brancos, diamantinos, lapidação Brasil, apresentando alguns pequenos defeitos. Peso total: 683 quilates. São classificados, segundo o peso, da forma seguinte:

599 menores, pesando, aproximadamente, 548 quilates

Avaliação (onze milhões de cruzeiros): Cr\$ 11.000.000,00.

39 médios, pesando, aproximadamente, 115 quilates.

Avaliação (três milhões e seiscentos mil cruzeiros): Cr\$ 3.600.000,00.

1 grande, pesando, aproximadamente, 20 quilates.

Avaliação (oitocentos mil cruzeiros): Cr\$ 800.000,00.

Feitio

Avaliação (trezentos e cinquenta mil cruzeiros): Cr\$ 350.000,00.

Valor total (quinze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros): Cr\$ 15.965.000,00.

Observação: A avaliação acima corresponde ao valor intrínseco da peça.

Aplicada a fórmula usual, para determinação, inclusive, do valor histórico ou estimativo de um objeto, dever-se-á multiplicar o valor intrínseco por cinco, obtendo-se, então, o valor de Cr\$ 80.000.000,00 este, entretanto, não traduz o verdadeiro significado da jóia avaliada, cuja tradição a coloca em posição ímpar nas Américas.

Petrópolis, 9 de dezembro de 1957.

Avaliadores: *Flávio C. Bezerra Cavalcanti*. – *Cícero Tomás Pinheiro*. – *Manuel dos Santos Viana*, chefe.

18. Plano de trabalho para 1958

Terminando proximamente as obras do anexo ao Museu, onde estão instalados a biblioteca, arquivo e auditório – agora desenvolvidas num ritmo acelerado – graças às providências da divisão de obras desse ministério, iniciaremos nova fase de atividades naquelas dependências, a fim de as enquadrar na finalidade a que são destinadas. Assim, programaremos os seguintes trabalhos:

Cursos: para o ano que se inicia, é nosso pensamento incentivar diversos cursos, no sentido de fornecer aos estudiosos novos conhecimentos.

Exposições periódicas: com a transferência das seções técnicas, que funcionam no corpo principal do edifício, para outra dependência do museu, iremos destinar as referidas salas para exposições periódicas, a primeira das quais será uma mostra de telas agora restauradas, já existentes no Museu, além daquelas recentemente doadas ou adquiridas, numa idéia de completar a nossa valiosa pinacoteca.

Cinema e música: dando prosseguimento às atividades de utilização do auditório, interrompidas em virtude do término das obras, vamos iniciar uma série de programas de cinema educativo e audições de música clássica, em alta fidelidade, tão do agrado do público.

Visitas a museus: incentivando os servidores desta casa e premiando os que mais se destacaram em suas tarefas, procuraremos facilitar-lhes visitas às instituições culturais do país, principalmente museus e exposições periódicas, com o fim de aprimorar conhecimentos necessários e de primordial interesse aos nossos funcionários.

19. Inventário

Deram entrada no museu, no decorrer do ano, entre doações e aquisições, objetos históricos no valor de Cr\$ 1.195.510,00 (hum milhão cento e noventa e cinco mil quinhentos e dez cruzeiros), de acordo com o apurado pela comissão do inventário designada para o referido fim.

São estas, senhor ministro, as principais ocorrências havidas no Museu Imperial, durante o ano de 1957, bem assim as atividades programadas para o ano de 1958.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a v. ex.^a os protestos da nossa mais alta estima e elevada consideração.

Francisco Marques dos Santos

Diretor

À sua excelência o sr. dr. Clóvis Salgado
DD. Ministro de Estado da Educação e Cultura